

THOMAS R. MARTIN

ROMA ANTIGA

DE RÔMULO A JUSTINIANO



THOMAS R. MARTIN

ROMA ANTIGA

DE RÔMULO A JUSTINIANO

Tradução de IURI ABREU

L&PM EDITORES

Este livro é dedicado aos alunos que estudaram história da Roma Antiga em meus cursos e a Blaise Nagy, *magnus amicus et perfectus magister*, que me incentivou e inspirou a perseverar neste projeto.

Iuppiter, te hoc ferto obmovendo bonas preces precor,
uti sies volens propitius mihi liberisque meis domo
familiaeque meae mactus hoc ferto.¹

Catão, o Velho, *De agri cultura* 134

1. Júpiter, oferecendo este bolo peço boas graças, para que sejais misericordioso e compassivo a mim e a meus filhos, minha casa e minha família, honro-te com este bolo. (N.T.)

AGRADECIMENTOS

Pela paciência, conselhos e interesse na conclusão deste projeto, quero manifestar minha profunda gratidão a Jennifer Banks (editora sênior), a Piyali Bhattacharya (assistente editorial), a Susan Laity (editora de manuscritos) e a Margaret Otzel (editora) da Yale University Press, e expressar o meu sincero agradecimento a Suzie Tibor, pela meticulosa pesquisa de arte, a Gavin Lewis, pela edição experiente e criteriosa, e a Anne Salloom, pela revisão do texto. Os revisores anônimos também merecem um agradecimento afetuoso pelas sugestões ponderadas e críticas construtivas que ajudaram a melhorar o texto em vários pontos. Como sempre, pela percepção precisa e incessante suporte, devo à minha esposa, Ivy Sui-yuen Sun, uma dívida que nunca poderá se pagar por completo, nem mesmo ser expressa de modo adequado.

NOTA SOBRE CITAÇÕES DE FONTES

O termo “fontes primárias”, conforme usado aqui (e, com frequência, em estudos clássicos), refere-se a textos antigos, seja literários, documentais, epigráficos ou numismáticos. Para auxiliar o leitor a encontrar as passagens em fontes primárias embutidas no texto deste livro, serão apresentadas citações, sempre que possível, usando os sistemas de referência interna padrão dessas fontes, que são convencionais em edições acadêmicas modernas de tais fontes e utilizadas nas traduções mais proveitosas. Assim, por exemplo, a citação “Tito Lívio, *Desde a fundação da cidade* 5.54” significa que a passagem está no Livro 5, seção 54 dessa obra de Tito Lívio. Isso permitirá que o leitor encontre a passagem em questão em qualquer edição ou tradução moderna que inclua o sistema de referência interna.

“Fontes secundárias”, por consequência, refere-se ao conhecimento pós-clássico ou moderno sobre essas fontes e à história descrita por elas. As citações embutidas de fontes secundárias contêm apenas o nome do autor ou um título breve, com os números de página relevantes ou, no caso de objetos catalogados, como moedas ou inscrições, o número do objeto. Informações bibliográficas completas sobre fontes secundárias, bem como sobre edições modernas de fontes primárias, podem ser encontradas em Leituras recomendadas.

1

INTRODUÇÃO E ANTECEDENTES

Esta visão geral da história da Roma Antiga abrange o período da fundação de Roma por Rômulo (segundo reza a lenda) no século VIII a.C., passando pela República Romana, até chegar ao estabelecimento do que hoje se chama Império Romano, concluindo com o reinado do imperador Justiniano no século VI d.C. A história romana não chegou ao fim, de modo enfático, com o reinado de Justiniano, mas esse período representará o ponto de parada cronológico para este livro. Isso reflete as circunstâncias lamentáveis (para os romanos) que fizeram de Justiniano o último governante a restaurar a extensão territorial e a glória dos anos finais do Império Romano, o qual havia encolhido na época desse imperador a uma fração do tamanho e da força que atingira no auge do poderio romano quase meio milênio antes do tempo de Justiniano. Em termos geográficos, a narrativa abrange o enorme território na Europa, África do Norte e Ásia Ocidental (o Oriente Médio) que os romanos governaram naquele primeiro ponto alto de poder.

Por ser uma análise breve, é inevitável que este livro omita muitas informações sobre a Roma Antiga, dando mais atenção a alguns tópicos do que a outros. Por exemplo, uma análise mais completa descreveria em maior detalhe a história dos povos italianos antes da data tradicional de fundação de Roma, em 753 a.C., cujos feitos e pensamento tiveram enorme influência sobre os próprios romanos. Da mesma forma, um livro mais

extenso exploraria a história do mundo romano após Justiniano, quando a emergência do islamismo alterou para sempre as circunstâncias políticas, culturais e religiosas do mundo mediterrâneo que já fora dominado pelo Império Romano. As obras listadas na seção Leituras Recomendadas oferecem discussão e orientação adicionais sobre vários tópicos que recebem pouca ou nenhuma cobertura aqui.

Em minha experiência lecionando história romana por quase quarenta anos, se o leitor estiver disposto a executar o árduo trabalho exigido para participar do fascinante e contínuo debate sobre a interpretação do que os romanos fizeram, disseram e pensaram, o melhor que poderá fazer é ler as fontes antigas – mais de uma vez! Por esse motivo, citações entre parênteses direcionam o leitor a fontes antigas mencionadas no texto, sendo que a maioria também aparece na seção Leituras Recomendadas. Desta forma, espero incentivá-lo a ler as fontes primárias por si mesmo, para que possa experimentar o contexto das evidências, descobrir o que, em especial, lhe interessa nos textos antigos e, com base em leituras adicionais, chegar a conclusões independentes sobre o significado de eventos, pessoas e ideias na história romana. A serviço desse mesmo objetivo, as primeiras duas seções em Leituras Recomendadas são dedicadas a traduções atualmente disponíveis de fontes antigas que são mencionadas de forma explícita ou estão por trás de discussões no texto, mesmo que as fontes específicas não sejam mencionadas aqui.

De qualquer forma, para acompanhar o restante da história, o leitor precisará saber com antecedência alguns fatos básicos da história de Roma: as principais divisões cronológicas; as principais fontes sobre as quais nosso conhecimento é baseado; temas de longo prazo com os quais lidaremos; e algo sobre a “pré-história” dos romanos – os antepassados

italianos dos romanos e os vizinhos cuja influência inicial ajudou a definir a direção do desenvolvimento cultural de Roma: os etruscos e os gregos.

OS PERÍODOS DA HISTÓRIA ROMANA

Este livro segue a costumeira divisão cronológica tripartida da história romana: Monarquia, República e Império (ver abaixo sob quais termos). É importante esclarecer, no entanto, que a categorização da história de Roma sob esses três períodos é uma prática anacrônica. Para os romanos, havia apenas um ponto divisório significativo em sua história: a eliminação do governo de reis no fim do século VI. Após a abolição da monarquia, os próprios romanos nunca cessaram de se referir ao sistema político como República (*res publica*, “coisa do povo, negócio do povo”), mesmo durante o período que chamamos de Império, que começa no fim do século I a.C. com a carreira de Augusto. Hoje, Augusto é chamado de primeiro imperador romano; os romanos, no entanto, referiam-se a ele como *princeps*, o “primeiro homem” (da República restaurada e prolongada). Esse é o sistema político normalmente chamado de Principado. Os romanos sem dúvida perceberam que a reestruturação de Augusto do Estado romano representou um ponto de virada na história, mas todos os “imperadores” (em nossos termos) que o sucederam continuaram a insistir que o governo deles permanecesse sendo “a República”.

Os três períodos não recebem tratamento equivalente neste livro. A história da Monarquia é apresentada de modo muito mais sucinto do que a história da República e do Império. Isso reflete, acima de tudo, a relativa falta de evidências confiáveis para o tempo dos reis de Roma (embora as evidências para o início da República dificilmente sejam muito melhores).

A República e o Império, por outro lado, recebem a mesma cobertura em termos gerais. Apenas um espaço limitado é dedicado a explicações variadas dos eventos e das pessoas na Roma Antiga e a julgamentos referentes ao significado da história romana para as épocas posteriores. Isso não significa que não tenho opiniões fortes sobre essas questões nem que acredito que a história “fala por si mesma”. Aqui, meu objetivo é apresentar a história de tal forma que incentive o leitor a enfrentar a difícil tarefa de decidir por si mesmo por que os romanos agiam e pensavam daquela forma, e que significados atribuir à história da Roma Antiga.

No primeiro dos três períodos costumeiros da história política de Roma, uma série de sete reis governou de 753 a 509 a.C., de acordo com a cronologia tradicionalmente aceita. Essas datas, na realidade, são apenas aproximadas, assim como a maioria das datas na história romana até, pelo menos, o século III a.C. (e, em muitos casos, por séculos depois disso). A República, um novo sistema de governo compartilhado em substituição a um único governante, estendeu-se de 509 até a segunda metade do século I a.C. Neste panorama, o fim da República é definido em 27 a.C., a data em que Augusto estabeleceu o Principado (o governo que os historiadores modernos chamam de Império Romano).

Segue-se, então, o período do Império. O último imperador na metade ocidental do império (*grosso modo*, na Europa a oeste da Grécia) foi deposto em 476 d.C.; essa data, portanto, foi por vezes utilizada para marcar “o declínio do Império Romano”. Contudo, a narrativa deste livro inicia a história do Império aproximadamente um século antes desse “declínio”, atingindo o reinado de Justiniano (527 a 565 d.C.) no Império Oriental.

No que tange ao povo da seção oriental do Império, o governo imperial

romano continuou por mais mil anos, tendo por capital Constantinopla, a “Nova Roma” do Império. O último imperador oriental foi morto em 1453 d.C., quando o comandante turco Mehmet, o Conquistador, capturou Constantinopla e o pouco que restava do território do Império Romano Oriental. Hoje, os historiadores chamam o império fundado por Mehmet de Império Otomano. Desde que os otomanos assumiram o poder sobre o território remanescente do Império Romano Oriental, essa data pode se qualificar como uma escolha melhor para o “declínio” do Império Romano do que 476 d.C. É importante lembrar, porém, que Mehmet anunciou publicamente que, como governante, estava desenvolvendo (e pretendia superar) os legados de Alexandre, o Grande, o conquistador macedônio, Júlio César e Augusto, cujas realizações havia lido em fontes históricas gregas e latinas. De fato, Mehmet proclamou que seu título era “César de Roma”. Em outras palavras, o primeiro imperador turco não estava buscando encerrar a história romana, mas redefini-la e ampliá-la. Na Rússia, logo começou a se expressar a ideia de que seu império era a “Terceira Roma”. No mesmo espírito de imitação da glória lembrada da Roma Antiga, por volta desse período Frederico III proclamou que ele, também, era imperador romano, assim como seus antecessores que governaram os territórios da Europa Central há muito conhecidos como o Sacro Império Romano.

Assim, é evidente que a memória da glória da Roma Antiga era tão sedutora para os governantes posteriores que sua história sobreviveu de formas influentes, mesmo após o “declínio” do Império, sem importar como esse conceito era entendido nem a data conferida a ele por historiadores.

FONTES E EVIDÊNCIAS

As fontes de informação da história romana são variadas. Há, antes de mais nada, todos os textos de antigos escritores de história, complementados por textos de autores de outros tipos de literatura, de poesia épica e lírica a peças cômicas. Evidências documentais, tanto formais quanto informais, sobrevivem na forma de inscrições esculpidas, escritas a tinta ou pintadas em pedra, metal e papiros. A escavação arqueológica revela os remanescentes físicos de prédios e de outras estruturas, de paredes a poços, bem como moedas, objetos manufaturados (de armas a joias) e traços de material orgânico, como têxteis ou alimento e vinho preservados em recipientes de armazenamento. A arte romana sobrevive em esculturas, pinturas e mosaicos. Em suma, no entanto, apesar da variedade, as fontes que sobreviveram são limitadas demais para possibilitar uma visão dos eventos, ideias e formas de vida da Roma Antiga que esteja, de algum modo, próxima da completa reconstrução panorâmica do passado que pode ser atingida pela pesquisa histórica sobre períodos mais recentes.

Além disso, na história romana (como em toda história antiga), as datas exatas de eventos e do período de vida, mesmo de pessoas importantes, não costumam ser registradas com precisão nas fontes existentes. O leitor deverá, portanto, reconhecer que muitas datas listadas aqui são imprecisas, mesmo que não sejam qualificadas como “por volta de tal e tal ano”. Na realidade, é melhor presumir que a maioria das datas indicadas neste livro, sobretudo em relação aos séculos de abertura da história romana, é, na melhor das hipóteses, uma provável aproximação e está sujeita a debate entre historiadores profissionais.

Por todos esses motivos, a história romana continua sendo uma história caracterizada por incertezas e controvérsias. Portanto, o leitor deverá

entender que é preciso imaginar que as limitadas interpretações e conclusões oferecidas aqui sempre devem ser acompanhadas pela ideia de que “podemos, algum dia, descobrir novas evidências ou usar a nossa imaginação histórica para chegar a novas interpretações de evidências conhecidas atualmente e, então, mudar de ideia sobre essa determinada interpretação ou conclusão”.

As evidências da história inicial de Roma são as mais limitadas de todas. Os dois relatos narrativos mais extensos da história romana sob a Monarquia e a República que sobreviveram (pelo menos em parte) só foram escritos sete séculos após a fundação da cidade. Além do mais, os manuscritos dos quais dependemos hoje para esses textos estão sem trechos substanciais das narrativas originais. Uma dessas fontes antigas primárias é *Desde a fundação da cidade*, de Tito Lívio (59 a.C. a 17 d.C.), um erudito romano sem carreira na guerra ou na política que narrou a história de Roma desde os primeiros dias até seu próprio tempo.

A outra narrativa extensa abrangendo a história inicial de Roma é a de Dionísio de Halicarnasso, um erudito grego que viveu em Roma como estrangeiro e ganhava a vida dando aulas. Ele escreveu sua história, *Antiguidades romanas*, mais ou menos à mesma época em que Tito Lívio, próximo ao fim do século I a.C. Esses autores tendiam a interpretar a era há muito extinta dos primórdios de Roma como a idade de ouro, em comparação ao que viam como o declínio moral de suas próprias épocas, um período de guerra civil em que o sistema de governo conhecido como República Romana estava sofrendo uma transformação violenta para uma monarquia disfarçada sob o reinado de Augusto, o sistema de governo hoje conhecido como Império Romano. Quando, por exemplo, Tito Lívio, no prefácio de sua história romana, refere-se a essa época – seu próprio tempo

de vida –, chama-a com tristeza de “esses tempos em que não podemos suportar nossos vícios nem as soluções para eles”.

As fontes textuais que sobreviveram ficaram mais numerosas para a história posterior da República; além de Tito Lívio e Dionísio (para citar só os mais conhecidos que estão prontamente disponíveis em tradução na língua inglesa), há as *Histórias* de Políbio no fim do século II e início do século III a.C., inclusive descrições célebres do exército romano e o que estudiosos modernos por vezes chamam de “constituição mista” do governo da República, vista como uma combinação de monarquia, oligarquia e democracia. Para o fim dos séculos II e I, há narrativas vívidas e reflexões pessoais sobre e pelas principais figuras históricas em *Guerra de Jugurta* e *Conjuração de Catilina*, de Salústio, nos *Comentários sobre a Guerra Gálica* e *Comentários sobre a Guerra Civil*, de Júlio César, nas *Orações e Cartas*, de Cícero, e nas *Guerras Civis*, de Apiano. *Vidas paralelas*, de Plutarco, oferece inúmeras biografias vivazes dos líderes mais famosos da República Romana, de Rômulo a Júlio César.

As fontes textuais de nossas informações sobre o Império Romano, apesar de serem mais extensas do que para períodos anteriores, também são incompletas. Os autores antigos mais conhecidos cujas obras oferecem boa parte do que sabemos sobre esse período da história incluem a *Vida dos doze césares*, de Suetônio (biografias de Júlio César e dos imperadores romanos, de Augusto a Domiciano); as narrativas de Tácito sobre a história imperial no século I a.C., os *Anais* e as *Histórias*; *A guerra dos judeus*, de Josefo, um relato testemunhal da rebelião dos judeus e da ação militar romana que levou à destruição de Jerusalém em 70 d.C.; a *História romana*, de Cássio Dio, que narra a história romana até o início do século III; a *História romana*, de Amiano Marcelino, narrando a história do século IV; e

as narrativas de Procópio sobre o reinado do imperador Justiniano e da imperatriz Teodora no século VI, *História das guerras* e *História secreta*, aquela repleta de elogios e esta uma crítica mordaz. A obra *Sete livros de história contra os pagãos*, de Orósio, oferece uma versão cristã da história universal, inclusive do Império Romano até o início do século V.

Por volta da época do Império Romano posterior, uma enorme preponderância das evidências sobreviventes pertence à história do cristianismo. Esse fato proeminente reflete o avassalador impacto do crescimento da nova fé sobre o mundo romano (e posterior) e é forçoso que influencie o conteúdo de qualquer narrativa desse período.

Os pontos de vista dos autores antigos sobre a vida e o governo romanos durante o período do Império apresentam uma variação ampla demais para serem resumidos com clareza sem distorção, mas talvez seja justo dizer que, com o tempo, uma sensação nostálgica de arrependimento pela perda da República original e da noção de liberdade (pelo menos para a classe alta) cedeu lugar a um reconhecimento de que um império sob apenas um governante supremo era o único sistema permanente possível de governo para o mundo romano. Essa aceitação do retorno dos monarcas como soberanos de Roma, no entanto, também refletiu, para muitos romanos, a raiva e o arrependimento diante dos abusos e injustiças cometidos por imperadores individualmente.

TEMAS DA HISTÓRIA ROMANA

Na minha experiência, um panorama preliminar ajuda o leitor não familiarizado com história antiga a compreender a narrativa mais detalhada que se segue. Todos os termos usados aqui serão explicados mais adiante

nos lugares apropriados.

As origens étnico-culturais dos romanos antigos refletem as raízes na Itália e também o contato com os gregos. A história política de Roma começa com o governo de reis no século VIII a.C.; os romanos lembravam deles como os fundadores de tradições duradouras na sociedade e na religião, mas as informações limitadas disponíveis nas fontes sobreviventes dificultam conhecer em maior detalhe esse período. Os romanos também relataram que a monarquia estava abolida no fim do século VI a.C., em resposta ao violento estupro de uma eminente romana pelo filho do rei. A realza foi, então, substituída pela República, um sistema complicado de governo compartilhado dominado pela classe alta.



Figura 1. Este manuscrito dos *Anais*, de Tácito, datado da Renascença está mais preservado do que a maioria dos manuscritos dos quais dependemos para textos de autores antigos. A ênfase de Tácito em política em sua narrativa da história dos primórdios do Império Romano inspirou um debate acalorado entre teóricos políticos da Renascença sobre os méritos relativos de uma república em comparação com uma monarquia. Biblioteca Beinecke de Livros e Manuscritos Raros, Universidade de Yale.

O maior desafio no estudo da República Romana é entender como uma sociedade baseada em uma longa tradição de valores éticos conectando as pessoas umas às outras em um sistema patrono-cliente (uma hierarquia social com obrigações mútuas entre os de maior e menor status) e com forças armadas exitosas pôde fracassar de modo tão espetacular. Desde o início, a República se fortaleceu porque os pequenos agricultores da Itália conseguiam produzir um excedente agrícola. Esse excedente sustentou um crescimento na população que produziu os soldados para um grande exército de cidadãos e aliados. A disposição romana de suportar grandes perdas de pessoal e de propriedade ajudou a tornar esse exército invencível em conflitos prolongados. Roma podia perder batalhas, mas nunca guerras. Uma vez que as guerras de Roma geravam lucros, a paz parecia uma oportunidade desperdiçada. Comandantes de classe alta manifestavam uma aspiração especial à carreira militar com abundância de combates, porque, se lograssem obter vitórias, também poderiam conquistar glória e riquezas para elevar o status pessoal na hierarquia social de Roma.

As guerras quase contínuas da República entre os séculos V e II a.C. tiveram consequências inesperadas que se traduziram em desastre no longo prazo. Muitos dos pequenos agricultores dos quais dependia a prosperidade da Itália foram arruinados. Quando migraram para Roma, essas famílias que perderam as terras criaram uma força política nova e instável: a massa urbana sujeita às oscilações violentas da economia urbana. Os homens da classe alta, por outro lado, competiam entre si com cada vez mais afincamento pelas maiores oportunidades de carreira que se apresentavam a eles pela guerra constante. Essa competição atingiu proporções inimagináveis quando generais bem-sucedidos começaram a extorquir vantagens do

Estado para si mesmos atuando como patronos de seus exércitos clientes de tropas pobres. O equilíbrio de valores éticos que as mães romanas tentavam ensinar aos filhos estava sendo destruído nessas novas condições, e o elogio insincero era o único respeito que os valores tradicionais de suporte à comunidade recebiam de nobres enlouquecidos por status e riqueza individuais. Nessa atmosfera de competição superaquecida, violência e assassinato se tornaram meios de resolver disputas políticas. Mas acertos de contas violentos provocavam respostas violentas. As ideias poderosas da filosofia ética de Cícero passaram despercebidas nos conflitos homicidas da guerra civil de seu próprio tempo. Nenhum romano sensato poderia ser otimista em relação à possibilidade de uma paz duradoura após o assassinato de Júlio César. Que Augusto, filho adotado de César, forjaria tal paz menos de quinze anos depois teria parecido um sonho impossível em 44 a.C.

Porém, a história é repleta de surpresas. Augusto criou o que hoje chamamos de Império Romano pela substituição da estrutura de governo compartilhado da República por uma monarquia, enquanto insistia o tempo todo que estava restaurando o governo romano aos valores tradicionais.

Ele obteve êxito, acima de tudo, porque manteve a fidelidade do exército e explorou a tradição antiga do sistema patrono-cliente. Seu novo sistema, o Principado, tornava o imperador patrono do exército e de todo o povo. A maioria dos provincianos, sobretudo no Mediterrâneo Oriental, considerava tal arranjo perfeitamente aceitável, porque replicava a relação entre monarca e súditos que há muito conheciam sob os reinados que os governaram antes disso.

Contanto que houvesse fundos suficientes que permitissem aos imperadores manter satisfeitos dezenas de milhões de clientes por todo o

império, prevalecia a estabilidade. Os governantes gastavam dinheiro para fornecer alimento aos pobres, construir arenas e banhos para entretenimento público e pagavam os soldados para defender a paz internamente e contra invasores estrangeiros. Os imperadores dos séculos I e II expandiram as forças armadas em um terço para proteger territórios distantes que se estendiam da Grã-Bretanha à África do Norte e à Síria. Em meados do século II, paz e prosperidade haviam criado uma Idade de Ouro imperial. Entretanto, tiveram início as dificuldades financeiras de longo prazo, porque o exército, agora focado em defesa, em vez de conquista, não mais lutava nem venciam guerras estrangeiras que gerassem caixa para o tesouro público. Uma inflação alta piorou a situação. O declínio da receita imperial impôs pressões financeiras sobre a elite abastada das províncias para assegurar o pagamento integral de impostos e sustentar serviços públicos. Quando não era mais possível satisfazer essa demanda sem arruinar suas fortunas, perderam o civismo e começaram a evitar responsabilidades públicas. A fidelidade ao Estado custava muito.

A emergência de cristãos somou-se à incerteza ao deixar funcionários públicos suspeitos da dedicação dos novos crentes ao Estado e à religião tradicional. Essa nova religião teve um início lento, com a missão de Jesus de Nazaré, evoluindo do apocalipticismo judaico para uma igreja institucionalizada e hierárquica. Os crentes do cristianismo disputavam entre si e com as autoridades. Seus mártires impressionavam e preocupavam o governo com a profundidade das convicções durante as perseguições. Pessoas depositando lealdade a uma nova divindade à frente da lealdade tradicional ao Estado era algo inédito e inexplicável para os representantes do governo romano.

Quando a ruína financeira, a guerra civil e desastres naturais reforçaram

os horrores uns dos outros em meados do século III, os imperadores não possuíam o dinheiro, a visão e a dedicação a valores comunitários que poderiam ter aliviado, ou pelo menos diminuído de forma considerável, a crise. Nem mesmo perseguições aos cristãos poderiam convencer os deuses a restaurar a boa vontade divina ao Império. Era necessário haver uma transformação política e religiosa para que isso acontecesse.

O processo de mais uma vez reinventar o governo romano começou no fim do século III. A história subsequente do Império Romano tardio foi uma competição entre as forças de unidade e as forças de divisão. A crise do século III levou o Império Romano a um ponto crítico. A reorganização autocrática de Diocleciano evitou o desmoronamento no curto prazo, mas abriu caminho para a futura divisão nas metades ocidental e oriental. A partir desse momento, sua história cada vez mais se dividiu em dois fluxos regionais, embora imperadores tão tardios quanto Justiniano no século VI tenham retido o sonho de reunir o Império Romano de Augusto e restaurar sua glória em uma escala igual à da Idade de Ouro.

Um conjunto de forças interagiu para destruir a unidade do mundo romano, começando com as perdas catastróficas de pessoas e de propriedades durante a crise, que atingira o Ocidente com mais força do que o Oriente. O século IV introduziu uma nova tensão com as pressões sobre o governo central criadas pelas migrações dos povos germânicos que fugiam dos hunos. Numerosos e agressivos demais para serem absorvidos sem perturbação, eles criaram reinos que, com o tempo, substituíram o governo imperial no Império Ocidental. Essa mudança transformou não só a política, a sociedade e a economia da Europa Ocidental, mas também as próprias tribos germânicas, pois tinham de desenvolver um senso mais forte de identidade étnica para se tornarem governantes.

A deterioração econômica que acompanhou essas transformações foi um balde de água fria no civismo da elite que fora uma das bases da estabilidade imperial romana, à medida que nobres riquíssimos se retiravam para propriedades rurais autossuficientes, afastavam-se de órgãos municipais e interrompiam a garantia de arrecadação fiscal para o governo central. O Império Oriental dava-se melhor em termos econômicos e evitava o pior dos violentos efeitos das migrações. Seus soberanos, constrangidos, deram sequência ao Império não só política, mas também culturalmente, buscando preservar a “romanidade”. Por ironia, o dreno financeiro de perseguir esse sonho de unidade por meio da guerra contra os reinos germânicos no Oriente aumentou o descontentamento social ao elevar a tributação a níveis punitivos, enquanto a concentração de poder na capital enfraquecia as comunidades locais que tornaram o Império robusto.

Esse período de maior divisão sociopolítica testemunhou a unificação religiosa do Império sob a bandeira do cristianismo. A conversão do imperador Constantino à nova fé no início do século IV d.C. representou um marco na história do mundo, embora o processo de cristianização do Império Romano tivesse um longo caminho a percorrer naquele momento. Além do mais, esse processo estava longe de ser simples ou suave: os cristãos discordavam, ao ponto de recorrer à violência, sobre as doutrinas fundamentais da fé, e os crentes na religião politeísta tradicional romana continuaram a existir e a cultuar por séculos. Os cristãos desenvolveram uma hierarquia de liderança na Igreja emergente em uma tentativa de evitar a desunião, mas os crentes se mostraram muito recalcitrantes diante da autoridade. Os mais dedicados abandonaram a sociedade cotidiana para viver como monges ou freiras. A vida monástica redefiniu o significado de santidade ao criar comunidades de heróis de Deus se afastando deste mundo

para dedicarem sua bravura à glorificação do próximo. Assim, no final a visão imperial de unidade se desvaneceu perante as forças desagregadoras do espírito humano, combinadas com a dinâmica mundana da transformação sociopolítica. O que restou foi a memória do passado, codificada na literatura da antiguidade clássica que sobreviveu aos diversos transtornos da época do Império Romano tardio.

GEOGRAFIA, ANCESTRAIS E INFLUÊNCIAS CULTURAIS

Para entender as pessoas e os eventos desta história, devemos começar, como sempre no estudo histórico, com a geografia e o ambiente em que ela ocorreu. A localização de Roma oferece a pista crucial para a solução do enigma sobre como essa comunidade originalmente diminuta, pobre e desrespeitada acabou se tornando o maior poder em vastas regiões ao redor do mar Mediterrâneo. A geografia e o clima de Roma ajudaram seu povo, por um longo período, a se tornar mais próspero e poderoso. O território original, localizado no lado ocidental do centro da península Norte-Sul que é a Itália, oferecia terra fértil, clima temperado com precipitação pluviométrica adequada e um porto próximo no Mediterrâneo. Como a agricultura e o comércio eram as fontes mais importantes de geração de riqueza em tempos antigos, essas características geográficas eram essenciais ao crescimento de longo prazo de Roma.

A paisagem da Itália é diversa: planícies, vales fluviais, colinas e montanhas se aglomeram em uma língua estreita de terra em forma de bota, estendendo-se pelas águas do Mediterrâneo. Ao Norte, as imponentes montanhas dos Alpes separam a Itália da Europa continental. Já que a travessia por esses picos nevados é muito difícil, eles forneciam alguma

proteção contra invasões lançadas por agressores que viviam ao norte dos Alpes. Uma planície ampla e rica, banhada pelo rio Pó, encontra-se sobre a península italiana bem ao sul dos Alpes. Outra cordilheira menor, os Apeninos, separa a planície norte das regiões Central e Sul da Itália. Os Apeninos serpenteiam rumo ao sudeste, descendo pelo centro da península como uma coluna corcunda, com colinas e planícies costeiras flanqueando a cordilheira central no Leste e no Oeste. As planícies ocidentais, onde Roma estava localizada, eram maiores e recebiam mais chuva do que o outro lado da península. A planície da Campânia, uma área bastante fértil, circunda a baía de Nápoles na costa sudoeste da Itália. A geografia relativamente aberta da Itália possibilitou uma unificação política.

O local original da cidade de Roma ocupava cumes de colinas acima de uma planície que se estende para a costa ocidental da península. Os vários povos italianos vizinhos ao território romano eram mais prósperos do que os primeiros romanos; a investigação arqueológica revelou que os primeiros romanos viviam em pequenas cabanas. No entanto, suas povoações, aos poucos se prolongando por sete colinas que formavam um círculo aproximado em torno de uma área central baixa, tinham uma vantagem, pois controlavam uma passagem do rio Tibre. Esse ambiente em uma encruzilhada incentivava o comércio e o contato com outros povos que faziam a travessia do rio conforme subiam e desciam a rota natural para a viagem por terra Noroeste-Sudeste, ao longo do lado oeste da Itália. O porto em Óstia, na foz do rio Tibre a apenas 25 quilômetros de Roma, oferecia oportunidades de contato com pessoas muito mais distantes, lucro com o comércio exterior e taxas e outras receitas de mercadores vindos pelo mar e que paravam lá – a Itália se estendia tanto pelo mar Mediterrâneo que era natural o tráfego de navios do Leste para o Oeste depender de seus portos.

Além disso, a grande e fértil ilha da Sicília bem no “dedo do pé” da península italiana também atraía mercadores marítimos que, a partir dali, podiam percorrer com facilidade a costa oeste para fazer negócios. Em suma, a geografia deixava Roma no centro natural da Itália e do mundo mediterrâneo, gerando, no longo prazo, enormes vantagens demográficas e comerciais. Tito Lívio resumiu a localização favorável de Roma com estas palavras: “Deuses e homens tiveram um bom motivo para escolher este local para nossa cidade – todas as suas vantagens tornam-na, de todos os locais do mundo, o melhor para uma cidade destinada a crescer com excelência” (*Desde a fundação da cidade* 5.54).

A demografia (o estudo estatístico de populações humanas) compete com a geografia como ferramenta para entender como Roma se tornou poderosa com o decorrer do tempo. A história mostra que quanto maior a população, maiores são as chances de obter prosperidade e poder, inclusive subjugar outras populações menores. A natureza deu aos romanos o meio para aumentar a população e a riqueza que os gregos jamais puderam igualar: as planícies niveladas da Itália eram melhores para a agricultura e a pecuária do que o terreno bastante montanhoso da Grécia. Portanto, a Itália poderia hospedar e alimentar mais pessoas do que a Grécia. É evidente que, no início, os romanos representavam apenas uma pequena comunidade circundada por vizinhos muitas vezes hostis. A base da história romana é a narrativa de como ampliaram a população desse início débil para as dezenas de milhões (o número exato é controverso) da época do Império Romano.

Os romanos que vieram mais tarde tinham várias lendas sobre origens ancestrais de uma população pequena combatendo a adversidade de viver em um mundo hostil. Tinham um enorme respeito por esse passado distante como a fonte das tradições e dos valores pelos quais orientavam a vida.

Portanto, é frustrante relatar que existem poucas evidências confiáveis para nos contar sobre seus ancestrais. A investigação linguística demonstrou que os romanos descendem dos primeiros povos que falavam idiomas indo-europeus (dos quais o inglês é um exemplo moderno). Os indo-europeus organizavam a sociedade de acordo com a posição das pessoas em uma hierarquia de status e privilégio, com homens exercendo o papel de líderes políticos e chefes de família. Esses “protorromanos” migraram para a Itália vindos da Europa continental em uma data desconhecida, muitos e muitos séculos antes da fundação de Roma. Os ancestrais dos romanos, portanto, tinham vivido no Norte e no centro da Itália por um longo tempo antes da fundação de Roma. Alguns romanos, pelo menos, acreditavam que seus ancestrais possuíam uma identidade mais romântica: Dionísio relata que os romanos descendiam dos heroicos troianos que fugiram da cidade em chamas no fim da Guerra de Troia, emigrando de Troia para a Itália quatrocentos anos antes da fundação de Roma.



Mapa 1. Itália por volta de 500 a.C.

Nossas principais evidências dos ancestrais imediatos dos romanos vêm da escavação arqueológica de túmulos datados dos séculos IX e VIII a.C. Como não se sabe como as pessoas enterradas nessas sepulturas chamavam a si mesmas, os estudiosos costumam se referir a elas como villanovianos, um termo derivado do nome moderno da localização da primeira escavação. Na realidade, não há motivo para supor que esses povos, que viviam em várias comunidades distintas, se consideravam um grupo unificado. O que a arqueologia revela é que plantavam, criavam cavalos e fabricavam armas de metal e muitos outros objetos de bronze e ferro. Visto que o bronze é uma mistura de cobre e latão, e como o latão só era minerado em locais distantes

da Itália, esses ancestrais romanos realizavam comércio de longa distância.

Por volta do século VIII a.C., os romanos e os outros povos das regiões central e sul da Itália tinham contato frequente com comerciantes gregos viajando para a Itália por mar, e essa interação de base comercial teve um impacto considerável na sociedade e na cultura romanas. Muitos empreendedores gregos se estabeleceram de modo permanente no Sul da Itália nesse período, em busca de riquezas como agricultores e negociantes imigrantes. Várias dessas pessoas dispostas a correr riscos obtiveram êxito, e numerosas cidades basicamente povoadas por gregos se tornaram importantes comunidades na Itália, de Nápoles às regiões do Sul da península, bem como da próxima Sicília. A população diversa dessa ilha também incluía os fenícios, originais da costa leste do Mediterrâneo.

O contato dos romanos com a cultura grega teve o maior efeito sobre o desenvolvimento de seu próprio modo de vida. A cultura grega atingiu a florescência mais renomada por volta do século V a.C., séculos antes de Roma ter sua própria literatura, teatro ou arquitetura monumental. Quando finalmente começaram a desenvolver essas características culturais, os romanos adotaram modelos gregos de inspiração. A cultura grega serviu de base para muitos aspectos fundamentais de seu próprio modo de vida, de valores éticos a deidades para cultos nacionais, dos modelos para a literatura ao projeto arquitetônico de grandes prédios públicos, como templos. Apesar disso, os romanos tiveram um relacionamento de amor e ódio com os gregos, admirando boa parte da cultura, mas menosprezando a desunião política e a inferioridade militar em relação a Roma.

Os romanos também adotaram ideias e práticas culturais dos etruscos, um povo situado ao norte de Roma, em uma região central da Itália chamada de Etrúria. A extensão da influência cultural etrusca sobre Roma é

polêmica. Estudiosos com frequência consideram os etruscos a força externa mais influente a afetar o modo de vida romano. Alguns até especularam que os etruscos conquistaram a Roma Antiga, com reis etruscos governando a nova cidade durante a parte final da monarquia que foi seu primeiro governo. Ademais, uma vez que classificaram os etruscos como tendo uma cultura mais refinada do que a dos romanos antigos (principalmente porque arqueólogos haviam descoberto vários vasos gregos pintados em túmulos etruscos), os primeiros estudiosos presumiram que esses governantes estrangeiros supostamente mais sofisticados tinham remodelado a cultura romana por completo. O conhecimento mais recente sugere que essa interpretação é, no mínimo, exagerada. A verdade parece ser que os romanos desenvolveram suas próprias tradições culturais, tomando emprestado qualquer modo que tivesse algum apelo das culturas etrusca e grega e, a seguir, adaptando tais modelos estrangeiros a circunstâncias romanas.



Figura 2. Pesto foi uma das diversas cidades gregas no Sul da Itália e na Sicília a ter magníficos templos de pedra dos deuses. O estado de preservação dos três templos adjacentes de Pesto equivale ao de qualquer local na Grécia. Cortesia de dr. Jesus Oliver-Bonjoch.

Nosso conhecimento das origens etruscas permanece limitado, porque só entendemos seu idioma em parte. Não sabemos a qual grupo de línguas ele pertencia, mas é provável que não seja indo-europeu. O historiador Heródoto, do século V a.C., acreditava que os etruscos tinham originalmente emigrado de Lídia, na Anatólia, para a Itália, mas Dionísio de Halicarnasso relatou que a Itália sempre fora a pátria deles, sendo esta a visão predominante hoje.

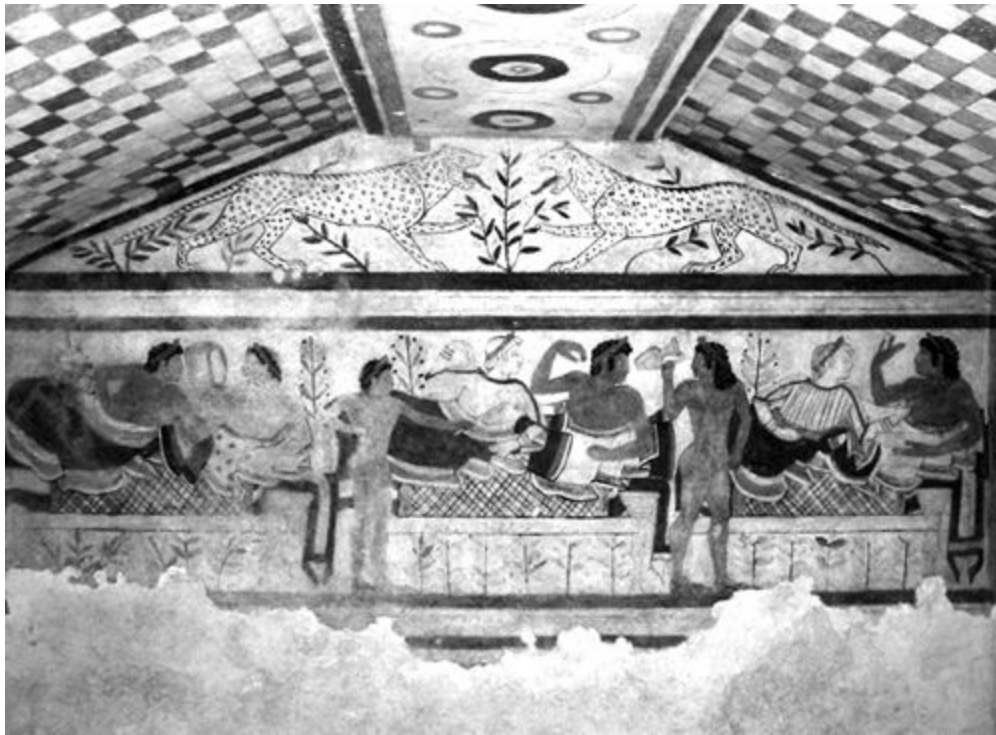


Figura 3. Uma pintura de um túmulo etrusco representa convidados de um jantar reclinados à moda grega e sendo atendidos por servos. As cores primárias vibrantes de cenas pintadas em túmulos etruscos revelam o estilo característico da pintura grega, da qual alguns exemplos sobreviveram em sua terra natal. AlMare/Wikimedia Commons.

Os etruscos não eram um grupo étnico ou uma nação política unificada; viviam em inúmeras cidades independentes agrupadas no cimo de colinas da Itália central. Produziam seu próprio trabalho de arte refinado, joias e esculturas, mas gastavam grandes quantias de dinheiro para importar muitos objetos luxuosos da Grécia e de outras terras mediterrâneas. Acima de tudo, os etruscos tinham contato íntimo com os gregos e adaptaram boa parte da cultura grega a seu próprio modo de vida. Por exemplo, a maioria dos vasos gregos intactos encontrados em museus modernos foi descoberta em túmulos etruscos, onde haviam sido colocados pelas famílias etruscas que os compraram para acompanhar os mortos. Pinturas de parede de um colorido magnífico, que ainda sobrevivem em alguns túmulos etruscos,

jogos de pintura, entretenimentos e banquetes fúnebres comprovam uma fulgurante vida social e religiosa.

Os romanos adotaram certas tradições cerimoniais dos etruscos que persistiram por séculos, como os trajes bem trabalhados usados por magistrados e instrumentos musicais e procedimentos para importantes rituais religiosos. Não parece mais exato, no entanto, pensar que os romanos também adotaram dos etruscos a tradição de erigir templos divididos em três seções para adoração de uma tríade de deuses principais. Era uma tradição romana nativa cultuar em conjunto Júpiter, o rei dos deuses, Juno, a rainha dos deuses, e Minerva, a deusa da sabedoria, deidades gregas das quais eles e os etruscos se apoderaram. Por outro lado, os romanos aprenderam com os etruscos o ritual para descobrir a vontade dos deuses procurando pistas nas formas dos órgãos vitais de animais abatidos, um processo conhecido como adivinhação. É provável que os romanos tenham adotado da sociedade etrusca a tradição da mulher se juntar aos homens nos jantares festivos, que os gregos restringiam aos homens. Pinturas em túmulos, por exemplo, confirmam o que o filósofo e cientista grego Aristóteles relatou: as mulheres etruscas participavam de banquetes em aparente pé de igualdade com os homens (Ateneu, *O banquete dos eruditos* 1 23d = fragmento da *Constituição dos tirrenos* 607 Rose). Na sociedade grega, as únicas mulheres que participavam de jantares festivos com os homens eram cortesãs, musicistas contratadas e escravas.

Outros desenvolvimentos romanos que alguns acadêmicos atribuem à influência etrusca eram, na realidade, característica de várias sociedades em torno do Mediterrâneo à época. Esse fato sugere que tais características eram parte do ambiente cultural compartilhado da região, e não de origem específica etrusca.

Desta forma, o primeiro sistema político de Roma, a monarquia, se assemelhava à realeza etrusca, mas essa forma de reinado era tão comum no mundo mediterrâneo antigo, sem dúvida a norma, que não era algo que os romanos poderiam ter aprendido apenas dos vizinhos próximos. Pelo mesmo motivo, a organização do exército romano – uma milícia de cidadãos com tropas de infantaria fortemente armadas (hoplitas) que combatiam em formação – poderia refletir a influência etrusca, mas outros povos do Mediterrâneo organizavam suas forças armadas da mesma forma. Os romanos adaptaram o alfabeto (que forma a base do alfabeto inglês) do alfabeto etrusco, mas este, por sua vez, se baseava em uma versão do tipo de sistema de escrita que os gregos haviam criado como resultado do contato com os alfabetos antigos dos povos do Mediterrâneo Oriental. Por fim, eruditos alegaram que os romanos aprenderam com os etruscos a conduzir comércio de longa distância com outras áreas do Mediterrâneo, promovendo crescimento econômico e engenharia civil sólida, o que deu suporte à urbanização. Porém, é simplista presumir que desenvolvimentos culturais de tal amplitude tenham emergido como resultado de uma única cultura superior “instruindo” e “aprimorando” outra cultura menos desenvolvida. Em vez disso, nesse ponto da história do Mediterrâneo, havia conjuntos semelhantes de desenvolvimentos culturais em marcha em vários lugares.

O contato transcultural com vizinhos teve uma influência considerável sobre os romanos. No entanto, os romanos não adotaram as tradições de outras culturas de alguma forma ingênua, nem as alteraram de modo apenas superficial, como dar nomes latinos para deuses gregos. Ao contrário, como sempre ocorre na influência transcultural, tudo o que as pessoas adotam de outro povo é adaptado para seus próprios fins – fazem mudanças para se

adequar a elas e, dessa forma, a transformam em coisas próprias. É mais preciso pensar no contato transcultural como um tipo de competição de inovação entre iguais do que como um “superior” que ensina um “inferior”. O desenvolvimento cultural é um processo histórico complexo, e historiadores apenas revelam a pobreza do próprio entendimento se falam da dominância de uma cultura antiga sobre outra ou da corrupção de uma cultura “primitiva” por outra “avançada”. Os romanos, como outros povos, desenvolveram seus próprios modos de vida por meio de um complexo processo de invenção e adaptação independente dos modos de outros povos.

2

VALORES ROMANOS, FAMÍLIA E RELIGIÃO

O modo de vida romano – sobretudo os valores tradicionais da sociedade romana, a natureza da família romana e as ideias e práticas religiosas da vida pública e privada romana – oferece o contexto básico em que as pessoas e os eventos da história romana devem ser estudados se quisermos tentar compreender os romanos em seus próprios termos. Os romanos tinham a consciência de estarem interconectados na vida pessoal com outros povos de formas complexas. Tinham uma forte crença de que valores eternos e, em alguns casos até divinos, definiam o comportamento adequado, e que as instituições sociopolíticas da sociedade transformavam tais valores em ação. Os romanos olhavam, por assim dizer, pela ótica dos valores ancestrais, da estrutura familiar e da religião para atribuir sentido aos eventos de sua história. Faz-se necessário que nós, leitores modernos de história antiga, tentemos fazer o mesmo, até o ponto em que seja possível para as pessoas de hoje se envolverem com os ideais, as pressuposições, as emoções e o modo de vida de pessoas que viveram há tanto tempo. Isso não equivale a dizer que os valores e as crenças dos romanos, por si só, tenham determinado o que aconteceu em sua história, mas, junto com geografia, demografia e outros fatores que surgirão no decorrer da narrativa, o modo como os romanos viam a si próprios e seu lugar no mundo exerceu uma função essencial no destino que tiveram como povo.

VALORES ROMANOS

Os valores pelos quais os romanos acreditavam que podiam viver eram basicamente relacionados a obrigações com os deuses e com outras pessoas, e ao respeito e status na sociedade que conquistavam ou perdiam de acordo com o comportamento apresentado, conforme julgado pelos outros. É evidente que generalizações amplas não conseguem cobrir a gama completa e a sutileza dos valores romanos, nem representar mudanças ao longo do tempo ou explicar por completo como diferiam as situações de mulheres, crianças e homens. Ainda assim, é necessária uma descrição geral das atitudes e dos comportamentos que os romanos viam como conduta humana apropriada para entender aspectos fundamentais e duradouros da sociedade romana: o sistema patrono-cliente, a distribuição de poder nas famílias romanas, a vida da mulher em casa e na sociedade, a natureza da educação e o papel da religião no Estado e na família.

A classe alta definia o sistema de valores que orientava a vida pública e privada dos romanos sob a República Romana. Quando homens da elite social de Roma inicialmente criaram a República, o objetivo era inviabilizar o governo de um homem só pela criação de um sistema de compartilhamento de poder para eles próprios, mas não para todos. Portanto, visavam afastar o controle do poder político das mãos da maioria da população, porque o cidadão mais pobre poderia preferir viver sob um rei que ganharia seu suporte por meio dos benefícios financeiros que os ricos seriam forçados a dar de suas fortunas pessoais. Ao mesmo tempo, como a classe alta era pequena demais para governar e defender Roma sozinha, era necessário chegar a um acordo fazendo concessões, dando algum papel de governo a outros cidadãos de menor status social e

financeiro. Sem a cooperação deles, Roma não poderia organizar um exército eficiente. A história política da República é, em essência, a história das lutas sempre tensas e, por vezes, violentas pela partilha do poder governante no Estado. A mais destruidora dessas disputas ocorreu na República tardia, quando membros da classe alta e seus defensores travaram verdadeiras batalhas entre si para decidir quem, dentre eles, tinha direito a qual nível de poder. Considerando o resultado dessas guerras civis na República tardia que jogaram cidadão contra cidadão, devemos talvez nos perguntar se essa violência destrutiva teve raízes no fracasso dos romanos em seguir valores tradicionais. Parece igualmente possível, no entanto, que tenha sido causada por alguma tensão insolúvel nesses valores que teve origem na importância avassaladora que os romanos davam à conquista de status individual como recompensa pelo serviço à comunidade.

Os romanos acreditavam que seus ancestrais, ao longo de gerações, haviam transmitido os valores que deviam orientar sua vida. Portanto, referiam-se ao sistema de valores como o “costume dos ancestrais” (*mos maiorum*). Os romanos estimavam a antiguidade de seus valores porque, para eles, “antigo” significava “bom porque testado pela experiência”, mas “novo” queria dizer “potencialmente perigoso porque não testado”. “Coisas novas” (*res novae*), na realidade, era a expressão romana para “revolução”, temida como fonte de violência destrutiva e desordem social. Os valores centrais que os romanos acreditavam ter sido estabelecidos pelos ancestrais abrangiam o que se pode chamar de probidade, lealdade e status. Esses valores tiveram vários efeitos diferentes sobre as atitudes e os comportamentos dos romanos, dependendo do contexto social, e muitas vezes os valores romanos estavam inter-relacionados e sobrepostos. O valor mais importante para o indivíduo era o relacionamento com outras pessoas

e com os deuses.

O valor de probidade definia como alguém se relacionava com os outros. Esse valor tinha, no início, um sentido masculino, assim como a palavra em latim para designá-lo, *virtus*, vem da palavra para homem másculo, *vir*. (A palavra “virtude” deriva dessas palavras em latim.) No século II a.C., o poeta Lucílio listou o que considerava serem as qualidades morais de um homem com *virtus*: sabia distinguir o bem do mal, sabia o que era inútil, vergonhoso e desonroso, era inimigo de homens maus e de valores ruins, era amigo e protetor dos bons, colocava o bem-estar do país em primeiro lugar, seguido dos interesses da família e, por fim, dos próprios interesses (citado em Lactânio, *Instituições divinas* 6.5.2). Também era o dever de um homem com probidade cuidar do corpo e se exercitar para permanecer forte e saudável, assim poderia sustentar a família e lutar pelo país na guerra. Heroísmo na batalha era a realização suprema para o homem “justo”, mas só se o valor servisse à comunidade, em vez de apenas à própria glória individual. Também se esperava que a mulher exibisse probidade na vida, mas, para ela, isso não incluía o serviço militar, que continuava sendo responsabilidade dos homens. A probidade para a mulher exigia aderência estrita a todos os valores que governavam as relações da mulher com a família, o mundo fora da família e o Estado. Acima de tudo, a mulher devia se casar, ter filhos e educá-los desde cedo sobre os valores éticos da comunidade.

O valor da fidelidade (*fides*) tinha várias formas, tanto para mulheres quanto para homens. Mais que tudo, a fidelidade significava cumprir as obrigações, sem importar o custo nem se a obrigação era formal ou informal. Não cumprir uma obrigação ou um contrato ofendia a comunidade e os deuses. A mulher demonstrava a fidelidade permanecendo

virgem até o casamento e sendo esposa monógama. Essa expectativa não se aplicava a homens, e relações sexuais discretas com prostitutas não eram consideradas deploráveis para eles. O homem demonstrava fidelidade ao sempre cumprir a palavra, pagar as dívidas e tratar a todos com justiça (o que não significava tratar a todos da mesma forma, mas de modo justo dependendo se o status social do outro era superior, igual ou inferior à sua própria posição na sociedade).

A expressão “mostrar respeito” oferece a melhor aproximação a outro valor romano complexo, a “piedade” (*pietas*), que significava ser devoto à adoração dos deuses e ao sustento da própria família. A tradução tende a fazer com que esse valor tenha cunho unicamente religioso, mas, na realidade, também tinha um sentido social. Mulheres e homens atendiam às demandas de *pietas* respeitando a autoridade superior dos idosos, dos ancestrais das famílias e dos deuses. Mostrar respeito aos deuses, realizando rituais religiosos de modo adequado e regular, era crucial. O favor divino que, segundo acreditavam os romanos, protegia a comunidade exigia a adoração fiel e devota dos deuses. O respeito a si mesmo também era parte desse valor. Respeito próprio queria dizer muitas coisas. O que é mais importante é que significava não desistir nunca, sem importar se a situação era difícil ou penosa. A perseverança e o cumprimento dos deveres sob todas as condições eram comportamentos romanos fundamentais. O respeito próprio também significava limitar manifestações de emoção e manter o autocontrole, um valor chamado “gravidade” (*gravitas*). Essa expectativa de “gravidade” era tão rígida que nem mesmo as esposas e os maridos podiam se beijar em público sem parecer que tinham perdido o controle emocional.



Figura 4. Uma moeda de prata cunhada em 47 a.C. mostra na parte frontal um perfil de Fides, o valor romano de fidelidade, como um ser divino; o outro lado representa um cavalariano arrastando um prisioneiro pelos cabelos. Entre outras funções, as moedas eram a obra de arte de distribuição mais ampla no mundo greco-romano; decifrar as mensagens comunicadas pelas imagens compactas é um importante desafio para os historiadores. Cortesia da Sociedade Americana de Numismática.

Status aos olhos dos outros, ou “dignidade” (*dignitas*), era a recompensa que um romano obtinha por viver de acordo com esses valores. Isso vinha do respeito que uma pessoa conquistava e, de fato, esperava dos outros por se comportar de acordo com as maneiras tradicionais. A mulher conquistava respeito, acima de tudo, ao gerar filhos legítimos e os educar em termos morais, ganhando as recompensas da reputação e da aprovação social. A mãe romana merecia e esperava um enorme respeito. As recompensas para homens incluíam honrarias públicas, o que significava, sobretudo (para

homens ricos o bastante para o governo, que não pagava salário), eleição para posições oficiais no Estado romano. Os soldados na milícia de cidadãos de Roma esperavam reconhecimento público por atos de bravura militar. O efeito do status social era tão poderoso para os romanos que um homem que tivesse conquistado status altíssimo por ações e autocontrole podia receber tanto respeito que os outros o obedeceriam, mesmo que não tivesse poder formal ou jurídico sobre eles. Dizia-se que o homem que atingiu esse pináculo de prestígio possuía o poder moral de “autoridade” (*auctoritas*) sobre os outros. Isso queria dizer que as pessoas fariam o que ele recomendasse não porque imposto por alguma lei, mas pelo respeito que tinham pelo exemplo supremo de viver os valores que, segundo acreditavam, seus ancestrais haviam transmitido para eles como sendo ideais de uma vida romana.

Finalmente, os romanos acreditavam que o status familiar afetava os valores. Quanto mais alta fosse a classe da família de uma pessoa, mais rígidos e complicados eram os valores pessoais que se devia seguir. Nascer em uma família proeminente, portanto, era uma faca de dois gumes. De modo automático, conferia direito a um maior status social, mas ao mesmo tempo impunha um padrão mais severo de medição das demandas do sistema romano de valores. Acreditava-se que a pessoa nascida em família sem prestígio tinha uma capacidade menor de se comportar bem ou, pelo menos, essa era a perspectiva da classe alta. Tal atitude abertamente superior da elite social em relação a pessoas comuns contribuía para a constante tensão entre elas e os demais membros da sociedade.

Em tese, riqueza não tinha nada a ver com virtude moral, e os romanos contavam aos filhos histórias sobre heróis romanos pobres, porém virtuosos. O mais famoso desse modelo foi Lúcio Quíncio Cincinato, no

século V a.C. Ao salvar Roma da aniquilação depois de conduzir seu exército em uma vitória imediata sobre inimigos estrangeiros invasores, Cincinato atingiu tanto status que poderia ele mesmo ter governado Roma. A fidelidade aos valores romanos, no entanto, o levou a voltar à família muito pobre e à fazenda sem empregados, feliz em ter cumprido com seu dever e por ter sido fiel ao país (Tito Lívio, *Desde a fundação da cidade* 3.26-28).

À medida que, ao longo dos séculos, a República Romana passou a controlar um império territorial, o dinheiro adquiriu importância avassaladora para a elite social romana, porque podia elevar o status com gastos excessivos em prédios públicos e em entretenimentos para a comunidade. Desta forma, a riqueza tornou-se necessária para o status. Por volta do século II a.C., romanos ambiciosos precisavam de dinheiro, em grande quantidade, para comprar respeito, e aumentou a disposição em passar por cima de outros valores para consegui-lo. Assim, o sistema de valores romano nem sempre era harmônico. Perseguir um valor até a sua conclusão lógica poderia colocá-lo em conflito com outros. Esse paradoxo – valores que podem ser bons em si próprios talvez exijam comportamento injusto quando levados ao extremo – existe em qualquer sistema de valores humanos que luta para equilibrar os interesses do indivíduo e da comunidade. A manutenção do equilíbrio entre valores conflitantes promove a paz e a estabilidade social; a ênfase exagerada em um determinado valor ao ponto de obliterar outros abre caminho para a inquietação e a ditadura. Os romanos na República tardia aprenderiam essa lição do modo difícil.

As relações definidas pelos termos latinos “patrono” (*patronus*, “protetor”) e “cliente” (*cliens*, “seguidor”) ofereciam uma rede de

obrigações recíprocas entre pessoas que conectavam os romanos entre si por toda a escala social. O sistema patrono-cliente emergiu das diferenças de nível social que definiam homens e suas famílias, inclusive (pelo menos na prática) as mulheres pertencentes à família. Patrono era um homem de status social superior que tinha a obrigação de fornecer “bondades” (*beneficia*), como eram chamadas na terminologia oficial do sistema, às pessoas de status inferior que davam atenção especial a ele. Essas pessoas tornavam-se clientes que, em troca pelas bondades, deviam “deveres” (*officia*) ao patrono. Portanto, essa relação era recíproca (cada lado tinha obrigações com o outro), mas assimétrica (as partes envolvidas não eram equivalentes sociais). Os patronos podiam, por sua vez, ser clientes de pessoas com status superior, assim como os clientes podiam ser patronos daqueles abaixo deles na hierarquia social. Em outras palavras, a mesma pessoa podia ser tanto patrono quanto cliente.

Os romanos definiam a relação patrono-cliente como um tipo de amizade (*amicitia*) com papéis bem definidos para cada parte. Um patrono sensível mostraria respeito saudando um cliente como “meu amigo”, e não como “meu cliente”. Um cliente, por outro lado, demonstraria respeito pelo patrono dirigindo-se a ele como “meu patrono”. Apesar da aparência de amizade, a relação patrono-cliente não era nem um pouco casual. Na realidade, essa rede interligada de relações pessoais impunha obrigações entre as pessoas de acordo com a lei. A Lei das Doze Tábuas de 449 a.C., por exemplo, que foi o primeiro conjunto de leis escritas de Roma, declarava criminoso qualquer patrono que lograsse seu cliente.

Os deveres de um cliente incluíam o suporte financeiro e político do patrono. Segundo a tradição, um cliente na Roma Antiga, por exemplo, devia ajudar a dar dotes (presentes de casamento valiosos) para as filhas do

patrono. Na vida política, esperava-se que um cliente auxiliasse nas campanhas do patrono à eleição de cargos públicos ou quando um dos amigos do patrono concorria a um cargo eleitoral. Sobretudo, o cliente podia ser útil para convencer pessoas comuns a trocarem o voto para o lado do patrono. Um cliente também podia ser intimado a emprestar dinheiro ao patrono quando este tivesse ganhado a eleição e precisasse de dinheiro para pagar as obras públicas esperadas dele na posição de funcionário público, que, como era comum no governo romano, não recebia salário. Ademais, uma vez que, na época da República tardia, era uma marca de enorme status para um patrono ter inúmeros clientes o tempo todo, como um enxame de abelhas, o patrono esperava que os clientes se reunissem em sua residência pela manhã e o acompanhassem até o Fórum Romano, o centro político, jurídico e comercial da cidade. Um membro da elite social romana, portanto, precisava ter uma casa grande e elegante para acomodar a multidão de clientes no encontro matinal, bem como para entreter seus pares sociais em jantares. Uma casa abarrotada e bem-equipada era sinal de sucesso social. Esse foi um dos motivos pelos quais, ao longo do tempo, o dinheiro adquiriu suprema importância para os romanos da classe alta: eles precisavam gastar um grande volume para serem vistos como patronos esplêndidos de hordas de clientes.

O patrono também tinha de gastar dinheiro para conseguir dar uma variedade de bondades dispendiosas para os clientes. Na República, um patrono poderia ajudar um cliente a começar uma carreira política apoiando sua candidatura ao gabinete ou oferecendo suporte financeiro de vez em quando. À época do Império, o patrono devia oferecer uma cesta de piquenique repleta de alimentos para o café da manhã dos clientes que se aglomeravam em sua casa no raiar do dia. A bondade mais importante do

patrono era a obrigação de sustentar o cliente e sua família se estivessem em dificuldades jurídicas, como no caso de ações judiciais relativas à posse e propriedade, que eram comuns. Pessoas de status social mais baixo estavam em desvantagem no sistema judicial romano se não tivessem amigos influentes para ajudá-los a apresentar suas causas. O auxílio de um patrono com talento para oratória era uma necessidade específica no tribunal, porque acusadores e acusados tinham de falar por si mesmos ou ter amigos que falassem por eles. Roma não tinha promotores públicos ou advogados de defesa patrocinados pelo Estado, nem advogados que pudessem ser contratados. Cidadãos proeminentes com conhecimento especial de história e procedimento legal eram os especialistas jurídicos de Roma. Por volta do século III a.C., esses especialistas autodidatas, chamados juristas, exerciam uma função essencial no sistema judicial romano.

Embora tenham desenvolvido com frequência a competência legal em cargos eletivos romanos, os juristas operavam como indivíduos privados, e não como funcionários públicos, na função não remunerada de aconselhar outros cidadãos e magistrados sobre o conteúdo da lei, as formas adequadas de fazer petições e transações e as resoluções apropriadas das causas. A dependência de juristas na República representava uma característica singular da justiça romana que continuou no Império.

As obrigações jurídicas recíprocas da relação patrono-cliente deviam ser estáveis e duradouras. Em muitos casos, esses vínculos se prolongavam por gerações, sendo passados à família. Ex-escravos, que automaticamente viravam clientes por toda a vida dos mestres que os libertaram, muitas vezes passavam aos filhos a relação com as famílias dos patronos. O romano com contatos no exterior podia adquirir clientes estrangeiros.

Sobretudo romanos ricos e poderosos teriam, por vezes, comunidades estrangeiras inteiras de clientes. A ênfase do sistema patrono-cliente no dever e na permanência resumia a ideia romana de que estabilidade e bem-estar social eram atingidos pela manutenção fiel da rede de ligações que conectava as pessoas umas às outras na vida pública e privada. No atrito de conflitos gerados pela vida real, as relações eram, na verdade, normalmente fluidas, com patronos e clientes trocando fidelidades e formando novas relações. Mas o ideal era o de obrigações duradouras.

FAMÍLIA, MULHERES E EDUCAÇÃO

A lei romana tornava o “pátrio poder” (*patria potestas*) a força dominante em todas as relações na vida doméstica (*familia*), exceto na relação da esposa com o marido. Essa concessão de dominância a homens mais velhos fazia de Roma uma sociedade patriarcal. Um pai possuía poder legal sobre os filhos, sem importar a idade, bem como sobre os escravos (que contavam como membros de seu domicílio). *Patria potestas* também fazia dele o único dono de toda a propriedade adquirida por qualquer um de seus filhos. Contanto que o pai estivesse vivo, nenhum filho ou filha poderia possuir algo em termos jurídicos, acumular dinheiro próprio nem ter qualquer posição legal independente, pelo menos em tese. Na prática, porém, filhos adultos podiam manter propriedade pessoal e adquirir dinheiro, assim como escravos protegidos podiam ter economias próprias. O pai também tinha poder legal de vida e morte sobre esses membros do domicílio. Não obstante, era raro que os pais exercitassem esse poder sobre qualquer um, exceto sobre recém-nascidos. O abandono de bebês indesejados, para que morressem ou fossem encontrados e adotados ou

criados como escravos por estranhos, era prática aceita para controlar o tamanho das famílias e descartar bebês com imperfeições físicas. Até que um pai romano tomasse um recém-nascido nas mãos, sinalizando assim que aceitava a criança como sua e se comprometia com a sua criação, um bebê podia literalmente não existir como pessoa jurídica. É provável que as meninas tenham sofrido esse destino com frequência maior do que os meninos, pois uma família tinha uma grande ascensão de status gastando recursos em filhos mais do que em filhas.

Nenhum pai romano teria tomado a decisão rara e drástica de executar um membro adulto do domicílio inteiramente por conta própria. Como no governo, pelo qual o Senado de Roma (ver Capítulo 3) atuava como um grupo de conselheiros aos funcionários do alto escalão, ou em assuntos legais, para os quais os juristas davam conselhos, os romanos, na vida privada, consultavam outras pessoas com regularidade sobre questões familiares importantes, buscando consenso sobre o que fazer. Cada homem romano, portanto, contava com seu próprio grupo de conselheiros (um círculo de amigos e familiares chamado de “conselho”) que era consultado antes de tomar uma decisão importante. Desta forma, a tomada de decisões na família e no governo romano era bastante parecida. O conselho de amigos de um pai o aconselharia com veemência a pensar duas vezes caso propusesse a medida irreversível de matar um filho adulto por qualquer motivo, exceto um que fosse, sem sombra de dúvida, irrefutável. Por exemplo, quando, em 63 a.C., Aulo Fúlvio condenou um filho à morte, ele fora provocado pela traição do filho, que participou de uma conspiração para derrubar o governo. Traição ou deserção do dever militar eram, na realidade, o único motivo pelo qual um pai mandaria executar o próprio filho. Tal uso violento do poder paterno contra um familiar era raríssimo.

De fato, de longe o aspecto mais importante do “pátrio poder” na vida cotidiana era a obrigação moral que recaía sobre o pai de tomar cuidado da família com dedicação, justiça e compaixão.

Para a esposa, o “pátrio poder” tinha apenas efeito limitado sobre sua vida. Na história inicial da República, uma esposa podia cair sob o poder do marido, mas era possível que o contrato matrimonial contivesse uma proibição específica dessa subordinação, libertando-a de qualquer controle legal pelo marido. Na República tardia, essa forma de casamento “livre” se tornara a mais comum. De acordo com essas provisões, a esposa permanecia sob o poder do pai enquanto ele estivesse vivo. Na realidade, houve relativamente poucos casos de pais idosos que ainda controlavam a vida de filhas maduras e casadas, porque morriam muitas pessoas jovens no mundo antigo; a maioria dos pais não teria vivido o bastante para supervisionar a vida de filhas adultas. Quando a maioria das mulheres romanas se casava, no final da adolescência, metade já tinha perdido o pai. Esse padrão demográfico também significava que o “pátrio poder” tinha apenas efeito limitado sobre os filhos mais crescidos.



Figura 5. Em um vaso grego, Eneias, descendente dos romanos e célebre pela devoção ao dever, foge de Troia enquanto carrega o pai nas costas. Os romanos consideravam tais exemplos de conduta heroica pelos ancestrais no passado distante, celebrados na literatura como na *Eneida*, de Virgílio, um componente fundamental dos valores tradicionais. Réunion des Musées Nationaux/Art Resource, NY.

Uma vez que os homens não se casavam antes de completarem trinta anos, à época do casamento e da formação da própria família apenas um homem em cinco ainda tinha o pai vivo. Os outros oitenta por cento eram independentes de qualquer controle em termos legais. Uma mulher adulta sem um pai vivo também tinha autonomia para todos os fins práticos. Em termos jurídicos, ela precisava de um protetor para conduzir negócios em nome dela, mas a tutela de mulheres adultas se tornara uma formalidade vazia no fim da República. Tempos depois, um jurista comentou sobre a

realidade da liberdade de ação das mulheres, mesmo tendo um protetor: “A crença comum de que, devido à instabilidade de julgamento, as mulheres são com frequência enganadas e que é mais do que justo controlá-las pela autoridade de protetores parece mais ilusória do que verdadeira. Pois mulheres de maior idade controlam seus próprios interesses” (Gaio, *Institutas* 190-191).

A sociedade romana esperava que a mulher crescesse com rapidez e assumisse responsabilidades na família. Túlia (79 a.C. a 45 a.C.), filha do famoso político e orador Cícero, estava noiva aos doze anos, casada aos dezesseis e viúva aos 22. Mulheres de riqueza tinham o dever de administrar a propriedade familiar, inclusive os escravos domésticos. A esposa supervisionava a criação dos filhos jovens por amas de leite e acompanhava o marido em jantares festivos, que eram importantes na formação de relacionamentos entre as famílias. Como tanto a mulher quanto o homem podiam controlar a propriedade, contratos pré-nupciais eram comuns para delinear os direitos dos parceiros no casamento. O divórcio era uma questão simples do ponto de vista jurídico. O pai geralmente ficava com os filhos após a dissolução do casamento, reflexo do tradicional “pátrio poder” romano. Muitas esposas mantinham livros de contabilidade para acompanhar receitas e despesas das próprias propriedades, separando-as das posses dos maridos. Descobertas arqueológicas revelam que, por volta do fim da República, algumas mulheres tinham grandes negócios, como olarias.

A influência da mãe no desenvolvimento da concepção moral dos filhos tinha importância especial na sociedade romana e constituía um dos principais componentes da virtude feminina. Cornélia, uma integrante rica da classe alta no século II a.C., conquistou um enorme respeito pelas

realizações na administração da propriedade familiar e pelo parto e supervisão da educação de vários filhos (Cícero, *Brutus* 104, 211). Quando seu distinto esposo faleceu, Cornélia recusou uma oferta de casamento do rei do Egito para que pudesse supervisionar o patrimônio familiar e educar uma filha e dois filhos. Os outros nove filhos haviam morrido, e os doze filhos paridos por ela oferecem um exemplo do nível de fertilidade exigido da esposa romana para assegurar a sobrevivência da linhagem familiar do marido. Cornélia ficou bastante conhecida por entreter pessoas importantes e escrever cartas elegantes, que eram amplamente distribuídas entre a classe alta e ainda eram lidas um século após a sua morte. Seus filhos, Tibério e Caio Graco, cresceram entre os líderes políticos e reformadores mais influentes – e polêmicos – da República tardia.

A mulher pobre tinha de criar os filhos e também trabalhar duro para se sustentar. Havia menos profissões abertas a ela do que aos homens. Normalmente, precisava aceitar empregos relacionados à venda de produtos ou de comida em lojas ou tendas pequenas. Mesmo se pertencesse a uma família produtora de artesanato, forma predominante de manufatura na economia romana, era mais comum a mulher vender, em vez de fabricar, os bens produzidos pela família. Os homens de uma família produtora de bens trabalhavam com a matéria-prima e faziam o acabamento dos produtos. As mulheres com menos sorte ou de famílias mais pobres acabavam virando prostitutas. A prostituição era legal, mas mulheres e homens que ganhavam a vida vendendo sexo eram considerados sem status social. As prostitutas usavam uma peça de roupa masculina, a *toga*, para sinalizar a falta de castidade tradicional associada a heroínas romanas lendárias, como Lucrecia.

A mulher não tinha permissão de votar nas eleições romanas nem de ser

funcionária pública, mas podia ter influência política indireta manifestando opiniões a parentes com cargos públicos. Marco Pórcio Catão, o Velho, um ilustre senador e autor (234 a.C. a 149 a.C), descreveu, meio a sério e meio brincando, a influência que as mulheres podiam exercer nos homens da família: “A humanidade inteira governa suas esposas, nós governamos a humanidade, e nossas esposas nos governam” (Plutarco, *Vida de Catão, o Velho* 8). Em raras ocasiões durante a República, as mulheres romanas faziam demonstrações públicas para influenciar a política governamental. As que conhecemos por relatos históricos envolviam mulheres abastadas que protestavam contra os limites impostos sobre suas riquezas e exibição de status. Em 215 a.C., por exemplo, no auge de uma crise financeira em tempo de guerra, foi aprovada uma lei que proibia a mulher de possuir mais de meia onça de ouro, vestir roupas coloridas em público ou andar em carruagens a uma distância de 1,5 quilômetro de Roma ou de outros municípios romanos, exceto para participar de eventos religiosos públicos. Essa lei pretendia atender ao descontentamento dos homens em relação aos recursos controlados por mulheres ricas em uma época em que o Estado enfrentava uma necessidade aguda de fundos, embora o Senado tivesse exigido a contribuição das mulheres para as despesas de guerra dois anos antes. Em 195 a.C., após a guerra, as mulheres afetadas pela lei organizaram uma manifestação em grande escala contra as restrições. Elas tomaram as ruas para expressar as demandas a todos os homens que encontravam e cercaram as portas das casas de dois líderes políticos que vinham bloqueando a revogação da lei. A lei foi anulada (Tito Lívio, *Desde a fundação da cidade* 34.1-8). Essa exceção dramática ao comportamento público normalmente restrito da mulher romana destaca o fato de que a influência da mulher sobre o governo romano se deu pelo efeito que tinha

sobre cidadãos no controle da política.

A educação romana das crianças era particular para ricos e pobres; não havia escolas públicas. Se os pais de muitas famílias mais pobres que trabalhavam como produtores de bens soubessem ler, escrever e fazer aritmética, podiam transmitir esse conhecimento aos filhos por educação doméstica informal, pois as crianças trabalhavam junto com eles; Roma não tinha leis para limitar o trabalho infantil. Apesar disso, o provável é que a grande maioria da população, na melhor das hipóteses, mal soubesse ler e escrever. As crianças romanas de famílias mais ricas também recebiam a educação básica em casa. No início da República, os pais eram os responsáveis pela educação, pelo menos até que os filhos completassem sete anos, quando podiam começar a receber instrução de tutores contratados ou ser enviados a aulas oferecidas mediante uma taxa por professores independentes em seus aposentos. Os pais tinham um cuidado especial em instruir os filhos sobre os fundamentos da virtude masculina, sobretudo treinamento físico, combate com armas e coragem. Quando a expansão romana aproximou as pessoas mais ricas da cultura grega, elas começaram a comprar escravos gregos instruídos para educar os filhos, muitos dos quais acabavam se tornando bilíngues em grego e latim.

As meninas geralmente recebiam menos treinamento do que os meninos, mas em domicílios de classe alta tanto meninos quanto meninas aprendiam a ler. A repetição era a técnica de ensino padrão, com a aplicação frequente de punição corporal para manter os pupilos atentos ao trabalho de rotina. As famílias mais ricas providenciavam o ensino de literatura às filhas, talvez de um pouco de música e de tópicos conversacionais para jantares festivos. Uma das principais metas da educação da mulher era prepará-la para o importante papel que as mães romanas deviam desempenhar no ensino aos

filhos sobre o respeito aos valores sociais e morais romanos.

O objetivo da educação de um menino romano de classe alta era torná-lo especialista em retórica – habilidade em falar em público com persuasão – porque isso era fundamental ao sucesso em uma carreira pública. Para vencer uma eleição, um homem precisava ser capaz de falar de modo persuasivo aos eleitores, além de aprender a falar com eficiência nos tribunais, onde as ações judiciais eram o veículo de proteção da propriedade privada, da construção de coalizões políticas e do combate aos feudos pessoais. Um menino ouvia técnicas retóricas em ação indo com o pai, tio, irmão mais velho ou amigos da família a reuniões públicas, assembleias e sessões no tribunal. Ao escutar os discursos dados em debates sobre política e causas de direito, o garoto aprendia a imitar técnicas vencedoras. Pais ricos também contratavam professores especiais para instruir os filhos nas habilidades e no grande volume de conhecimento geral de história, literatura, geografia e finanças necessários a um orador eficaz. A retórica romana devia muito às técnicas da retórica grega, e muitos oradores romanos estudavam com professores gregos. Quando, no século II a.C., os romanos começaram a produzir livros-texto sobre retórica em latim, essas novas ferramentas para o sucesso dependiam do material derivado de obras gregas.

A carreira de Marco Túlio Cícero (106 a.C. a 43 a.C.) deu o exemplo mais famoso da República sobre a proeminência à qual um homem pode chegar com talento em retórica. O pai de Cícero pagou para que o filho saísse de casa para estudar retórica em Roma e na Grécia. Lá, Cícero desenvolveu um estilo brilhante de oratória que o permitiu superar o baixo status social de origem, na condição de filho de uma família local de um pequeno município italiano, em vez de uma família de elite em Roma.

Cícero começou a carreira de orador público defendendo homens acusados de crimes, um início de relativa segurança para um orador desconhecido, porque os réus ficavam gratos por esse suporte e os promotores públicos geralmente não retaliavam contra os apoiadores dos réus. Falar em nome da acusação era bem mais arriscado, pois um homem que acusava uma figura pública poderosa podia esperar que seu alvo buscasse vingança por meio de uma contra-ação. Cícero, portanto, eletrizou a elite social romana em 70 a.C. quando falou para processar por corrupção Caio Verres, um funcionário do alto escalão e de grande status. O discurso de Cícero assombrou a capital ao ameaçar o eminente Verres com o exílio (Cícero, *Discurso contra Verres* 1). Em 63 a.C., Cícero atingiu o auge do sucesso ao ser eleito cônsul, o mais alto cargo governamental da República.

Por toda a sua carreira, Cícero usou o dom para a retórica em uma tentativa de reconciliar as facções antagônicas na classe alta de Roma durante as lutas violentas por poder político no fim da República. Obteve fama duradoura por ser o orador cujo ferrão verbal era o mais temido por líderes políticos. Oradores posteriores estudavam seus discursos, muitos dos quais ele preparou para publicação escrita após pronunciá-los, a fim de aprenderem as técnicas dos argumentos estruturados com cuidado, clareza de expressão e imagens convincentes. Cícero também escreveu ensaios influentes sobre retórica, nos quais explicava doutrinas retóricas e sua crença de que, para ser um bom orador, um homem devia viver segundo um código de excelência moral. Uma carta para Cícero, que já se acreditou ser de seu irmão Quinto, resumiu a importância da retórica para os homens romanos:

Sobressair-se em oratória. É a ferramenta para controlar homens em

Roma, conquistando-os para o seu lado e evitando que lhe causem danos. Percebe-se por completo o próprio poder quando se é um homem que pode criar nos adversários os maiores temores de enfrentá-lo em um tribunal (*Commentariolum petitionis* 14).

RELIGIÃO NO ESTADO E NA FAMÍLIA

A religião romana afetava todos os aspectos da vida. Os romanos adoravam uma ampla variedade de seres sobrenaturais, desde os grandes deuses que, dizia-se, tinham palácios no Monte Olimpo na Grécia a espíritos com a capacidade de habitar praticamente qualquer ambiente e fenômeno natural, de tempestades a árvores e rochas. A principal divindade dos romanos era Júpiter, considerado um pai poderoso e severo – mas nem sempre carinhoso – e rei dos deuses. Juno, rainha dos deuses por ser irmã e esposa de Júpiter, e Minerva, deusa virgem da sabedoria e filha de Júpiter (nascida, segundo a mitologia grega, diretamente da cabeça do pai), juntavam-se a Júpiter para formar uma tríade central nos cultos públicos oficiais do Estado. (“Culto público” significa um conjunto tradicional de sacrifícios, orações e rituais que o Estado sancionava e sustentava sob o ponto de vista financeiro.) Esses três deuses dividiam o templo mais famoso de Roma, o Capitólio, no cume do monte Capitolino, no centro da cidade. Essa colina rochosa pairando sobre o Fórum Romano havia servido originalmente como fortaleza e refúgio nos primórdios de Roma. Uma vez que os deuses tinham uma conexão íntima com a defesa da comunidade, o Capitólio, portanto, ao longo do tempo passou a ser o centro sagrado de Roma. Lá foi construído um templo gigante já no século VI a.C., sobre uma plataforma enorme que se estendia ao longo de 52 por 60 quilômetros. O

prédio foi adornado com 24 colunas de pedra com mais de vinte metros de altura. Ele contava com três salas internas compridas, sendo que a sala central hospedava uma estátua de Júpiter, o Melhor e o Maior, a da esquerda, uma estátua de Juno, e a da direita, uma estátua de Minerva. A divisão do templo em três salas se assemelhava à arquitetura dos templos etruscos. Sacrifícios de animais eram uma oferenda comum a esses três deuses protetores da cidade, porque proteger a segurança física e a prosperidade de Roma era a sua principal função na religião romana. Para homenagear Júpiter, o Melhor e o Maior, os romanos também organizavam um festival de exercícios militares e corrida de bigas no Circo Máximo próximo aos montes Palatino e Aventino. Na época do Império, essa pista de corridas e estádio podia acomodar 250 mil pessoas em assentos de concreto e pedra para assistir a corridas de bigas, combates entre gladiadores, execuções públicas e caçadas encenadas de animais selvagens importados de toda parte do mundo romano.

A construção do templo no Capitólio representou uma enorme despesa financeira para uma Roma que ainda era relativamente pequena no século VI a.C., mas o custo valeu a pena para os romanos, que acreditavam que a conquista da boa vontade dos deuses era uma necessidade para a defesa nacional contra vizinhos hostis. Ao mesmo tempo, os romanos também acreditavam que os deuses exigiam que a pessoa assumisse a responsabilidade por sua própria segurança. Portanto, além de construir o templo do Capitólio, os romanos no século VI a.C. também construíram um muro gigantesco de defesa para cercar a cidade.

Os cultos dessas e de inúmeras outras deidades da religião pública tinham conexões apenas limitadas com a moralidade humana, porque os romanos não viam os deuses como originadores do código moral da

sociedade, em contraste com a crença dos hebreus de que o Deus deles transmitiu os Dez Mandamentos e outras leis que deviam obedecer. Os deuses se importavam com o comportamento humano em relação a eles próprios, mas geralmente não com a forma como as pessoas tratavam umas às outras. Assim, embora os romanos acreditassem que Júpiter puniria alguém que quebrasse um contrato juramentado, a punição vinha porque a pessoa ofendeu o deus ao ignorar o compromisso que havia feito com ele sendo testemunha do juramento. Cícero resumiu o significado da religião oficial de Roma com esta explicação dos títulos oficiais de Júpiter: “Júpiter é chamado de o Melhor (*Optimus*) e o Maior (*Maximus*) não porque nos faz justos, moderados ou sábios, mas porque nos faz seguros, ricos e bem-providos” (*Da natureza dos deuses* 3.87). Os romanos, ao longo dos séculos, conservaram esse entendimento da natureza da divindade.

Apesar disso, os romanos consideravam que seus valores mais importantes, como a fidelidade, eram seres ou forças divinas especiais. Tão importante era esse aspecto da crença religiosa romana que foi dedicado um templo para Pietas, uma personificação do valor central de mostrar respeito a deuses e a obrigações morais, em Roma em 181 a.C. O templo abrigava uma estátua de Pietas representada na forma de uma deusa. Esse tipo de representação concreta de qualidades morais abstratas dava um foco para os rituais de seus cultos. Esse aspecto religioso dos valores sociais tradicionais enfatizava a função que tinham de ideais que, conforme se esperava, os romanos deviam cultivar de formas adequadas à família e ao status social individual.

SACERDÓCIO E FESTIVAIS

Homens e mulheres do topo da hierarquia social da República ocupavam a classe sacerdotal que dirigia a adoração oficial aos vários deuses importantes para os romanos. A pessoa que servisse de sacerdote ou sacerdotisa não costumava ser um profissional com a vida dedicada à atividade religiosa; em vez disso, estava apenas cumprindo um dos aspectos de uma vida pública romana bem-sucedida. O principal dever desses diretores da religião oficial era atender ao interesse público garantindo a boa vontade dos deuses em relação ao Estado, um relacionamento crucial que os romanos chamavam de “paz dos deuses” (*pax deorum*). Para manter o favor dos deuses com respeito a Roma, sacerdotes e sacerdotisas tinham de conduzir festivais, sacrifícios e outros rituais frequentes em estrita conformidade com a tradição ancestral. Se a execução das fórmulas antigas de preces oficiais fosse pronunciada de modo incorreto ou mesmo se houvesse um erro em uma única palavra, todo o processo devia começar do início. Como Roma veio a hospedar centenas de santuários e templos, essas atividades sagradas exigiam muito tempo, energia e gastos.

Um culto estatal de particular importância era o de Vesta, a deusa do lar e, portanto, protetora da família. Seu templo abrigava a chama eterna oficial de Roma. Sacerdotisas chamadas de Virgens Vestais mantinham o culto a Vesta; eram seis mulheres solteiras que juravam não fazer sexo pelos trinta anos de serviço às deusas. A responsabilidade mais importante era manter a chama eterna acesa, porque, conforme relatado por Dionísio de Halicarnasso, “os romanos temem a extinção da chama acima de todas as outras preocupações, vendo-a como um presságio da destruição da cidade” (*Antiquidades romanas* 2.67). Se fosse declarada culpada de uma transgressão leve, uma virgem vestal era chicoteada em público. Se, por acaso, a chama se extinguisse, os romanos presumiam que uma das virgens

vestais havia quebrado o juramento de permanecer virgem. Se fosse condenada por quebrar a promessa, a virgem vestal era transportada em um leito fúnebre, como se fosse um cadáver vivo, para ser sepultada em uma câmara subterrânea, onde ficava confinada até morrer. Desta forma, a pureza sexual feminina recebia reconhecimento público como símbolo da segurança e da proteção da estrutura familiar romana e, assim, da preservação do próprio Estado.

O governo romano e a religião estatal romana tinham uma ligação íntima. Nenhuma ocasião oficial podia prosseguir sem a execução de um ritual religioso preparatório. A agenda do Senado em todas as reuniões começava com a consideração dos assuntos religiosos relevantes ao Estado. Comandantes militares realizavam rituais de adivinhação para descobrir a vontade dos deuses e ajudá-los a decidir o melhor momento para lançar ataques. O conselho mais importante de sacerdotes, que contava com quinze membros pela maior parte da história da República, tinha o dever de aconselhar magistrados sobre suas responsabilidades religiosas no papel de agentes do Estado romano. O líder desse grupo, o “sumo pontífice” (*pontifex maximus*), tinha o cargo mais alto na religião pública de Roma e era a autoridade suprema sobre assuntos religiosos que afetavam o governo. A importância política do “sumo pontífice” motivava os homens mais influentes de Roma a aspirarem ao cargo, que, por volta do século III a.C., era preenchido por meio de uma eleição especial.

Muitos festivais religiosos romanos continuavam a se basear nos interesses de uma comunidade agrícola com um futuro instável, a condição inicial de Roma. Por tradição, a religião romana buscava proteger a agricultura, que permanecia sendo a base da sobrevivência da comunidade. Era comum que as preces romanas, portanto, pedissem o auxílio dos deuses

para garantir boas colheitas, evitar doenças e promover a reprodução saudável entre animais domésticos e pessoas. Talvez a melhor evidência da importância da religião em gerar um sentido de auxílio divino e refúgio em tempos conturbados venha do santuário gigantesco em vários níveis, construído para Fortuna Primigênia (“Sorte Primogênita”) em Praeneste (hoje Palestrina), uma cidade 32 quilômetros a sudeste de Roma. Iniciado talvez no século II a.C. e, mais tarde, reconstruído e ampliado por séculos, esse local escalonado se estende por cinco níveis até uma encosta para compor o que era uma das maiores estruturas religiosas de toda a Itália antiga.

Os rituais religiosos romanos ancestrais não costumavam mudar ao longo do tempo, porque a adição de qualquer novidade às homenagens habituais prestadas aos deuses poderia ofender os seres divinos e, com isso, provocar sua raiva contra a comunidade humana que deviam proteger. A religião da República tardia, portanto, preservou muitos rituais antigos, como o festival da Lupercália. Durante essa celebração, jovens nus corriam em torno do monte Palatino no centro da cidade, chicoteando qualquer mulher que cruzasse o seu caminho com tiras de couro de cabra. A mulher que não conseguia engravidar fugia correndo para ser atingida, acreditando que isso a ajudaria a se tornar fértil. No festival da Saturnália, à época do solstício de inverno em dezembro (uma data que os cristãos muito mais tarde adotariam para a comemoração do Natal), seguindo a tradição ancestral, a ordem social era, de modo temporário, revirada ao contrário de propósito. Conforme o dramaturgo e erudito Ácio (170 a.C. a 80 a.C.) descreveu a Saturnália, “as pessoas realizam banquetes alegremente por toda a zona rural e urbana, sendo que cada proprietário atua como empregado de seus escravos” (*Anais* 2-7, preservado em *Macrobius*,

Saturnalia 1.7.36). A inversão social de proprietários de escravos servindo aos criados liberava, de modo simultâneo e paradoxal, tensões causadas pelas desigualdades entre proprietário e escravo na vida cotidiana e reforçava os vínculos de obrigação dos escravos com os proprietários, ao simbolizar as bondades do proprietário que o escravo estava obrigado a retribuir com um serviço fiel.

Sendo politeístas, os romanos reconheciam que podiam existir deuses que exigiam veneração, mas que ainda não tinham aceitado. Em emergências nacionais, o Estado poderia buscar proteção divina contra deuses estrangeiros que não tinham culto tradicional em Roma. Por exemplo, o governo importou o culto de Asclépio, deus da medicina, da Grécia em 293 a.C., na esperança de salvar Roma de uma peste. Indivíduos importavam outros cultos estrangeiros para satisfazer aos sentimentos religiosos pessoais, como a adoração do deus grego Dionísio (chamado de Baco pelos romanos). O culto a Baco gerou controvérsia, porque seus adoradores organizavam encontros à noite que suscitavam temores que outros tinham do comportamento sexual escandaloso e oculto e, mais seriamente, de potenciais conspirações políticas. Porém, contanto que evitassem qualquer aparência de ameaça à estabilidade do Estado, os cultos religiosos estrangeiros tinham permissão de existir. O governo não manifestava interesse nas doutrinas religiosas desses cultos, apenas na fidelidade dos adoradores ao Estado.

RELIGIÃO NA FAMÍLIA

A reverência ao culto de Vesta era apenas uma das formas em que a religião romana estava associada à família, bem como ao Estado. Todo lar

romano possuía espaços sagrados. Uma estátua do deus de duas faces Janus era posicionada na porta da casa, com uma face voltada para a rua, e a outra, para o interior. Desta forma, acreditava-se que o deus oferecia proteção à casa, bloqueando inimigos e protegendo os moradores. Toda família também mantinha em casa um santuário em forma de armário para guardar seus penates (espíritos dos mantimentos) e lares (espíritos dos ancestrais). O armário com estantes abertas continha estatuetas representando esses espíritos familiares. Os romanos acreditavam que essas divindades ajudavam a manter a família bem e a preservar sua pureza moral ancestral. Também penduravam máscaras da morte de ancestrais ilustres nas paredes da sala principal da residência. Essas imagens lembravam a geração atual da responsabilidade em viver à altura dos ideais antigos e virtuosos dos ancestrais. O sentimento forte de tradição familiar inculcado por essas práticas e pela instrução dos pais (sobretudo as mães) representava a principal fonte de moralidade romana. O impedimento mais significativo ao comportamento imoral em relação a outras pessoas vinha do medo de perder respeito e status insultando essa tradição, e não de algum temor de punição de comportamento individual pelos deuses.

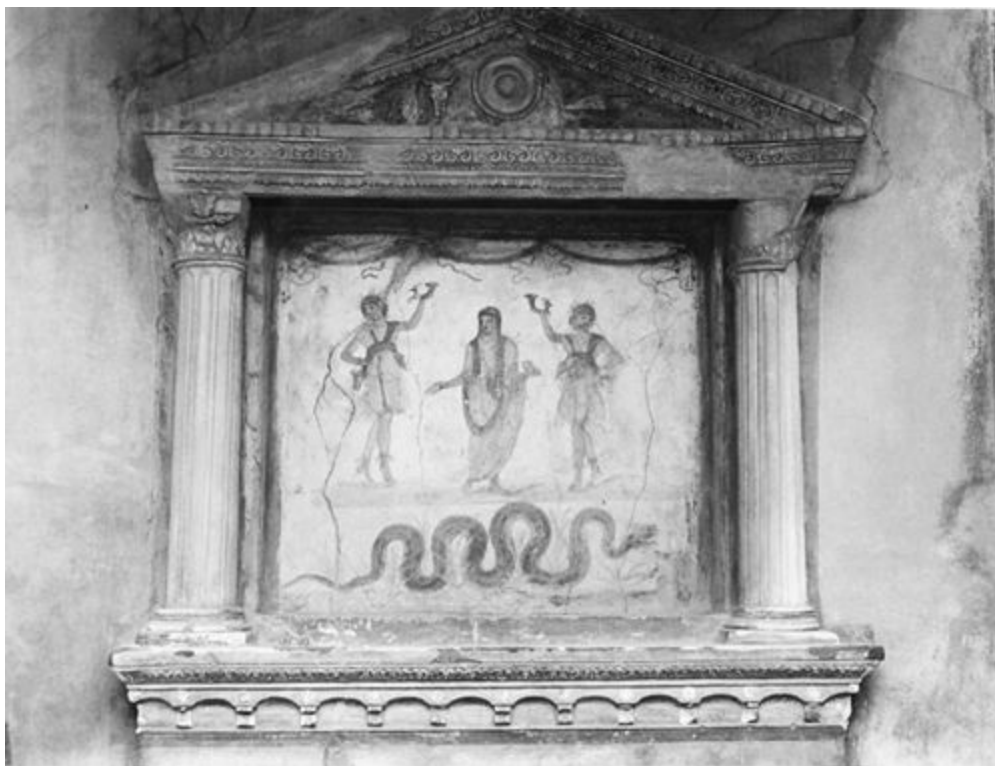


Figura 6. Esta pintura ficava sobre um santuário familiar para adoração dos deuses em uma casa de Pompeia. Romanos com riqueza suficiente adornavam a casa com santuários para prestar o devido respeito às divindades que acreditavam estar protegendo o domicílio. Patricio Lorente/Wikimedia Commons.

Os romanos acreditavam que muitos espíritos divinos participavam de momentos cruciais da vida privada, acima de tudo no nascimento, no casamento e na morte. Todos os membros do domicílio, inclusive os escravos, tinham um lugar nos rituais religiosos da família em casa. Tão frequente era a atividade religiosa na vida privada romana que rituais especiais acompanhavam atividades tão diversas e triviais quanto a amamentação de bebês e a adubagem de campos com estrume para fertilizar as plantações. As pessoas realizam esses rituais para expressar reverência respeitosa pelo enorme poder do divino, conforme manifestado nas forças da natureza, e em busca de proteção contra males em um mundo repleto de perigos e incertezas.

Da perspectiva romana, suas crenças e práticas religiosas faziam sentido

como um reflexo da concepção que tinham da precariedade da condição humana. Reconheciam a natureza totalmente assimétrica da relação entre o humano e o divino, na qual os deuses sem dúvida exerciam um poder avassalador que os humanos mal podiam compreender. Ademais, os deuses eram vistos como dispostos a usar esse enorme poder para ajudar – ou prejudicar – os seres humanos. Essa disposição divina em intervir na vida cotidiana em todos os aspectos, de política internacional a doenças individuais, tornava a relação com os deuses bastante problemática, porque os romanos não acreditavam que os deuses tinham qualquer tendência necessária a amar os seres humanos. Se ficassem bravos, os deuses podiam punir criaturas tão inferiores sem obrigação de explicar o porquê. As coisas eram ainda mais difíceis porque os deuses não se comunicavam com os mortais de maneira clara ou direta, exceto em circunstâncias raras. Em vez disso, era responsabilidade dos seres humanos fazer o difícil e, por vezes, impossível trabalho de descobrir a vontade divina e, depois, segui-la. Pecados de omissão, portanto, eram tão graves quanto os de comissão. A obrigação constante que as pessoas sentiam de fazer todo o possível para reconhecer a vontade dos deuses para, assim, conseguirem obedecê-la motivou a atividade religiosa privada na família, da mesma forma que os cultos estatais de Roma.

3

DA FUNDAÇÃO DE ROMA À REPÚBLICA

Os romanos acreditavam que sua comunidade assumiu forma pela primeira vez sob o domínio de reis no século VIII a.C. As fontes sobreviventes são repletas de histórias vívidas, cuja exatidão é controversa e de difícil avaliação. A maioria dos historiadores modernos conclui que se pode saber pouco sobre os eventos desse período formativo da história romana. É evidente, porém, que as lendas sobre a monarquia revelam ideias importantes que os romanos posteriores mantinham sobre suas origens. Essas ideias, por sua vez, ajudam a explicar como os romanos estruturaram a sociedade e a política sob a República, o sistema que emergiu depois que a monarquia foi derrubada no fim do século VI a.C.

Uma vez que os romanos, pelo restante de sua história, referiram-se ao governo como República, mesmo após a restauração da monarquia no Império, é fundamental entender as partes constituintes desse sistema e sua relação com os valores que caracterizaram o modo de vida romano. Tais partes estavam acima de todos os funcionários eleitos e assembleias eleitorais que os historiadores costumam chamar de “constituição romana”, embora não haja na Roma Antiga um documento escrito como a Constituição dos Estados Unidos da América para especificar a estrutura política e os poderes do governo. Na “constituição romana”, poderes e responsabilidades se sobrepunham entre as instituições governamentais ou eram divididos entre elas de formas complexas.

LINHA DO TEMPO (TODAS AS DATAS A.C.)

Séculos X e IX: Villanovianos, gregos e etruscos desenvolvem-se na Itália.

753: Rômulo funda Roma, sendo o primeiro rei.

716: Rômulo morre sob circunstâncias misteriosas.

715 a 673: Numa Pompílio é rei, estabelecendo rituais religiosos públicos e sacerdócios.

578 a 535: Sêrvio Túlio é rei, organizando os cidadãos em grupos políticos e militares e estabelecendo a prática de conceder cidadania a escravos libertos.

Meados do século VI: Roma expande-se para controlar cerca de 780 quilômetros quadrados de território na região central da Itália e cria o Fórum no centro da cidade.

509: Após o estupro e suicídio de Lucrecia, Brutus e outros membros da elite abolem a monarquia e estabelecem a República.

479: A família de Fábio organiza seu próprio exército para travar uma guerra por Roma contra a cidade etrusca de Veios.

458: Cincinato serve de ditador para salvar Roma em uma emergência militar e retorna imediatamente à vida privada.

Séculos VI e V: O Conflito das Ordens entre patrícios e plebeus cria confusão política e econômica.

451 a 449: A Lei das Doze Tábuas, primeiro código escrito de leis romanas, emerge como um termo comum entre patrícios e plebeus.

337: A força plebeia força a aprovação de uma lei que abre todos os órgãos políticos a ambas as ordens.

287: Os patrícios concordam que as propostas aprovadas na Assembleia Tributa sejam leis oficiais, encerrando o Conflito das Ordens.

O termo técnico romano para a comunidade política como um todo era “povo romano” (*populus Romanus*), mas na realidade esse termo não implicava democracia. A classe alta sempre dominou o governo romano. Portanto, antes de descrever os funcionários e as assembleias da República, faz-se necessário esboçar a divisão bipartida da sociedade romana em classes com definição legal, os patrícios e os plebeus, e como uma classe alta de patrícios e plebeus abastados emergiu, de modo gradual e violento, como a força dominante na sociedade e na política romanas. Esse pano de fundo da estruturação formal do status social é preciso, sobretudo, para

compreender a natureza dos cônsules e do Senado, a chamada “escada de cargos” que os homens romanos abastados almejavam subir como funcionários governamentais eleitos, e, por fim, as complicadas assembleias eleitorais de Roma.

A FUNDAÇÃO DA CIDADE E A MONARQUIA

A arqueologia moderna, como vimos, mostra que os villanovianos, os gregos e os etruscos influenciaram os romanos à medida que desenvolviam sua própria identidade cultural como parte de um mundo mediterrâneo mais amplo. Lendas da Roma Antiga também associavam os primeiros romanos a outros, em especial aos troianos, mas, além disso, enfatizavam o distanciamento da diminuta povoação no centro da Itália, lembrada como a origem de Roma como Estado. Conforme explicado na narrativa de Tito Lívio (*Desde a fundação da cidade* 1.5-7), Rômulo e seu irmão Remo fundaram a cidade em 753 a.C. A história incluía o relato macabro de que Rômulo se tornou o primeiro e único rei depois de assassinar o irmão Remo durante uma discussão acalorada sobre o local para Roma e a divisão de seu governo (ver também Dionísio, *Antiguidades romanas* 1.85-87). Esse conto ensinou aos romanos que a monarquia levava ao assassinato de rivais para chegar ao poder. Portanto, a lenda de que os romanos se lembravam das origens de sua cidade era um alerta de como disputas sobre o melhor sistema político podiam se tornar perigosas.

A lenda também dizia que, depois de governar por 37 anos, Rômulo desapareceu para sempre em 716 a.C. no redemoinho ofuscante de uma violenta tempestade. A perda misteriosa do monarca enfureceu a maioria da população inicial de Roma, pois suspeitavam que o círculo de conselheiros

de classe alta de Rômulo havia assassinado o querido líder das massas e ocultado o corpo. Para evitar um tumulto, um cidadão proeminente bradou a seguinte explicação à turba indignada:

Rômulo, o pai de nossa cidade, desceu do céu ao amanhecer de hoje e apareceu para mim. Com espanto e reverência, permaneci diante dele, rezando para que fosse correto olhar para sua face. “Vá”, Rômulo disse para mim, “e diga aos romanos que, pela vontade dos deuses, minha Roma será a capital do mundo. Que aprendam a ser soldados. Que saibam, e ensinem aos filhos, que nenhum poder na Terra pode enfrentar o exército romano.” Quando terminou de falar essas palavras para mim, retornou ao céu (Tito Lívio, *Desde a fundação da cidade* 1.16).

O discurso acalmou as pessoas, porque agora se sentiam confiantes da imortalidade de seu fundador e do destino favorecido pelos deuses. Apesar da reconciliação com a qual terminou, essa história demonstrava que os conflitos entre o pequeno número de romanos da elite e a massa de romanos comuns era parte da história desde o início.

Esse relato resume de forma brilhante a verdade sobre como os primeiros romanos viam as lições da história: se as pessoas forem corajosas, mantiverem as tradições através das gerações e seguirem a orientação da classe alta, então os deuses favorecerão Roma e garantirão que as forças armadas romanas conquistem o mundo. Ao mesmo tempo, também explicitava a desconfiança que os cidadãos comuns sentiam em relação à classe alta. Por último, também mostrava que a massa estava contente em ser governada por um rei e sabia que a classe alta odiava a monarquia pelo poder que esta mantinha até mesmo sobre ela, sem importar a posição de elite que se pudesse ter. Essa lenda, então, comunicava uma verdade

duradoura sobre a sociedade romana: embora os romanos concordassem que tinham um destino especial em dominar os outros por meio de conquista, as classes baixa e alta manifestavam atitudes radicalmente distintas sobre qual tipo de governo acreditavam ser o melhor, criando um desacordo permanente sobre como estruturar o poder oficial, uma vez que afetava a vida das pessoas.

Roma, em sua fundação, enfrentou um grande desafio de sobrevivência, porque sua população era pequena e pobre, comparada com vizinhos mais fortes. Os outros povos da área em que estava localizada Roma, chamada Lácio, eram, em sua maioria, aldeões pobres, mas algumas das povoações vizinhas eram bem menos populosas e mais prósperas. A maior parte dos povos do Lácio falava a mesma língua dos romanos, uma forma inicial de latim, mas tal afinidade linguística não significava que essas comunidades vizinhas se consideravam unidas do ponto de vista étnico. Da mesma forma, os povos não falantes de latim da região não tinham motivo herdado para respeitar a existência dos romanos. Nesse mundo, todas as comunidades deviam estar prontas para se defender contra ataques de vizinhos.

Contando Rômulo como o primeiro rei, sete monarcas governaram Roma, um após o outro, por dois séculos e meio após a fundação. Roma sob o governo de reis se tornou, pouco a pouco, uma povoação maior e mais capaz de se proteger por meio da adoção de uma estratégia bifacetada de crescimento populacional: absorver outros em sua população ou fazer alianças com eles para criar uma cooperação militar. Essa estratégia formou a base da expansão romana de longo prazo: transformar estrangeiros em romanos ou cooperar com eles na defesa mútua. A incorporação de estrangeiros no corpo de cidadãos para se tornar mais poderosa e próspera era uma necessidade de sobrevivência para uma comunidade como a Roma

inicial, que teve um começo tão fraco e pequeno. Também foi uma inovação tremenda no mundo antigo. Nem os gregos nem nenhuma outra sociedade contemporânea adotaram essa política de inclusão de estrangeiros. Na verdade, quem não era local quase nunca podia se tornar cidadão em um Estado grego. Os gregos empregavam a nova cidadania como forma de homenagear estrangeiros ricos que haviam beneficiado a comunidade e não tinham necessidade nem intenção de se tornar cidadãos comuns.

A política exclusiva e inovadora de Roma de acolher estrangeiros para aumentar o número de cidadãos e, com isso, se fortalecer foi o segredo de longo prazo para acabar se tornando o Estado mais poderoso que o mundo já testemunhou. A política era tão essencial que Roma até oferecia aos escravos uma chance de mobilidade social ascendente. Os romanos eram proprietários de escravos, como todas as outras sociedades antigas. Consideravam os escravos posse do proprietário, e não seres humanos com direitos naturais. Portanto, é um feito extraordinário da sociedade romana o fato de que os escravos que ganhavam a liberdade imediatamente se tornavam cidadãos romanos. Alguém virava escravo ao ser capturado na guerra, ser vendido no mercado internacional de escravos por invasores que o haviam sequestrado ou por nascer de uma mãe escrava. O escravo podia comprar a liberdade com ganhos que seu mestre permitia que ele acumulasse para incentivar o trabalho árduo ou podia receber a liberdade como um presente no testamento do proprietário. O escravo liberto tinha obrigações legais com o ex-proprietário na forma de cliente, mas homens e mulheres libertos, como era a designação oficial, por outro lado tinham direitos civis completos, como o casamento legal. Não podiam ser eleitos a cargos políticos nem servir no exército, mas os filhos se tornavam cidadãos de Roma com direitos integrais. Em outros Estados mediterrâneos, o melhor

a que ex-escravos e seus filhos podiam almejar era se transformarem em estrangeiros legais com direito a residência, mas sem cidadania nem esperança alguma de obter esse status e as proteções e os privilégios associados a ele. A política de Roma era diferente de um modo peremptório, para grande vantagem do Estado.

Como sempre para qualquer aspecto da cultura de Roma que pedia justificativa, havia uma lenda para fornecer uma origem antiga dessa política extremamente incomum de inclusão de estrangeiros. Tanto Tito Lívio (*Desde a fundação da cidade* 1.9-13) quanto Dionísio (*Antiguidades romanas* 1.30-32, 38-46) preservam histórias que lembravam os romanos de por que era preciso acolher os outros se o Estado deles quisesse sobreviver e prosperar em um mundo ameaçador. Rômulo, segundo a lenda, percebeu que Roma, após a fundação, não conseguiria crescer nem mesmo se autopreservar porque não tinha mulheres o bastante para parir as crianças necessárias para aumentar a população e, por conseguinte, fortalecer a comunidade. Por isso, enviou representantes aos vizinhos de Roma para solicitar o direito de que seus homens, sem importar o nível de pobreza, pudessem casar com as mulheres de qualquer comunidade próxima. (No mundo antigo, esse tipo de casamento misto geralmente estava disponível apenas para famílias prósperas.) Ele instruía os mensageiros de Roma a dizer que, embora a comunidade deles fosse, naquele momento, muito pequena e pobre, os deuses haviam concedido a ela um futuro brilhante e que seus vizinhos mais prósperos, em vez de encarar o vizinho empobrecido com desprezo, deviam reconhecer o maravilhoso destino dos romanos e, portanto, fazer uma aliança para benefício mútuo.

Todas as comunidades próximas recusaram o pedido de Rômulo por alianças matrimoniais. Desesperado por uma solução, o rei romano

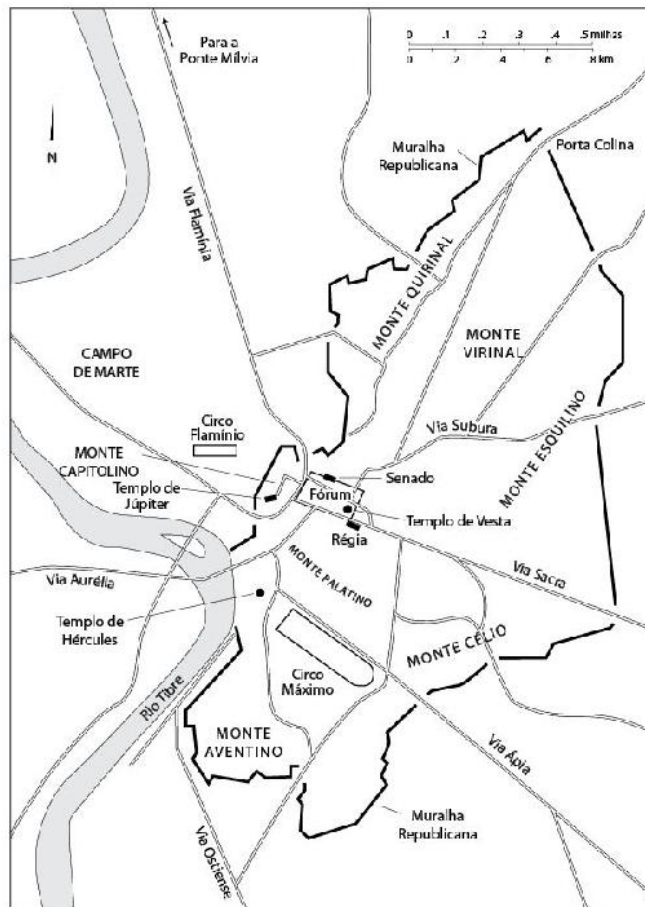
elaborou um plano arriscado para sequestrar as mulheres que ele sabia serem necessárias à comunidade se quisessem ter um futuro. Convidou o povo sabino fronteiro para um festival religioso em Roma. Em um momento predeterminado, os homens de Roma raptaram as mulheres sabinas solteiras. Despreparados para esse ataque, os sabinos tiveram que fugir para casa. Os romanos casaram logo com as mulheres sequestradas, tornando-as cidadãs. Quando um enorme contra-ataque sabino em Roma levou a uma batalha sangrenta na qual muitos romanos e sabinos estavam sendo feridos e mortos, as noivas sabinas se precipitaram sobre os grupos combatentes, fazendo com que interrompessem a luta. As mulheres, então, imploraram aos novos maridos romanos e aos pais e irmãos sabinos que parassem de se matar e fizessem as pazes ou que matassem esposas, filhas e irmãs ali mesmo. Envergonhados pela súplica das mulheres, os homens não só fizeram as pazes como também combinaram as duas populações em um Estado romano ampliado. O papel das mulheres nesse incidente lendário explica como a imigração e a assimilação de outros povos foram uma base do poder de Roma e destaca o ideal romano tradicional da mulher sendo a mãe dos cidadãos romanos, pronta para se sacrificar pela sobrevivência da comunidade.

Não é preciso decidir o nível de exatidão dessa história dramática para ver que expressava a verdade básica de que a história romana inicial era uma história de expansão e inclusão exitosa de outros povos, por meio de guerras e negociações. Mudando-se da povoação original de poucas cabanas com telhado de palha nas colinas de Roma, a população romana cresceu nos próximos dois séculos, atingindo tamanha extensão que ocupava algo em torno de 780 quilômetros quadrados do Lácio, terras agrícolas suficientes para sustentar 30 a 40 mil pessoas. Talvez contratando

engenheiros etruscos especializados para fazer o projeto, os romanos em meados do século VI a.C. drenaram a seção aberta no sopé dos montes Palatino e Capitolino, que antes era pantanosa, para ser o centro público da cidade emergente. Chamado de Fórum Romano, esse espaço central recém-criado permaneceu sendo a seção mais histórica e simbólica de Roma por mil anos. A criação do Fórum como um local de reunião para assuntos políticos, jurídicos e comerciais, bem como para funerais públicos e festivais, aconteceu quase ao mesmo tempo em que os atenienses na Grécia criaram a *ágora* para servir de centro público aberto da cidade crescente. Tais reorganizações praticamente simultâneas de espaço urbano em Roma e Atenas revelam os desenvolvimentos culturais comuns que ocorriam na região do Mediterrâneo nesse período. Ao longo do tempo, os romanos ergueram prédios grandes no e ao redor do Fórum para servirem de espaços de encontro para reuniões políticas, discursos, julgamentos e funções administrativas do governo. Hoje, o Fórum apresenta uma aglomeração de ruínas de séculos de história romana. Um passeio pelo Fórum literalmente coloca o turista nas pegadas dos antigos, e permanecer lá para ler em voz alta um discurso de Cícero, o maior orador de Roma, ou um poema de Juvenal, o satírico romano de língua mais afiada, pode mexer com a imaginação histórica de um visitante para que contemple os fantasmas da glória e da violência de Roma com uma vivacidade inatingível em qualquer outro lugar do planeta.

Os romanos lembravam-se e valorizavam a maioria dos sete reis como os célebres fundadores de tradições duradouras. Creditavam ao segundo rei, Numa Pompílio (governou de 715 a.C. a 673 a.C.), por exemplo, o estabelecimento dos rituais religiosos públicos e sacerdócios que veneravam os deuses para pedir suporte a Roma. Acreditava-se que Sêrvio

Túlio (governou de 578 a.C. a 535 a.C.) tivesse criado instituições básicas para organizar os cidadãos de Roma em grupos para fins políticos e militares, bem como a prática de conceder cidadania a escravos libertos. No fim, porém, a monarquia fracassou como resultado da oposição da classe alta da cidade. Essas famílias ricas consideravam-se equivalentes sociais do rei e, portanto, ressentiam-se do maior poder e status do monarca. Também se ressentiam do apoio que pessoas comuns davam à monarquia. Os reis, por sua vez, temiam que um membro poderoso da classe alta pudesse recorrer à violência para se apoderar do trono. Para obter aliados contra tais rivais, os reis cultivavam o apoio de cidadãos em posse de riquezas suficientes para supri-los com armas, mas sem dinheiro ou posição social suficiente para serem membros da classe alta. Por volta de 509 a.C., alguns romanos de classe alta depuseram o rei Tarquínio, o Soberbo, um etrusco que, segundo a lenda, se tornou rei após a filha de Sêrvio, Túlia, forçar Tarquínio a assassinar o próprio marido. Ela obrigou Tarquínio a desposá-la e, depois, matar Sêrvio para se tornar o rei de Roma. Tarquínio, o Soberbo, perdeu o trono por consequência da disposição irresoluta de outra mulher romana bastante diferente: Lucrecia. O filho de Tarquínio estuprou essa esposa virtuosa de classe alta ameaçando-a com uma faca. Embora seu marido e seu pai tivessem implorado a ela para não se culpar pelo crime de outra pessoa, Lucrecia cometeu suicídio depois de identificar o estuprador e apelar aos familiares homens que a vingassem. Ela tornou-se famosa como o ideal de mulher romana: casta, corajosa e disposta a morrer em vez de correr o risco mesmo de uma suspeita de comportamento imoral (Tito Lívio, *Desde a fundação da cidade* 1.57-60).



Mapa 2. A cidade de Roma durante a República

Liderados por Lúcio Júnio Brutus e autointitulados libertadores, uma aliança de homens de classe alta depôs Tarquínio do poder e aboliu a monarquia. A seguir, estabeleceram a República Romana, justificando a revolução com o argumento de que era inevitável que o governo dominado por um homem levasse a abusos de poder, como o estupro de Lucrecia. Um único governante equivalia a tirania, proclamaram. Conforme mencionado no início, o termo “República” vem da expressão latina *res publica* (“a coisa do povo, o assunto do povo”; “comunidade”). Esse nome expressava o ideal do governo romano de ser da e para toda a comunidade, com o consentimento do povo e em seu interesse (Cícero, *Da república*, 1.39).

Esse ideal nunca se tornou realidade por completo: a classe alta dominou o governo romano e a sociedade sob a República.



Figura 7. Uma estátua de um homem romano de classe alta o representa vestindo roupas formais – uma toga – e segurando retratos esculpidos de seus ancestrais. Padrões de conduta adequada convocavam os romanos a demonstrar o respeito pelos “anciões” da família, vivos e mortos.
Alinari/Art Resource, NY.

O ódio que a classe alta tinha da monarquia continuou sendo uma característica central da história romana por centenas de anos, uma tradição conservada na lenda de Horácio (Tito Lívio, *Desde a fundação da cidade* 2.10). Junto com dois soldados, ele repeliu um ataque etrusco em Roma voltado para reempossar um rei sobre os romanos, pouco após a expulsão de Tarquínio, o Soberbo. Horácio bloqueou a entrada do inimigo em Roma

conduzindo seus soldados por uma ponte sobre o Rio Tíbre até que seus contrterrâneos pudessem destruí-la, bloqueando a invasão estrangeira. Conforme a ponte caía nas águas abaixo, Horácio gritava em escárnio aos etruscos, por serem escravos que haviam perdido a liberdade porque eram governados por reis arrogantes. Depois, pulou no rio ainda usando a armadura completa de metal e nadou para a segurança e liberdade. Pelo restante de sua história, os romanos de todas as classes sociais estimaram a liberdade política do Estado descrita por essas lendas, mas a elite e os cidadãos comuns continuavam a discordar, às vezes de forma violenta, sobre como compartilhar o poder no governo da República que emergia das lutas da história inicial.

STATUS SOCIAL E PODER POLÍTICO

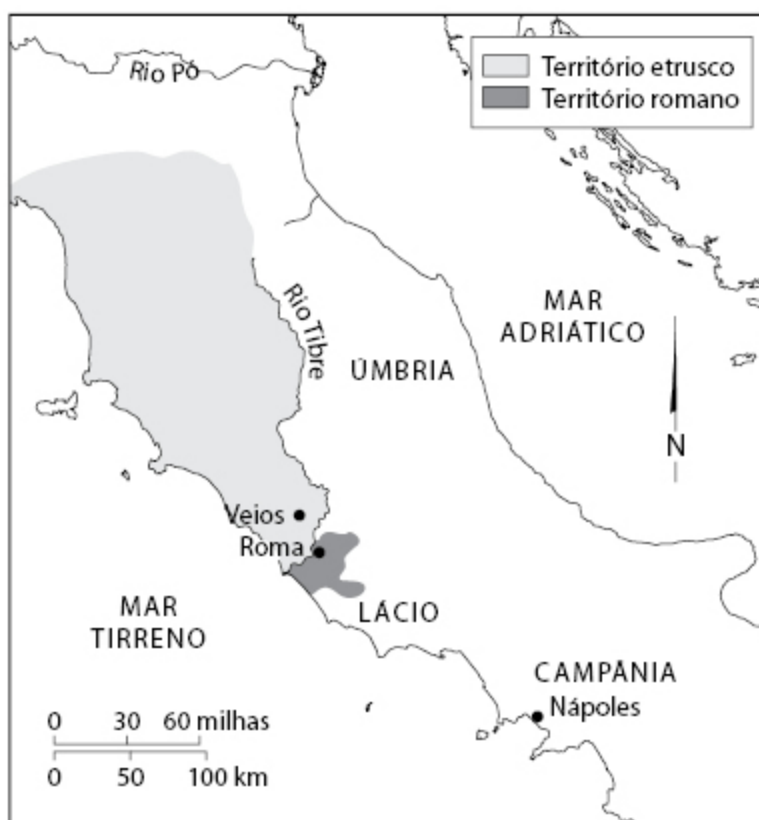
Os romanos, como outros povos antigos, acreditavam que a desigualdade social era um fato da natureza. Por consequência, dividiam os cidadãos por lei em dois grupos chamados “ordens”, um com status social muito mais alto – a ordem senatorial (dos patrícios) – do que o outro – a ordem plebeia. Essa divisão perdurou por toda a história romana. Os patrícios eram os aristocratas originais de Roma, tendo herdado o status por nascerem em uma minúscula porcentagem de famílias – cerca de 130 no total – classificadas de patrícias; nenhuma outra poderia atingir esse status. Não se sabe como as famílias obtiveram o status original de patrícias, mas é provável que tenha acontecido em um processo gradual no início da história de Roma, em que os romanos mais ricos se autodenominavam um grupo exclusivo com privilégios especiais para conduzir cerimônias religiosas pela segurança e prosperidade da comunidade. No devido tempo, os

patrícios aproveitaram esse status de elite autoproclamado em um quase monopólio sobre cargos seculares e religiosos do governo inicial da República. Os patrícios anunciavam com orgulho o status superior. No início da República, usavam sapatos vermelhos como forma de diferenciação. Mais tarde, trocaram para sapatos pretos usados por todos os senadores, mas os adornaram com pequenas meias-luas de metal para marcar o próprio prestígio específico.

Como possuíam nascimento nobre e muitas posses, os patrícios tornaram-se os primeiros líderes sociopolíticos de Roma, muitas vezes controlando grandes grupos de seguidores que podiam comandar na batalha. Uma inscrição (o *Lapis Satricanus*) de aproximadamente 500 a.C., por exemplo, diz que “os camaradas de Públio Valério” erigiram um monumento em homenagem a Marte, o deus romano da guerra. Valério era um patrício e é significativo que, ao fazer essa consagração à divindade nacional, esses homens tenham designado a si mesmos como seus apoiadores, em vez de se referirem como cidadãos de Roma. Também há a famosa história do patriotismo da família de Fábio. Esses patrícios tinham tantos seguidores que, quando o Estado já havia comprometido as forças regulares à guerra em outras frentes e, portanto, não podia mais convocar tropas para lutar contra a cidade vizinha etrusca de Veios em 479 a.C., os fabianos conseguiram mobilizar um exército particular de 306 homens de sua própria família e uma multidão de clientes para travar guerra em nome de Roma (Tito Lívio, *Desde a fundação da cidade* 2.48-49). O fato de que foram exterminados pelo exército de Veios só torna a influência dos fabianos sobre seus seguidores ainda mais impressionante.

Os plebeus constituíam o restante da população. Por conseguinte, eram em número bem maior do que os patrícios. É evidente que muitos plebeus

eram pobres, assim como a maioria da população em todas as civilizações antigas. Alguns plebeus, no entanto, eram proprietários ricos e tinham funções importantes na vida pública. Portanto, seria um erro considerar os plebeus apenas como os “pobres e desrespeitados de Roma”. Em realidade, os plebeus mais ricos achavam que deviam ter tanta influência na sociedade e na política romanas quanto os patrícios. Os plebeus mais pobres, por outro lado, estavam preocupados, por necessidade, com a mera sobrevivência em um mundo sem nenhuma rede de segurança social. Os plebeus eram, assim, um grupo bem diversificado de cidadãos, cujos interesses não necessariamente coincidiam, dependendo da riqueza relativa e posição na sociedade.



Mapa 3. Roma e Itália Central, século V a.C.

O conflito entre membros da ordem senatorial e membros abastados da ordem plebeia ocupou os dois séculos seguintes à criação da República, causando uma influência profunda na estrutura definitiva da “constituição romana”. Por esse motivo, os historiadores geralmente se referem a esse período conturbado nos séculos V e IV a.C. como o Conflito das Ordens. Esse rótulo implica que o problema teve origem na demanda dos plebeus por ingresso nos mesmos cargos políticos e religiosos de alto nível que os patrícios tornaram quase monopólio para si próprios. Sem dúvida, havia tensão sobre as políticas restritivas que os patrícios impunham para se cercarem socialmente contra os plebeus. De destaque ainda maior, os patrícios em meados do século IV levaram sua política de exclusão social ao limite: baniram o casamento entre eles e os plebeus. Pesquisas recentes, porém, demonstram que a análise da agitação em Roma nesse período como sendo algo somente sobre liderança política e status social coloca muita ênfase sobre a luta por cargos políticos, um erro reprojeto na história inicial de Roma por Tito Lívio e outros historiadores do século I a.C. Por essa época, as ruas de Roma haviam sido inundadas pelo derramamento de sangue de décadas de conflitos entre líderes plebeus e patrícios pelo acesso a posições privilegiadas no Estado romano. Era, portanto, tentador interpretar as histórias de agitação da história inicial romana como prévias dos conflitos do fim da República.

As fontes de conflito entre patrícios e plebeus no início da República eram tanto econômicas quanto políticas. Enquanto plebeus abastados desejavam que os patrícios compartilhassem com eles o acesso aos cargos políticos mais altos e ao status social trazido por tais posições, plebeus pobres eram os mais desesperados por alívio das políticas dos patrícios nesse período. Em outras palavras, a luta de classes do Conflito das Ordens,

para a maioria das pessoas, tinha a ver com uma sobrevivência literal, porque os pobres, aumentando conforme crescia a população de Roma, precisavam de mais terra para cultivar e alimentar a família. Os patrícios ricos, no entanto, dominavam a propriedade da terra e também eram a fonte de empréstimos para os pobres.

A escassez de terra para o cultivo e o juro alto cobrado sobre a dívida acabou por levar um grande número de plebeus a recorrer a medidas drásticas para tentar proteger seus interesses. Nas disputas mais agudas, chegaram a se retirar fisicamente do limite sagrado da cidade, para um povoado temporário em uma colina próxima. Os plebeus recusaram-se a servir no exército da milícia de cidadãos. Essa “secessão”, como é chamada, funcionou, pois devastou a defesa nacional da cidade, que não contava com um exército permanente profissional naquele momento. Em vez disso, em tempos de guerra, os cidadãos de Roma se agrupavam na área aberta e relvada próxima ao rio Tibre, chamada de Campo de Marte (o campo dedicado a Marte), para treinamento e exercício militar. Em outras épocas, permaneciam em casa para cultivar a terra e sustentar a família. Quando cidadãos plebeus se recusaram a participar do treinamento para a guerra ou a comparecer quando convocados nas residências e nos campos para defender a cidade na batalha, então Roma se encontrou em grave perigo, porque havia patrícios de menos para protegê-la sem auxílio. A necessidade de fazer com que os plebeus servissem na força de defesa nacional era o principal motivo pelo qual os patrícios, por fim, tiveram que chegar a um acordo com eles, embora a elite odiasse ceder às demandas daqueles considerados inferiores sociais.

A tradição romana diz que o denominador comum entre patrícios e plebeus levou às primeiras leis escritas de Roma. O novo código legal

entrou em vigor após a missão de uma delegação romana a Atenas, onde estudaram como aquela ilustre cidade grega havia criado um código de Direito escrito. Mesmo com essa pesquisa, foi preciso um bom tempo para que as duas ordens romanas atingissem o acordo final sobre as leis para proteger os plebeus e, ao mesmo tempo, manter o status da ordem patrícia. O código escrito mais antigo do Direito romano, chamado de Lei das Doze Tábuas, foi promulgado entre 451 e 449 a.C. Como um meio-termo entre dois grupos poderosos, era inevitável que fosse menos do que uma vitória nítida para os interesses plebeus. Na realidade, os patrícios se aproveitaram dessa ocasião para impor o infame banimento sobre o casamento com plebeus. Era importante para os plebeus, no entanto, ter um código de leis escrito para evitar que os magistrados patrícios que julgavam a maioria das ações legais tomassem decisões arbitrárias e injustas sobre disputas meramente de acordo com os próprios interesses pessoais ou com os de quem pertencia à sua ordem. No mínimo, a existência da Lei das Doze Tábuas na forma de leis escritas e, portanto, acessíveis ao público, dificultava para um magistrado criar uma lei na hora para usá-la contra um plebeu.

As provisões concisas da Lei das Doze Tábuas condensavam os costumes legais prevalecentes da sociedade agrícola dos primórdios de Roma, com leis expressas de modo simples, como “Se alguém for chamado a Juízo, compareça” ou “Se uma árvore se inclina sobre o terreno alheio, que os seus galhos sejam podados à altura de mais de quinze pés” (Warmington vol. 3, p. 424-515).

Em tempos posteriores, a Lei das Doze Tábuas tornou-se um símbolo nacional do compromisso romano com a justiça legal. As crianças ainda eram obrigadas a decorar essas leis antigas quatrocentos anos mais tarde.

Com a ênfase de assuntos legais, como disputas sobre propriedades, a Lei das Doze Tábuas demonstrava o predominante interesse romano no direito civil. O código penal romano, por outro lado, nunca chegou a ser extenso. Os tribunais, portanto, nunca tiveram um conjunto completo de regras para orientar os vereditos em todos os casos. Os magistrados decidiam sobre a maioria dos casos sem nenhum júri. Julgamentos perante jurados passaram a ser comuns apenas na República tardia dos séculos II e I a.C. Apesar disso, a Lei das Doze Tábuas marcou um começo, mesmo que imperfeito, no estabelecimento da lei escrita como fonte de justiça para reduzir o violento conflito de classes na sociedade romana.

FUNCIONÁRIOS ELEITOS E ASSEMBLEIAS ELEITORAIS

A “constituição romana” incluía uma série de funcionários eleitos e um órgão especial: o Senado. Somente os romanos mais ambiciosos e bem-sucedidos podiam esperar vencer a eleição para cônsul, cargo público mais alto da República. A República fora criada para evitar que Roma fosse governada por um único líder que herdasse a posição e governasse sozinho por um prazo indeterminado. O cargo de cônsul, portanto, foi criado para que, a cada ano, dois líderes do Estado fossem eleitos para prestar serviço em conjunto, com um prazo-limite de um ano e sendo proibida a reeleição para mandatos consecutivos. Recebiam o nome de “cônsules”, querendo dizer algo como “aqueles que cuidam [da comunidade]”, para deixar claro que esses funcionários, apesar do enorme status derivado de suas posições, deviam agir em nome dos interesses de todos os romanos, e não apenas de si mesmos ou de seus apoiadores. Os deveres do cônsul eram fornecer liderança sobre a orientação política e civil e comandar o exército em

tempos de guerra. A competição para conquistar esse cargo era intensa não só porque concedia um enorme status individual, mas também porque elevava o prestígio de família para sempre. Famílias mesmo com apenas um cônsul entre os ancestrais se chamavam de “nobres”. Homens romanos da classe alta sem um cônsul no histórico familiar tinham um forte desejo de ganhar a eleição para cônsul, a fim de elevarem a si e a seus descendentes a esse grupo de status autoidentificado.

O Senado era a instituição mais prestigiosa da “constituição romana” e perdurou através de todos os séculos da história de Roma. Suas origens estão na época da monarquia, porque os reis de Roma não tomavam decisões importantes sozinhos, de acordo com a tradição romana de sempre pedir conselho a amigos e a idosos. Os reis, portanto, haviam reunido um grupo seleto de homens da elite para o conselho real; esses conselheiros mais experientes eram chamados de senadores (da palavra latina para “idosos”). A tradição de que os líderes do governo romano deviam sempre buscar o aconselhamento do Senado continuou sob a República, mesmo após a expulsão da monarquia. Pela maior parte da história do Senado, ele contava com trezentos membros. O general e político Sulla aumentou o quadro de membros para seiscentos, como parte das violentas reformas do governo romano em 81 a.C.; Júlio César subiu o número para novecentos a fim de conquistar partidários durante a guerra civil da década de 40 a.C.; e, por fim, Augusto reduziu a seiscentos novamente por volta de 13 a.C. Até onde se pode dizer, o Senado sempre incluiu tanto patrícios quanto plebeus da elite. Com o tempo, era preciso possuir uma quantia determinada (e alta) de propriedades para se candidatar ao cargo de senador.

Durante a República, os senadores eram, no início, selecionados pelos cônsules do grupo de homens que já haviam sido eleitos como magistrados

menores. Mais tarde, a escolha era feita entre esse mesmo grupo populacional por dois magistrados especiais de alto prestígio, chamados censores. Em tempo, o Senado atingiu uma influência tremenda sobre a política republicana doméstica e externa, finanças estatais, religião oficial e todos os tipos de legislação. A influência senatorial foi, de modo especial, notória em decisões sobre como declarar e conduzir guerras. Uma vez que Roma, nesse período, travava guerra quase que de forma contínua, essa função do Senado tinha importância fundamental. O Senado resistiu como instituição de alto prestígio por toda a história romana, mesmo sob os imperadores, quando sua influência política no governo da República foi reduzida à cooperação com o imperador, sendo um parceiro bastante inferior no ato de governar. A casa do que hoje se encontra no Fórum romano foi construída no fim do Império, mostrando que a posição de senador ainda gozava de grande status, mesmo após mais de mil anos desde a fundação de Roma.

A base do poder do Senado oferece uma das pistas mais reveladoras sobre a natureza da sociedade romana, na qual o status social trazia influência e autoridade que podiam se equivaler ou mesmo exceder o poder da lei estatutária. O poder do Senado consistia, em termos legais, apenas no direito a aconselhar os principais funcionários do Estado, votando para expressar aprovação ou desaprovação das políticas ou dos cursos de ação. Ele não tinha o direito a aprovar leis. Além do mais, o Senado não tinha poder para forçar funcionários a realizar seus desejos. Em outras palavras, a capacidade que um senador tinha de afetar, até de dirigir, a lei e a sociedade romanas não vinha de nenhum direito oficial a impor políticas ou legislações, mas unicamente do status de ser o mais respeitado cidadão de Roma. Portanto, o poder do Senado dependia por completo da influência

sobre funcionários e cidadãos derivada da importância social de seus membros. Para compreender o funcionamento interno da sociedade e da política romanas, faz-se necessário reconhecer que era apenas o alto status do qual os senadores gozavam que dotava suas opiniões com a força, embora não a forma, de lei. Por essa razão, nenhum funcionário público podia se dar ao luxo de ignorar o conselho do Senado. Qualquer funcionário que desprezasse o desejo do Senado sabia ser grande a probabilidade de enfrentar uma forte oposição de muitos de seus pares. O status extraordinário dos senadores era visível a todos, como era de costume na sociedade romana. Para difundir sua identidade, os senadores vestiam sapatos pretos de cano alto e uma faixa roxa ampla e bordada na borda externa da toga.

O Senado utilizava um procedimento de aparência democrática, voto majoritário dos membros, para decidir que conselho oferecer aos funcionários públicos. Na realidade, no entanto, a consideração de status relativo entre os próprios senadores tinha um enorme impacto sobre as decisões. O senador mais ilustre tinha o direito de expressar sua opinião primeiro durante uma votação. A seguir, os outros senadores falavam e votavam em ordem decrescente de prestígio. As opiniões dos senadores mais ilustres, geralmente mais velhos, sem dúvida pesavam mais. Apenas senadores mais moços, insensatos e sem visão do próprio futuro político ousariam manifestar uma opinião ou votar de modo contrário ao que já havia sido expresso pelos mais antigos.

Como na Grécia antiga, em Roma a única carreira honrável e desejável para alguém de alta posição social eram os cargos públicos ou, como se pode qualificar, uma carreira no governo. O cargo de cônsul, é claro, era o mais prestigioso dos cargos públicos com eleição anual na República

Romana. Os outros cargos civis por eleição eram classificados em ordem de prestígio abaixo do cônsul, no que se costuma chamar de “escada (ou curso) de cargos” (*cursus honorum*). Também havia sacerdócios eletivos escalonados de acordo com o status que conferiam ao portador. No início da República, os patrícios dominavam a eleição às posições mais altas na escada de cargos, sobretudo a de cônsul, mesmo aprovando leis que restringiam um determinado número desses ofícios cobiçados a membros de sua própria ordem.

Um romano ambicioso com recursos para conquistar eleitores com favores financeiros e entretenimento escalaria essa escada do sucesso ganhando a eleição para um cargo atrás do outro em ordem crescente. Começaria a carreira talvez com vinte anos servindo nas campanhas militares por até dez anos, geralmente como assistente de oficial nomeado para a equipe de um parente ou amigo mais velho. A seguir, escalaria a escada de cargos tentando a eleição à posição anual de menor importância, a de questor. A maioria dos candidatos a questor tinha por volta de trinta anos. Durante o ano do mandato, os questores realizavam uma série de deveres na administração financeira, geralmente referentes à supervisão das receitas e dos pagamentos do Estado, seja para o departamento das finanças na capital, para comandantes em campanha ou para as equipes governantes das províncias estrangeiras estabelecidas por Roma no século III a.C. Com o tempo, requisitos de idade mínima para as diversas posições na escada de cargos eram determinados por lei. Depois que Sulla, em 81 a.C., prescreveu regulamentações estritas para o progresso pela escada, o homem que tivesse trabalhado de questor era automaticamente elegível para ser escolhido senador quando abrisse uma posição nessa instituição. Depois de questor, o próximo degrau era o cargo de edil. Os edis tinham a difícil tarefa de cuidar

da manutenção de ruas, esgotos, templos, mercados e outras obras públicas de Roma.

O próximo passo na hierarquia de cargos era vencer a eleição para o cargo anual de pretor, uma magistratura prestigiosa atrás apenas da de cônsul. Os pretores tinham uma série de deveres civis e militares, inclusive a administração da justiça e o comando de tropas na guerra. Como havia menos pretores eleitos do que questores (o número de ambos se alterou ao longo do tempo), a concorrência por esse alto cargo era acirrada.

O maior prestígio do pretor derivava basicamente da função de comandante de forças militares, porque o sucesso sendo líder militar garantia o mais alto status para um homem na sociedade romana. Apenas quem obtinha êxito no cargo de pretor e tinha um forte apoio de uma seção ampla de eleitores poderia esperar um dia ser cônsul. O cônsul devia ser um homem mais velho, com vasta experiência na política; de acordo com as regulamentações estabelecidas por Sulla no início do século I a.C., candidatos à eleição de cônsul precisavam ter idade mínima de 42 anos. Os dois cônsules tinham influência sobre todas as questões importantes do Estado e comandavam os destacamentos mais importantes do exército romano no campo. Assim como o pretor, o cônsul podia ampliar o comando militar além do mandato de um ano se fosse necessário como comandante no exterior ou como governador de províncias (mais sobre esse assunto na p. 104). Ao trabalhar nesses turnos especiais de deveres fora de Roma após um ano de mandato, o cônsul era designado propretor ou procônsul. Esses “pró-magistrados”, como eram chamados, tinham grande poder nas regiões atribuídas a eles pelo Senado, e havia uma forte concorrência entre os líderes romanos para obter as melhores indicações. O pró-magistrado perdia o poder especial de comandar ou governar após o regresso a Roma.

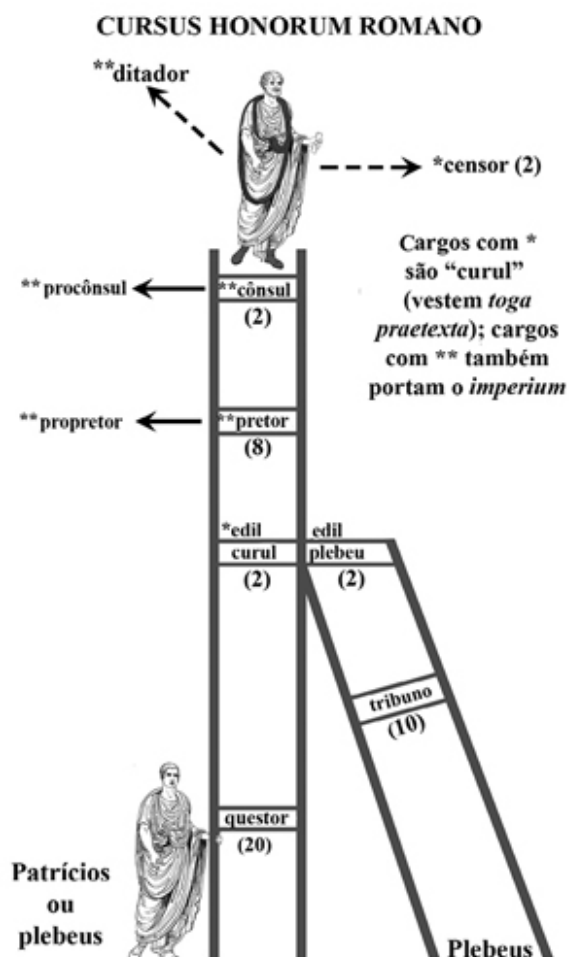


Figura 8. Este diagrama representa o caminho de forte concorrência – a escada de cargos – de uma carreira no governo e na política que os homens romanos de classe alta almejavam escalar. A concorrência ficava mais acirrada à medida que se galgavam os degraus e, por comparação, poucos chegavam ao pequeno número de cargos no topo. Diagrama criado por Barbara F. McManus, usado por cortesia do Projeto VRoma, www.vroma.org.

Cônsules e pretores podiam exercitar o comando militar porque, por lei, esses cargos concediam a eles um poder especial chamado *imperium* (a raiz da palavra “império”). O *imperium* garantia a um funcionário público o direito a exigir obediência dos cidadãos romanos a qualquer uma de suas ordens ou a todas elas. Também incluía a autoridade de desempenhar os ritos religiosos fundamentais da adivinhação, chamados auspícios (*auspicia*). A tradição romana exigia que funcionários públicos com esse

poder consultassem os auspícios para discernir a vontade dos deuses antes de conduzir eventos públicos significativos, como eleições, posse em cargos oficiais, entrada de oficiais em províncias e, acima de tudo, operações militares.

O poder e o prestígio dessas posições as tornavam o centro da disputa entre patrícios e plebeus por cargos públicos. O conflito por tal coroamento valioso na carreira de um homem finalmente chegou ao fim em 337 a.C., quando a pressão dos plebeus forçou a aprovação de uma lei que abria todos os cargos de forma uniforme às duas ordens.

A “constituição romana” também incluía duas posições especiais e não anuais que não participavam da escada de cargos regular. Eram os cargos de censor e ditador. A cada cinco anos, dois censores eram eleitos para um mandato de dezoito meses. Deviam ser ex-cônsules, estadistas aposentados que, segundo se acreditava, possuíam o prestígio e a sabedoria excepcionais necessários para executar o dever mais fundamental do cargo: a condução de um censo para listar todos os cidadãos romanos e a quantidade de suas propriedades, de forma que os impostos pudessem ser cobrados de modo justo e os cidadãos pudessem ser classificados para o serviço militar na guerra. Os censores também controlavam o quadro de membros do Senado, preenchendo cadeiras vazias com candidatos merecedores e removendo qualquer homem que, segundo sua própria decisão, tivesse apresentado comportamento impróprio. O censor também era encarregado de supervisionar contratos estatais e inspecionar a renovação de preces oficiais para a boa vontade dos deuses em relação ao povo romano.

O cargo de ditador era o único tipo de governo de um homem só permitido na “constituição romana”. Ele era ocupado apenas em emergências nacionais graves, quando era preciso tomar decisões rápidas

para salvar o Estado. Geralmente, isso significava que Roma havia sofrido uma catástrofe militar e precisava de ação imediata para evitar um desastre maior. O Senado escolhia o ditador, que tinha poder absoluto para tomar decisões que não podiam ser questionadas. Esse cargo extraordinário devia ser estritamente temporário, e os ditadores tinham permissão de permanecer no cargo por, no máximo, seis meses. O ditador mais famoso da República foi Cincinato, que, em razão da conduta altruísta nesse cargo em 458 a.C. – ele recusou-se a permanecer no cargo, embora muitos quisessem que continuasse sendo o único governante –, resumiu o ideal romano de considerar o serviço público voltado à comunidade mais importante do que o sucesso individual.



Figura 9. A Via Ápia era a principal rota de Roma ao sul da Itália, cujo nome é uma homenagem a Ápio Cláudio Cego, o homem de classe alta que pagou pelos primeiros 212 quilômetros de pavimentação. Essas estradas com superfície dura permitiam a viagem em todos os climas, tornando a mobilização de forças militares e o transporte de passageiros e bens mais confiável.

MM/Wikimedia Commons.

É importante destacar o quanto uma posição eletiva ou um cargo especial no governo romano significava para patrícios e plebeus de classe alta pelo status concedido por tais funções. Uma vez que status, por definição, era insignificante, a menos que reconhecido pelos outros, o prestígio associado aos cargos de alto escalão era expresso de formas bastante visíveis. Cada cônsul, por exemplo, era precedido, aonde quer que fosse, por doze criados. Esses criados, chamados *lictors*, carregavam as *fasces*. As *fasces* eram o símbolo do império do cônsul. Dentro dos limites da cidade, as *fasces* consistiam em um feixe de varas para simbolizar o direito do cônsul a bater em cidadãos que desobedecessem às suas ordens; fora da cidade, acrescentava-se um machado às varas para simbolizar o direito a executar soldados desobedientes no campo sem julgamento. Os *lictors* também acompanhavam os pretores porque, da mesma forma, eram magistrados com império, mas os pretores tinham apenas seis *lictors* cada para demonstrar que seu status era menor do que o dos cônsules.

O valor de uma carreira pública não tinha nada a ver com ganhar um salário, que os funcionários públicos romanos não recebiam, nem com ganhar dinheiro com a exploração do poder de uma posição oficial, pelo menos não nos primeiros séculos da República. Pelo contrário, esperava-se que os funcionários públicos gastassem o próprio dinheiro nas carreiras e no serviço público. Portanto, os únicos homens que podiam arcar com um cargo governamental eram aqueles com renda de propriedades familiares ou de amigos que lhe davam suporte financeiro. As despesas necessárias para vencer uma campanha eleitoral e obter uma reputação para o serviço voltado à comunidade no funcionalismo público podiam ser avassaladoras. Para conquistar o apoio dos eleitores, muitas vezes os candidatos precisavam contrair dívidas extraordinárias para financiar festivais públicos

apresentando lutas entre gladiadores e mortes encenadas de animais selvagens exóticos importados da África. Depois de eleito, esperava-se de um funcionário do governo que pagasse pessoalmente por obras públicas, como estradas, aquedutos e templos que beneficiavam a população inteira. Desta forma, candidatos exitosos deviam servir ao bem comum gastando o próprio dinheiro – ou dinheiro que tomavam emprestado de amigos e clientes.

No início, os funcionários públicos romanos encontravam recompensas pessoais pelo serviço apenas no status conferido pelas posições ocupadas durante o mandato e na alta estima da qual gozavam depois se fossem considerados funcionários generosos e moralmente corretos. Porém, à medida que os romanos mais adiante na República passaram a dominar cada vez mais territórios no exterior como espólios de guerra, a oportunidade de ganhar dinheiro com a conquista e o governo de estrangeiros se tornou um componente cada vez mais importante na carreira pública de sucesso de um homem. Funcionários públicos tinham o direito legal de enriquecer ganhando presas de guerra no papel de comandantes em guerras de conquista exitosas contra estrangeiros. Funcionários corruptos também podiam se beneficiar recebendo presentes e propinas de pessoas locais enquanto administravam as províncias criadas dos territórios conquistados por Roma. Desta forma, os ex-inimigos de Roma financiavam a carreira pública e as riquezas privadas dos conquistadores.

Os romanos votavam em assembleias para decidir as eleições, definir a política nacional e aprovar leis. A complexidade das assembleias eleitorais da República é quase indescritível. Os cidadãos adultos e livres de Roma se encontravam com regularidade nessas reuniões ao ar livre para votar em propostas de legislação, realizar determinados julgamentos e eleger

funcionários públicos. A tradição romana especificava que uma assembleia devia ser convocada por um funcionário público, realizada apenas em dias considerados adequados pela lei religiosa e sancionada por auspícios favoráveis. As assembleias serviam para votação, e não para discussão de candidatos ao cargo ou de possíveis políticas a serem adotadas pelo governo. Discussões e debates ocorriam antes das assembleias, em uma grande reunião pública da qual qualquer um, inclusive mulheres e não cidadãos, podia participar, mas na qual apenas cidadãos homens podiam falar. Como o funcionário presidindo a sessão decidia quais homens podiam falar, podia controlar o andamento do debate, mas, apesar disso, havia uma oportunidade considerável para manifestar diferentes opiniões e propostas. Todos que escutavam os oradores podiam expressar o próprio ponto de vista, pelo menos de modo indireto por meio de aplausos ou vaias para o que era dito. Uma proposta impopular podia aguardar uma recepção com uma forte chacota e gritos de zombaria nessas reuniões. Assim que a assembleia em si tinha início, apenas se podia votar em questões propostas pelos funcionários públicos, e emendas às propostas não eram permitidas naquele momento.

Roma tinha três principais assembleias eleitorais: a Assembleia das Centúrias, a Assembleia Tribal dos Plebeus e a Assembleia Tribal do Povo. É essencial reconhecer que não havia a regra de “um homem, um voto”. Em vez disso, os homens nas assembleias eram divididos em um grande número de grupos de acordo com regras específicas que eram distintas para cada tipo de assembleia. Os grupos não se equivaliam em tamanho. Primeiro, os membros de cada grupo davam o voto individual para determinar qual seria o voto único de seu grupo na assembleia. O voto único de cada grupo, sem levar em consideração o número de seus

membros, contava o mesmo para determinar a decisão da assembleia por voto majoritário dos grupos.

Esse procedimento de votação por grupos impunha graves limites na aparente democracia das assembleias. A Assembleia das Centúrias nos oferece o exemplo mais claro dos efeitos do princípio romano de votação em grupo. Essa importante assembleia era responsável por eleger censores, cônsules e pretores; aprovar leis; declarar guerra e paz; e podia infligir a pena de morte em julgamentos. Os grupos nessa assembleia, chamados de centúrias (daí o nome da assembleia), eram organizados para corresponder às divisões dos cidadãos quando eram agrupados como exército. Uma vez que a Roma inicial não contava com um exército permanente financiado por impostos, mas com uma milícia de cidadãos, cada cidadão devia se armar às próprias custas e da melhor forma possível. Quanto mais rico fosse, mais um homem contribuía gastando mais em armamento e armadura. Esse princípio de defesa nacional por meio de contribuições individuais significava que os cidadãos mais ricos tinham equipamentos militares em maior quantidade e qualidade do que os mais pobres, que eram cidadãos bem mais numerosos.

Por consequência, considerava-se que o rico merecia mais poder na assembleia para corresponder aos maiores gastos pessoais no serviço militar em defesa da comunidade. Alinhados a esse princípio, os cavalarianos, que tinham as despesas militares mais altas porque precisavam manter um cavalo de guerra o ano inteiro, constituíam os primeiros dezoito grupos do total de 193 grupos eleitores na Assembleia das Centúrias. Os 170 grupos seguintes dessa assembleia consistiam em soldados de infantaria, classificados de acordo com o número de propriedades que tinham, dos maiores aos menores. Os próximos quatro grupos consistiam de não

combatentes que prestavam serviços ao exército, inclusive marceneiros e músicos. O grupo final, de proletários, era composto de pessoas pobres demais para adquirir armas militares e armadura e, portanto, não serviam no exército. Contribuíam com o Estado apenas com os filhos (a *prole*, daí o termo proletariado).

Assim sendo, o agrupamento de eleitores na Assembleia das Centúrias correspondia à distribuição de riqueza na sociedade romana. Muito mais homens pertenciam aos grupos na parte de baixo da hierarquia social do que na de cima, e os proletários formavam o grupo mais numeroso de todos. Mas esses grupos volumosos ainda tinham apenas um voto cada. Além do mais, os grupos votavam em ordem do mais rico para o mais pobre. Como resultado, os ricos podiam votar em bloco na assembleia e atingir uma maioria de votos do grupo muito antes da votação chegar aos grupos dos pobres. Quando os grupos de elite votavam da mesma forma, a Assembleia das Centúrias podia tomar uma decisão em uma eleição ou sobre alguma legislação sem que o desejo das classes mais baixas fosse sequer expresso por meio de votos.

Os grupos eleitorais na Assembleia Tribal dos Plebeus eram determinados com base geográfica, de acordo com o local onde viviam os eleitores. A assembleia obteve o nome da instituição romana de tribos, que não eram associações de parentesco de grupos étnicos, mas, em vez disso, um conjunto de subdivisões de área da população para fins administrativos. Por volta da República tardia, o número de tribos havia se fixado em 35, quatro em regiões da capital e 31 na zona rural italiana. As tribos eram estruturadas em termos geográficos para dar uma vantagem a proprietários de terras ricos da zona rural. Essa Assembleia Tribal excluía os patrícios. Consistindo, portanto, apenas de eleitores plebeus, quase todas as formas de

negócios públicos imagináveis eram conduzidas, inclusive julgamentos.

Nos primeiros séculos da República, as propostas aprovadas pelos plebeus nessa assembleia, chamadas de plebiscitos, eram consideradas apenas recomendações, não leis, e os aristocratas que dominavam o governo romano na época muitas vezes ignoravam os plebiscitos. Os plebeus foram ficando cada vez mais exasperados com a desconsideração arrogante que a elite manifestava por seus desejos, mesmo sendo a maioria da população. Ao empregar repetidas vezes a tática da secessão do Estado, os plebeus, por fim, forçaram os patrícios a ceder. A retirada final dos plebeus em 287 a.C. levou a um acordo oficial para tornar os plebiscitos a fonte de leis oficiais. Essa reforma transformou os resultados de votos dados na Assembleia dos Plebeus de meras recomendações a uma das principais fontes de legislação vinculativa a todos os cidadãos romanos, inclusive os patrícios. O reconhecimento de plebiscitos como lei oficial finalmente encerrou o Conflito das Ordens entre plebeus e patrícios, pois formalizou o poder eleitoral, legislativo e judicial da maioria da população.

A Assembleia Tribal dos Plebeus elegia edis plebeus e, mais importante ainda, os dez tribunos, funcionários públicos especiais e poderosos dedicados a proteger os interesses dos plebeus. Sendo eles próprios plebeus, os tribunos não derivavam poder de estatutos ou regras oficiais; ao contrário, o poder vinha do juramento dos plebeus em protegê-los contra todos os ataques. Essa inviolabilidade sagrada dos tribunos, chamada de sacrossantidade, permitia exercitar o direito de veto (uma palavra latina que significa “eu proíbo”) para bloquear a ação de qualquer funcionário público, mesmo de um cônsul, e para evitar a aprovação de leis, suspender eleições e rejeitar o conselho do Senado. O poder dos tribunos de obstruir as ações de funcionários públicos e de assembleias concedia-lhes um potencial

extraordinário de influenciar o governo romano. Os tribunos que exercitavam plenos poderes em situações controversas podiam se tornar os catalisadores de disputas políticas amargas, e o cargo de tribuno em si se tornou odiado por muitos dos romanos da elite, que se ressentiam da capacidade que tinham de obstruir seus desejos.

Em um desenvolvimento posterior, a Assembleia Tribal também se reunia em uma forma ampliada que incluía patrícios e plebeus. As reuniões com esse formato se tornaram o terceiro tipo de assembleia política de Roma. Chamada de Assembleia Tribal do Povo, servia para eleger os questores; os dois edis curuis (cujo status mais elevado era indicado por uma cadeira portátil especial, a *sella curulis*, também usada por cônsules e pretores; no início, somente os patrícios podiam ter essas posições); e os seis oficiais seniores (tribunos militares) das maiores unidades do exército. A Assembleia Tribal do Povo também decretava leis e realizava julgamentos menores.

Em suma, a “constituição romana” incluía uma rede de cargos governamentais e assembleias eleitorais cujos poderes costumavam se sobrepor e entrar em conflito. Muito pouco estava claro ou inequívoco sobre a distribuição de poder no governo da República, o que abria as portas a frequentes conflitos políticos. Talvez a fonte mais séria de conflito tenha sido o fato de que várias instituições políticas podiam criar leis ou seus equivalentes (ou seja, os conselhos dados pelo Senado), mas Roma não tinha autoridade central nem órgão judicial, como a Suprema Corte dos Estados Unidos, para resolver disputas sobre a validade de leis sobrepostas ou em conflito. Em vez de depender de instituições governamentais com competências definidas e limitadas com nitidez, os romanos confiavam a saúde política e a estabilidade da República a um respeito generalizado pela

tradição, o célebre “costume dos ancestrais”. Essa característica, por sua vez, garantia que os romanos mais ricos e de maior status social dominassem o governo, porque o status que possuíam os permitia controlar qual seria esse “costume” no contexto político.

4

GUERRA E EXPANSÃO DURANTE A REPÚBLICA

As principais guerras lutadas pelos romanos na Itália e por toda a região do Mediterrâneo durante a época da República resultaram em uma enorme expansão do território romano. Essa criação de um império territorial – controle sobre terras previamente governadas por outros – teve consequências tremendas para a sociedade romana. Muitos historiadores utilizam o rótulo “imperialismo” para caracterizar a expansão do poder de Roma por meio da guerra. Essa palavra vem do termo em latim *imperium*, o poder de forçar obediência, de comandar e punir. O significado negativo vinculado a imperialismo hoje se origina basicamente da crítica da história dos Estados europeus modernos no estabelecimento de impérios coloniais na África e na Ásia. Para decidir como – e se – esse termo é uma descrição justa da expansão de Roma, é preciso tentar compreender o que motivou os romanos nesse processo. Como veremos, é uma questão controversa decidir até que ponto as guerras e conquistas de Roma durante a República foram resultado de um desejo de lucrar com a dominação de outros povos ou da crença de que a guerra preventiva para enfraquecer ou absorver supostos inimigos era a melhor defesa contra o ataque. Portanto, a questão mais discutida sobre a expansão romana durante a guerra na República se refere às intenções que a motivaram.

O que está claro é que a grande expansão do território e do poder internacional de Roma gerou importantes mudanças na sociedade e na

cultura romanas. As guerras de Roma no exterior significavam contatos de longo prazo com novos povos que produziam influências inesperadas e, muitas vezes, polêmicas na vida romana. Para dar um exemplo considerável, a maior interação com os gregos levou à criação da primeira obra de literatura romana escrita em latim. Um tipo distinto de mudança surgiu do efeito sobre valores romanos do estupendo poder pessoal e riqueza que os líderes da classe alta de Roma adquiriam como recompensa nas guerras de conquista durante a República. Por outro lado, a expansão de Roma também significava que muitos pequenos agricultores da Itália, a principal fonte de recursos humanos para o exército, caíam em pobreza, o que contribuía com a instabilidade social. Os líderes políticos de Roma discordavam plenamente sobre como, ou mesmo se deviam ajudar os conterrâneos empobrecidos. Os desacordos ficaram tão agudos que, por fim, criaram uma violenta divisão na classe alta, destruindo qualquer esperança de preservar a República.

LINHA DO TEMPO (TODAS AS DATAS A.C.)

499: Os romanos derrotam seus vizinhos no Lácio.

396: Os romanos atingem a vitória final sobre a cidade etrusca de Veios, dobrando de território após a conquista.

387: Gauleses (celtas) invasores atacam e saqueiam Roma.

300: Por volta de 150 mil pessoas agora vivem na cidade de Roma.

280-275: Os romanos lutam e derrotam o general mercenário Pirro, comandante das forças das cidades gregas no Sul da Itália.

264-241: Os romanos derrotam os cartagineses na Primeira Guerra Púnica, com grandes perdas nos dois lados.

Fim do século III: Lívio Andrônico compõe a primeira obra de literatura romana em latim, uma adaptação da *Odisseia*, de Homero.

227: Os romanos criam províncias na Sicília, Córsega e Sardenha, começando o império territorial.

220: Após séculos de guerra, os romanos agora controlam toda a península italiana ao sul do rio Pó.

218-201: Os romanos derrotam os cartagineses na Segunda Guerra Púnica, apesar da invasão da Itália por Aníbal.

196: O general romano Flaminino proclama a liberdade dos gregos em Corinto.

149-146: Os romanos derrotam os cartagineses na Terceira Guerra Púnica, convertendo Cartago e seu território em uma província.

146: O general romano Múmio destrói Corinto; Grécia e Macedônia viram províncias romanas.

133: Átalo III, rei de Pérgamo, deixa o reino para os romanos em seu testamento.

Fim da década de 130 e início da de 120: Os côsules Tibério e Caio Graco incitam um violento conflito político e são assassinados por adversários do Senado.

IMPERIALISMO ROMANO

As primeiras guerras de Roma foram travadas próximo às fronteiras, na região central da Itália. Logo após o estabelecimento da República, os romanos tiveram uma vitória sobre os vizinhos latinos em 499 a.C. Depois, passaram os próximos cem anos lutando contra a cidade etrusca de Veios, situada alguns quilômetros ao norte do rio Tibre. Como consequência da vitória em 396 a.C., os romanos dobraram de território. As fontes antigas apresentam esse primeiro estágio de expansão como uma extensão justificada do perímetro defensivo de Roma, em vez de resultado de guerras premeditadas de conquista. Entretanto, esses relatos foram escritos em um período muito posterior e podem oferecer uma justificativa para a expansão inicial de Roma, que criou um precedente histórico para o que seus autores acreditavam ser a base moral da política externa romana em sua própria época.

Qualquer que tenha sido a verdade sobre os motivos dos romanos para lutar contra seus vizinhos no século V a.C., por volta do século IV a.C. o exército romano havia superado todas as outras forças da área do

Mediterrâneo em termos de arma eficiente de guerra. O sucesso do exército romano derivou da organização das unidades de combate, que eram projetadas para fornecer flexibilidade tática e capacidade de manobra no campo. A maior unidade era a legião, que, posteriormente na República, contava com 5 mil soldados de infantaria. Cada legião era suplementada por trezentas tropas de cavalaria e vários engenheiros para executar tarefas de construção e outras atividades de apoio. As legiões romanas também eram acompanhadas, de costume, por um número considerável de tropas aliadas e, por vezes, até de mercenários, sobretudo para a posição de arqueiros. A subdivisão interna da legião em várias unidades menores sob líderes experientes, chamados de centuriões, gerava maior mobilidade para reação rápida a situações novas no calor da batalha. Uma vez que eram dispostos em formação de batalha com espaço entre eles, os soldados de infantaria podiam permanecer atrás de escudos grandes para fazer uso eficiente das lanças para romper a linha inimiga e, depois, avançar com as espadas empunhadas para o combate corpo a corpo. As espadas dos soldados de infantaria romanos eram projetadas especialmente para cortar e golpear a curta distância, e os homens eram submetidos a um treinamento rigoroso para conseguirem suportar o choque e o medo que essa ênfase no combate próximo gerava não só no inimigo, mas nas tropas romanas que precisavam executá-lo. Acima de tudo, os romanos jamais paravam de lutar. Nem mesmo uma pilhagem devastadora a Roma em 387 a.C. por gauleses saqueadores (um grupo celta) do distante Norte encerrou o sucesso militar do Estado no longo prazo. Por volta de 220 a.C., os romanos haviam reunido toda a Itália ao sul do rio Pó sob seu controle.

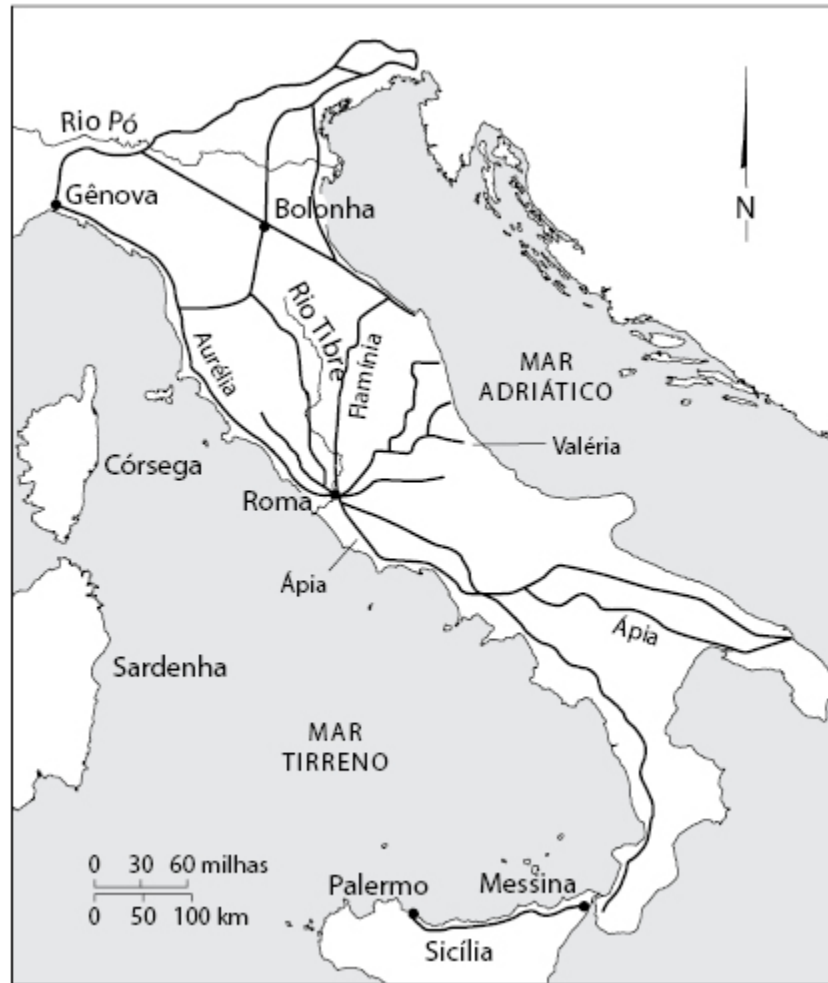
A conduta dessas guerras na Itália costumava ser brutal. Os romanos, por vezes, escravizavam um grande número dos derrotados. Mesmo que

deixassem o inimigo conquistado livre, forçavam-no a abrir mão de amplas extensões de terra. De igual significância para avaliar o imperialismo romano, porém, é o fato de que os romanos também ofereciam termos de paz a ex-inimigos com regularidade. Para alguns italianos derrotados, concediam cidadania romana de imediato; para outros, davam as proteções da cidadania, mas sem o direito a voto nas assembleias de Roma; ainda outras comunidades recebiam tratados de aliança e proteção. Nenhum povo italiano conquistado devia pagar imposto a Roma. No entanto, devia prestar auxílio militar aos romanos em guerras subsequentes. Esses novos aliados recebiam parte dos despojos, sobretudo escravos e terra, que Roma e os exércitos aliados ganhavam em campanhas exitosas contra um novo grupo de inimigos. Em outras palavras, os romanos cooptavam ex-adversários tornando-os parceiros nos espólios da conquista, uma providência que, por sua vez, aumentava a riqueza e a autoridade de Roma. Todas essas disposições correspondiam à política original dos romanos de incorporar outros povos à sua comunidade para torná-la maior e mais forte. O imperialismo romano, em suma, era inclusivo, e não exclusivo.

Para aumentar a segurança da Itália, os romanos plantaram colônias de cidadãos e construíram uma rede de estradas por toda a península. Essas estradas ajudaram na fusão gradual das diversas culturas da Itália em um todo mais unificado dominado por Roma, em que o latim passou a ser o idioma comum. Mas os romanos também sofriam uma forte influência desses contatos transculturais resultantes da expansão. No Sul da Itália, os romanos fundaram um segundo lar, por assim dizer, em cidades gregas há muito estabelecidas, como Nápoles. Apesar disso, essas comunidades gregas, fracas demais para resistir aos exércitos romanos, introduziram seus conquistadores nas tradições gregas de arte, música, teatro, literatura e

filosofia, fornecendo, com isso, modelos para o posterior desenvolvimento cultural romano. Quando, no fim do século III a.C., autores romanos começaram a escrever a história pela primeira vez, por exemplo, imitavam formas gregas e tinham leitores gregos como público-alvo dos relatos dos primórdios de Roma, chegando ao ponto de escrever em grego.

A população urbana de Roma cresceu de forma vertiginosa durante o período de expansão na Itália. Por volta de 300 a.C., aproximadamente 150 mil pessoas viviam dentro do muro de fortificação da cidade. Longos aquedutos eram construídos para trazer água potável para essa população crescente, e a presa das guerras exitosas financiava um programa sólido de construções dentro da cidade. Fora da cidade, 750 mil cidadãos romanos libertos habitavam várias partes da Itália na terra tomada dos povos locais. Por motivos incertos, essa população rural enfrentou dificuldades econômicas cada vez maiores ao longo do tempo, seja por um aumento na taxa de natalidade, levando à incapacidade de sustentar famílias maiores, seja pela dificuldade de manter uma fazenda produtiva quando muitos homens estavam em campanhas militares longas ou, talvez, por uma combinação desses fatores. É evidente que uma grande parte do território conquistado foi declarada terra pública, supostamente aberta para uso de qualquer romano para animais de pastoreio. Muitos proprietários de terras ricos, porém, conseguiam obter o controle de enormes terrenos públicos para uso próprio e privado. Essa monopolização de terras públicas contribuiu com o surgimento de sentimentos amargos entre romanos ricos e pobres.



Mapa 4. Principais estradas romanas sob a República

As graduações dos ricos agora incluíam patrícios e plebeus; essas duas ordens incluíam “nobres”. Em realidade, as tensões do Conflito das Ordens estavam em um passado tão distante em torno do século III a.C. que patrícios e plebeus ricos e de sucesso político viam seus interesses como algo semelhante, em vez de conflitante e contraditório. A concordância sobre assuntos de política e finanças públicas equivalia a uma nova definição da classe alta, tornando a antiga divisão das “ordens” obsoleta para todos os fins práticos. Os membros da classe alta derivavam sua riqueza basicamente de terras agrícolas, como no passado, mas agora

também podiam aumentar o patrimônio com os despojos obtidos como oficiais em expedições militares bem-sucedidas contra inimigos estrangeiros. O Estado romano não tinha receita regular nem impostos sobre herança, assim famílias com prudência financeira podiam transmitir a riqueza de geração para geração.

Após o sucesso militar na Itália, as questões mais urgentes para os romanos seguiam sendo decisões sobre a guerra. Quando o general mercenário Pirro trouxe um exército equipado com elefantes de guerra da Grécia para combater pela cidade grega de Taranto contra a expansão romana no Sul da Itália, os líderes de Roma convenceram as assembleias a votar para enfrentar essa ameaça assustadora. De 280 a 275 a.C., os romanos combateram Pirro em um confronto oscilante, até que finalmente o forçaram a abandonar a guerra e retornar à Grécia. Com essa vitória conquistada a muito custo, Roma obteve controle efetivo do Sul da Itália até a costa do Mediterrâneo no fim da península.

Essa expansão rumo ao Sul levou os romanos à beira da região dominada por Cartago, um Estado próspero localizado do outro lado do mar Mediterrâneo, no Oeste da África do Norte (atual Tunísia). Os fenícios, exploradores semitas da costa leste do mar Mediterrâneo, haviam colonizado Cartago por volta de 800 a.C. em um local favorável para conduzir comércio marítimo e controlar áreas agrícolas férteis na parte central. Os cartagineses expandiram seus interesses comerciais por toda a região Oeste do Mediterrâneo, inclusive a grande ilha da Sicília, localizada em uma faixa estreita de mar na ponta da península italiana. Séculos de experiência no mar significavam que os cartagineses superavam em muito os romanos em aptidão naval; os romanos no século III a.C. quase não tinham conhecimento da tecnologia necessária para construir navios de

guerra ou da organização necessária para formar uma marinha poderosa. No entanto, os dois Estados eram semelhantes em termos políticos, pois Cartago, assim como Roma, era governada como uma república dominada por uma elite social.

Uma vez que os romanos não eram páreo para os cartagineses no comércio internacional e jamais haviam conduzido uma campanha militar no mar, ou mesmo em terras fora da Itália, os dois Estados podiam ter seguido seus rumos por um tempo indefinido sem se tornarem inimigos. Porém, ocorreu que um episódio de aparência insignificante criado por terceiros fora do controle de Roma ou de Cartago atraiu essas duas potências ao que se tornou um século de guerras destruidoras que alterou a estrutura de poder do mundo mediterrâneo – as Guerras Púnicas, chamadas assim por causa de *Punici* (“fenícios”), o nome romano para os cartagineses. Em 264 a.C., um bando de mercenários na cidade de Messina, na extremidade nordeste da Sicília, próximo à Itália, estava em uma situação de alto perigo, depois que o serviço militar para o qual foram contratados acabou em fracasso. Em desespero, os mercenários apelaram para a ajuda de Roma e de Cartago ao mesmo tempo. Não havia um motivo evidente para que houvesse uma resposta por parte de ambas, exceto a geografia: a Sicília estava localizada exatamente no limite entre as esferas de controle das duas potências na região. Em suma, Messina estava em uma posição perfeita para se tornar um ponto de conflito entre as ambições e os medos de romanos e cartagineses.

O Senado não concordava sobre o que fazer com a solicitação de resgate dos mercenários, mas um cônsul patrício, Ápio Cláudio Cáudice, persuadiu o povo a votar em favor do envio de um exército para a Sicília, prometendo a eles ótimos despojos. Desta forma, o envio de tropas para Messina se

tornou a primeira expedição militar de Roma fora da Itália. Quando Cartago também enviou soldados a Messina, irrompeu uma batalha entre as forças das duas potências rivais. O resultado foi a Primeira Guerra Púnica, que durou uma geração (264 a.C. a 241 a.C.). Esse conflito de décadas revelou por que os romanos obtinham sucessos tão consistentes na conquista: estavam preparados para sacrificar tantas vidas, gastar tanto dinheiro e continuar lutando por tanto tempo quanto fosse necessário. Permanecendo fiéis aos valores tradicionais, eles nunca desistiam, qualquer que fosse o custo. Os romanos e seus aliados perseveraram na Primeira Guerra Púnica, apesar de perderem 250 mil homens e mais de quinhentos navios de guerra da marinha recém-construída. O historiador grego Políbio, escrevendo um século mais tarde, considerou a Primeira Guerra Púnica “a maior guerra da história em duração, intensidade e escala de operações” (*Histórias* 1.13.10-13).



Figura 10. Em uma placa pintada, um elefante de guerra transporta guerreiros em uma torre nas costas, seguido pelo filhote. Os romanos enfrentaram essas feras no campo de batalha pela primeira vez no século III a.C., mas, assim como os gregos, aprenderam a evitar o ataque colocando armadilhas com pregos no caminho para ferir as patas suaves dos elefantes. Scala/ArtResource, NY.

A necessidade de lutar no mar contra uma potência naval experiente incentivou os romanos a desenvolver uma marinha a partir do zero. Superaram a inferioridade na arte da guerra naval com uma inovação técnica engenhosa, equipando as proas dos navios de guerra recém-construídos com uma viga que continha uma ponta de ferro na extremidade. Na batalha, capturavam navios inimigos soltando essas vigas pontudas, chamadas de corvos pela semelhança com a ave de bico agudo, no convés do inimigo. As tropas romanas, então, embarcavam no navio inimigo para lutar corpo a corpo, uma de suas especialidades. Os romanos obtiveram tanto êxito em aprender e aplicar a tecnologia naval que perderem pouquíssimas batalhas no mar na Primeira Guerra Púnica. Uma derrota

célebre em 249 a.C. foi explicada como punição divina pelo sacrilégio do cônsul Cláudio Pulcro antes da batalha. Para satisfazer o requisito religioso de que um comandante devia consultar os auspícios antes de começar a batalha, ele sacrificou galinhas a bordo do navio. Antes de enviar as forças para a ação, um comandante precisava ver as aves se alimentando de modo enérgico como sinal de boa sorte. Quando as galinhas, provavelmente acometidas de enjoo do mar, se recusaram a comer, Cláudio lançou-as ao mar em um ataque de raiva, esbravejando: “Ora, que bebam, então!” (Cícero, *Da natureza dos deuses* 2.7). Ele começou a batalha mesmo assim, perdendo 93 dos 123 navios em uma espetacular derrota naval. Mais tarde, os romanos o puniram por esse arrogante desacato à tradição.

A vitória dos romanos na Primeira Guerra Púnica fez deles os mestres da Sicília, cujos portos e campos haviam trazido prosperidade às diversas povoações de gregos, cartagineses e povos indígenas na ilha. A receita oriunda dos impostos que os romanos recebiam da Sicília foi tão lucrativa que, em 238 a.C., os romanos também se apoderaram das ilhas próximas da Sardenha e Córsega, antes sob domínio dos cartagineses. Em 227 a.C., os romanos converteram a Sicília oficialmente em uma província estrangeira, e a Sardenha e a Córsega em uma segunda. Essas ações criaram um sistema provincial romano, no qual os romanos atuavam como governadores de territórios (“províncias”) conquistados para fiscalizar a tributação, a administração da justiça e a proteção dos interesses romanos. Diferentemente de vários povos derrotados e absorvidos por Roma na Itália, os habitantes das novas províncias não se tornavam cidadãos romanos. Eles eram designados “provinciais”, que retinham a organização política local, mas também pagavam impostos diretos, algo que não ocorria com os cidadãos romanos.

O número de pretores foi aumentado para satisfazer a necessidade que os funcionários públicos romanos tinham de atuar como governadores, cujo dever era manter as províncias pagando impostos, sem rebeldes e fora das mãos do inimigo. Sempre que possível, a administração provincial romana fazia uso de arranjos administrativos locais já em vigor. Na Sicília, por exemplo, os romanos coletavam os mesmos impostos que eram coletados antes pelos Estados gregos. Ao longo do tempo, o imposto pago por provinciais fornecia receita para subsídios aos romanos pobres, bem como oportunidades de enriquecimento pessoal para romanos de classe alta que trabalhavam no alto escalão da administração provincial da República.

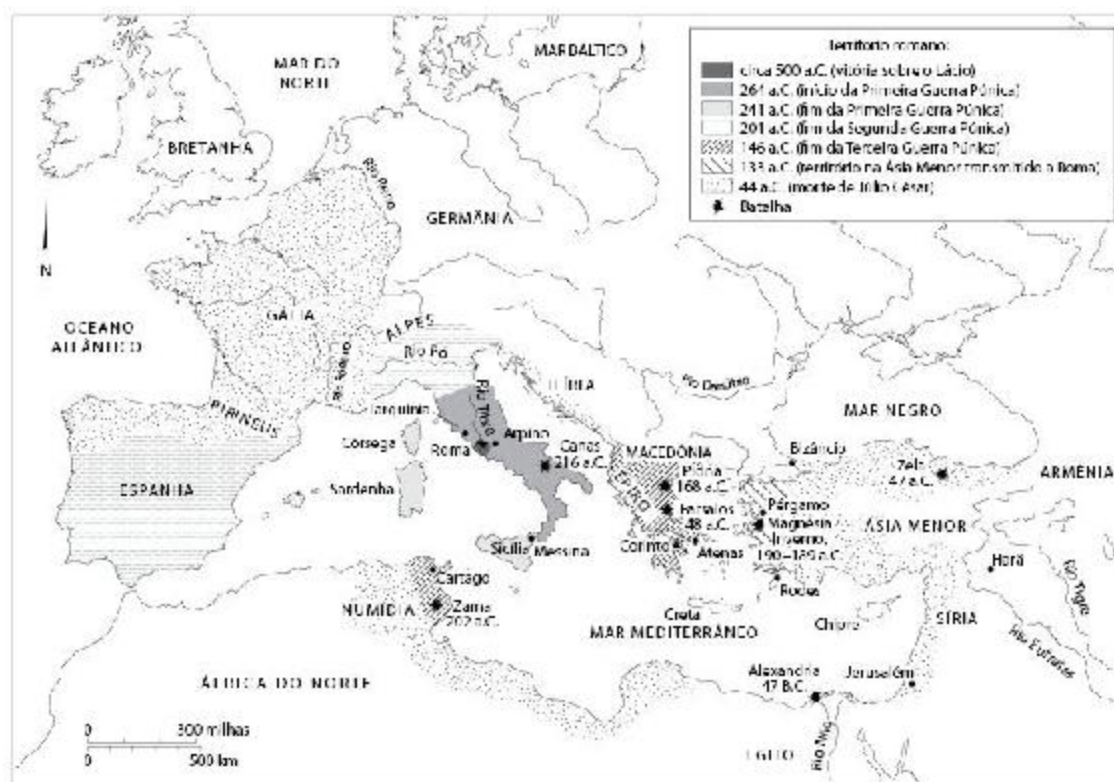
Após a Primeira Guerra Púnica, os romanos fizeram alianças com comunidades no Leste da Espanha para bloquear o poder cartaginês naquela região. Apesar de uma garantia romana em 226 a.C. de não interferir ao sul do rio Ebro, região dominada por Cartago, os cartagineses se alarmaram com essa movimentação do inimigo. Temiam pelos importantes interesses comerciais nos recursos minerais e agrícolas da Espanha. Quando Sagunto, uma cidade situada ao sul do rio, na parte da península espanhola dominada pelos cartagineses, suplicou ajuda a Roma contra Cartago, o Senado respondeu de modo favorável, ignorando a garantia anterior. Preocupações com a injustiça de quebrar a palavra foram, talvez, ofuscadas pela visão romana de que os cartagineses eram bárbaros de status moral inferior. Os romanos condenavam os cartagineses porque acreditavam (corretamente) haver uma prática púnica de sacrificar bebês e crianças em emergências nacionais para tentar recuperar o favor dos deuses.

Quando Sagunto cedeu ao cerco cartaginês, os romanos lançaram a Segunda Guerra Púnica (218 a.C. a 201 a.C.). Essa segunda e longa guerra pôs uma pressão ainda maior sobre Roma do que a primeira, porque o

inovador general cartaginês Aníbal, endurecido por anos de guerras na Espanha, chocou os romanos ao marchar com uma força de tropas e elefantes pelas passagens cobertas de neve nos Alpes para invadir a Itália. O choque transformou-se em horror quando Aníbal matou mais de 30 mil romanos em um só dia na batalha de Canas em 216 a.C. A estratégia do general cartaginês era tentar provocar revoltas disseminadas nas cidades italianas aliadas a Roma. Sua aliança com o rei Filipe V da Macedônia em 215 a.C. forçou os romanos a lutar na Grécia, bem como a proteger o flanco oriental, mas estes se recusaram a ceder à pressão. Aníbal tornou suas vidas um inferno, marchando por toda a Itália por quinze anos, destruindo o território romano e até ameaçando capturar a própria capital. O melhor que os romanos podiam fazer em termos militares era aplicar táticas de procrastinação, que ficaram famosas pelo general Fábio Máximo, apelidado de “o Temporizador”. Para infelicidade de Aníbal, no entanto, a maioria dos italianos permaneceu leal a Roma. No fim, Aníbal teve de abandonar a campanha de guerrilha na Itália para voltar à África do Norte com seu exército em 203 a.C., quando os romanos, sob o general Cipião, lançaram um ataque ousado em Cartago.

Enfim em casa após 34 anos no campo na Espanha e na Itália, Aníbal foi derrotado na batalha de Zama em 202 a.C. por Cipião, que recebeu o título de *Africano* para celebrar essa impressionante vitória sobre um inimigo tão formidável. Os romanos impuseram um acordo de paz punitivo aos cartagineses, forçando-os a afundar navios, pagar indenizações altíssimas de guerra programadas para durar cinquenta anos e abrir mão de territórios na Espanha. Logo após, os romanos tiveram que lutar uma série longa de guerras com os povos indígenas espanhóis pelo controle da área, mas os enormes lucros potenciais, sobretudo dos recursos minerais da Espanha,

fizeram o esforço valer a pena. As receitas das minas de prata da Espanha eram tamanhas que financiavam projetos de prédios públicos de alto custo em Roma.



Mapa 5. Expansão romana durante a República

O sucesso dos romanos contra Cartago permitiu que continuassem os esforços para derrotar os gauleses no Norte da Itália, que habitavam a rica planície ao norte do rio Pó. Recordando a pilhagem de Roma por gauleses saqueadores em 387, um sucesso que nem Aníbal atingira, os romanos temiam outra invasão. Portanto, acreditavam que a guerra contra esses povos celtas era justa por ser, aos olhos dos romanos, uma defesa preventiva. Por volta do fim do século III a.C., Roma controlava o vale do Pó e, com isso, toda a Itália até os Alpes.

A expansão para o leste acompanhou os sucessos militares de Roma no

Mediterrâneo Ocidental. Após a Segunda Guerra Púnica, o Senado, em 200 a.C., aconselhou que as forças romanas fossem enviadas ao exterior, pelo mar Adriático, para atacar Filipe V, rei da Macedônia nos Bálcãs. A aliança de Filipe com Aníbal forçara os romanos a abrir um segundo frente nessa guerra difícil, mas os macedônios fizeram as pazes com Roma em termos favoráveis em 205 a.C., quando os romanos estavam ocupados lidando com Cartago. Agora, os senadores respondiam a um chamado dos Estados gregos de Pérgamo e Rodes para evitar uma aliança entre o reino da Macedônia e o dos selêucidas, a família de um general de Alexandre, o Grande, que fundara uma nova monarquia no Sudoeste da Ásia nas tumultuosas sequelas das conquistas de Alexandre. Essas potências menores temiam ser dominadas, e os senadores aceitaram o convite de ajudar esses longínquos locais com a justificativa de ampliar o poder romano em uma nova área. É provável que seus motivos tenha sido mistos. O mais plausível é que tenham desejado punir Filipe pela traição e também demonstrar que Roma podia se proteger contra qualquer ameaça à Itália vinda daquela direção.



Figura 11. Este teatro no estilo grego acomodava milhares de espectadores em Pérgamo, a capital do reino dos Atálidas na Ásia Menor (atual Turquia). Usado para apresentações teatrais e festivais, seu tamanho é testemunho da popularidade de entretenimentos em grande escala no mundo greco-romano. Erika Praefcke/Wikimedia Commons.

Depois de derrotar Filipe, o comandante romano Flaminino, em 196 a.C., viajou para um festival internacional de atletismo popular e bem frequentado próximo a Corinto, no Sul da Grécia, para proclamar a liberdade dos gregos. Os locais ficaram surpresos e confusos com esse anúncio. Sem dúvida não era óbvio para eles por que, ou com que direito, esse estrangeiro dizia a eles que estavam livres. Presumiam que a liberdade era sua condição natural. Apesar da perplexidade com as circunstâncias, é incontestável que as cidades há muito estabelecidas e as ligas federadas da Grécia acreditavam que a proclamação significava que eles, os gregos, estavam livres para conduzir seus próprios assuntos da maneira que quisessem, no que dizia respeito aos romanos. Afinal, acreditavam os gregos, os romanos agora diziam que eram seus amigos.

Infelizmente para eles, os gregos não entenderam a mensagem. Os romanos quiseram dizer que haviam cumprido o papel de patrono fazendo aos gregos a gentileza de lutar uma guerra no interesse deles e, depois, proclamando sua liberdade, em vez de exigir algum tipo de submissão ou mesmo compensação pelas perdas na guerra. Portanto, aos olhos dos romanos, as ações os tornaram patronos dos gregos liberados, que deviam, por sua vez, se comportar como clientes romanos respeitosos, e não como equivalentes. Os gregos eram seus amigos apenas no sentido específico de que patronos e clientes eram amigos. Tinham, sim, liberdade política e legal, mas esse status não os liberava da obrigação moral de se comportar como clientes e, portanto, de respeitar os desejos dos patronos.

Uma vez que, entre os costumes dos gregos, não havia nada comparável, eles não entenderam a seriedade das obrigações, nem as diferenças nos tipos de obrigações, entre superiores e inferiores que os romanos atribuíam à relação entre patrono e cliente. Como pode ocorrer na diplomacia internacional, houve problemas porque nenhum dos lados percebeu que termos comuns e conhecidos como “liberdade” e “amizade” podiam ter consideráveis diferenças de significado e implicações em sociedades distintas. Os gregos, entendendo a proclamação de liberdade romana ao pé da letra e, portanto, pensando que estavam livres para gerenciar questões políticas como bem quisessem, resistiram aos esforços romanos subsequentes de intervir nas disputas locais que continuaram a perturbar a paz na Grécia e na Macedônia após a proclamação de 196 a.C. Os romanos, por contraste, consideraram essa recusa em seguir suas recomendações uma traição do dever do cliente de respeitar os desejos do patrono.

Acima de tudo, os romanos ficaram incomodados com o suporte militar que determinados gregos solicitaram ao rei Antióquio III, soberano do reino

dos selêucidas, que invadiram a Grécia após o retorno das forças romanas à Itália em 194 a.C. Os romanos, portanto, lutaram contra Antióquio e seus aliados de 192 a 188 a.C. no que é chamado de Guerra Síria. Outra vez vitoriosos, dividiram os territórios de Antióquio na Ásia Menor (atual Turquia) com Estados amistosos na região e, uma vez mais, se retiraram para a Itália. Quando as atividades expansionistas do rei macedônio Perseu levaram o rei Eumenes de Pérgamo a apelar a Roma que voltasse à Grécia para deter a agressão romana, os romanos responderam com o envio de um exército que derrotou Perseu entre 171 e 168 a.C. Nem mesmo essa vitória resolveu a questão na Grécia, e foram precisos outros vinte anos antes que Roma pudesse restaurar a paz de modo decisivo naquela região para o benefício de seus amigos e apoiadores na Grécia e na Macedônia. Finalmente, depois de vencer outra guerra macedônia entre 148 a.C. e 146 a.C., os romanos encerraram a liberdade grega, começando a trazer Macedônia e Grécia para o sistema das províncias de Roma. Em 146 a.C., o comandante romano Múmio destruiu a cidade histórica e rica de Corinto como um ato calculado de terror para demonstrar o que a resistência contínua à dominação romana significaria para os outros gregos.

O ano de 146 a.C. também testemunhou a aniquilação de Cartago no fim da Terceira Guerra Púnica (149 a.C. a 146 a.C.). Essa guerra teve início quando os cartagineses, que haviam, uma vez mais, restaurado a economia depois de pagar as indenizações impostas por Roma após a Segunda Guerra Púnica, retaliaram contra o vizinho rei da Numídia, Massinissa, um aliado romano que há algum tempo os vinha provocando de modo agressivo. Cartago, por fim, caiu perante o bloqueio de Cipião Emiliano, o neto adotado de Cipião Africano. A cidade foi, então, destruída, e o território convertido em província romana. No entanto, esse desastre não obliterou as

formas sociais e culturais púnicas e, mais tarde, sob o Império Romano, essa parte da África do Norte se distinguiu pela vitalidade econômica e intelectual, que emergiu de uma síntese de tradições romanas e púnicas.

A destruição de Cartago como Estado independente correspondeu ao desejo do senador romano Marco Pórcio Catão, o Velho, célebre pelo estilo franco e direto. Por diversos anos antes de 146 a.C., Catão havia aproveitado a oportunidade em debates no Senado para exigir: “Cartago deve ser destruída!” (Plutarco, *Vida de Catão, o velho* 27). Presume-se que Catão tenha tido dois motivos para essa ordem. Um era o medo de que uma Cartago recém-fortalecida ameaçasse Roma outra vez. Outro era um desejo de eliminar Cartago como rival pelas riquezas e glórias que Catão e seus nobres associados esperavam acumular como resultado da expansão do poder romano por toda a região do Mediterrâneo.

Os romanos venceram todas as guerras que travaram nos primeiros quatrocentos anos da República, embora geralmente apenas após anos de batalhas ferozes, terríveis perdas de vidas e enormes despesas. Tais vitórias conquistadas com esforço tiveram consequências intencionais e não intencionais para Roma e para os valores da sociedade romana. Por volta de 100 a.C., os romanos estabeleceram, de modo proposital, o controle de um território mais vasto do que qualquer outra nação havia conquistado desde a época do Império Persa no século VI a.C. Porém, conforme dito no início desta seção, até especialistas discordam em relação à extensão em que os romanos pretendiam originalmente – travar guerras de conquista – em oposição ao ataque de inimigos para autodefesa em um mundo hostil e agressivo.

A expansão romana jamais foi um processo constante ou uniforme, e o imperialismo romano sob a República não pode ser explicado como

resultado de algum princípio ou motivação único. Os romanos exercitavam uma considerável flexibilidade ao lidar com diferentes povos em diferentes locais. Na Itália, os romanos começaram a lutar para se proteger contra vizinhos que consideravam ameaçadores. No Mediterrâneo Ocidental e no Oeste da África do Norte, os romanos davam sequência às conquistas impondo o governo direto e mantendo uma presença militar permanente. Na Grécia e na Macedônia, por muito tempo preferiram governar de modo indireto, por meio de alianças e governos locais complacentes. Líderes romanos faziam amigos nas contrapartes da elite social na Grécia para promover interesses comuns de manutenção da paz. Após a destruição de Cartago e Corinto em 146 a.C., o governo direto de Roma agora se estendia por dois terços da extensão do Mediterrâneo, da Espanha à Grécia. E, então, em 133 a.C., o rei de Pérgamo, Átalo III, ampliou o poder romano ainda mais com um presente surpreendente: em seu testamento, deixou o reino na Ásia Menor de herança aos romanos. Agora eram mestres sem rivais de seu mundo.

Em suma, parece justo explicar o imperialismo romano como o resultado combinado de (1) uma preocupação com a segurança de Roma e seu território, levando o Senado e as assembleias a concordarem em ataques preventivos contra Estados percebidos como inimigos; (2) o desejo geral da classe alta e do povo romano de se beneficiar em termos financeiros com as recompensas de guerras de conquista; e (3) o tradicional impulso a atingir glória, tanto entre homens da classe alta para gratificação pessoal quanto entre romanos em geral pela reputação do Estado. O poder era respeitado e honrado no mundo em que os romanos viviam e, portanto, a conquista não era considerada automaticamente uma palavra suja. Ao mesmo tempo, os romanos sempre tomavam cuidado ao insistir – e acreditavam com

sinceridade – em que não eram os agressores, mas que estavam combatendo em defesa de sua segurança ou para preservar e elevar sua honra. Se hoje devemos criticá-los como mais insinceros ou equivocados do que os imperialistas modernos é uma questão que o leitor deve responder por si próprio, tendo a cautela de evitar a arrogância de julgamento que a modernidade por vezes presume, por ignorância, na comparação entre os critérios de avaliação moral do mundo contemporâneo em relação ao bem e ao mal e os do mundo antigo.

CONSEQUÊNCIAS DA EXPANSÃO

A atividade militar e diplomática dos romanos no Sul da Itália, Sicília, Grécia e Ásia Menor intensificou o contato com a cultura grega, que teve uma influência profunda sobre o desenvolvimento da arte, arquitetura e literatura na cultura romana. Quando começaram a criar pinturas, os artistas romanos buscaram inspiração na arte grega, cujos modelos foram adaptados a seu próprio gosto e necessidade, e o mesmo é verdadeiro para a escultura. A pintura talvez tenha sido a arte mais popular, mas muito pouco sobreviveu, exceto pelos afrescos (pinturas em gesso) que decoravam as paredes de prédios. Da mesma forma, relativamente poucas estátuas romanas foram preservadas do período da República. O primeiro templo de mármore a ser construído em Roma, erguido em homenagem a Júpiter em 146 a.C., ecoou a tradição grega de usar essa pedra brilhante na magnífica arquitetura pública. Um general vitorioso, Cecílio Metelo, pagou por ele para exibir o sucesso e a piedade que teve a serviço do povo romano. Esse templo ficou famoso por iniciar uma tendência de magnificência de alto custo na arquitetura e na construção de prédios públicos romanos.

A literatura romana também se desenvolveu a partir de modelos gregos. Na realidade, quando apareceu, em torno de 200 a.C., a primeira história romana foi escrita em grego. A obra literária mais antiga escrita em latim é um poema longo, escrito em algum momento após a Primeira Guerra Púnica (264 a.C. a 241 a.C.), que é uma adaptação da *Odisseia*, de Homero. A diversidade que estava impulsionando o desenvolvimento cultural romano é demonstrada pelo fato de que esse primeiro autor a escrever em latim nem romano era, e sim um grego de Taranto, no Sul da Itália: Lívio Andrônico. Capturado e escravizado, ele viveu em Roma depois de ser libertado e assumir o nome do mestre. Aliás, vários dos mais célebres entre os primeiros autores latinos não eram romanos nativos. Vieram de uma vasta área geográfica: o poeta Nêvio (morto em 201 a.C.), da Campânia, Sul de Roma; o poeta Ênio (morto em 169 a.C.), de ainda mais ao sul, na Calábria; o dramaturgo cômico Plauto (morto em 184 a.C.), do Norte de Roma, na Úmbria; o colega escritor de comédia Terêncio (190 a.C. a 159 a.C.), da África do Norte.

A literatura romana inicial, portanto, mostra com clareza que a cultura romana encontrou força e vitalidade pela combinação do exótico e do conhecido, assim como a população havia crescido agrupando romanos e imigrantes. Plauto e Terêncio, por exemplo, escreveram comédias famosas em latim para o público romano, mas adaptaram as tramas das comédias gregas. Manifestavam uma genialidade específica preservando o contexto grego das comédias e, ao mesmo tempo, criando personagens inesquecíveis que, de maneira inequívoca, eram romanos em ponto de vista e comportamento. A figura cômica do guerreiro fanfarrão, para citar uma, zombava da pretensão de romanos que alegavam status social elevado com base no número de inimigos que haviam matado. Essas peças demonstraram

ter apelo duradouro. Shakespeare baseou *A comédia dos erros* (cerca de 1594) em uma comédia de Plauto; da mesma forma, o musical de sucesso da Broadway e posterior filme (1966) *A Funny Thing Happened on the Way to the Forum* buscou inspiração no humor obsceno de *O soldado fanfarrão*, de Plauto.



Figura 12. Um ator ou autor do tipo de comédias gregas que inspiraram as romanas inspeciona as máscaras que os atores cômicos usavam no palco. Os traços amplos das máscaras ajudavam os espectadores a diferenciar uma personagem da outra durante apresentações em teatros gigantescos, como aquele representado na Figura 11. David C. Hill/Wikimedia Commons.

Nem todos os romanos achavam que a influência grega fosse algo bom. Catão, embora tivesse estudado grego, esbravejou repetidas vezes contra o efeito corruptor que, segundo ele, os débeis gregos estavam tendo sobre os robustos romanos. Ele estabeleceu o latim como idioma adequado para a prosa escrita com a publicação de um tratado sobre como administrar uma fazenda de grande porte, *Da agricultura* (publicado por volta de 160 a.C.), e de sua história de Roma, *As origens* (que ele começou a escrever em 168

a.C. e na qual ainda trabalhava quando morreu, em 149 a.C.). Catão previu de modo taciturno que, se fossem infectados por completo pela literatura grega, os romanos perderiam o poder. Em realidade, a literatura latina inicial refletia os valores romanos tradicionais, apesar da dívida com a literatura grega. Ênio, por exemplo, inspirou-se na poesia épica grega para compor seu épico pioneiro, *Anais*, em latim. O tema, porém, era uma versão poética da história romana desde os primórdios até a época de Ênio. O conteúdo era tudo menos subversão à tradição ancestral, conforme demonstra uma famosa linha: “Sobre o modo e os homens de outrora repousa a comunidade romana” (preservado em Agostinho, *A cidade de Deus* 2.21; Warmington vol. 1, p. 174-175, fragmento 467). Essa era a reafirmação poética de Ênio do tradicional guia de conduta apropriada para os romanos: o “costume dos ancestrais”.

As mudanças sociais e econômicas imprevistas geradas pelo imperialismo romano foram muito mais desestabilizadoras para a sociedade romana do que a influência grega na literatura. A classe alta romana obteve recompensas financeiras extraordinárias com o imperialismo romano nos séculos III e II a.C. A maior necessidade entre os comandantes de conduzir campanhas militares no exterior significava mais oportunidades para o enriquecimento de homens bem-sucedidos com as presas de guerra. Utilizando esses ganhos para financiar prédios públicos, podiam melhorar seu status social ao beneficiar a população. Acreditava-se que a construção de novos templos, por exemplo, aumentasse a segurança de todos, porque havia a crença entre os romanos de que os deuses ficariam satisfeitos por terem mais santuários em sua homenagem. Além do mais, alguns festivais associados a templos ofereciam benefícios à população em geral, pois os sacrifícios de animais significavam que a carne podia ser distribuída a

pessoas que, de outra forma, não teriam recursos para comprá-la.

A criação das províncias gerou uma necessidade de um número maior de líderes militares e políticos que não podia ser fornecida pelo número tradicional de funcionários públicos eleitos. Cada vez mais funcionários, portanto, tinham os poderes estendidos para comandar exércitos e administrar províncias. Como um governador provincial governava por lei marcial, ninguém na província era capaz de conter seu apetite por corrupção, extorsão e pilhagem. É evidente que nem todos os funcionários públicos provinciais romanos eram corruptos, mas alguns usavam o poder sem supervisão para explorar ao máximo os provinciais. Raras vezes os funcionários provinciais desonestos enfrentavam punição; o notório Verres, processado por Cícero em 70 a.C. por crimes administrativos na Sicília, foi uma rara exceção. Vilas campestres enormes e luxuosas se tornaram um símbolo preferido de riqueza para homens que haviam enriquecido na função de administradores provinciais. O novo gosto por um estilo de vida pródigo gerou controvérsia, porque contradizia os ideais romanos, que enfatizavam a moderação e a frugalidade na vida privada. Catão, por exemplo, adotou como romano ideal o herói militar Mânio Cúrio (morto em 270 a.C.), lendário pelas refeições simples de nabos cozidos em sua humilde cabana. Era inevitável que as novas oportunidades de extravagância financiadas pelas recompensas financeiras da expansão estrangeira minassem essa tradição entre a elite romana de valorizar uma vida modesta, até mesmo austera.

A base econômica da República ainda era a agricultura. Por centenas de anos, agricultores trabalhando em pedaços de terra de tamanho modesto no interior italiano foram a espinha dorsal da produção agrícola romana. Esses proprietários também representavam a principal fonte de soldados para o

exército romano; apenas homens que possuíam propriedades podiam servir. Por consequência, a República encontrou graves dificuldades econômicas, sociais e militares quando as guerras exitosas dos séculos III e II a.C. se revelaram desastrosas para muitas fazendas familiares por toda a Itália.

Antes da Primeira Guerra Púnica, a operação militar romana havia seguido o padrão mediterrâneo normal de campanhas militares curtas programadas para não interferir nas necessidades flutuantes do trabalho agrícola. Esses combates sazonais possibilitavam aos homens permanecer em casa durante os períodos do ano em que precisavam semear e colher e supervisionar o acasalamento e o abate dos rebanhos de animais. As extensas campanhas da Primeira Guerra Púnica, prolongadas ano após ano, romperam com esse padrão ao manter os soldados distantes da terra por longos períodos. As mulheres de famílias agrícolas, como as das famílias urbanas, trabalhavam com afazeres domésticos, e não nos campos. Um agricultor ausente em campanhas militares, portanto, precisava depender de ajuda contratada ou de escravos para administrar plantações e animais ou fazer com que a esposa assumisse um trabalho tradicionalmente masculino. Esse trabalho pesado somava-se às tarefas que consumiam um dia inteiro: trazer água, fazer tecido, armazenar e preparar comida e cuidar das crianças e dos escravos da família. A carga era esmagadora.

A história do cônsul Marco Atílio Régulo, que comandou um exército romano vitorioso na África em 256 a.C., revela os sérios problemas que podiam ser causados pela ausência de um homem. Quando o homem que estava administrando a fazenda de quatro acres de Régulo morreu enquanto o cônsul estava combatendo em Cartago, um trabalhador contratado fugiu com todos os animais e ferramentas da fazenda. Régulo, portanto, implorou ao Senado para enviar outro general para substituí-lo, a fim de que pudesse

voltar para casa e evitar que a esposa e os filhos passassem fome na fazenda abandonada. Os senadores deram suporte para impedir a ruína da família e da fazenda de Régulo, porque queriam mantê-lo como comandante no campo de batalha (Valério Máximo, *Fatos e ditos memoráveis* 4.4.6). Soldados rasos comuns não podiam esperar tal auxílio. Mulheres e crianças passando pelo mesmo drama da família de Régulo enfrentavam o desastre, uma vez que não tinham habilidades comerciais caso se mudassem para uma cidade em busca de trabalho. Mesmo empregos não qualificados estavam, em grande medida, indisponíveis, porque os escravos eram usados para serviço doméstico, enquanto a manufatura ocorria em negócios de pequeno porte administrados por famílias com o esforço de seus próprios membros. Muitas mulheres rurais, deslocadas das fazendas e reduzidas à pobreza irremediável pela ausência ou morte dos maridos na guerra, só conseguiam ganhar dinheiro se tornando prostitutas nas cidades da Itália. Assim, o novo padrão de guerra teve a consequência não intencional de romper as formas tradicionais de vida de pessoas comuns na zona rural romana, base da economia agrícola de Roma. Ao mesmo tempo, as mulheres das classes com posses obtinham ainda mais riqueza por dote e herança, já que os homens da família, que ocupavam as posições de elite no exército, traziam para casa a maior parte dos despojos a que seu alto posto tinha direito no sistema romano de distribuição das presas de guerra.

Os problemas dos agricultores continuaram com a permanência de Aníbal na Itália por uma década no fim do século III a.C., durante a Segunda Guerra Púnica. A presença constante de um exército cartaginês impossibilitava o planejamento regular de plantio e colheita para os agricultores nas regiões aterrorizadas por ele, e a tática do general romano Fábio de atraso e atrito agravou as perdas. As dificuldades das famílias

agrícolas aumentaram no século II a.C., quando muitos homens tiveram que passar ano após ano longe das terras para servir nas expedições militares quase constantes de Roma no exterior. Mais de cinquenta por cento dos romanos adultos passavam, no mínimo, sete anos no serviço militar durante esse período, deixando esposas e filhos sozinhos para lidar com a situação da melhor forma possível por um longo tempo. Muitas famílias agrícolas se endividavam e tinham de vender a terra. Proprietários de terras ricos podiam comprar esses terrenos para criar propriedades rurais maiores. Os latifundiários aumentavam as posses ainda mais ocupando, de modo ilegal, terras públicas que Roma havia originalmente confiscado de povos derrotados na Itália. Desta forma, os ricos ganhavam propriedades imensas, chamadas de *latifundia*, nas quais trabalhavam escravos e empregados livres. Os ricos tinham um estoque pronto de escravos para trabalhar nas megafazendas, em função do alto número de cativos capturados nas mesmas guerras que haviam promovido o deslocamento dos pequenos agricultores da Itália.

Nem todas as regiões da Itália sofreram tanto, e alguns agricultores empobrecidos e suas famílias nas áreas muito afetadas conseguiam permanecer na terra natal e trabalhar de diaristas. Muitas pessoas deslocadas, no entanto, imigravam para Roma, onde os homens procuravam trabalhos subalternos e as mulheres podiam esperar algum trabalho por empreitada fazendo tecido. Há pouco se sugeriu que parte do motivo pelo qual havia tantas pessoas em deslocamento é que, por razões desconhecidas, houve uma explosão na taxa de natalidade, levando a bolsões de superpopulação na zona rural, com um excesso de pessoas sendo sustentadas por recursos locais. Quaisquer que tenham sido os motivos, a estabilidade tradicional da vida rural havia sido interrompida por completo.

O influxo de pessoas desesperadas a Roma inchou a população em nível de pobreza da capital. A dificuldade contínua que esses pobres urbanos sem terra sofriam para se sustentar no dia a dia da cidade densamente populada fazia deles um elemento com potencial explosivo na política romana. Estavam dispostos a apoiar pelo voto qualquer político que promettesse atender às suas necessidades. De alguma forma, tinham de ser alimentados se fosse para evitar protestos por comida na cidade. Assim como Atenas no século V a.C., Roma, por volta do fim do século II a.C., precisava importar grãos para alimentar sua população urbana excessiva. O Senado supervisionava o mercado de grãos para evitar a especulação na provisão do suprimento alimentar básico de Roma e assegurar a ampla distribuição em tempos de escassez. Alguns dos líderes de Roma acreditavam que a única solução possível para o problema dos pobres famintos era o Estado fornecer grãos a baixo custo e, com o tempo, gratuitos para a massa à custa de dinheiro público. Outros discordavam com veemência, embora sem propor uma solução alternativa. Assim, as distribuições de alimento subsidiado tornaram-se a política governamental padrão. Ao longo do tempo, a lista de pobres com direito a esses subsídios cresceu para dezenas de milhares de pessoas. Continuar esse monumental gasto da receita do Estado tornou-se uma das questões mais controversas na política da República tardia.

O efeito nocivo da expansão romana sobre famílias de agricultores pobres virou um problema que intensificou o conflito por status que sempre havia existido entre os líderes políticos de Roma. A situação explodiu em violência sanguinária nas carreiras dos irmãos Tibério Graco (morto em 133 a.C.) e Caio Graco (morto em 121 a.C.). Eles vieram de uma das famílias de classe alta mais distintas de Roma: a eminente mãe, Cornélia, era filha do lendário general Cipião Africano. Tibério venceu as eleições para o cargo

de tribuno plebeu em 133 a.C. Sem demora, afrontou o Senado fazendo com que a Assembleia Tribal dos Plebeus adotasse leis de reforma desenvolvidas para redistribuir terras públicas para romanos sem terra sem aprovação dos senadores, uma manobra formalmente legal, mas nada tradicional na política romana. Tibério afrontou ainda mais a tradição ignorando a vontade do Senado sobre a questão de financiar essa reforma agrária. Antes que o Senado pudesse emitir uma opinião sobre se aceitava a herança do reino do recém-falecido Átalo III de Pérgamo, concedida a Roma, Tibério propôs que o presente fosse usado para equipar as novas fazendas que deviam ser estabelecidas nas terras redistribuídas.

As reformas de Tibério para ajudar agricultores desapropriados sem dúvida tinham um motivo político, pois ele tinha uma dívida para quitar com rivais políticos e esperava se tornar popular no papel de defensor do povo. Entretanto, seria extremo cinismo negar que simpatizava com seus conterrâneos sem terra. Em um comentário célebre, disse:

As feras selvagens que vagam pela Itália têm suas tocas... Mas os homens que lutam e morrem pela Itália desfrutam apenas de ar e luz; sem moradia nem lar, perambulam sem rumo com suas esposas e seus filhos... Lutam e morrem para proteger a riqueza e o luxo dos outros; são pretensos mestres do mundo e não têm um torrão de terra que possam chamar de seu (Plutarco, *Vida de Tibério Graco* 9).

Tão sem precedentes quanto suas reformas agrárias foi a persuasão de Tibério sobre a Assembleia para demover outro tribuno do cargo: ele vinha vetando as propostas de novas leis sugeridas por Tibério. Outra proibição duradoura da “constituição romana” foi violada ao anunciar sua intenção de concorrer à reeleição de tribuno no ano seguinte; mandatos consecutivos no

funcionalismo público eram considerados “inconstitucionais”. Mesmo alguns de seus partidários agora o abandonavam por desconsiderar o “costume dos ancestrais”.

O que aconteceu a seguir sinalizou o início do fim da saúde política da República. Um ex-cônsul chamado Cipião Nasica instigou um ataque surpresa ao primo, Tibério, por um grupo de senadores e seus clientes. Essa turba de classe alta assassinou Tibério e parte de seus companheiros a golpes no monte Capitolino no fim de 133 a.C. Dessa forma sangrenta teve início a triste história de violência e assassinato como tática política na República tardia.

Caio Graco, eleito tribuno em 123 a.C. e, depois, novamente em 122 a.C., apesar do tradicional limite de mandatos, também iniciou reformas que ameaçavam a elite romana. Caio manteve vivas as reformas agrárias do irmão e introduziu leis para garantir grão a cidadãos de Roma a preços subsidiados. Também conseguiu aprovar projetos de obras públicas por toda a Itália para fornecer emprego aos pobres e à base de colônias no exterior para dar novas oportunidades de agricultura e comércio aos cidadãos. As mais revolucionárias de todas foram suas propostas de conceder cidadania romana a alguns italianos e estabelecer tribunal de júri para senadores acusados de corrupção enquanto exerciam cargos de governador de província. A proposta de cidadania fracassou, mas a criação de um novo sistema de tribunais para processar senadores se tornou uma questão muito polêmica, porque ameaçava o poder do Senado em proteger seus próprios membros e suas famílias contra a punição por crimes cometidos.

Os novos júris não seriam operados por senadores, mas, pelo contrário, por membros da classe social chamada de *equites*, que significa “equestres” ou “cavaleiros”. Eram homens ricos oriundos, em sua maioria, da classe

alta proprietária de terras com origens e conexões familiares fora da própria Roma. Nos primórdios da República, os equestres haviam sido o que a palavra sugere: homens ricos o bastante para providenciar seus próprios cavalos para o serviço de cavalaria. Por volta dessa época, no entanto, tornaram-se um segundo nível de classe alta com tendência a se concentrar mais em negócios do que em política. Os equestres com ambições para cargos políticos costumavam ser bloqueados pelos membros dominantes do Senado. Os senadores faziam uma distinção clara entre eles próprios e os equestres, insistindo em que era impróprio para um senador sujar as mãos com o comércio. Uma lei aprovada pelo tribuno Cláudio em 218 a.C., por exemplo, tornava ilegal a posse de navios de carga de grande porte para senadores e seus filhos. Apesar da condenação pública de atividades que visavam o lucro, os senadores muitas vezes se envolviam em negócios privados. A receita do comércio era mascarada empregando em segredo intermediários ou escravos protegidos para fazer o trabalho e repassar o lucro.

A proposta de Caio de fazer com que os equestres atuassem como jurados no julgamento de senadores acusados de extorsão nas províncias marcou a emergência dos equestres como força na política romana. Essa ameaça ao poder enfureceu o Senado. Caio, então, providenciou um guarda-costas para tentar protegê-lo contra a violência que temia dos inimigos senatoriais. Os senadores, em 121 a.C., responderam publicando pela primeira vez o que se chama *senatus consultum ultimum*: um voto do Senado aconselhando os cônsules a “serem cautelosos para que a República não sofra danos” (Júlio César, *A guerra civil* 1.5.7; Cícero, *Catilinárias* 1.2). Essa medida extraordinária autorizava o cônsul Opímio a empregar força militar dentro da cidade de Roma, onde, de acordo com a tradição,

nem os funcionários públicos tinham tal poder. Para fugir da prisão e da execução, Caio ordenou a um de seus escravos que cortasse sua garganta.

O assassinato de Tibério Graco e o suicídio forçado de Caio Graco desencadearam a desintegração final da solidariedade política da classe alta romana. Que ambos os irmãos e seus inimigos vinham dessa classe revelava a incapacidade de ela continuar a governar por meio de um consenso protegendo interesses próprios unificados como grupo. Desse momento em diante, os membros da classe alta se viam cada vez mais divididos em defensores dos *populares*, que buscavam poder político promovendo os interesses da plebe (*populus*), e membros dos *optimates*, os assim denominados de “melhor povo”, significando a classe alta tradicional, sobretudo os nobres. Alguns líderes políticos se identificavam com um ou outro lado por pura aliança genuína às políticas proclamadas. Outros simplesmente achavam conveniente promover suas carreiras políticas pessoais fingindo serem adversários sinceros dos interesses de um ou de outro lado. De qualquer forma, essa divisão na classe alta romana persistiu como fonte de efervescência política e violência sanguinária na República tardia.

5

A DESTRUIÇÃO DA REPÚBLICA

O violento conflito que voltou a elite dominante de Roma contra si mesma acabou por destruir a República. O processo de destruição levou um século, da época dos mandatos dos irmãos Graco como tribunos às guerras civis da segunda metade do século I a.C. O processo também foi o desdobramento de uma perversão da antiga tradição romana das obrigações mútuas de patronos e clientes. Essa corrupção do “costume dos ancestrais” começou no fim do século II a.C., quando o Estado romano enfrentou novas e perigosas ameaças que exigiam respostas militares imediatas de comandantes competentes. Em uma delas, 70 mil escravos fugiram de grandes propriedades na Sicília e se uniram para iniciar uma revolta que durou de 134 a 131 a.C. Em 112 a.C., irrompeu uma guerra estrangeira com Jugurta, um rei-cliente rebelde na África do Norte. Outra ameaça mais perto de casa surgiu logo depois, quando bandos de guerreiros gauleses invasores iniciaram uma sequência de ataques nas regiões do Norte da Itália.

A intensidade desses perigos deu abertura para a emergência de um novo tipo de líder – o homem não nascido no círculo privilegiado da mais alta nobreza de Roma, mas que tinha destreza e habilidade militar para conduzi-lo à eleição para cônsul e ao maior status e influência que esse cargo representava. Homens que se tornaram cônsules, apesar de não terem um histórico familiar distinto, eram chamados de “novos homens”. Para obter o apoio de que precisavam para superar o preconceito social contra eles, esses

“novos homens”, na função de comandantes militares, eram bastante generosos com os soldados, distribuindo despojos e cuidando de suas necessidades. O soldado romano comum, que muitas vezes era pobre, ficou cada vez mais disposto a seguir um comandante assim e tê-lo como patrono, operando como seu cliente e mais obediente a ele pessoalmente do que ao Senado ou às Assembleias. Desta forma, o sistema patrono-cliente tornou-se mais uma maneira de os líderes obterem maior poder individual do que um suporte para os interesses da comunidade como um todo.

LINHA DO TEMPO (TODAS AS DATAS A.C.)

107: Mário torna-se um “novo homem” vencendo a eleição para cônsul; ele é reeleito por um total de seis mandatos consecutivos.

91-87: Os romanos e seus aliados na Itália lutam entre si na Guerra Social.

88: Sulla comanda o exército romano para capturar Roma.

88-85: Os romanos lutam na Primeira Guerra Mitridática contra Mitrídates VI, rei do Ponto, na Ásia Menor.

63: Pompeu captura Jerusalém; Catilina tenta tomar o controle do governo romano em uma violenta conspiração.

60: Pompeu, Crasso e Júlio César formam o Primeiro Triunvirato para dominar o governo romano.

59: Júlia, filha de Júlio César, desposa Pompeu em uma aliança política entre os dois líderes rivais.

58-50: Júlio César luta na Guerra da Gália para conquistar a Gália (atual França).

53: A violência política nas ruas de Roma evita a eleição de cônsules do ano.

Década de 50: Lucrécia compõe o poema épico *Da natureza das coisas*, que explica a teoria atômica para dissipar o medo da morte.

49: Júlio César atravessa o rio Rubicão para a Itália, e uma guerra civil tem início.

45: Júlio César derrota todos os adversários na Guerra Civil e obtém o controle de Roma; em seu testamento, adota Otaviano (futuro Augusto).

44: Júlio César declara-se “ditador” e é assassinado nos idos de março.

Esse enfraquecimento da tradição romana ocorreu em um momento de crises nacionais, com guerras a travar contra aliados italianos de Roma e o

carismático e inteligente rei Mitrídates na Ásia Menor. Um golpe esmagador à estabilidade da República veio com a violenta demonstração dada pelo comandante Sulla do desprezo pelo valor romano antigo de colocar a lealdade à comunidade acima do próprio desejo de poder e glória. O ideal que o poeta Lucílio expressara há muito – deixar o interesse próprio para o fim, depois dos interesses do país e da família – perdera o poder de inspirar a maioria dos ambiciosos líderes romanos.

A ASCENSÃO DO “NOVO HOMEM”

“Novos homens” desviavam-se do caminho romano tradicional de liderança, pelo qual homens de famílias célebres e antigas esperavam herdar posições no topo da sociedade e da política. O homem que, mais do que qualquer outro, colocou essa nova força política em movimento foi Caio Mário (157 a.C. a 86 a.C.). De uma família da ordem equestre na cidade de Arpino, na região central da Itália, no início da República Mário teria tido poucas chances de galgar as posições de liderança da elite de Roma, que quase monopolizara o cargo de cônsul. O melhor que um homem das origens de Mário poderia normalmente esperar em uma carreira pública era avançar às posições inferiores do Senado, sendo cliente submisso de um nobre poderoso. Felizmente para Mário, no entanto, Roma, no fim do século II a.C., tinha uma necessidade premente de homens com sua capacidade de liderar um exército à vitória. Mário conquistou uma reputação servindo com grande distinção na guerra norte-africana. Ele começou a subir a escada política de cargos eletivos apoiando os interesses de patronos nobres, e também impulsionou a carreira se casando com alguém acima de sua posição social, uma mulher de uma famosa família de

patrícios. Finalmente, explorando o impressionante histórico militar e também o descontentamento das pessoas comuns com a conduta de guerra dos nobres contra Jugurta, Mário abalou a classe alta vencendo as eleições para um dos cônsules de 107 a.C., tornando-se, assim, um “novo homem”. Mário chegou ao auge em razão das realizações excepcionais como general, em uma época em que Roma tinha uma necessidade desesperada de sucesso militar. A guerra africana havia se arrastado pela incompetência dos generais até que Mário assumiu, mas o motivo mais significativo de sua reputação e popularidade com os eleitores foram as vitórias contra os povos celtas do Norte, chamados teutões e cimbros, que repetidas vezes tentaram invadir a Itália nos últimos anos do século II a.C. Lembrando-se com horror do saque de Roma por outros “bárbaros” do Norte em 387 a.C., os eleitores romanos, por volta de 100 a.C., haviam eleito Mário como cônsul para algo sem precedentes: seis mandatos. Sua permanência no mais alto cargo de Roma incluiu o serviço em mandatos consecutivos, uma prática considerada “inconstitucional”.



Figura 13. Estes soldados romanos representados em uma procissão religiosa portam armaduras do tipo usado na República; escudos retangulares ficaram mais comuns posteriormente. Os soldados passavam por um treinamento enérgico para manter a força necessária para empunhar armas pesadas com eficiência nas posições hierárquicas na batalha. Marie-Lan Nguyen/Wikimedia Commons.

Mário era tão famoso que o Senado o homenageou com um triunfo, a

honra militar definitiva de Roma, um raro reconhecimento concedido apenas a generais que obtiveram vitórias estupendas. No dia de um triunfo, o general desfilava pelas ruas de Roma em uma carruagem militar. Seu rosto (ou, talvez, o corpo inteiro) era pintado de vermelho por motivos que os romanos já não recordavam mais. Multidões o aclamavam. Por tradição, o exército gritava piadas de mau gosto sobre ele, talvez para afastar o mau olhar ou lembrá-lo de que não devia ser superado por um orgulho sobre-humano nesse momento de glória suprema. Pelo mesmo motivo, alguém (quicá um escravo) ficava atrás dele na carruagem, sussurrando em seu ouvido uma advertência para evitar a corrupção pelo orgulho arrogante: “Olhe atrás de você e lembre-se de que é mortal” (Tertuliano, *Apologia* 33; Jerônimo, *Cartas* 39.2.8). Alguém com a origem relativamente humilde de Mário ser homenageado com um triunfo era uma vitória social de proporções avassaladoras.

Apesar do triunfo, Mário nunca atingiu aceitação completa pela mais alta elite social de Roma. Viam-no como um novo rico e uma ameaça à sua preeminência. O apoio genuíno de Mário vinha de equestres ricos e do povo comum. É provável que os equestres tenham apoiado a tentativa dele de forçar a entrada na nobreza como prova do valor de homens de sua classe social, mas, acima de tudo, estavam preocupados que a incompetência manifesta de líderes contemporâneos da classe senatorial tivesse um efeito desastroso nos interesses econômicos no exterior.

A reforma de Mário em relação aos requisitos de entrada no exército foi o principal fator de sua popularidade nas posições mais pobres da sociedade romana. Antes, apenas cidadãos que tinham posses podiam se alistar como soldados – e, portanto, esperar ganhar as recompensas de status e pilhagem às quais os soldados tinham direito em campanhas militares vitoriosas. O

proletário, que, por definição, não tinha posses, era impedido de se tornar soldado. Mário, concluindo um processo que outros haviam começado antes, removeu esse impedimento para que até o proletariado pudesse se alistar no exército. Para essas pessoas que não possuíam praticamente nada, a oportunidade de melhorar de vida adquirindo despojos sob um general exitoso mais do que excedia o risco de se ferir ou morrer na guerra.

O Estado romano, nessa época, não oferecia compensação regular nem pensões para ex-soldados. O sustento deles dependia por completo do sucesso e da generosidade do general. Por volta dessa época, não havia mais terra conquistada na Itália a ser distribuída entre os veteranos, e a tomada de terra dos provinciais fora da Itália costumava ser evitada para não provocar a hostilidade aberta contra o controle romano. Portanto, tropas comuns dependiam de uma participação nos despojos obtidos na batalha se quisessem ter algum benefício financeiro com a guerra. Uma vez que, se assim o desejasse, o general tinha direito a manter a maior parte da pilhagem para si mesmo e para seus oficiais mais graduados, os soldados comuns podiam acabar com bem pouco. Empobrecidas, é natural que as tropas proletárias sentissem enorme gratidão por um comandante que os conduzia à vitória e, depois, fazia uma divisão generosa dos despojos com eles. Como resultado, a lealdade das legiões passou a ser cada vez mais direcionada ao comandante, e não ao Estado. Em outras palavras, soldados romanos pobres começaram a se comportar como um exército de clientes, seguindo o general como se fosse um patrono pessoal, a cujos comandos obedeciam, sem importar a vontade do Estado.

Também é provável que o exército romano tenha sido reorganizado para lutar com novas táticas e melhores armas nessa época. As legiões agora eram compostas de dez unidades com 480 homens cada, chamadas de

“coortes”. Cada coorte tinha seis “centúrias” de oitenta homens, comandados por um centurião. No campo de batalha, os soldados enfrentavam o inimigo em uma disposição de quatro coortes na linha de frente, com duas linhas de três coortes atrás. Cada coorte era separada das outras por uma lacuna, e as duas linhas da retaguarda eram dispostas nas lacunas entre as coortes na linha de frente. Esse espaçamento possibilitava o movimento flexível das coortes em resposta a mudanças de condições durante a batalha. Pela primeira vez, o exército romano era equipado com armas e equipamentos uniformes, em vez de quaisquer armas que os soldados individuais pudessem trazer. A infantaria principal carregava lanças leves e pesadas, espadas e grandes escudos ovais – e depois retangulares. Mário reprojeteu as lanças pesadas para que dobrassem após o impacto no escudo do inimigo, impedindo seu movimento e facilitando matá-lo. Depois de arremessar as lanças, os soldados romanos atacavam o inimigo para usar espadas no combate corpo a corpo.

Mário merece crédito por aumentar a eficácia de luta do exército romano ao melhorar a coesão e a flexibilidade tática, mas suas reformas tiveram consequências imprevistas. O tipo de exército de clientes criado por ele se tornou fonte de poder político para comandantes inescrupulosos que desestabilizaram a República em termos políticos. Mário, no entanto, era tradicional demais para usar um exército de clientes para manter a própria carreira. Ele perdeu importância política logo após 100 a.C. porque não mais comandava exércitos e havia alienado muitos partidários por ter se submetido à classe alta. Os inimigos que tinha entre os *optimates* capitalizaram sobre seus erros de conduta e o impediram de exercitar mais influência política. Apesar disso, Mário estabeleceu um precedente para que um general atingisse poder político supremo ao tratar os soldados como

clientes pessoais. Mais tarde, outros líderes estenderiam esse precedente à conclusão lógica: um general para governar Roma sozinho, e não como membro de um governo compartilhado na antiga tradição da República.

Tensões duradouras entre Roma e aliados italianos se transformaram em guerra no início do século I a.C. De acordo com a tradição romana, esses aliados compartilhavam as recompensas da vitória militar. Porém, como não eram cidadãos romanos, não tinham voz nas decisões referentes à política doméstica ou estrangeira de Roma. Essa desestabilidade política os deixava cada vez mais insatisfeitos, à medida que a riqueza da conquista se acumulava na República tardia. Os aliados queriam uma participação maior na prosperidade crescente das classes altas. Caio Graco testemunhara a sabedoria do Estado de estender a cidadania romana a aliados leais na Itália (e é evidente que teria aumentado seu próprio poder quando os novos cidadãos gratos se tornassem seus clientes). Seus inimigos, no entanto, derrotaram a proposta de Graco convencendo eleitores romanos de que prejudicariam seus próprios interesses políticos e econômicos ao conceder cidadania aos aliados italianos.

O descontentamento dos aliados finalmente irrompeu em violência na Guerra Social de 91 a.C. a 87 a.C. (assim chamada porque a palavra latina para “aliado” é *socius*). Os italianos formaram uma confederação para lutar contra Roma, cunhando suas próprias moedas para financiar a violenta rebelião. Uma fonte antiga alega que 300 mil italianos morreram em combate. Os romanos venceram a guerra, mas os aliados prevaleceram no fim, porque, para garantir a paz, os romanos concederam aos italianos a cidadania pela qual haviam iniciado a revolta. Desse momento em diante, os povos nascidos livres da Itália ao sul do rio Pó gozavam dos privilégios da cidadania romana. Mais importante ainda, se fossem até Roma, os

homens podiam votar nas assembleias. O derramamento de sangue da Guerra Social foi o lastimável preço pago para reestabelecer o princípio inicial de Roma de buscar força ao admitir estrangeiros na condição de membros de sua comunidade.

As dificuldades de Roma em governar outros povos aumentaram nesse mesmo período, quando os provinciais na Ásia Menor se rebelaram. O rei de Ponto, Mitrídates VI, conseguiu convencê-los a se rebelar acima de tudo porque se ressentiam de maneira amarga dos notórios cobradores de impostos romanos. O Estado romano não tinha funcionários para cobrar impostos. Em vez disso, subcontratava essa tarefa para empreendedores privados por meio de leilões anuais. Quem desse a maior oferta pela receita de uma determinada província recebia um contrato para cobrar os impostos daquele ano. O contratante prometia entregar essa quantia a Roma e tinha o direito a manter como lucro o excedente que pudesse ser espremido dos provinciais. Grupos de romanos da classe equestre formaram empresas privadas para competir por tais contratos fiscais provincianos. Quanto mais os cobradores de impostos pressionavam os locais, mais dinheiro ganhavam. E pressão foi o que fizeram. Assim, não é de se estranhar que o rei Mitrídates tenha encontrado simpatizantes na Ásia Menor para sua declaração de que os romanos eram “uma desgraça para o mundo inteiro” (Salústio, *Histórias* 4 frag. 69). Estrategista de primeira qualidade, providenciou para que os rebeldes lançassem um ataque surpresa simultâneo contra os romanos em vários locais da Ásia Menor em uma data predeterminada. O sucesso deles foi espetacular, assassinando dezenas de milhares em um único dia. Essa crise levou à Primeira Guerra Mitridática (88 a.C. a 85 a.C.), que Roma só venceu com grande dificuldade. Foram necessárias mais guerras até que a ameaça de Mitrídates contra a dominação

romana nessa parte do mundo fosse finalmente encerrada.

A Guerra Social e a ameaça de Mitrídates conduziram ao poder um implacável nobre romano, Lúcio Cornélio Sulla, cuja carreira enfraqueceu ainda mais o efeito estabilizador da tradição romana em manter a comunidade unida. Sulla vinha de uma família de patrícios que havia perdido boa parte do status e da riqueza. Ansioso por restaurar o prestígio e a prosperidade de sua linhagem, Sulla primeiro tramou o avanço na carreira servindo sob Mário contra Jugurta, na África do Norte. O sucesso militar contra os aliados na Guerra Social o propeliu à proeminência que cobiçava: ele venceu a eleição para cônsul em 88 a.C. Sem demora, o Senado o recompensou com o comando contra Mitrídates, na Ásia Menor.

Mário, invejoso do ex-subordinado, conspirou para que o comando de Sulla fosse transferido para ele mesmo. A reação de Sulla a esse contratempo mostrou que ele entendia a fonte de poder que Mário tornara possível ao criar um exército de clientes. Em vez de aceitar a perda do comando, Sulla fez o impensável: marchou com seu exército romano para atacar a própria Roma. Todos os seus oficiais exceto um, Lúculo, o abandonaram, horrorizados com essa traição. Os soldados comuns de Sulla, por contraste, o obedeceram. Nem eles nem o comandante recuaram diante do início de uma guerra civil. Ao capturar Roma com tropas de cidadãos romanos, Sulla matou brutalmente ou exilou os adversários. Seus homens promoveram desordens na capital. Depois, ele os conduziu para fazer campanha na Ásia Menor, ignorando uma intimação para ser submetido a julgamento.

Depois que Sulla deixou a Itália, Mário e seus amigos retomaram o poder em Roma e embarcaram em seu próprio regime de terror. Ao empregar violência para vingar violência, demonstraram sem meias-

palavras que a política romana havia se tornado uma guerra literal em casa. Mário logo morreu, mas seus amigos mantiveram o poder incontestável até 83 a.C., quando Sulla retornou à Itália após uma exitosa campanha na Ásia Menor. Outra guerra civil seguiu-se quando os inimigos de Sulla se uniram a alguns dos italianos, sobretudo os samnitas do Centro-Sul da Itália, para resistir contra ele. A batalha culminante da guerra ocorreu no fim de 82 a.C., na Porta Colina de Roma. O general samnita inflamou as tropas em um furor contra Sulla clamando: “O dia final está próximo para os romanos! Esses lobos que tanto assolaram a liberdade dos povos italianos jamais desaparecerão enquanto não cortarmos a floresta que lhes serve de refúgio” (Veleio Patérculo, *História romana* 17.2).



Figura 14. Esta pintura retrata soldados armados no estilo dos samnitas, um povo italiano famoso pelo valor na guerra. A armadura diferenciada era importante para os guerreiros não só para o combate, mas também para demonstrar status e honra. Wikimedia Commons.

Infelizmente para os samnitas, eles perderam essa batalha e a guerra. O

próximo passo de Sulla foi exterminá-los e dar o território deles a seus partidários. Ele também aterrorizou os adversários em Roma usando uma medida de lei marcial chamada de “proscrição”. Essa tática significava publicar uma lista dos nomes das pessoas que eram acusadas de crimes de traição. Qualquer um podia caçar e matar tais pessoas, sem a necessidade de julgamento. A propriedade dos “proscritos” era confiscada e distribuída aos assassinos. Os partidários de Sulla, portanto, adicionaram à lista nomes de cidadãos inocentes de cuja riqueza queriam se apropriar, sob o pretexto de que estavam punindo traidores. Horrorizados pela crueldade de Sulla, os senadores o nomearam ditador, mas sem limite de mandato. Essa nomeação, evidente, era totalmente contrária à tradição da República de limitar esse cargo a emergências nacionais de curto prazo.

Sulla utilizou a ditadura sem precedentes para legitimar a reorganização do governo romano. Alegou estar devolvendo a República ao coração de sua tradição ao dar controle para o “melhor povo”. Ele, portanto, transformou o Senado no poder supremo no Estado. Também alterou a composição dos júris para que os equestres não mais julgassem senadores. O cargo de tribuno plebeu foi muito enfraquecido pela proibição dos tribunos de sugerir legislação sem aprovação prévia do Senado e impedir que um homem eleito tribuno pudesse ter qualquer outro cargo público depois disso. Limites de idade mínima foram impostos para tomar posse nas várias posições da escada de cargos.

Convencido por uma antiga profecia de que tinha pouco tempo de vida, Sulla se retirou à vida privada em 79 a.C. Na realidade, ele morreu no ano seguinte. Sua violenta carreira revelara de forma incisiva as mudanças nas tradições sociopolíticas romanas por volta da República tardia. Em primeiro lugar, sucesso na guerra passou a significar lucros para comandantes e

soldados comuns, basicamente com a venda de prisioneiros de guerra para a escravidão e a apropriação de despojos. Esse incentivo ao lucro para iniciar uma guerra dificultou em muito a resolução de problemas de modo pacífico. Muitos romanos eram tão pobres que preferiam a guerra em vez de uma vida sem perspectiva. As tropas de Sulla em 88 a.C. não quiseram se dispersar quando ordenadas pela elite governante, porque estavam de olho nas riquezas que esperavam ganhar em uma guerra contra Mitrídates. Em segundo lugar, a extensão do sistema patrono-cliente aos militares equivalia a dizer que os soldados pobres sentiam vínculos de obrigação mais fortes com o general, que agia como patrono deles, do que com o país. Os homens de Sulla obedeceram à ordem de marchar em sua própria capital porque deviam obediência a ele como patrono e podiam esperar benefícios em retorno. Sulla favoreceu-os permitindo a pilhagem de Roma e das vastas riquezas da Ásia Menor.

Finalmente, o desejo avassalador da parte da classe alta em atingir status público funcionou tanto a favor quanto contra a estabilidade da República. Quando essa atitude motivou homens importantes a buscar cargos para promover o bem-estar da população como um todo – o ideal tradicional de uma carreira pública –, foi uma força poderosa para a paz social e a prosperidade geral. Porém, forçada ao extremo lógico, como no caso de Sulla, a preocupação de um romano ambicioso com a reputação pessoal baseada em prestígio e riqueza pessoais podia ofuscar todas as considerações do serviço público. Sulla, em 88 a.C., simplesmente não podia suportar perder a glória e o status que uma vitória sobre Mitrídates traria. Portanto, preferiu iniciar uma guerra civil, em vez de ver o estimado status diminuído. Por todos esses motivos, a República estava condenada assim que seus líderes e os partidários deles abandonaram o “costume dos

ancestrais”, que valorizava o respeito à paz e à prosperidade comuns e ao governo compartilhado acima do ganho pessoal e do poder político individual. Por todos esses motivos, a carreira de Sulla revela como as tradições sociopolíticas da República continham a semente da própria destruição, pois o equilíbrio de valores entre sucesso individual e bem-estar comunitário que devia garantir a segurança e a prosperidade de Roma se dissolveu em um conflito violento entre os romanos.

POMPEU, O GRANDE, E JÚLIO CÉSAR

Os célebres generais cujas ambições desencadearam a guerra entre os romanos que destruiu a República tiveram por modelo a carreira de Sulla: enquanto proclamavam estarem trabalhando para preservar o Estado, buscavam poder para si mesmos acima de tudo. Gneu Pompeu (106 a.C. a 48 a.C.) foi o primeiro desses líderes. Pompeu forçou a entrada nas fileiras de líderes romanos em 83 a.C., quando Sulla retornava pela primeira vez a Roma. Com apenas 23 anos, jovem demais para a liderança, segundo a tradição romana, Pompeu reuniu um exército privado dos clientes de seu pai na Itália para se unir a Sulla na campanha de retomada do poder na capital. Quando Pompeu derrotou os inimigos restantes de Sulla, que haviam fugido para a Sicília e a África do Norte, Sulla, em 81 a.C., permitiu com relutância a extraordinária honra de celebrar um triunfo. A celebração de um triunfo por um homem tão jovem, que jamais tivera um cargo público sequer, abalou a tradição antiga da República de que os homens deviam subir a escada de cargos antes de atingir tamanha proeminência. Pompeu não precisou esperar sua vez pela homenagem nem conquistar a recompensa somente após anos de serviço. Por ser tão poderoso, podia

exigir glória de Sulla de imediato. Conforme Pompeu disse com ousadia ao mais velho Sulla: “Mais pessoas veneram o nascer do que o pôr do sol” (Plutarco, *Vida de Pompeu* 14). A natureza completamente irregular da carreira de Pompeu traiu a fragilidade da visão de Sulla do Estado romano. Sulla proclamara um retorno à regra do “melhor povo” e, segundo ele, às melhores tradições políticas romanas. Em vez disso, moldou um regime controlado por violência e política de poder.

A história do restante da carreira de Pompeu mostra como os freios e contrapesos tradicionais da política na República fracassaram. Depois de ajudar a reprimir uma rebelião na Espanha e uma enorme revolta de escravos na Itália, liderada pelo gladiador em fuga Espártaco, Pompeu exigiu e recebeu a eleição de cônsul em 70 a.C., muito antes de ter atingido a idade legal de 42 anos. Três anos depois, foi eleito para um comando com poderes sem precedentes para combater os piratas que infestavam as rotas fluviais do mar Mediterrâneo. Estraçalhou-os em questão de meses. Esse sucesso fez sua popularidade decolar entre os pobres urbanos de Roma, que dependiam de um fluxo contínuo de grãos importados por via marítima e subsidiados pelo Estado; entre os mercadores ricos, que dependiam do transporte marítimo seguro para suas mercadorias; e entre comunidades costeiras em todo lugar, que sofriam com os ataques dos piratas. No ano seguinte, o comando contra Mitrídates, que ainda estava causando problemas na Ásia Menor, foi retirado do general Lúculo para ser dado a Pompeu. Lúculo havia se tornado impopular entre as tropas ao controlar a pilhagem da província e entre os cobradores de impostos ao regular a extorsão que faziam dos provinciais indefesos. Pompeu foi em frente e conquistou a Ásia Menor e outras terras orientais em uma série de campanhas audaciosas. Marchou para o sul até Jerusalém, capital e centro

religioso dos judeus, que capturou em 63 a.C. Quando anexou a Síria como província, Pompeu iniciou o controle formal de Roma dessa parte do Sudoeste da Ásia.

As conquistas de Pompeu no Mediterrâneo Oriental foram espetaculares. As pessoas o comparavam a Alexandre, o Grande, e recebeu o nome Magnus, tornando-o “Pompeu, o Grande”. Ele gabava-se de ter feito a receita das províncias de Roma disparar e distribuiu dinheiro equivalente a doze anos e meio de pagamento aos soldados como participação nos despojos. Durante a passagem pelo Oriente, ele operou, em boa parte, por iniciativa própria. Jamais consultava o Senado ao fazer novos arranjos políticos para o território que conquistara. Para todos os fins práticos, comportava-se como um rei independente, e não como representante da República Romana. No início da carreira, expressou a atitude na qual se baseou por toda a vida: quando alguns estrangeiros faziam objeção ao tratamento injusto que recebiam dele, ele respondia: “Parem de citar leis para nós. Carregamos espadas” (Plutarco, *Vida de Pompeu* 10).

Os enormes sucessos militares que Pompeu obteve deixaram seus rivais da classe alta em Roma ressentidos e com temor. Entre os principais deles estavam dois homens muito ambiciosos, o incrivelmente rico Marco Licínio Crasso, que derrotara Espártaco, líder dos escravos rebeldes, e o jovem Júlio César (100 a 44 a.C.). Para obter apoio contra Pompeu, eles se promoveram como *populares*, líderes dedicados a melhorar a vida de pessoas comuns. Havia muito o que melhorar. A população da cidade de Roma atingira talvez um milhão de habitantes. Centenas de milhares de residentes viviam amontoados em prédios de apartamentos que não eram melhores do que favelas. Era difícil encontrar trabalho. Várias pessoas alimentavam-se dos grãos distribuídos pelo governo. As ruas da cidade

eram perigosas, e Roma não contava com uma força policial. Para piorar ainda mais as coisas, as condições econômicas por volta da década de 60 a.C. haviam se tornado particularmente precárias, como resultado de um estouro na bolha do valor da propriedade. Os confiscos de terras e de prédios por proscrição a mando de Sulla criaram, de modo evidente, um mercado imobiliário muito mais especulativo. Agora, o mercado estava inundado de propriedades hipotecadas à venda, e os preços estavam despencando. O crédito parece ter estado curto nesse momento específico, quando aqueles em dificuldade financeira com suas propriedades tentavam tomar emprestado para recuperar a respeitabilidade. Qualquer que tenha sido a causa exata, esses problemas financeiros tornaram a vida difícil e estressante para muitos membros das classes equestre e senatorial.

A conspiração de Lúcio Sérgio Catilina em 63 a.C. revela até que ponto os problemas de dívida e pobreza podiam levar membros desesperados da classe alta. Catilina, como é conhecido, era um nobre afundado em dívidas que reuniu em torno de si um bando de devedores da classe alta e vítimas dos confiscos de Sulla. Frustrado com as tentativas de vencer a eleição para cônsul, planejou usar violência para atingir o poder político, com a meta anunciada de redistribuir riqueza e propriedades a seus partidários depois de obter a vitória. Cícero, um dos dois cônsules de 63 a.C., impediu os conspiradores de assassinarem a ele e ao outro cônsul. É provável que Catilina e seus cúmplices nunca tenham tido uma oportunidade realista de satisfazer as reivindicações, mesmo que tivessem assumido o poder do Estado, porque a única forma de redistribuir a propriedade teria sido matar proprietários que estavam solventes. Não obstante, o esforço fútil deles demonstra o nível de violência que se tornou típico da política romana em meados do século I a.C.

Quando Pompeu voltou a Roma, vindo do Mediterrâneo Oriental em 62 a.C., as “melhores pessoas” entre os líderes políticos, por inveja de sua fama, se recusaram a apoiar os arranjos territoriais ou a autorizar a distribuição de terra como recompensa aos veteranos do exército. Esse empecilho forçou Pompeu a formar uma aliança política com Crasso e César. Esses três, em 60 a.C., formaram uma troica informal, comumente chamada de Primeiro Triunvirato (“associação entre três homens”) para promover interesses próprios. E conseguiram. Pompeu obteve leis para confirmar suas providências no Oriente e dar terras aos veteranos. César foi eleito cônsul em 59 a.C., recebendo um comando especial ampliado na Gália. Crasso obteve oportunidades financeiras para os cobradores de impostos romanos na Ásia Menor, cujo apoio ajudou a garantir sua proeminência política e em cujos negócios rentáveis ele possuía uma participação. Essa coalizão de ex-adversários políticos gerou a cada triúnviro (membro do triunvirato) um meio de atingir suas próprias ambições: Pompeu queria status por ter cumprido o papel de patrono para as tropas e para os territórios conquistados; César tinha uma ambição enorme em obter o mais alto cargo político e a chance de conquistar glória e despojos de estrangeiros; e Crasso desejava prestar ajuda financeira a seus clientes e a ele próprio, para que pudesse permanecer politicamente competitivo frente aos outros dois, cuja reputação como generais excedia em muito a dele. O Primeiro Triunvirato foi uma criação política que ignorou a “constituição romana”. Foi formado apenas para benefício de seus membros. Uma vez que não compartilhavam de uma filosofia comum de governo, no entanto, a cooperação dos triúnviros estava destinada a durar pelo tempo em que continuassem a lucrar pessoalmente com tal disposição desrespeitosa à tradição.

Reconhecendo a instabilidade da coalizão, os triúnviros utilizaram uma tática testada pelo tempo em uma tentativa de dar permanência a ela: contraíram casamentos de motivação política entre si. As mulheres foram os peões negociados para frente e para trás nessas alianças. Em 59 a.C., César casou a filha Júlia com Pompeu. Ela estava comprometida com outro homem, mas seu pai fez com que esse casamento tivesse precedência sobre o compromisso anterior para criar um vínculo entre ele próprio e Pompeu. Pompeu, ao mesmo tempo, tranquilizou o noivo dispensado de Júlia casando-o com a própria filha, que também estava noiva de outra pessoa. Por meio dessas maquinações conjugais, os dois poderosos antagonistas agora tinham um interesse comum: o destino de Júlia, filha única de César e nova esposa de Pompeu. (Ele divorciara-se da segunda esposa depois de César supostamente tê-la seduzido.) Apesar do casamento arranjado, Pompeu e Júlia, segundo todos os relatos, se apaixonaram de forma intensa. Enquanto Júlia viveu, a afeição de Pompeu por ela ajudou a impedi-lo de um rompimento absoluto com seu pai, César. Mas quando ela morreu durante um parto em 54 a.C. (e o bebê logo depois), o vínculo que ligava Pompeu a César se rompeu de modo irremediável.

Júlio César nasceu em uma das famílias mais distintas de Roma, que alegava ter entre os ancestrais a deusa Vênus. A intensidade das ambições de César correspondia ao esplendor de suas origens. Ele tomou emprestado e gastou quantias enormes de dinheiro para promover a carreira política e competir com Pompeu para ser o principal líder de Roma. Sendo triúnviro, deixou Roma para assumir um comando na Gália em 58 a.C. Nos próximos nove anos, atacou povo atrás de povo por toda a atual França, a parte ocidental da Alemanha e até a extremidade sul da Grã-Bretanha. O valor dos escravos e dos despojos que seu exército ganhou era tamanho que ele

pôde quitar as dívidas imensas e também enriquecer os soldados. Por esse motivo, suas tropas o adoravam, mas também pelo trato fácil ao conversar com os soldados e a disposição em se submeter a todas as durezas e privações que sofriam na campanha militar. Seus rivais políticos em Roma o temiam ainda mais à medida que os sucessos militares na Gália se acumulavam, enquanto os partidários dele tentavam preparar o terreno para um retorno seguro e triunfal a Roma.

A rivalidade entre os amigos e inimigos de César em Roma culminou em derramamento de sangue. Em meados da década de 50 a.C., gangues de jovens com motivação política percorriam as ruas da cidade, à espreita de adversários para espancar ou assassinar. A briga de rua atingiu um nível tão alto em 53 a.C. que era impossível realizar eleições, e nenhum cônsul foi escolhido para aquele ano. O triunvirato se desfez no mesmo ano, com a morte de Crasso. Em uma tentativa de conquistar a glória militar que faltava na sua carreira, Crasso conduziu um exército romano pelo rio Eufrates para lutar contra os partos, um povo iraniano cuja aristocracia militar liderada por um rei dominava um vasto território que se estendia do Eufrates ao rio Indo. Quando Crasso morreu em combate em Harã, no Norte da Mesopotâmia, a aliança entre Pompeu e César também foi desfeita. Em 52 a.C., os inimigos de César lograram nomear Pompeu como único cônsul do ano, uma afronta às tradições e aos valores da “constituição romana”. Quando se preparava para retornar a Roma em 49 a.C., César também queria uma disposição especial para protegê-lo: ser eleito cônsul para 48 a.C.

A resposta do Senado à exigência de César foi ordenar que ele abrisse mão do comando. Em vez disso, César, como Sulla antes dele, conduziu o exército contra Roma. Enquanto atravessava o rio Rubicão no Norte da

Itália no início de 49 a.C., ele proferiu (em grego) as palavras que sinalizavam o início de uma guerra civil: “A sorte está lançada!” (Plutarco, *Vida de Júlio César* 39, *Vida de Pompeu* 60; Apiano, *A guerra civil* 2.35; Suetônio, *Vida de Júlio César* 32 traz “Os dados estão lançados!”). Suas tropas o seguiram sem hesitação, e a maioria das pessoas das cidades e da zona rural da Itália o encorajava de maneira entusiasmada. Ele também tinha vários partidários em Roma, sobretudo aqueles a quem emprestara dinheiro ou dera apoio político. Alguns dos que ficaram felizes em saber de sua chegada eram nobres falidos, que esperavam recuperar as fortunas que uma vez foram enormes apoiando César contra os ricos. Essas eram, de fato, as pessoas a quem César sempre recusara ajuda política ou financeira, dizendo a eles: “O que vocês precisam é de uma guerra civil!” (Suetônio, *Vida de Júlio César* 27).

A resposta entusiasmada das massas ao avanço de César surpreendeu Pompeu e o restante dos inimigos de César no Senado. Em pânico, transportaram os soldados fiéis a eles para um treinamento na Grécia antes de enfrentarem as tropas mais experientes de César. César entrou em Roma em paz, mas logo partiu para derrotar o exército que seus inimigos tinham na Espanha. Em 48 a.C., navegou pelo mar Adriático até a Grécia para forçar uma batalha decisiva contra Pompeu. Lá, quase perdeu a guerra quando Pompeu cortou seus suprimentos com um bloqueio. Mas os soldados fiéis de César não o abandonaram, mesmo quando foram forçados a comer um pão horrível feito de grama e raízes da floresta e misturado com leite. Quando os homens de César correram até os postos avançados de Pompeu e atiraram esse alimento primitivo sobre o muro gritando que jamais deixariam de lutar enquanto a terra produzisse raízes para que as roessem, Pompeu disse, horrorizado: “Estou lutando contra animais

selvagens!” (Suetônio, *Vida de Júlio César* 68). Ele proibiu que o alimento fosse mostrado às tropas, temendo que os homens perderiam a coragem se descobrissem como eram obstinados os soldados de César.

O estado de espírito elevado do exército de César e o generalato surpreendentemente fraco de Pompeu no devido tempo se combinaram para dar uma vitória esmagadora a César na batalha de Farsalos, na região central da Grécia, em 48 a.C. Pompeu fugiu para o Egito, onde foi assassinado à traição pelos ministros do rei-menino Ptolomeu XIII, que antes já exilara sua irmã e esposa, a rainha Cleópatra VII, e apoiara Pompeu na guerra. César venceu uma campanha árdua no Egito que terminou com o afogamento do faraó no Nilo e o retorno de Cleópatra, que começara um caso de amor com o conquistador romano, ao trono egípcio. Depois, teve de passar três anos em duros combates contra inimigos na Ásia Menor, África do Norte e Espanha. Ao escrever para um amigo sobre uma de suas vitórias nesse período de batalhas frequentes, ele redigiu as três palavras célebres: *Veni, vidi, vici* (“Vim, vi e venci!”; Suetônio, *Vida de Júlio César* 37). Por volta de 45 a.C., não havia sobrado ninguém para enfrentá-lo no campo de batalha.

O campo da política revelou-se mais perigoso para Júlio César do que o campo de batalha. Após a vitória na guerra civil, César enfrentou o dilema de como governar uma Roma com fraturas políticas. O problema que o confrontava tinha raízes profundas. Experiências recentes pareciam demonstrar que apenas um governante único poderia pôr fim à violência caótica da política dividida de Roma no século I a.C. A mais antiga tradição de classe alta da República, no entanto, era o ódio à monarquia. Catão, o Velho, foi o melhor a expressar esse sentimento: “Um rei”, disse com ironia, “é uma fera que se alimenta de carne humana” (Plutarco, *Vida de*

Catão, o velho 8).

A solução de César ao dilema era governar como rei em tudo, à exceção do nome. Começou nomeando-se ditador em 48 a.C. Por volta de 44 a.C., removera qualquer limitação ao mandato nesse cargo temporário por tradição, tornando-se, conforme expresso em suas moedas, “Ditador Perpétuo” (*dictator perpetuo*; ver Crawford nos. 480/6ff.). Ele insistia em dizer “não sou rei, sou César” (Plutarco, *Vida de Júlio César* 60), mas a distinção, na verdade, era insignificante. Como ditador sem limite de mandato no cargo, ele controlava pessoalmente o governo, apesar da aparência de procedimentos normais. Não está claro qual tipo de governo César esperava existir no longo prazo. Sem filho próprio, em setembro de 45 a.C. fez um novo testamento indicando o sobrinho-neto Caio Otávio (63 a.C. a 14 d.C.) como herdeiro e filho adotado. Como era de costume na adoção, o jovem alterou a terminação do nome Otávio para Otaviano, nome pelo qual é conhecido hoje no período antes de, mais à frente, se tornar o primeiro imperador de Roma como Augusto. Se o próprio César de alguma forma esperava que Otávio, com o tempo, assumisse como governante de Roma é algo do qual não se tem registro.

Entrementes, as eleições para cargos públicos continuavam, mas César determinava os resultados recomendando candidatos às assembleias, dominadas por seus partidários. É evidente que suas recomendações eram obedecidas. Suas políticas como único governante de Roma eram ambiciosas e abrangentes. Ele reduziu a dívida com moderação, limitou o número de pessoas elegíveis aos grãos subsidiados, iniciou um programa grande de obras públicas, inclusive a construção de bibliotecas públicas, estabeleceu colônias para os veteranos na Itália e no exterior, reconstruiu e repovoou Corinto e Cartago para se tornarem centros comerciais,

proclamou constituições padrão para cidades italianas e ampliou a cidadania a não romanos, como os gauleses, no Norte da Itália. César também admitiu não italianos no Senado ao ampliar o quadro de membros de seiscentos para novecentos. Diferente de Sulla, ele não proscreeu os inimigos. Em vez disso, orgulhava-se de sua clemência, cujos destinatários eram, por tradição romana, obrigados a se tornar seus gratos clientes. Em retorno, César recebia homenagens sem precedentes, como um assento especial de ouro no Senado e a renomeação do sétimo mês do ano (*Júlio* dando origem a julho). Também regularizou o calendário romano, iniciando um ano de 365 dias, que era baseado em um antigo calendário egípcio e forma a base do calendário moderno.

A ditadura de Júlio César e suas homenagens agradavam à maioria das pessoas, mas eram um ultraje ao “melhor povo”. Esse grupo de classe alta considerava-se, em grande parte, excluído do poder e dominado por alguém semelhante a eles, que, segundo acreditavam, desertara para o outro lado no perpétuo conflito entre os ricos e os pobres da República. Um grupo de nobres conspirou para assassinar César a golpes de punhal em 44 a.C., no dia 15 de março (os idos de março, como esse dia era chamado no calendário romano). Os “Libertadores”, nome dado aos conspiradores contra César, não tinham planos específicos para governar Roma após o assassinato. Ao que parece, acreditavam que o sistema político tradicional da República seria retomado, de alguma forma, sem ações adicionais de sua parte e sem mais violência. Essa crença só pode ser classificada de simplória, para dizer o mínimo. Tais defensores autoproclamados da liberdade romana tradicional estavam ignorando o efeito destruidor da turbulenta história dos últimos quarenta anos, desde a época de Sulla. De fato, armou-se um tumulto no funeral de César, quando as massas

descarregaram a raiva contra a classe alta que as privara de seu herói. Longe de apresentar uma frente unificada, os nobres retomaram as lutas entre si para obter poder político. Outra guerra civil de grande ferocidade eclodiu após a morte de César. Era nítido que a República fora danificada de modo irremediável por volta dessa data. Das cinzas dessa luta emergiu, pouco a pouco, a monarquia disfarçada – que chamamos de Império Romano, mas os romanos ainda a chamavam de República –, sob a qual a história de Roma se desenrolaria nos séculos vindouros.



Figura 15. Uma moeda mostra Brutus, um dos conspiradores que assassinaram Júlio César, e símbolos da “libertação” que alegaram realizar nos idos de março de 44 a.C. Os punhais implicavam que a violência se justificava para remover um tirano, enquanto a touca simbolizava a liberdade da tirania que os conspiradores acreditavam ter restaurado com aquela ação. Foto cortesia de Classical Numismatic Group, Inc./www.cngcoins.com.

Parece adequado encerrar com um vislumbre do realismo extremo da literatura e dos retratos esculturais nesse violento período, porque dificilmente seria acidente o fato de que parecem refletir a tensão e a tristeza da vida social e política em uma República que estava cometendo suicídio. Os historiadores devem, por necessidade, tomar cuidado ao postular conexões específicas demais entre as obras de autores e artistas e os eventos de suas épocas, uma vez que as fontes de criatividade são tão diversas. Não resta dúvida, porém, de que a literatura contemporânea refletia diretamente a catástrofe da República tardia. Na obra de outros artistas criativos, como escultores de retratos, pode-se suspeitar de uma conexão com as condições tumultuosas e deprimentes daquele período.

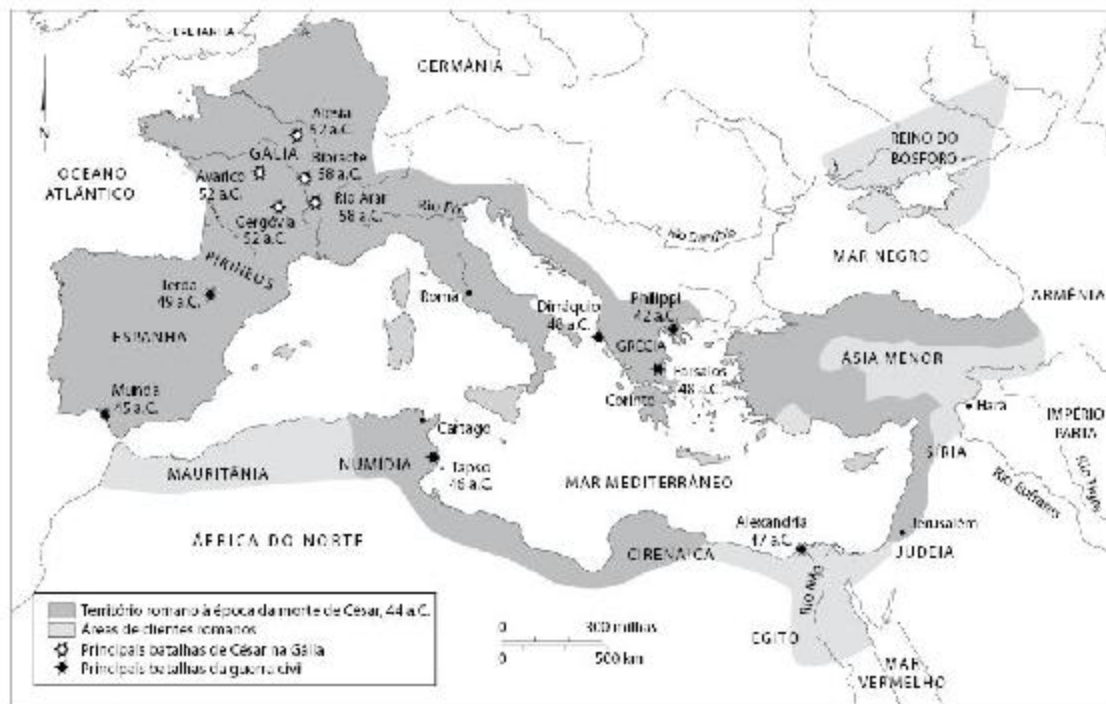
Referências contemporâneas a eventos e personalidades importantes em Roma aparecem nos poemas de Catulo (cerca de 84 a.C. a 54 a.C.). Ele mudou-se para Roma, vindo da província da Gália Cisalpina, no Norte da Itália, onde sua família fora importante o bastante para hospedar Júlio César quando ele governara a região. Essa conexão não impediu que Catulo incluísse César entre os políticos da época de cujo comportamento sexual ele debochava com sua poesia espirituosa e explícita. Catulo também escreveu poemas sobre temas mais atemporais, sobretudo o amor. Aplicava um estilo literário popular entre um círculo de poetas que moldavam seus poemas em latim de acordo com a poesia grega de autores da era helenística, como Calímaco. A série mais famosa de poemas de amor de Catulo dizia respeito à paixão que tinha por uma mulher casada chamada Lésbia, a quem implorou que pensasse apenas nos prazeres do presente:

Vamos viver, minha Lésbia, e amar, e aos rumores dos velhos mais

severos, a todos, voz nem vez vamos dar. Sóis podem morrer ou renascer, mas nós, quando breve morrer a nossa luz, perpétua noite dormiremos, só. Dá mil beijos, depois outros cem, dá muitos mil... (Poema 5).

O convite de Catulo a viver o momento, sem prestar atenção a padrões morais convencionais, se adequava a esse período, quando a agitação em Roma podia fazer com que as preocupações da vida cotidiana parecessem irrelevantes.

As várias obras em prosa de Cícero, o mestre da retórica, também apresentavam relação direta com eventos da época. Dos seus discursos, 58 sobrevivem nas versões revisadas e publicadas por ele, e a eloquência e a clareza deles estabeleceram o estilo que, mais tarde, autores europeus de prosa tentavam imitar ao escrever em latim polido – o idioma comum do governo, da teologia, da literatura e da ciência por toda a Europa nos próximos mil anos ou mais. Cícero também escreveu inúmeras cartas para sua família e seus amigos, nas quais comentava de maneira franca sobre a rivalidade política e os motivos que tinha para buscar o interesse próprio. As novecentas cartas que sobreviveram oferecem um retrato vívido das ideias políticas, alegrias, tristezas, preocupações, orgulho e amor que Cícero sentia pela filha. Para nenhuma outra figura do mundo antigo temos material pessoal tão abundante e revelador.



Mapa 6. O mundo romano no fim da República

Durante períodos em que precisou se retirar provisoriamente dos negócios públicos porque adversários políticos ameaçavam a sua segurança, Cícero escreveu diversas obras sobre ciência política, filosofia, ética e teologia. Buscando inspiração basicamente nos filósofos gregos, adaptou as ideias deles à vida romana e impregnou seus escritos desses tópicos, com uma compreensão profunda da necessidade de valorizar a singularidade de cada personalidade humana. Sua doutrina de *humanitas* (humanidade) combinava vários elementos da filosofia grega, sobretudo o estoicismo, para expressar um ideal de vida humana baseado no tratamento generoso e honesto dos outros e de um compromisso permanente com a moralidade derivada da lei natural (os direitos que existem para todas as pessoas por natureza, independentemente das leis e dos costumes divergentes de diferentes sociedades). Esse ideal exerceu uma poderosa e duradoura influência sobre a filosofia ética ocidental posterior. O pensamento

filosófico de Cícero e o estilo de sua prosa latina, e não a carreira política, fizeram dele uma figura central na transmissão às épocas futuras do quicá mais atraente ideal com origem na Grécia e Roma antigas.

O poeta Lucrécio (cerca de 94 a.C. a 55 a.C.) oferece um exemplo de autor que reflete indiretamente a incerteza e a violência daqueles tempos. Ao explicar a natureza da matéria sendo composta por partículas minúsculas e invisíveis chamadas de átomos, seu poema longo *Da natureza das coisas* buscava acabar com o medo da morte nas pessoas, que, em suas palavras, servia apenas para alimentar “as dores incessantes da vida”. A morte, ensinava o poema, equivalia somente à dissolução da união de átomos, que haviam se unido por um período temporário para compor o corpo de uma pessoa. Não poderia haver punição eterna nem dor após a morte, nem mesmo existência alguma, porque a alma da pessoa, ela própria composta de átomos, parecia junto com o corpo. Lucrécio obteve essa teoria atômica da natureza da existência da obra do filósofo grego Epicuro (341 a.C. a 270 a.C.), cujas ideias sobre o caráter atômico da matéria derivaram, por sua vez, da obra dos pensadores do século V a.C. Leucipo e Demócrito. Embora não se saiba quando começou a compor esse poema, Lucrécio ainda estava trabalhando nele em Roma durante a década de 50 a.C., quando a violência de motivação política adicionava uma nova e poderosa ameaça à vida em Roma. Os romanos, na época de Lucrécio, tinham um bom motivo para precisar de alguém para restaurar sua confiança de que a morte não tinha ferrão.

Também se pode especular que o estilo de extremo realismo nos retratos romanos de homens no século I a.C. expressava o reconhecimento da dureza da vida naquele período infestado de violência. Os diversos retratos romanos de homens que sobreviveram dessa época não tentaram ocultar

feições e expressões faciais desagradáveis. Nariz comprido, queixo recuado, rugas profundas, cabeças calvas, rostos cansados e desgastados – tudo isso era mostrado em retratos esculpidos. Presume-se que a tradição da classe alta romana de criar máscaras da morte de ancestrais e de exibi-las em casa tenha contribuído com esse estilo de representação por retratos. Retratos de mulheres desse período, por contraste, costumavam ser mais generalizados, e as crianças só passaram a ser retratadas no início do Império. Uma vez que os retratos em pedra eram pagos pelos homens representados ou por suas famílias, devem ter optado por exibir a árdua experiência de vida no rosto. É difícil não imaginar que essa insistência no realismo tenha espelhado o preço cobrado de homens que participavam da arena brutal da política na República tardia. Esses homens viveram no período que testemunhou a corrupção final dos mais nobres valores e ideais da República. Na época deles, um novo ideal havia emergido: o de que um líder romano jamais poderia ter glória ou dinheiro em excesso, metas que falavam mais alto do que a tradição de serviço público à comunidade. A tensão nos rostos refletia o estresse e a tristeza que a destruição da República infligia em tantos romanos.

6

DA REPÚBLICA AO IMPÉRIO

O Império Romano – nome normalmente usado hoje para o sistema de governo que substituiu a República – nasceu em meio ao sangue: catorze anos de guerra civil seguiram-se ao assassinato de César em 44 a.C., até que Otaviano por fim se sagrou vitorioso sobre todos os demais rivais. Alguns anos depois, em 27 a.C. – a mesma data em que adotou o novo nome de Augusto –, ele fundou um novo sistema político que evitou uma renovação da violência. Alegou estar restaurando e aprimorando a República e que não era um monarca; historiadores modernos consideram o governo do Império Romano uma monarquia disfarçada e se referem aos governantes como “imperadores”. Qualquer que seja o nome dado ao sistema de governo de Augusto, é inegável que ele encerrou décadas de guerra civil concentrando poder nas mãos de um soberano – ele próprio – e reinventando o valor tradicional da lealdade. Sob esse sistema, os cidadãos dirigiram a fidelidade ao governante e à sua família como a incorporação do Estado romano. Augusto conservou instituições tradicionais do governo romano – o Senado, a escada de cargos, as assembleias, os tribunais – enquanto governava como imperador, mas sem reivindicar esse título. Ao contrário, mascarou a nova realidade referindo-se à própria posição como *princeps* (“primeiro homem”), e não “rei” nem “ditador” (Tácito, *Anais* 1.9). Augusto justificou a transformação que fez na República encobrindo-a com tradição, explicando que as mudanças reconstruíam o antigo sistema do modo que

poderia e deveria ter existido.

LINHA DO TEMPO (DATAS A.C. E D.C., CONFORME INDICADO)

43 a.C.: Otaviano, aos dezenove anos, força o Senado a reconhecê-lo como cônsul; Otaviano, Lépido e Marco Antônio formam o Segundo Triunvirato para dominar o governo romano.

42 a.C.: Os triúnviros derrotam os autoproclamados “Libertadores” (os conspiradores contra Júlio César) em Filipos, na Grécia.

32 a.C.: Para combater a aliança entre Cleópatra e Antônio, Otaviano obriga os cidadãos da Itália e das províncias ocidentais a jurarem lealdade a ele pessoalmente.

31 a.C.: A frota de Otaviano derrota a marinha de Cleópatra e Antônio na batalha marinha de Ácio, na costa noroeste da Grécia.

27 a.C.: Otaviano cria o Principado como a “República restaurada”, a qual chamamos de Império Romano; o Senado o homenageia com o título de Augusto (“favorecido pelos deuses”); Augusto posiciona soldados (a guarda pretoriana) em Roma pela primeira vez na história romana.

19 a.C.: No leito de morte, Virgílio pede que a *Eneida* seja destruída, mas Augusto manda preservar o poema épico.

8 a.C.: Augusto exila o poeta Ovídio pela poesia escandalosa.

2 a.C.: O Senado homenageia Augusto com o título de “pai do país”; o Fórum de Augusto é aberto no centro de Roma.

9 d.C.: Varo é derrotado na Alemanha com a perda de três legiões, encerrando os planos de Augusto de uma expansão ao Norte.

14 d.C.: Augusto morre após 41 anos sendo *princeps* (“primeiro homem”), a posição que chamamos de “imperador romano”.

Augusto estabeleceu a “nova antiga República” de modo gradual; inventar a tradição é algo demorado. Ele começou a carreira como um jovem sem escrúpulos na busca de vingança e poder; encerrou-a como um velho que lograra trazer paz a Roma em casa, criar um exército permanente profissional, estabelecer um limite ao território provincial de Roma que podia ser defendido com sucesso pela força militar, embelezar a capital, apoiar pintores e escultores, melhorar a vida da plebe, utilizar todos os meios disponíveis para comunicar uma imagem de si mesmo como um

governante exitoso e generoso, e tentara remodelar a atitude romana em relação ao casamento e aos filhos para preservar a classe alta. As mudanças introduzidas por ele na vida romana levaram historiadores a classificar de “Era Augusta” as décadas iniciais do Império Romano. Apesar de séculos de estudos, ainda é difícil entender por completo os motivos de Augusto para ter feito o que fez.

A “RESTAURAÇÃO” DA REPÚBLICA

As guerras civis para decidir quem governaria Roma após o assassinato de César forneceram o contexto histórico para a transformação da República em Império. Os concorrentes originais pelo poder nessa guerra foram Marco Antônio e Lépido, ambos generais experientes, e Otaviano (que ainda não era conhecido como Augusto), sobrinho-neto de César, dezoito anos e militar novato, cuja nova identidade como filho de César rendeu-lhe a lealdade daqueles que haviam adorado César, sobretudo seus soldados. Sendo estudante na Grécia em 44 a.C., Otaviano só podia competir com Antônio e Lépido porque contava com o suporte dos militares veteranos de seu pai adotivo, que esperavam receber recompensas das riquezas do general morto. Otaviano enviou-os para lutar contra Antônio no Norte da Itália, mas, após uma vitória inicial, marchou os homens para Roma. O adolescente, com as tropas às costas, exigiu ser eleito cônsul em 43 a.C., apesar de jamais ter exercido um cargo público. Assim como ocorreu com Pompeu, o medo fez com que os senadores concedessem a Otaviano essa que foi a maior das exceções à tradição da escada de cargos.

Logo depois, Otaviano uniu forças com Antônio e Lépido para travar mais uma guerra civil contra rivais na Itália. Derrotaram toda a oposição,

sobretudo os “Libertadores”. Em novembro de 43 a.C., o trio formou o Segundo Triunvirato, o qual forçaram o Senado a reconhecer como uma disposição emergencial oficial para reconstituir o Estado. Usaram sem piedade a tática de Sulla de proscrição para suprimir inimigos, chegando a trair os próprios familiares à medida que faziam acordos entre eles sobre quem deviam assassinar. Derrotaram o exército dos “Libertadores” na batalha de Filipos, no Norte da Grécia, em 42 a.C. Antônio e Otaviano conspiraram para relegar Lépido a um papel secundário, apaziguando-o com o ofício de governador da África do Norte, mas privando-o de qualquer poder de decisão na determinação do futuro de Roma.

Otaviano e Antônio basicamente dividiram o controle do território romano entre si, sendo que Otaviano controlava a Itália e o Ocidente, e Antônio, os territórios do Mediterrâneo Oriental, inclusive as ricas terras do Egito. Ao longo dos próximos anos, esses dois foram se tornando, pouco a pouco, publicamente hostis um contra o outro. Antônio uniu forças com Cleópatra VII, rainha do Egito. Pela sagacidade e inteligência, ela fez de Antônio aliado e amante. Em resposta a essa formidável aliança, Otaviano reuniu os romanos alegando que Antônio planejava tornar Cleópatra a soberana estrangeira deles. Transformou os residentes da Itália e das províncias ocidentais em clientes, obrigando-os a fazer um juramento de lealdade a ele em 32 a.C. A vitória de Otaviano sobre Cleópatra e Antônio em uma batalha naval na costa de Ácio, no noroeste da Grécia, em 31 a.C., venceu a guerra. Os amantes fugiram para o Egito, onde cometeram suicídio em 30 a.C.; Cleópatra acabou com a própria vida de maneira memorável, permitindo que uma cobra venenosa, símbolo de autoridade régia, a picasse. A captura do reino do Egito, rico em recursos, por Otaviano fez dele o líder sem rival de Roma e de longe seu mais rico

cidadão.

Depois de distribuir terras a veteranos do exército para criar povoações fiéis a ele, Otaviano, em 27 a.C., fez um comunicado público de que estava restaurando a República. Proclamou que cabia ao Senado e ao povo romano decidir como preservar o governo daquele momento em diante. Reconhecendo que Otaviano possuía um poder avassalador nessa situação sem precedentes, o Senado implorou a ele que fizesse o que fosse necessário para proteger a República restaurada. No intuito de reconhecer esse status especial, concederam-lhe o nome honorário de *Augusto* (“favorecido pelos deuses”), o qual aceitou. Otaviano, no início, pensou em mudar o nome para Rômulo, para enfatizar que era o segundo fundador de Roma, mas decidiu que o nome de um rei, não importa o quanto seja estimado, era perigoso demais em termos políticos.



Figura 16. Esta moeda representa Cleópatra VII, rainha do Egito, e Marco Antônio, general romano, que foi derrotado por Otaviano (futuro Augusto) na batalha marinha de Ácio em 31 a.C. Reis gregos depois de Alexandre, o Grande, tinham o costume de colocar o próprio retrato nas moedas, mas na República nenhum líder romano o fizera antes de Júlio César; os imperadores romanos fizeram disso uma tradição, incluindo retratos no lado frontal das moedas. Foto cortesia de Classical Numismatic Group, Inc./www.cngcoins.com.

O sistema de governo criado por Augusto hoje é chamado de Principado, do seu título de *princeps*. Essa escolha de “primeiro homem” como título foi uma jogada brilhante. Na República, essa designação honorária fora concedida ao senador com o maior status, o líder para o qual os outros senadores se voltavam para obter orientação. Ao usar esse título, Augusto declarava, de modo implícito, dar sequência a uma das tradições mais valorizadas da República. Além do mais, para parecer que levava adiante o

respeito da República pelo Senado, insistia que só atuava como *princeps* a pedido dos senadores. De tempo em tempo, obrigava-os a renovar uma aprovação formal de seu status concedendo a ele os poderes de cônsul e tribuno sem exercer nenhum dos cargos. Desta forma, os senadores submissos concediam ao *princeps* o que equivalia ao poder de um imperador, mas camuflavam a concessão alegando que essa era apenas uma restauração, e que o sistema do Principado era, de fato, uma melhoria na manutenção das tradições da República. A cerimônia de governo também permanecia tradicional: Augusto vestia-se e agia como cidadão normal, e não como um monarca acima de todos os outros pela posição social. Seus novos poderes eram descritos em termos conhecidos e respeitados pelos cidadãos, transmitindo a noção de que quase nada estava mudando. Na verdade, Augusto revisou a estrutura básica de poder da política romana: nenhum funcionário público antes dele jamais possuiu os poderes de dois cônsules ao mesmo tempo.

Nos anos após 27 a.C., as contínuas eleições anuais de cônsules e outros cargos, a existência do Senado e a aprovação de legislação nas Assembleias mantiveram a aparência de uma República. Na realidade, Augusto exerceu poder porque controlava o exército e o tesouro público. Augusto reconfigurou essas instituições para assegurar o poder: transformou o exército de uma milícia de cidadãos para uma força permanente e utilizou a receita imperial para garantir o salário dos soldados. Estabeleceu períodos regulares de serviço para soldados e uma bonificação considerável na aposentadoria. Para pagar os custos adicionais, Augusto impôs uma tributação sobre a herança. Esse imposto direto sobre os cidadãos, raridade na história romana, afetou os ricos, que se ressentiram muito dele.

As mudanças de Augusto evidenciaram a função do governante como

patrono do exército. Os soldados, em gratidão, obedeciam a ele e o protegiam. Ele enviou uma expedição militar para expandir a dominação romana para a atual Alemanha, mas as três legiões da missão foram exterminadas em uma emboscada desastrosa em 9 d.C., na Floresta de Teutoburgo. Augusto, em desespero com o medo de rebeliões e ataques e com os danos de perder tantos homens, parou de se barbear e de cortar o cabelo por meses, vagando pela residência em Roma e batendo a cabeça em uma porta enquanto gritava contra o comandante morto da expedição: “Quintílio Varo, devolva minhas legiões!” (Suetônio, *Vida de Augusto* 23). Concluindo que a expansão adicional era perigosa demais, ele agora se concentrou em fazer o exército defender o perímetro existente do Império. Imperadores posteriores jamais desistiram do sonho de obter despojos e glória com a ampliação do território romano, mas nenhum logrou manter controle de novas áreas essenciais por muito tempo. A maioria do exército estava estacionado distante de Roma, nas províncias, para oferecer segurança contra rebeliões internas ou invasões de fora das zonas fronteiriças imperiais. Com o correr do tempo, como veremos, essa transformação do exército no que equivalia a uma força de guarnição em grande escala teria consequências terríveis para a estabilidade financeira do Império Romano.

Começando em 27 a.C., pela primeira vez na história romana, Augusto também posicionou soldados na própria Roma, chamados de pretorianos pela função original de estarem estacionados como guarda-costas próximos à barraca (*praetorium*) de um comandante no campo. Essas tropas formavam a guarda imperial principal, embora o imperador também tenha contado com uma pequena força de mercenários alemães para proteção pessoal, fiéis apenas a ele. A guarda pretoriana, em conjunto com esses

guarda-costas estrangeiros, oferecia um lembrete visível de que a superioridade do governante era, em realidade, garantida pela ameaça de força, e não só pela autoridade moral derivada do respeito aos valores romanos tradicionais.

A comunicação da imagem do imperador como líder bem-sucedido e patrono generoso era fundamental para promover a estabilidade do novo sistema. Augusto foi brilhante no uso de meios tão pequenos quanto moedas e tão grandes quanto prédios para atingir esse objetivo. Sendo a única fonte de mensagens oficiais produzidas em massa, as moedas podiam funcionar de forma semelhante à propaganda política em cartazes ou adesivos atuais. As moedas de Augusto proclamavam slogans como “restaurador da liberdade”, para lembrar o povo de sua alegação de ter restaurado a República, ou “foram construídas estradas”, para enfatizar o gasto de fundos particulares para pagar a construção de rodovias.

O programa de construção de Augusto em Roma comprovava seu compromisso com a obrigação tradicional dos ricos de usarem o próprio dinheiro para o bem público. Ele pagou por prédios enormes e repletos de decoração, utilizando a vasta fortuna herdada de Júlio César e, mais tarde, ampliada por meio dos confiscos das guerras civis e reabastecida com os despojos conquistados no Egito. Esses projetos arquitetônicos melhoraram as instalações públicas, mas, mais do que isso, comunicavam uma imagem do imperador como alguém devoto, atencioso e generoso. O novo e imenso fórum (uma praça pública, próxima ao antigo Fórum Romano), pago por Augusto, no centro da cidade ilustra sua habilidade brilhante em enviar mensagens com tijolo, pedra e estátuas. O Fórum de Augusto, aberto formalmente em 2 a.C., centrava-se em um templo para Marte, o deus romano da guerra, e Vênus, a deusa romana do amor, que ele alegava ser

sua ancestral divina. Augusto construiu o templo para agradecer aos deuses pela vitória contra as forças dos assassinos de César. Exibia a espada de Júlio César no templo como um memorial ao pai adotivo. Colunatas de dois andares se estendiam pelo templo como asas, abrigando estátuas de célebres heróis romanos, para servir de inspiração aos cidadãos. O Fórum de Augusto também oferecia um espaço prático para serviços religiosos e para as cerimônias que marcavam a passagem à vida adulta dos meninos da classe alta. Acima de tudo, também demonstrava a devoção do imperador aos deuses que protegiam Roma na guerra e na procriação, respeito às lições morais da história e altruísmo no gasto de dinheiro para fins públicos. Augusto construiu residência pessoal no monte Palatino, onde vivia em simplicidade e modéstia bem-divulgadas como um “cidadão comum”. Imperadores posteriores não seguiram seu exemplo, construindo palácios gigantescos na mesma colina, com vista panorâmica para o Circo Máximo. Nesse local, ocorriam as corridas de bigas, uma das formas favoritas de entretenimento público de Roma, perante multidões de até 200 mil espectadores.

O próprio Augusto produziu um documento que permanece sendo a evidência individual mais significativa para a compreensão da imagem que desejava transmitir. Durante o longo reinado, ele trabalhou em uma longa declaração por escrito que descrevia suas realizações. Ordenou que tal documento fosse publicado em toda parte após sua morte, e versões foram, portanto, inscritas em lugares públicos ao redor do Império. Conhecido hoje como *Res Gestae* (“coisas feitas; realizações”), era uma descrição em primeira pessoa de seus feitos como líder de Roma e dos enormes gastos pessoais em prol do bem comum. De maneira consistente, enfatizava que sua carreira espetacular fora a manutenção das tradições da República:

quando adolescente, organizou um exército pessoal para vingar o (segundo) pai e defender a liberdade da República; vitorioso na guerra civil, recusou o título de ditador quando este lhe foi oferecido. A única posição que exerceu foi a de *princeps*; gastou quantias colossais do próprio dinheiro para ajudar o povo; e obteve a posição de liderança no Estado não por meio do poder formal, mas apenas pelo grande respeito que conquistara pela demonstração de virtudes tradicionais.

Os historiadores discordam em relação aos motivos de Augusto. As opiniões variam entre condená-lo como déspota cínico empenhado em suprimir as liberdades da República, elogiá-lo como reformador bem-intencionado sem escolha a não ser impor uma monarquia disfarçada para estabilizar um mundo incapacitado pela anarquia. Talvez a resposta seja a de que Augusto foi um revolucionário compelido pela tradição. O problema dele não era novo na história política romana: como equilibrar a necessidade que a sociedade tinha de paz, o compromisso tradicional com a liberdade de ação dos cidadãos e suas próprias ambições pessoais. A solução de Augusto foi empregar valores tradicionais para efetuar mudanças, conforme visto na reinvenção do significado de *princeps*. Acima de tudo, transferiu de modo oficial o paternalismo tradicional das relações sociais – o sistema patrono-cliente – para a política tornando o imperador o mais importante patrono de todos (sobretudo do exército), com a autoridade moral para orientar suas vidas. Esse processo culminou com a alcunha de “pai do país” em 2 a.C., a maior homenagem que Roma podia conceder. Moedas foram cunhadas portando esse título, a fim de proclamar a homenagem da forma mais abrangente possível. O título implicava que os romanos tinham um soberano que os governava como um pai: presidindo sozinho como chefe de família, severo, porém atencioso, esperando

obediência e lealdade dos filhos e obrigado a nutri-los em retorno. O objetivo desse arranjo era estabilidade e ordem, e não liberdade política.



Figura 17. Este camafeu retrata Augusto, o primeiro imperador romano, na companhia dos deuses, com cenas abaixo de soldados romanos empilhando armas de bárbaros conquistados. A imagem em dois níveis expressa o status supremo que Augusto alegava e o poder superior que seu reinado conferia a Roma. Andreas Praefcke/Wikimedia Commons.

Apesar de diversas doenças graves, Augusto governou até a morte em 14 d.C., aos 75 anos. A longa duração de seu reinado (41 anos) ajudou a eternizar suas mudanças no governo romano. Conforme o historiador Tácito observou um século depois, Augusto viveu tanto que, por volta da época em que morreu, “quase ninguém mais que havia visto a República estava vivo” (*Anais* 1.3). Por meio de longevidade, apoio do exército e manipulação ardilosa do vocabulário tradicional da política para disfarçar o poder que possuía, Augusto restaurou a estabilidade à sociedade romana e

transformou a República no Império.

ROMA NA ÉPOCA DE AUGUSTO

Augusto conferiu legitimidade ao novo governo não só pela comunicação da imagem de governante generoso, mas também agindo para melhorar a vida das pessoas comuns. Os problemas sociais mais urgentes estavam na própria Roma, agora uma cidade fervilhante de mais de um milhão de habitantes, muitos dos quais tendo pouco o que comer. Essa população era vasta para o mundo antigo; nenhuma cidade europeia chegaria perto de abrigar tanta gente até a Londres do século XVIII. Tantas pessoas assim equivalia à superpopulação. As ruas estavam abarrotadas: “Um homem me golpeia com o cotovelo, outro me cutuca com uma vara; minhas pernas estão sujas de lama, e pés grandes pisam em mim de todos os lados” foi a descrição de uma caminhada por Roma, feita por um residente daquela época (Juvenal, *Sátiras* 3.245-248). Para aliviar o congestionamento, carroças e carruagens foram banidas das ruas durante o dia. Essa regulamentação tornou as noites ruidosas com o ranger de eixos e a gritaria de motoristas presos no trânsito.

A maioria das pessoas vivia em apartamentos pequenos em prédios de vários andares chamados de “ilhas” (*insulae*). Superando as casas separadas em mais de 25 para um, esses prédios de apartamentos tinham andares térreos que geralmente abrigavam lojas, bares e restaurantes simples. Grafites de toda sorte – endosso político, recompensas pela devolução de propriedade roubada, insultos pessoais, rimas sexuais e anúncios de todo tipo – preenchiam as paredes externas. Quanto mais alto o andar no prédio, mais barato era o apartamento. Inquilinos abastados ocupavam os andares

de baixo. Os mais pobres viviam bem acima, em quartos individuais alugados por diária ou mesmo em barracos de favelas construídos a partir de sucata. Algumas famílias mais ricas contavam com água encanada, mas a maioria dos residentes de apartamentos precisava carregar escada acima baldes de água para beber e cozinhar, obtidas de uma das centenas de fontes e bacias públicas nas ruas da cidade.

Visto que os residentes de Roma geravam cerca de sessenta toneladas de resíduo humano por dia, o saneamento era um desafio e tanto. A maioria dos alojamentos não tinha banheiros separados e, assim, os residentes precisavam caminhar até uma das várias latrinas públicas de Roma ou usar um balde de banheiro em casa. Moradores de apartamentos jogavam o conteúdo malcheiroso desses recipientes pela janela ou desciam com os baldes até a rua para que fossem esvaziados por pessoas que ganhavam a vida coletando excremento para vender a agricultores, que o utilizavam como fertilizante. Funcionários públicos tentavam assegurar que os resíduos fossem descartados fora das áreas residenciais da cidade, mas eram em número limitado demais para impor a regulamentação com consistência. Escavações arqueológicas revelaram centenas de poços profundos no Monte Esquilino que estavam repletos de uma mistura em decomposição de cadáveres, carcaças de animais e esgoto de todo tipo não muito distante do centro da cidade. A área estava demarcada com placas e avisos como

Caio Séntio, filho de Caio, como pretor e por ordem do Senado, estabeleceu esta linha de pedras de delimitação para marcar a área que deve ser mantida absolutamente livre de sujeira, carcaças de animais e cadáveres. Também é estritamente proibido queimar cadáveres aqui (Lanciani, p. 64-67).

A impossibilidade de manter a cidade limpa significava que moscas zumbiam por todo lugar, e que as pessoas tinham problemas intestinais frequentes, causados por alimentos e água contaminados.

Para se manterem limpas, as pessoas usavam banhos públicos. Como as taxas de admissão eram baixas, quase todos podiam se dar ao luxo de frequentar tais estabelecimentos no dia a dia. Uma grande quantidade de prédios de banho estava localizada na cidade, servindo como academias modernas para se exercitar e socializar, bem como tomar banho. Os clientes dos banhos progrediam por uma série de áreas cada vez mais quentes e úmidas até chegarem a uma sala semelhante a uma sauna. Os banhistas nadavam nus na piscina quente ou fria de preferência. As mulheres tinham acesso total aos banhos públicos, mas se banhavam em salas separadas ou em diferente horários do dia.

Como em todas as cidades antigas, condições anti-higiênicas eram a regra, apesar dos vários banhos, fontes com água corrente e os esforços contínuos de funcionários públicos para manter as ruas limpas. Uma vez que se acreditava que tomar banho tinha importância especial aos enfermos, os banhos, em realidade, contribuíam com a disseminação de doenças transmissíveis. Além do mais, embora o governo tenha construído um sistema de esgoto, o conteúdo era despejado sem tratamento algum no rio da cidade, o Tibre. A tecnologia para descarte higiênico dos resíduos simplesmente não existia. As pessoas deixavam cadáveres humanos e animais nas ruas com regularidade, para que fossem comidos por abutres e cães. Os pobres não eram os únicos afetados por tais condições: um cão vira-lata uma vez trouxe uma mão humana à mesa onde Vespasiano (futuro imperador) estava almoçando. Moscas zumbindo em toda parte e falta de refrigeração mecânica contribuíam com indisposições gastrointestinais

frequentes. A joia mais popular da época era um colar que, segundo se acreditava, evitava as dores de estômago. Embora não pudessem eliminar tais desconfortos, os ricos tornavam a vida mais agradável com luxos, como neve trazida das montanhas para gelar bebidas e escravos para limpar as residências arejadas, que eram construídas em torno de pátios e jardins atrás de muros altos para garantir a privacidade.

Augusto fez tudo o que pôde para promover a segurança e a saúde de todo o povo de Roma. Dividiu a cidade em catorze regiões e 265 seções, nomeando ex-escravos como líderes de grupos de “vigília de cidadãos” para ficarem alertas a problemas de tráfego, assaltos, roubos e incêndios. Esses funcionários locais também promoviam a lealdade ao novo regime, patrocinando sacrifícios em altares construídos nas ruas em homenagem aos lares (os espíritos domésticos dos ancestrais) de Augusto. Ainda assim, perigos imprevisíveis caracterizavam boa parte da vida urbana na capital apinhada. Os habitantes que viviam nos andares superiores dos prédios de apartamento, pobres demais para possuírem escravos que fizessem o trabalho sujo do domicílio, arremessavam louças de barro quebradas e resíduos sanitários pelas janelas, fazendo chover lixo como um míssil em pedestres desavisados. “Se você está indo a pé para um jantar festivo em Roma”, comentou um poeta, “seria um tolo em não fazer o próprio testamento primeiro. Pois cada janela aberta é uma fonte de potencial desastre” (Juvenal, *Sátiras* 3.272-274). As “ilhas” podiam ser perigosas aos habitantes e também ao povo nas ruas, porque os prédios estavam em constante perigo de cair. Engenheiros romanos, apesar do conhecimento na utilização de concreto, tijolo e pedra como materiais de construção duráveis, não contavam com a tecnologia para calcular com precisão quanta tensão as construções podiam suportar. O problema real, no entanto, era que

os construtores tentavam reduzir custos sem dar muita atenção a meios de proteção de engenharia, o que levou Augusto a impor um limite de altura de 21 metros em novos prédios de apartamento. Muitas vezes construídos em áreas baixas porque as colinas ensolaradas estavam ocupadas pelas residências dos ricos, os prédios de apartamento também eram suscetíveis a inundações. Incêndios apresentavam um risco ainda maior. Um dos vários serviços de Augusto para a massa urbana foi dar a Roma o primeiro departamento público de bombeiros da história europeia. Ele também estabeleceu a primeira força policial de Roma, apesar do conhecido gosto de parar para ver as brigas que ocorriam com frequência nas ruas superlotadas da cidade. Os ricos contratavam seguranças para proteção pessoal e das residências.

O serviço mais importante de Augusto à massa urbana foi assegurar alimentos adequados e a preço acessível. Utilizando a fortuna pessoal para pagar por grãos importados a fim de alimentar os famintos, evitava rebeliões por falta de comida e demonstrava respeito pelo valor romano do suporte oferecido pelo patrono aos clientes. A distribuição governamental de grãos de baixo custo ou gratuitos para, pelo menos, parte dos pobres de Roma já era uma tradição de décadas, mas o número de beneficiários homens no sistema de assistência social de Augusto totalizou 250 mil. Uma vez que muitos deles tinham famílias, essa estatística sugere que até 700 mil pessoas dependiam do regime de Augusto para os alimentos básicos. Os pobres costumavam transformar o grão, que não era adequado para assar pão, em um mingau aguado, que era acompanhado de vinho barato. Se tivessem sorte, poderiam ter feijão, alho-poró ou pedaços de carne. Os ricos, segundo aprendemos com o antigo livro de receitas de Apício, comiam pratos mais agradáveis, como porco assado com temperos ou

lagosta, normalmente condimentados com molho agri-doce feito com mel e vinagre.

Os endinheirados passaram cada vez mais a preferir gastar dinheiro em tais luxos, em vez de aumentar a família. Sentindo que a despesa e o aborrecimento de ter filhos ameaçavam o alto padrão de vida, a elite não se reproduzia mais de modo suficiente. Os filhos viraram tamanha raridade entre essa classe social que Augusto aprovou leis criadas para fortalecer os casamentos e incentivar mais nascimentos por meio da concessão de privilégios legais especiais aos pais de três ou mais filhos. Fez do adultério delito criminal, como mais uma tentativa de proteger o casamento. Augusto levou tão a sério o apoio a essas reformas que exilou sua própria filha – única – e uma neta pelos escândalos sexuais extraconjugais. A legislação teve pouco efeito, no entanto, e as famílias antigas e prestigiosas definharam durante o Império. Pesquisas demográficas sugerem que três quartos das famílias de status senatorial morriam a cada geração. Novas pessoas abaixo da classe senatorial que conquistavam o favor dos imperadores assumiram de modo contínuo os lugares deles na hierarquia social.

Escravos ocupavam o degrau mais baixo na hierarquia da sociedade e ofereciam a base da força de trabalho imperial. Visto que o Direito romano concedia cidadania para escravos libertos, seus descendentes, caso enriquecessem, podiam ascender a membros da elite social. Essa possibilidade de mobilidade social para cima no longo prazo dava esperanças aos escravos, o que era necessário para sobreviverem às condições muitas vezes adversas da escravidão. A ancestralidade de escravos de muitos romanos comuns dava a eles simpatia pelos escravos atuais, a julgar por uma rebelião que eclodiu em 61 d.C. Um membro rico e

proeminente da elite social fora assassinado por um de seus escravos, e a tradição romana mandava que o restante dos escravos também fosse executado, com base na pressuposição de que deveriam ter conhecimento e detido o crime contra o mestre. Neste caso, o homem assassinado era tão rico que seu domicílio incluía algo em torno de quatrocentos escravos, e houve um grande clamor contra a proposta de condenar à morte tantos inocentes. A questão foi até debatida no Senado, mas a tradição cruel foi mantida. Quando, em resposta, multidões atearam fogo nas ruas e arremessaram pedras em funcionários públicos, o imperador Nero teve de usar soldados para isolar o local da execução contra a turba indignada (Tácito, *Anais* 42-45).

A escravidão na agricultura e na manufatura equivalia a uma existência sofrida. A maioria desses trabalhadores eram homens, embora as mulheres pudessem auxiliar os capatazes que administravam grupos de trabalhadores rurais. Apuleio, em um romance vívido, oferece esta descrição melancólica de escravos que trabalhavam em um moinho de farinha. “Através dos furos nas roupas esfarrapadas, podia-se ver as cicatrizes dos açoitamentos por todo o corpo. Alguns vestiam apenas tangas. Letras foram marcadas a ferro quente em suas testas e ferros algemavam os tornozelos” (*O asno de ouro* 9.12).

Piores que os moinhos eram as minas, onde os capatazes fustigavam os mineiros com frequência para mantê-los trabalhando em um ambiente com perigo de vida.

Os escravos domiciliares tinham uma existência física mais amena, sobretudo os vários servos de posse da família imperial. Embora os domicílios tivessem mais escravos do que escravas, havia muitas escravas domésticas, trabalhando de enfermeiras, camareiras, ajudantes de cozinha e

costureiras. Alguns escravos administravam negócios para os mestres, e muitas vezes recebiam permissão de manter parte dos lucros como forma de incentivo.

As mulheres tinham menos oportunidade de ganhar dinheiro. Os mestres, por vezes, davam gorjeta em troca de favores sexuais, tanto para escravos quanto para escravas. Prostitutas escravas, que, em sua maioria, eram de posse de homens, podiam de vez em quando ganhar dinheiro suficiente para viver com uma quantidade pequena de conforto físico. Escravos que economizavam dinheiro suficiente podiam comprar escravos, criando, assim, sua própria hierarquia. Um homem poderia comprar uma mulher para ser sua companheira, e o casal teria uma aparência de vida familiar, embora o casamento legal fosse impossível, porque continuavam sendo propriedade do mestre, assim como seus filhos. Se tirasse a sorte grande, o escravo podia economizar o bastante para comprar a si próprio ou podia ser libertado no testamento do mestre. Algumas inscrições em lápides testemunhavam em prol de sentimentos afetuosos que os mestres tinham pelos escravos, mas mesmo o servo doméstico podia levar uma vida infeliz se o mestre fosse cruel. Ele não tinha defesa alguma contra o tratamento severo. Mesmo que atacasse o dono só para se defender contra abusos, a punição era a morte.

Os escravos de maior visibilidade pública eram gladiadores: homens e mulheres que lutavam com armas em competições públicas. Porém, nem todos os gladiadores eram escravos. Prisioneiros de guerra e criminosos condenados podiam ser forçados a lutar, e pessoas livres também se inscreviam por vontade própria para serem gladiadores, em troca de dinheiro e fama. No início do século I d.C., o Senado se alarmou com o número de cidadãos dispostos a participar dessa ocupação menos que

honrável e banuiu da competição os membros da elite e todas as mulheres nascidas livres e com menos de vinte anos. As mulheres, talvez filhas treinadas por pais gladiadores, competiram pela primeira vez durante a República. Continuaram a lutar em público até que o imperador Septímio Severo (governou de 193 a 211 d.C.) banuiu com sucesso a apresentação delas.

Jogos gladiatórios tiveram origem como parte das cerimônias em funerais caros; os combates se tornaram tão populares que, por volta da época do Império, forneciam entretenimento em festivais públicos em grandes arenas com capacidade para dezenas de milhares de espectadores. A arena mais famosa de Roma era o Coliseu, criado pelo imperador Vespasiano e concluído por seu filho Tito em 80 d.C. Esse anfiteatro de pedra com lugar para aproximadamente 50 mil espectadores foi construído próximo ao local onde havia uma enorme estátua do imperador Nero. (A estátua elevava-se por mais de trinta metros e, por ser um “colosso”, serviu de inspiração ao nome do anfiteatro.) O combate gladiatório nem sempre – e nem mesmo com frequência – era até a morte (exceto entre criminosos condenados), porque gladiadores treinados eram bastante valiosos.

A morte de um deles representava uma perda considerável para os organizadores dos eventos. Nas raras lutas até a morte, a multidão podia gritar clemência pelo lutador derrotado caso ele ou ela tivesse demonstrado uma coragem acima do comum.

Para tornar as lutas mais imprevisíveis, os gladiadores lutavam com diferentes tipos de armas. Um combate popular contrapunha um lutador com armadura leve, chamado de “homem rede” porque usava uma rede e um tridente, contra um “homem peixe” com armadura um pouco mais pesada, assim chamado pelo desenho da crista do capacete. As apostas eram

acirradas, e o público podia ser arruaceiro. Um crítico detonou os fãs de esportes romanos: “Vejam a turba indo para o espetáculo: já estão enlouquecidos! Agressivos, imprudentes, já gritando sobre suas apostas! Todos eles compartilham do mesmo suspense, da mesma loucura, da mesma voz” (Tertuliano, *Os espetáculos* 16). Mosaicos – imagens compostas de pequenos ladrilhos com cores vibrantes, uma das formas de arte preferidas que os romanos adoravam colocar nos pisos – oferecem imagens vívidas de gladiadores em combate que revelam a forte resposta emocional gerada por essas competições.

Espectáculos gladiatórios caros tornaram-se moda no Império, à medida que as pessoas passaram a esperar esse tipo de entretenimento grandioso de seus patronos imperiais. Augusto pagou para que mais de 5 mil pares de gladiadores lutassem em festivais espetaculares. Os programas desses eventos extravagantes também incluíam corridas de bigas, batalhas navais simuladas em lagos artificiais, lutas entre humanos e feras selvagens, exibições de animais africanos exóticos que, por vezes, mutilavam criminosos condenados como forma de pena capital e produções teatrais. A pantomima era a forma mais popular de teatro. Esses dramas da vida cotidiana empregavam atrizes para desempenhar papéis femininos, assim como as farsas com sexo explícito, que também eram populares entre a audiência romana. O maior teatro da cidade, cujos assentos que se elevavam em arcos acomodavam cerca de 20 mil pessoas, era o Teatro de Marcelo, nomeado pelo imperador Augusto em homenagem à memória de um sobrinho morto.



Figura 18. Os gladiadores exibidos neste mosaico estão armados e vestindo armaduras, de acordo com os diferentes estilos de combate, e seus nomes estão registrados. Os mais empolgantes combates gladiatórios geralmente envolviam um lutador mais lento devido à armadura pesada contra outro menos protegido, porém com mais mobilidade. Scala/Art Resource, NY.

Conforme os imperadores romanos, ao longo do tempo, abandonaram a postura de Augusto como governante acessível e se distanciaram das pessoas comuns, espetáculos gladiatórios, corridas de bigas e produções teatrais se tornaram os únicos locais em que a massa podia comunicar o descontentamento com os imperadores, que deviam participar dos eventos ou enviar um representante do alto escalão. Em mais de uma ocasião, os pobres se rebelaram em festivais para expressar a insatisfação em relação a uma escassez no suprimento gratuito de grãos.

EDUCAÇÃO, LITERATURA E ESCULTURA NO INÍCIO DO IMPÉRIO

A educação mudou a partir da época de Augusto, de forma que, como moedas, monumentos arquitetônicos e entretenimentos públicos, também serviria agora aos objetivos de legitimar e fortalecer o sistema transformado de governo. A retórica ainda era o assunto central da educação, mas perdeu o tradicional sabor político. Na República, a capacidade de dar discursos persuasivos criticando adversários fora uma arma poderosa que podia catapultar alguém como Cícero, que não possuía distinção social e militar, à

proeminência política. Agora, a supremacia do imperador descartava o debate político aberto e a liberdade de expressão. Sob essas novas circunstâncias, homens ambiciosos precisavam de talentos retóricos apenas para casos jurídicos privados, julgamentos de funcionários do governo e discursos em homenagem ao imperador nas inúmeras ocasiões públicas que comunicavam sua imagem de governante eficaz e generoso. Visto que a crítica política era arriscada demais, o treinamento em retórica tinha cada vez menos a ver com política. Em vez de aprender a dar discursos sobre política nacional, o estudante agora era ensinado a impressionar as pessoas sendo um orador inteligente, praticando com tópicos como “as alternativas de uma vítima de estupro” ou “curas para a peste”, e usando um estilo exagerado, desenvolvido para atrair a atenção para a habilidade do falante, em vez de oferecer opiniões francas sobre questões políticas (Tácito, *Diálogo dos oradores* 35.5).

A educação permanecia sendo um privilégio dos ricos. Roma ainda não contava com escolas financiadas pelo governo, por isso os pobres tinham sorte em receber uma alfabetização rudimentar de pais ocupados. Pessoas ainda mais abastadas valorizavam a educação mais pela habilidade prática do que pelo conhecimento geral ou pelo efeito sobre o caráter, agora que ganhar dinheiro substituíra a política como a forma preferida – e segura – de competição social para os homens. Uma personagem de uma obra literária satírica de meados do século I d.C. expressava sua atitude utilitária em relação à educação de forma sucinta: “Não estudei geometria, crítica literária nem outros lixos inúteis como esses. Só aprendi a ler as letras nas placas e a calcular as porcentagens, e aprendi pesos, medidas e os valores dos diferentes tipos de moedas” (Petrônio, *Satyricon* 58).

Embora o ideal romano exigisse que as mães ensinassem os filhos,

servos ou professores contratados normalmente tomavam conta das crianças das famílias ricas no Império. As crianças frequentavam escolas elementares particulares dos sete aos onze anos para aprender a ler, escrever e a aritmética básica. Algumas crianças prosseguiam para os próximos três anos de escola, nos quais eram apresentadas à literatura, história e gramática. Apenas alguns meninos avançavam até o estudo da retórica.

Os estudos avançados incluíam literatura, história, filosofia ética, direito e dialética (determinação da verdade identificando contradições em argumentos). Matemática e ciência eram pouco estudadas, exceto para fins práticos; engenheiros e arquitetos romanos adquiriam uma proficiência extrema no cálculo. Homens e mulheres ricos perseguiram seus interesses em livros, mandando que os escravos os lessem em voz alta. A leitura exigia destreza manual, bem como alfabetização, porque os livros, em vez de encadernados página a página, consistiam em pergaminhos contínuos feitos de papiro ou pele de animal. Um leitor precisava desenrolar o pergaminho com uma mão e, ao mesmo tempo, enrolá-lo com a outra.

Literatura e escultura também tomaram uma nova direção sob Augusto, ajudando a comunicar uma imagem positiva do governante, embora não sem conflito entre o imperador e alguns autores e artistas. Houve tamanho desenvolvimento da literatura nessa época que os críticos modernos consideram o tempo de Augusto como a Idade de Ouro da literatura latina (em oposição à Idade de Ouro política do Império, a qual os historiadores inserem no século II d.C.). O próprio Augusto escreveu poesia e apoiou esse florescimento da literatura, atuando como patrono de um círculo de escritores e artistas. Seus preferidos, Horácio (65 a.C. a 8 a.C.) e Virgílio (70 a.C. a 19 a.C.), apoiavam o novo sistema de governo. Horácio arrebatava as audiências com ritmos dóceis e humor sutil em poemas curtos

sobre questões públicas e privadas. Seu poema celebrando a vitória de Augusto sobre Antônio e Cleópatra em Ácio ficou famoso pelo verso de abertura: “Agora é hora de começar a beber!” (*Odes* 1.37).

Virgílio tornou-se o poeta augustano mais popular em épocas posteriores em função do longo poema *Eneida*, escrito para agradar ao imperador e também para aconselhá-lo (de forma bastante polida). Épico inspirado na poesia homérica, narrava a lenda do troiano Eneias, que, segundo se dizia, era o ancestral mais distante dos romanos. Virgílio limitou o louvor do poema ao Estado romano expressando, por meio das várias mortes trágicas da história, um reconhecimento profundo do preço a ser pago pelo sucesso. A *Eneida*, portanto, ressaltava a mistura complexa de ganho e perda que se seguiu à transformação da política e da sociedade causada por Augusto. Acima de tudo, expressava um código moral a ser seguido por imperadores: tenha misericórdia dos conquistados, mas derrube os arrogantes. Virgílio lera trechos da *Eneida* para Augusto e sua família com enorme sucesso, mas no leito de morte, em 19 a.C., diz-se que ele pediu a amigos que queimassem o poema, porque não havia terminado de revisá-lo. Augusto ordenou que a *Eneida* fosse preservada.

Autores com uma linha mais independente precisavam ser cuidadosos. O historiador Tito Lívio (54 a.C. a 17 d.C.) compôs uma imensa história de Roma que não ocultava as ações implacáveis de Augusto e de seus partidários. O imperador repreendeu Tito Lívio pela franqueza, mas não o puniu, muito provavelmente porque a história também evidenciava que o sucesso e a estabilidade de Roma dependiam da manutenção dos valores tradicionais da lealdade e do sacrifício pessoal.

O poeta Ovídio (43 a.C. a 17 d.C.) não teve a mesma sorte. Com inteligência zombeteira, seus poemas eróticos *Ars Amatoria* e *Amores* (A

arte de amar e *Amores*) ridicularizavam, de maneira implícita, a legislação moral do imperador, oferecendo dicas irônicas sobre como conduzir casos amorosos ilícitos e abordar esposas de outros homens em festivais. As *Metamorfoses* de Ovídio recriaram os mitos de mudanças sobrenaturais bizarras de formas, com pessoas se tornando animais e confusões entre o humano e o divino, solapando a tradição de aceitar a hierarquia social como natural e estável. Em 8 a.C., Augusto expressou com frieza sua desaprovação exilando Ovídio em uma cidade sombria no Mar Negro, talvez também em resposta ao envolvimento do poeta em um escândalo sexual com a filha do imperador.

A escultura também respondia aos desejos do imperador. Na República tardia, retratos esculpidos haviam enfatizado com realismo o desgaste natural da experiência humana. A escultura, após Augusto ter se tornado imperador, começou a exibir um estilo muito mais idealizado, remanescente da arte grega clássica ou do retrato de Alexandre, o Grande, feito por Lísipo no século IV a.C. Em obras de arte célebres, como a estátua de Augusto em Prima Porta (hoje no Museu do Vaticano, em Roma) ou os painéis esculpidos no Altar da Paz de Augusto (agora reconstruído em um museu ao lado do rio Tibre), o imperador fez com que ele próprio fosse retratado como um homem calmo e digno, em vez da pessoa ansiosa e doente, como, em verdade, costumava ser. Assim como com a arquitetura monumental, Augusto utilizou a escultura para projetar uma imagem serena de si mesmo como o restaurador do mundo sempre no comando.

Boa parte da poesia e dos retratos do novo império, portanto, refletia a imagem que Augusto tanto alardeava: o grande pai que restaurou a paz e a prosperidade ao povo devastado pela guerra de modo altruísta e generoso. Ele esperava que essa imagem convenceria os romanos a aceitar uma nova

forma de ser governado, tirando o foco dos custos ocultos da mudança. Não há dúvida de que Augusto foi um patrono generoso aos pobres de Roma, forçando os ricos a fazerem contribuições financeiras para pagar o exército permanente e as obras públicas. Porém, debaixo dessa benevolência havia um veio de crueldade. Muitas pessoas, inclusive amigos e mesmo parentes, foram assassinadas nas proscricções de 43 a.C. Outros perderam a própria residência nos confiscos que forneciam terras para veteranos do exército. Talvez o mais revelador seja que o poder de Augusto como comandante e patrono do exército tenha garantido a “paz romana”. O debate aberto e a tomada de decisões por cidadãos, dois dos ideais mais estimados da República, se perderam; tal foi o preço a pagar pela ordem sociopolítica no Império.

7

DOS JÚLIO-CLAUDIANOS À IDADE DE OURO DO IMPÉRIO

A transformação do governo romano conduzida por Augusto gerou dois séculos de prosperidade relativamente calma, conhecida como Paz Romana (*Pax Romana*). Os historiadores classificam o século II d.C. como a Idade de Ouro do Império Romano. Como monarquia *de facto*, no entanto, a “República restaurada” sempre enfrentou a ameaça de um violento embate por poder entre a elite. Na realidade, parecia provável a eclosão de uma guerra civil após a morte de Augusto, pois não havia precedente sobre como passar adiante o governo nesse novo sistema. A ficção de Augusto de que a República ainda existia significava que o governo não passava de modo automático para um filho na sucessão, como ocorreria em um reino reconhecido. Ao mesmo tempo, ele queria determinar quem se tornaria o próximo governante de Roma e fazer com que fosse alguém próximo a ele. Sem ter filho próprio, adotou Tibério, filho adulto do casamento anterior de sua esposa, Lúvia. Tibério era célebre pelo brilhante histórico militar, e Augusto informou ao Senado que o exército queria que esse filho adotivo estivesse na sucessão para se tornar o próximo *princeps*. Os senadores foram prudentes ao confirmar a escolha de Augusto a esse respeito após a morte do primeiro imperador. Membros da família de Augusto – conhecidos como júlio-claudianos pelos nomes das linhagens da família de Augusto (os julianos) e Tibério (os claudianos) – continuaram a ocupar a posição de “primeiro homem” – tornando-se, assim, “imperadores” – nos próximos

cinquenta anos, sempre com a aprovação formal do Senado.

LINHA DO TEMPO (TODAS AS DATAS D.C.)

14-37: Tibério, o primeiro imperador romano da dinastia júlio-claudiana, governa até a morte (provavelmente) natural.

23: Tibério constrói um acampamento permanente em Roma para a guarda pretoriana.

37-41: Caio (Calígula) governa como imperador romano até ser assassinado.

41: A guarda pretoriana impede que o Senado reestabeleça a antiga República e faz de Cláudio imperador.

41-54: Cláudio governa como imperador romano até ser assassinado.

54-68: Nero governa como imperador romano até cometer suicídio; sua morte encerra a dinastia júlio-claudiana.

69: Vespasiano vence uma guerra civil e cria a dinastia flaviana de imperadores; governa até a morte natural em 79.

70: Tito, filho de Vespasiano, captura Jerusalém, encerrando uma rebelião judaica de quatro anos.

79-81: Tito governa como imperador romano até a morte natural.

79: O vulcão Vesúvio entra em erupção, soterrando Pompeia e Herculano, no Sul da Itália.

80: Tito conclui o Coliseu em Roma.

81-96: Domiciano, filho de Vespasiano, governa até ser assassinado.

96-180: Os “cinco bons imperadores” (Nerva, Trajano, Adriano, Antonino Pio e Marco Aurélio) governam durante a Idade de Ouro política do Império Romano.

113: Trajano ergue a coluna da vitória esculpida em Roma.

125: Adriano termina a construção no Panteão abobadado em Roma.

Fim do século II: É erguida a coluna da vitória esculpida de Marco Aurélio em Roma.

Os objetivos da dinastia júlio-claudiana (a sucessão de governantes relacionados entre si) incluíam evitar agitações sociais, desenvolver a lealdade e financiar as administrações. Esses imperadores supervisionavam um vasto território de províncias povoadas por uma mistura de cidadãos romanos e populações locais. Portanto, os imperadores tratavam o exército de forma especial, incentivavam rituais religiosos dedicados ao bem-estar

da família imperial e promoviam o direito e a cultura romanos como padrões universais, permitindo, ao mesmo tempo, o máximo possível de liberdade local. Para os súditos, o imperador deveria ser patrono generoso e recompensar a lealdade fiel ao regime, mas as dificuldades da comunicação de longo alcance e o baixo nível de tecnologia limitavam a capacidade do imperador em tomar conta dos habitantes do Império.

O maior desafio enfrentado pelos imperadores júlio-claudianos após Augusto – Tibério, Caio (Calígula), Cláudio e Nero – foi como manter o Principado em funcionamento pacífico e próspero. Sem nada a guiá-los além do exemplo de Augusto, tinham de proteger o território romano contra inimigos estrangeiros, evitar conspirações da elite para substituí-los, manter a plebe contente e resistir a tentações pessoais de poder supremo. Alguns imperadores governavam melhor do que outros, mas, ao fim do reinado de Nero, nenhum romano acreditava mesmo que as dinastias familiares de imperadores não continuariam a governar o Império Romano. Para compreender como se deu essa enorme mudança, é necessário pesquisar de maneira resumida os reinados dos imperadores júlio-claudianos depois de Augusto.

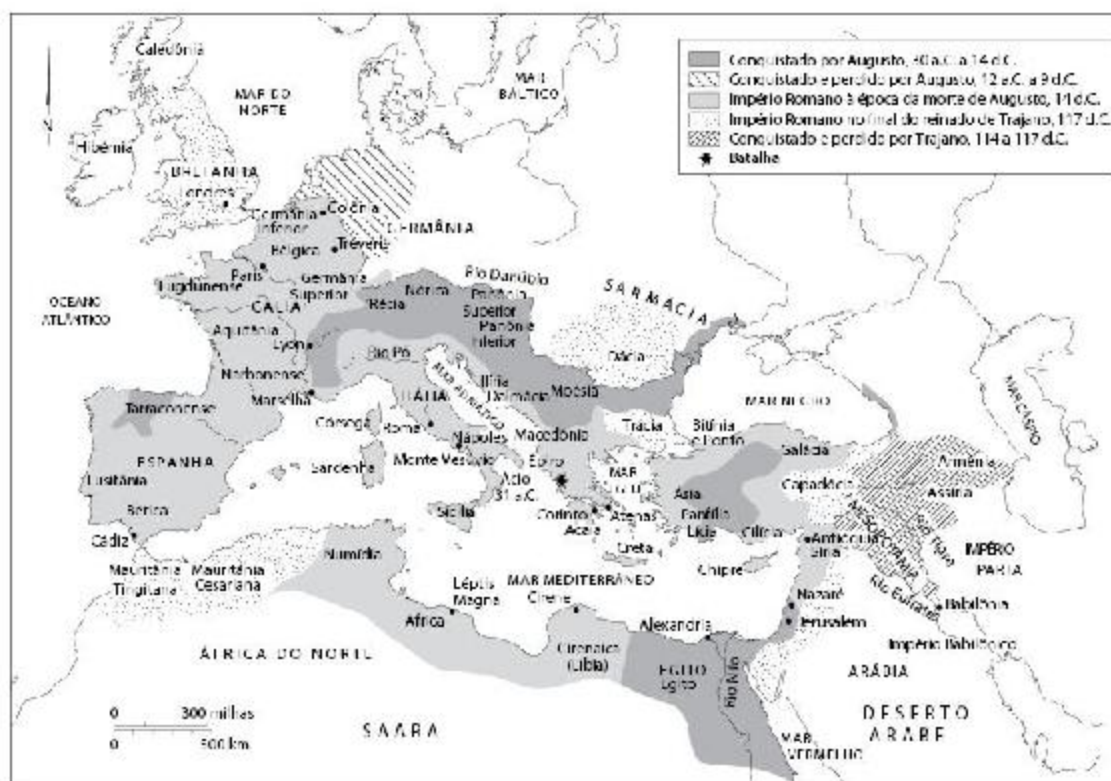
DINASTIAS IMPERIAIS

Tibério (42 a.C. a 37 d.C.) esteve no poder por 23 anos após a morte de Augusto em 14 d.C., porque possuía as qualificações mais importantes para ter êxito como *princeps*: uma conexão familiar com Augusto e um histórico brilhante de general garantindo-lhe o respeito do exército. Ele pagou um preço pessoal alto para se tornar o sucessor de Augusto como imperador: para fortalecer os laços familiares, seu novo pai forçou Tibério a se

divorciar da esposa, Vipsânia, para desposar Júlia, filha de Augusto. Esse casamento político acabou sendo tragicamente infeliz. Tibério nunca se recuperou dessa tristeza e foi um soberano hesitante, tão amargo em relação a seu destino que passou a última década recluso em um palácio no cume de um penhasco na ilha de Capri, próximo a Nápoles, jamais retornando a Roma.

Apesar da má fama da disposição de ânimo amarga de Tibério e da profunda impopularidade com o populacho romano, seu longo reinado ofereceu o período de transição estável que o Império precisava para se estabelecer como um denominador comum no governo entre o imperador e a elite. Apesar de governar basicamente como monarca, o imperador ainda precisava da cooperação da classe alta nos cargos públicos da administração imperial, dos comandantes do exército e de líderes e contribuintes financeiros em comunidades locais nas províncias. Contanto que esse consenso perdurasse, o Império podia prosperar e ambos os lados podiam gozar de status e respeito. Por um lado, a elite podia continuar a se deleitar com o prestígio das funções tradicionais de cônsules, pretores, senadores e padres do alto escalão. Por outro, os imperadores podiam deixar o status superior evidente ao decidir quem ocuparia tais posições, assumindo o poder que era exercido pelas Assembleias. Esses encontros logo se tornaram autorizações automáticas para os desejos dos imperadores e, mais à frente, perderam a força. Em suma, o governo do Império foi um arranjo negociado entre membros da classe alta. Em 23 d.C., Tibério também construiu um acampamento permanente na cidade para a guarda pretoriana, facilitando a sua utilização para apoiá-lo com força, caso necessário. Ele morreu no leito de causas naturais, ao que parece, embora houvesse um rumor de que tenha sido asfixiado. Era tão impopular que a notícia de sua

morte gerou júbilo nas ruas.



Mapa 7. Expansão romana durante o início do Império

O próximo imperador júlio-claudiano, Caio, conhecido como Calígula (12 a 41 d.C.), tinha uma deficiência fatal: gostava demais do poder e jamais teve uma carreira de líder militar. Tibério o escolheu como sucessor porque era bisneto da irmã de Augusto. Caio podia ter obtido sucesso, pois no início gozava de grande popularidade e também entendia de assuntos militares: Calígula quer dizer “botinhas”, o apelido que as tropas lhe deram quando criança, porque usava sapatinhos de couro que imitavam os dos soldados enquanto viveu em acampamentos militares onde seu pai era comandante. Infelizmente, logo demonstrou que não tinha a personalidade para liderança quando recebeu poder sem limites; o que realmente tinha eram desejos extravagantes de dissipação pessoal. Governando por meio de

crueldade e violência, esbanjou dinheiro do tesouro público para satisfazer seus desejos e, para arrecadar mais, impôs novos impostos sobre vendas em tudo, desde as refeições ligeiras vendidas nos vários restaurantes de Roma até os atos sexuais realizados por uma prostituta. Calígula abusou do valor da conduta dignificada que se esperava de um membro da elite social fazendo aparições no palco como cantor e ator, lutando em combates gladiatórios simulados, aparecendo em público vestido de mulher ou em fantasias imitando os deuses e, parece provável, tendo casos sexuais com as próprias irmãs. Seus abusos, por fim, foram longe demais: dois soldados da guarda pretoriana o assassinaram em 41 d.C. para vingar insultos contra eles.

O assassinato de Calígula ameaçou encerrar a dinastia júlio-claudiana, porque Caio não tinha filhos e o comportamento violento assustara todos à sua volta. Quando seu assassinato foi anunciado, alguns senadores proclamaram que era hora de restaurar a República original e a verdadeira liberdade. No entanto, a guarda pretoriana frustrou esse plano, pois queria que os imperadores continuassem sendo seus patronos. Os soldados da cidade, portanto, literalmente arrastaram o parente de Augusto, Cláudio (10 a.C. a 54 d.C.), à época com cinquenta anos e jamais considerado capaz de governar, para o acampamento e forçaram o Senado a reconhecê-lo como o novo soberano. A ameaça ao uso da força para obter o que queriam evidenciou que os soldados, fossem pretorianos em Roma ou tropas nas legiões, sempre insistiriam em ter um imperador. E também revelou que qualquer anseio senatorial pelo retorno de uma verdadeira República não tinha chance de ser concretizado.

Cláudio surpreendeu a todos com um governo, no geral, competente. Estabeleceu um precedente fundamental para o governo imperial alistando

homens de uma província (Gália Transalpina, que significa o Sudeste da França) no Senado pela primeira vez. Essa mudança abriu o caminho para a importância crescente de se ter provinciais como clientes dos imperadores, cuja função era ajudar a manter o Império em paz e próspero. Cláudio também alterou o governo imperial empregando escravos libertos em cargos administrativos poderosos; uma vez que deviam esse enorme progresso ao imperador, podia-se esperar que fossem leais.

A esposa de Cláudio, Agripina, envenenou-o em 54 d.C. porque queria que Nero (37 a 68 d.C.), filho adolescente de um ex-marido, se tornasse imperador, em vez do próprio filho de Cláudio. Nero, assim como Calígula, sucumbiu às gloriosas tentações do poder absoluto. Sem ter recebido treinamento militar nem preparação para governar, Nero tinha uma paixão por música e arte dramática, mas não pela administração de um Império. Os festivais públicos espetaculares organizados por ele e o dinheiro distribuído às massas em Roma o mantiveram popular com os pobres, embora um incêndio de grandes proporções em 64 d.C. tenha levantado suspeitas de que fora ordem sua, visando abrir caminho para novos projetos arquitetônicos. Nero gastou somas exorbitantes com seus prazeres. Para arrecadar mais dinheiro, forjava acusações de traição contra homens e mulheres ricos para confiscar suas propriedades. Alarmados e indignados, os comandantes das províncias voltaram-se contra ele e apoiaram rebeliões, sendo acompanhados por vários senadores. Quando um dos comandantes dos pretorianos os subornou para desertarem o imperador, a Nero não restou defesa. Temendo prisão e execução, Nero gritou em desalento: “Que artista morre comigo!”. Pouco depois, pediu ajuda a um servo para cortar a própria garganta (Suetônio, *Vida de Nero* 49).

Sem sucessor ao Nero desprovido de filhos no palácio, uma guerra civil

ecloidiu em 68 d.C. entre diferentes rivais ao trono. O vencedor do conflito entre quatro rivais ao trono no “ano dos quatro imperadores” seguinte (69 d.C.) foi o general Vespasiano (9 a 79 d.C.). Ele empossou a família, os flavianos, como a nova dinastia imperial a suceder os júlio-claudianos. A fim de criar legitimidade política para o novo regime, Vespasiano fez com que o Senado o reconhecesse como governante com uma declaração detalhada dos poderes que ele detinha. Esta foi transformada em uma lei, sobre a qual se dizia de modo explícito que fora transmitida a ele pelos precedentes dos poderes de ilustres predecessores “primeiros homens” (uma lista que excluía Calígula e Nero). Para incentivar a lealdade nas províncias, encorajou as elites locais a participarem do chamado “culto imperial” (rituais que se concentravam no sacrifício de animais aos deuses tradicionais para o bem-estar do imperador e de sua família e, em alguns casos, a veneração efetiva do imperador).



Figura 19. Esta rua em Herculano, preservada pela erupção do Vesúvio em 79 d.C., está repleta de casas de vários andares e com varandas, típicas das cidades romanas. Janelas e alpendres nos andares superiores forneciam luz, ventilação e espaço para combater a aglomeração e os odores das ruas abaixo. Alinari/Art Resource, NY.

Vespasiano utilizou-se de tradições locais nas províncias orientais para promover o culto imperial. A deificação do governante atual parecia normal aos provinciais, porque homenageavam reis locais como divindades há séculos, desde a época de Alexandre, o Grande, no fim do século IV a.C. O culto imperial comunicava a mesma imagem do imperador ao povo das províncias que a arquitetura e a escultura da cidade faziam com a massa de Roma: ele era maior do que a vida, digno de respeito leal e fonte de benfeitorias na função de patrono. Uma vez que o culto ao imperador já se tornara mais estabelecido na parte oriental do Império com Augusto, Vespasiano concentrou-se no seu fortalecimento nas províncias da Espanha, Sul da França e África do Norte. A Itália, no entanto, ainda não contava

com templos para o imperador vivo, e os romanos tradicionais de lá desdenhavam do culto imperial como uma peculiaridade provincial. Vespasiano, célebre pela sagacidade, chegou a murmurar de forma céptica no leito de morte em 79 d.C.: “Ai de mim! Acho que estou virando deus” (Suetônio, *Vida de Vespasiano* 23).

Os filhos de Vespasiano, Tito (39 a 81 d.C.) e Domiciano (51 a 96 d.C.), continuaram a dinastia, lidando com dois problemas que ocupariam cada vez mais os futuros imperadores: melhorar a vida do povo em todo o Império para prevenir a desordem e defender-se contra invasões de povos nas fronteiras. Tito ficou famoso em 70 d.C. ao derrotar uma rebelião de quatro anos entre os judeus no atual Israel e capturar Jerusalém, onde o Templo de Jerusalém, centro de rituais do judaísmo, foi incendiado no ataque e jamais reconstruído. No curto tempo em que foi imperador (79 a 81 d.C.), Tito enviou socorro às comunidades prejudicadas pela erupção vulcânica do Monte Vesúvio em 79 d.C.; o volume gigantesco de cinzas e lama vulcânica expelido pela explosão da montanha preservou uma parte grande das cidades vizinhas de Pompeia e Herculano. Esse desastre, que matou e deslocou tantas pessoas, transformou aqueles locais em fontes de riqueza única para nós, pois congelaram no tempo vários exemplos da arquitetura, pintura e mosaicos da época.

Tito também ofereceu à massa um lugar de primeira linha para entretenimentos públicos luxuosos ao concluir o Coliseu de Roma em 80 d.C., equipando-o com toldos gigantescos para dar sombra à multidão. Após a morte do irmão devido a causas naturais, Domiciano, no papel de imperador (81 a 96 d.C.), conduziu o exército ao Norte até as áreas do Reno e do Danúbio para combater invasores germânicos, sendo o começo de um perigo que ameaçaria o Império durante séculos. Sua arrogância o tornou

malvisto em casa. Por exemplo, ao comunicar desejos por escrito e pessoalmente, ele costumava dizer: “Nosso Mestre e Deus, eu mesmo, ordena que faças isto” (Suetônio, *Vida de Domiciano* 13). Também enfatizou a superioridade sobre todos os demais expandindo o palácio imperial no monte Palatino para mais de 32 mil metros quadrados. Temendo que Domiciano fosse eliminá-los, um grupo de conspiradores de seu tribunal o assassinou após quinze anos de poder.

IMPERADORES E FINANÇAS NA IDADE DE OURO DO IMPÉRIO

A esta altura, o assassinato de um imperador significava apenas que seria preciso encontrar outro que agradasse ao exército, e não que o sistema de governo poderia mudar. Conforme escreveu o historiador Tácito (56 a 118 d.C.), os imperadores haviam se tornado como o clima: a extravagância e a ganância por domínio tinham de ser suportadas da mesma forma que as secas e as enchentes (*Histórias* 4.74). Prevaleceu um melhor clima político no Império com os próximos cinco imperadores: Nerva (de 96 a 98 d.C.), Trajano (de 98 a 117), Adriano (de 117 a 138), Antonino Pio (de 138 a 161) e Marco Aurélio (de 161 a 180). Os historiadores designaram os reinados deles como a Idade de Ouro política do Império, porque esses soberanos providenciaram paz e tranquilidade por quase um século. É evidente que “paz” é um termo relativo na história romana: Trajano travou violentas campanhas que expandiram o poderio romano rumo ao norte além do rio Danúbio e até Dácia (atual Romênia) e para o leste até a Mesopotâmia (Iraque); Adriano puniu uma segunda revolta judaica, transformando Jerusalém em uma colônia militar; e Aurélio passou anos infelizes protegendo a região do Danúbio contra ataques externos.



Figura 20. Soldados em uma coluna da vitória, erguida pelo imperador Marco Aurélio em Roma, portam equipamentos típicos do exército romano no início do Império. As contínuas bandas esculpidas espiraladas em torno deste e de outros monumentos oferecem uma ampla variedade de cenas do exército imperial em batalha, no acampamento e em desfiles. Barosaurus Lentus/Wikimedia Commons.

Ainda assim a ideia de uma Idade de Ouro com os “cinco bons imperadores” faz sentido, pelo menos se comparada à violência da República tardia e à história sanguinária dos júlio-claudianos. Esses cinco soberanos sucederam um ao outro sem assassinato nem conspiração; em realidade, os quatro primeiros, por não terem filhos, utilizaram a tradição romana de adotar adultos a fim de encontrar o melhor sucessor possível. Além do mais, os impostos geravam uma receita adequada, o exército permanecia obediente e o comércio exterior atingiu sua melhor fase. Registros chineses relatam sobre um grupo de mercadores romanos que, ao que parecia, trazendo saudações do imperador romano, chegaram à corte do imperador Han durante o reinado de Marco Aurélio (Schoff, p. 276-277). Esses reinados marcaram o mais longo período da história romana sem uma guerra civil desde o século II a.C.

A paz e a prosperidade do século II d.C. dependiam da defesa por um exército leal e eficiente, do sentido cívico entre a elite provinciana na administração local e na coleta de impostos, da disseminação de leis e cultura comuns para promover a união em todos os enormes e vastos territórios e da reprodução de uma população saudável. O porte grande do Império Romano, combinado com as condições duradouras da vida antiga, significavam que os imperadores tinham menos controle sobre esses fatores do que teriam desejado.

Em tese, o objetivo militar de Roma ainda era a expansão infinita. Virgílio, na *Eneida* (2.179), expressou essa noção ao retratar Júpiter, o rei dos deuses, prometendo “governo sem limite” aos romanos. Em realidade, o território do Império jamais foi ampliado muito além do que Augusto estabelecera, circundando o mar Mediterrâneo; Adriano precisou abrir mão da conquista da Mesopotâmia por Trajano, pois sua defesa era difícil demais. A maioria dos imperadores teve de se concentrar na defesa e na manutenção da ordem interna, apenas sonhando com mais conquistas.

A maioria das províncias era estável e pacífica nesse período e não havia necessidade de guarnições de tropas. Os soldados romanos, portanto, eram uma visão rara em vários locais. Mesmo a Gália, que na época de Júlio César resistira ao controle romano com frenesi suicida, segundo uma testemunha contemporânea, “foi mantida em ordem por 1.200 tropas – soldados em número semelhante ao de cidades” (Josefo, *A guerra dos judeus* 2.373). A maioria das tropas romanas estava concentrada nas extremidades norte e leste do Império, onde do outro lado das fronteiras viviam vizinhos poderosos e, por vezes, hostis, e a distância ao centro enfraquecia a lealdade dos residentes locais ao governo imperial.

Agora que Roma não mais travava guerras de conquista, era difícil pagar

pelos custos das forças armadas. No passado, guerras estrangeiras exitosas foram um motor de prosperidade porque produziram enormes quantias de capital por meio de saques, indenizações e prisioneiros de guerra vendidos como escravos. O território conquistado convertido em províncias também gerava mais receitas fiscais. Agora, não havia mais oportunidades de aumentar a renda do governo, mas o exército permanente ainda tinha de ser pago com regularidade para manter a lealdade. Para cumprir as obrigações de patronos do exército, os imperadores complementavam o soldo regular dos soldados com bônus consideráveis em ocasiões especiais. As recompensas financeiras tornavam a carreira militar desejável, e o alistamento contava como um privilégio restrito a cidadãos libertos. O exército também incluía várias unidades auxiliares de não cidadãos que combatiam como cavaleiros, arqueiros e fundeiros. Servindo sob comandantes romanos, os auxiliares aprendiam o latim e os costumes romanos. Quando eram dispensados, recebiam a cidadania romana. Desta forma, o exército servia como um instrumento para divulgar um modo de vida comum.

Um imposto sobre terras agrícolas nas províncias (a Itália era isenta) garantia a principal fonte de receita para governo e defesa imperiais. O custo da administração provinciana era relativamente baixo, porque o número de funcionários públicos era pequeno se comparado ao tamanho do Império sendo governado: não mais do que algumas centenas de funcionários públicos governavam uma população de aproximadamente 50 milhões. Assim como na República, governantes com equipes pessoais pequenas administravam as províncias, as quais, com o tempo, somavam cerca de quarenta. Em Roma, o imperador empregava uma equipe palaciana considerável, enquanto servidores públicos chamados de prefeitos

gerenciavam a cidade em si.

O sistema fiscal exigia serviço público pelas elites provinciais para funcionar; as receitas do Império dependiam em absoluto desses membros da classe alta. Eles coletavam impostos como um dever obrigatório de funcionários públicos não assalariados (*curiais*) no conselho da cidade (*cúria*). Nesse sistema descentralizado, esses ricos tinham responsabilidade pessoal por enviar o valor dos impostos de cada ano à administração central. Se houvesse alguma escassez, os funcionários deviam compensar a diferença do próprio bolso. A maioria dos imperadores no início do Império tentou evitar o aumento dos impostos. Conforme disse Tibério certa vez, ao recusar um pedido de aumento de impostos dos governantes provinciais: “Quero que vocês tosem minhas ovelhas, e não as esfolem vivas” (Suetônio, *Vida de Tibério* 32). Ao longo do tempo, no entanto, a necessidade que o governo tinha de mais receita ficava cada vez mais urgente, e as elites provinciais se viam pressionadas a mostrar resultados.

A responsabilidade das elites pela coleta de impostos podia encarecer o serviço cívico, mas o prestígio e a influência com o imperador que as posições incluíam deixaram muitos provinciais dispostos a arcar com os custos. Alguns recebiam sacerdócios no culto imperial como recompensa, uma homenagem aberta a homens e mulheres. Os *curiais* podiam esperar que os imperadores respondessem a pedidos de auxílio especial para suas áreas, como, por exemplo, após um terremoto ou uma enchente.

Esse sistema de financiamento do Império funcionava porque estava enraizado na tradição do sistema patrono-cliente: as elites sociais locais eram patronos das comunidades, mas clientes dos imperadores. Contanto que houvesse provinciais ricos o bastante e com sentido cívico respondendo a esse sistema de valores que oferecia a recompensa do status, o Império

poderia funcionar pela promoção do antigo ideal romano de privilegiar os valores coletivos em detrimento do conforto individual. O sistema, no entanto, sofria uma pressão cada vez maior, porque os custos de defesa nacional seguiam subindo, o que refletia a necessidade de se defender contra ameaças crescentes de inimigos externos ao longo das fronteiras.

ESTABILIDADE E MUDANÇA NA IDADE DE OURO DO IMPÉRIO

O Império Romano mudou o mundo mediterrâneo de modo profundo, porém irregular, em um processo que os historiadores chamam de “romanização”, querendo dizer a adoção da cultura romana por não romanos. As províncias do Império continham uma ampla diversidade de povos que falavam idiomas diferentes, observavam costumes diversos, vestiam-se com estilos distintos e adoravam diversas divindades. No interior remoto, predominou a estabilidade na vida e nos costumes, porque a conquista romana teve pouco efeito sobre as pessoas locais. Entretanto, nos vários lugares onde surgiam novas cidades, era fácil perceber a mudança causada pela influência romana. Essas comunidades se desenvolveram a partir de assentamentos de veteranos do exército que os imperadores espalharam por todas as províncias ou brotavam com espontaneidade ao redor dos fortes romanos. Tais assentamentos adquiriram uma influência especial na Europa Ocidental, consolidando de modo permanente o latim (e as línguas que viriam a derivar dele) e o Direito e costumes romanos. Cidades modernas proeminentes, como Tréveris e Colônia, próximas à fronteira ocidental da Alemanha, começaram como cidades romanas. Ao longo do tempo, enfraqueceram-se as distinções socioculturais entre as províncias e a Itália, área central romana. Por fim, os imperadores vinham

das províncias. Trajano, cuja família se assentara na Espanha, foi o primeiro.

A romanização aumentou o padrão de vida para muitos provinciais, uma vez que melhorou o transporte com a construção de mais estradas e pontes e aquedutos longos que forneciam água para as cidades. O comércio se intensificou, inclusive a interação comercial direta com mercados tão distantes quanto Índia e China, para onde mercadores romanos passaram a navegar em busca de produtos para importar à Europa. Os impostos sobre esse comércio internacional viraram uma das principais fontes de receita para o governo imperial. A agricultura nas províncias prosperou sob as condições pacíficas garantidas pelo exército. Onde as tropas estavam estacionadas nas províncias, a necessidade de suprimentos equivalia a novos negócios para agricultores e mercadores. O fato de que a maioria dos provinciais tinha uma vida mais próspera sob o domínio romano do que jamais tiveram facilitou a aceitação da romanização. Além disso, a romanização não era uma via de mão única em termos culturais. Em províncias ocidentais tão diversas quanto Gália, Bretanha e África do Norte, a interação entre provinciais e romanos produziu tradições culturais novas e misturadas, sobretudo na religião e na arte. Esse processo levou a uma fusão gradual entre a cultura romana e a local, e não à imposição unilateral do modo de vida dos conquistadores sobre os provinciais.



Figura 21. Esta ponte de pedra gigantesca continha um aqueduto para levar água potável de fontes nas colinas a quilômetros de distância para uma cidade grande na Gália (atual França). Engenheiros calculavam com precisão o declive adequado para o canal, de forma que a água fluísse de modo contínuo para baixo até o centro urbano a uma velocidade constante, porém manejável. Ad Meskens/Wikimedia Commons.

A romanização teve um efeito menor sobre as províncias orientais, que, em boa parte, preservaram o caráter da Grécia e da Ásia Ocidental. Quando pouco a pouco dominaram a região durante os séculos II e I a.C., os romanos encontraram culturas urbanas estáveis que vinham se desenvolvendo há milhares de anos. Cidades enormes, como Alexandria, no Egito, e Antióquia, na Síria, rivalizavam com Roma em tamanho e esplendor. Em verdade, ostentavam mais casas individuais para os abastados, menos quarteirões de prédios de apartamentos de muitos andares e templos igualmente magníficos. Embora retivessem os idiomas e costumes locais, as elites sociais orientais aceitavam com facilidade a natureza de “imperador como patrono, e eles, como clientes” da governança provincial: há muito haviam se acostumado a tal sistema por meio dos relacionamentos paternalistas semelhantes que caracterizaram os reinos sob

os quais viviam antes da chegada dos romanos. A cooperação voluntária dessas elites locais e não romanas na tarefa de governar o Império foi fundamental para sua estabilidade e prosperidade.

Assim, em boa parte do Império Oriental, a vida continuou a seguir os modelos locais tradicionais. Os imperadores não tinham noção de si mesmos como missionários que impunham a civilização romana aos estrangeiros. Pelo contrário, viam-se basicamente como preservadores da lei e da ordem social. Portanto, estavam contentes de que as formas consagradas de vida cívica e governo orientais continuassem, em boa medida, inalteradas, contanto que promovessem estabilidade social e, com isso, a paz interna.

A vitalidade contínua da cultura e do idioma gregos em cidades orientais frenéticas contribuiu com o desenvolvimento da literatura nessa língua. Novas tendências tinham relevância especial na prosa grega. Autores do século II d.C., como Caritão e Aquiles Tácio, escreveram livros de aventura romântica que deram início à popularidade duradoura desse tipo de história como entretenimento. Luciano (117 a 180 d.C.) compôs sátiras e fantasias que traziam uma crítica mordaz a pessoas conservadoras, fraudes e deuses antiquados. O ensaísta e filósofo Plutarco (50 a 120 d.C.) escreveu biografias que comparavam líderes gregos e romanos em estudos de caráter. Seu senso moral aguçado e gosto ativo por anedotas fizeram dele uma das leituras preferidas por séculos. Shakespeare baseou diversas peças nas biografias de Plutarco.

A literatura latina também prosperou. Em realidade, estudiosos consideram o final do século I e início do século II d.C. como a “Idade de Prata” da literatura, perdendo na produção de obras-primas apenas para a Idade de Ouro literária augustana. Os autores latinos mais famosos dessa

época posterior escreviam com inteligência ácida, verve e imaginação. O historiador Tácito (56 a 120 d.C.) compôs uma narrativa cáustica dos júlio-claudianos, desnudando a brutalidade de Augusto e as fraquezas pessoais de seus sucessores. O poeta satírico Juvenal (65 a 130 d.C.) alfinetou romanos pretensiosos e provinciais ávidos de sucesso e, ao mesmo tempo, lamentou de modo hilário as indignidades de viver sem dinheiro na cidade. Apuleio (125 a 170 d.C.) scandalizou leitores com seu *O asno de ouro*, um romance sensual sobre um homem transformado em burro, que milagrosamente recupera o corpo e a alma por meio da salvação da bondosa deusa egípcia Ísis.

A arquitetura em grande escala floresceu em Roma durante os primeiros séculos do Império, porque os imperadores viam projetos de construção de grande escala como uma forma de conquistar a boa vontade pública e transmitir uma imagem de governante bem-sucedido e atencioso. Por exemplo, o imperador Domiciano, no século I d.C., construiu um estádio com uma pista de corrida para eventos atléticos a fim de fornecer outro local de grande porte para o entretenimento público. Ainda mais populares que essas competições eram os vários espetáculos teatrais, do drama à pantomima, que preenchiam o calendário romano de eventos.

O exemplo vivo mais impressionante desses monumentos imperiais vem da Idade de Ouro do século II d.C. Trata-se do colossal prédio abobadado chamado de Panteão (que quer dizer “todos os deuses”; ainda não se descobriu a função exata do prédio). Assim como o estádio de Domiciano, o Panteão estava localizado pouco além do centro de Roma, na área conhecida como o Campo de Marte (*Campus Martius*). O imperador Adriano mandou construir o Panteão de 118 a 125 d.C., no local de prédios anteriores destruídos por incêndios. O diâmetro da rotunda é igual (mais de

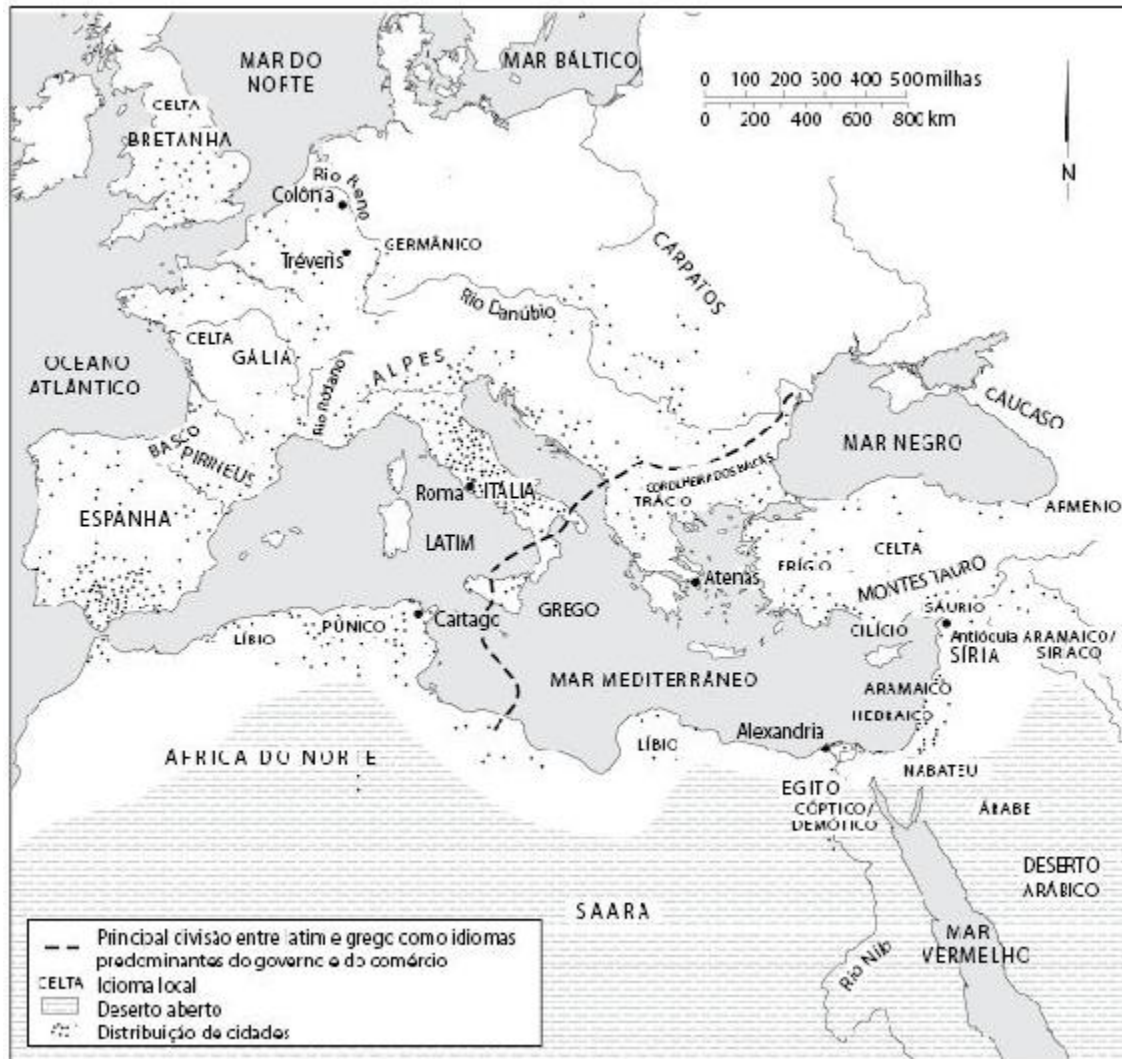
45 metros) à altura do domo, fazendo do espaço interno uma semiesfera perfeita. Ele permanece em boa medida intacto há quase 2 mil anos, porque os engenheiros romanos fizeram a estrutura externa de tijolos muito espessa e entrelaçada. Adriano também construiu uma propriedade deslumbrante para si mesmo na periferia de Roma (hoje perto da cidade de Tívoli), cujos inúmeros quartos, várias estátuas e projeto arquitetônico pretendiam relembrar os monumentos mais famosos do mundo greco-romano que ele vira em suas muitas viagens por todo o Império. Pode-se afirmar, sem dúvida, que também havia várias pinturas, pois essa forma de arte ainda era bastante popular, mas, assim como em toda parte, a passagem do tempo destruiu criações artísticas como pinturas que eram feitas de materiais orgânicos.

Ao financiar tamanha construção colossal, Adriano estava seguindo os passos de seu predecessor no início do século II d.C., o imperador Trajano. General bem-sucedido, Trajano ergueu, em 113 d.C., uma alta coluna esculpida próxima ao Fórum Romano para contar a história de sua guerra contra os dácios (“bárbaros”, como os romanos os chamavam, da fronteira norte do Império ao longo do rio Danúbio). A coluna atingia quase quarenta metros de altura, com uma escada espiral interna esculpida a partir da pedra sólida e, no topo, uma estátua do imperador (mais tarde substituída pela estátua de São Pedro, que permanece até hoje). Uma banda de cenas esculpidas ilustrando preparativos para a guerra, suas batalhas e outros vários detalhes se estende em forma de espiral ao redor da coluna, apresentando, de certo modo, uma tira de filme em pedra para retratar o sucesso do imperador. As imagens oferecem a melhor evidência de como eram os soldados romanos e seus equipamentos.

Essa coluna, o mais bem preservado monumento desse tipo em Roma,

está em uma extremidade do grande fórum também construído por Trajano. Esse vasto espaço público tinha uma arquitetura complexa, inclusive a maior basílica (uma sala de reuniões, sobretudo para processos judiciais) já erguida em Roma. No projeto da basílica com vários andares, havia um teto interno com aproximadamente 25 metros de altura. Erguendo-se ao longo da encosta ao lado do fórum de Trajano estava o conjunto de prédios conhecido como Mercado de Trajano, um labirinto de espaços comerciais construído em três diferentes níveis da rua.

Os aquedutos construídos para levar um suprimento infinito de água potável para a capital constituíam uma categoria de arquitetura que trouxe muitos benefícios para o povo de Roma. O aqueduto mais antigo de Roma foi construído no século II a.C., mas os imperadores aumentaram em muito o suprimento público de água com a construção de canais sobre uma série de arcos que se estendiam por quilômetros e quilômetros para levar água das colinas adjacentes até inúmeras fontes de fluxo contínuo espalhadas por toda a cidade (muitas ainda funcionam até hoje). Aproveitando a ação da gravidade por toda a extensão, os aquedutos produziam uma corrente contínua de água em movimento.



Mapa 8. Línguas faladas no mundo romano

Esse recurso supria a todos em Roma, tanto pobres quanto ricos, com água segura para beber e um fluxo suficiente para encher as piscinas dos banhos públicos e lavar os banheiros públicos. Os imperadores também aprimoraram a provisão de alimentos para a cidade por meio do desenvolvimento contínuo do porto, localizado a oeste de Roma, na costa da cidade de Óstia. Restando alguns prédios preservados com mais de um andar, as ruínas impressionantes da Óstia antiga comprovam a próspera atividade comercial associada aos negócios de importação e exportação no

porto da Roma Antiga.

Diferentemente de Augusto quanto à indignação pelos poemas sexuais de Ovídio, seus sucessores não acreditavam que a literatura escandalosa representasse uma ameaça à ordem social, a qual mantinham com trabalho incessante. No entanto, acreditavam que a lei era essencial. De fato, os romanos se orgulhavam da capacidade de ordenar a sociedade por meio do Direito. Conforme expresso por Virgílio, a missão deles era “estabelecer a lei e a ordem em uma estrutura de paz” (*Eneida* 6.851-853). Os princípios e as práticas que caracterizaram o Direito romano influenciaram a maioria dos sistemas de Direito na Europa moderna. A característica mais marcante do Direito romano era o reconhecimento do princípio da equidade, que significava realizar o que era “bom e justo”, mesmo que, para tanto, a letra da lei tivesse que ser ignorada. Esse princípio levou os pensadores jurídicos a insistir, por exemplo, em que a intenção das partes em um acordo de consentimento mútuo pesava mais do que as palavras do contrato, e que o ônus da prova é do acusador, e não do acusado. O imperador Trajano decretou que ninguém deveria ser condenado com base somente em suspeita, porque era melhor que um culpado saísse impune do que um inocente fosse condenado.

O desejo romano de ordem social levou o sistema de Direito a especificar distinções formais entre as pessoas e a dividi-las em classes, definidas por riqueza e status. Como sempre, as elites constituíam uma parte diminuta da população sob o Império. Somente cerca de um em cada 50 mil tinha dinheiro o bastante para se qualificar à classe senatorial, maior status na sociedade romana, enquanto aproximadamente um em mil pertencia à classe equestre, próximo nível na hierarquia social. Diferentes faixas roxas nas vestimentas anunciavam esses status. A terceira maior

ordem consistia em funcionários públicos locais em cidades provinciais.

Os que estavam à parte da elite social enfrentavam desvantagens mais graves do que um mero esnobismo. Uma antiga distinção que se originara na República entre as “pessoas de mais valor” e as “pessoas mais humildes” se reforçou no Principado; por volta do século III d.C., era reconhecida por todo o sistema do Direito romano. A lei institucionalizou tais distinções porque se acreditava que uma existência ordeira para todos dependia da manutenção dessas diferenças. As “pessoas melhores” incluíam senadores, equestres, curiais e veteranos aposentados do exército. Todo o resto (exceto pelos escravos, que contavam como propriedade, e não como pessoas) compunha o grupo muito mais amplo das “pessoas mais humildes”. Esse segundo grupo, maioria da população, enfrentava a mais séria desvantagem do status inferior em julgamentos: a lei impunha penalidades mais rígidas para eles pelos mesmos crimes. As “pessoas mais humildes” condenadas por crimes capitais eram executadas com regularidade por crucificação ou desmembramento por animais selvagens perante uma multidão de espectadores. As “pessoas melhores” raramente sofriam a pena de morte. Se fossem condenadas, recebiam uma execução mais rápida e digna pela espada. As “pessoas mais humildes” também podiam ser torturadas em investigações criminais, mesmo se fossem cidadãos. Os romanos consideravam tais diferenças justas, alegando que o maior status de alguém refletia um nível mais alto de mérito genuíno. Segundo expresso por Plínio, o Jovem, governador provincial de classe alta, “nada é menos equitativo do que a própria igualdade” (*Cartas* 9.5).

Nada importava mais à estabilidade e prosperidade do Império do que a população continuar a se reproduzir de modo constante e saudável. A preocupação com os filhos, portanto, caracterizava o casamento. Plínio, o

Jovem, certa vez enviou o seguinte relato ao avô de sua terceira esposa, Calpúrnia:

Lamento informá-lo de que a sua neta teve um aborto. Ela é jovem e não percebeu que estava grávida. Por consequência, estava mais ativa do que deveria e pagou um alto preço pela falta de conhecimento, sendo acometida de uma doença grave (*Cartas* 8.10).

Para os romanos, a perda de uma gravidez era não só uma tragédia familiar, mas uma perda para a sociedade.

Sem antibióticos nem técnicas antissépticas de cirurgia, a medicina antiga pouco podia fazer para promover partos saudáveis. Complicações durante e após o parto podiam levar facilmente à morte da mãe, porque os médicos não sabiam curar infecções nem deter sangramentos internos. Eles possuíam instrumentos criados com todo o esmero para cirurgias e exames físicos, mas não sabiam sobre a transmissão de doenças por micro-organismos e estavam totalmente equivocados sobre o processo de reprodução. Os ginecologistas recomendavam, por engano, os dias logo antes e após a menstruação como a melhor época para engravidar. Como na medicina grega, os tratamentos eram basicamente limitados a poções baseadas em vegetais e em outros materiais orgânicos; alguns desses remédios naturais eram eficazes, mas outros, na melhor das hipóteses, eram placebos, como a bebida feita de esterco de javali selvagem fervido em vinagre, com frequência dada a cocheiros feridos em acidentes. Muitos médicos eram homens libertos da Grécia e de outras províncias, geralmente tendo apenas um treinamento informal. As pessoas consideravam as ocupações médicas de baixo status, a menos que o profissional servisse ao imperador ou a outros membros da classe alta.

Assim como em épocas antigas, as meninas costumavam casar no início da adolescência, aumentando o tempo para ter filhos. Uma vez que várias crianças morriam cedo, as famílias tinham de produzir uma prole numerosa para evitar o desaparecimento. A lápide de Vetúria, casada com um soldado aos onze anos, narra uma história típica, neste caso na forma de poema de louvor a ela: “Aqui eu jazo, após viver 27 anos. Mantive-me casada com o mesmo homem por dezesseis anos e tive seis filhos, cinco dos quais morreram antes de mim” (*Corpus Inscriptionum Latinarum* 3.3572 = *Carmina Epigraphica Latina* 558). Embora os casamentos fossem normalmente arranjados entre cônjuges que mal se conheciam, maridos e mulheres podiam desenvolver admiração e amor em uma parceria dedicada à família. O açougueiro Lúcio Aurélio Hérnia ergueu uma lápide para a esposa inscrita com o poema a seguir no qual se imagina que ela fale após a morte:

Viva, me deram o nome de Aurélia Filemácio. Fui casta, modesta, nada sabia sobre a massa, fiel a meu marido. Meu esposo, também liberto como eu, deixei! Ai de mim! Foi mais do que um pai para mim. Acolheu-me em seu peito quando eu tinha sete anos. Aos quarenta, estou nas mãos da morte. Prosperou enquanto eu cumpria diligentemente com o meu dever em tudo (*Corpus Inscriptionum Latinarum* 1.2.1221 = *Inscriptiones Latinae Selectae* 7472).

A ênfase na procriação no casamento trazia vários riscos de saúde à mulher, mas permanecer solteira e sem filhos representava um fracasso social para uma menina romana. Depois que os filhos nasciam, tanto a mãe quanto os criados tomavam conta deles. A mulher que podia arcar com as despesas de uma ajuda especializada de modo rotineiro contratava os

serviços de uma ama de leite para cuidar e amamentar os bebês. Seguindo uma tradição antiga, os romanos continuavam a praticar a exposição (abandonando bebês imperfeitos e indesejados), mais vezes com meninas do que com meninos.

Fontes públicas e privadas faziam o possível para apoiar a reprodução. Os imperadores davam suporte financeiro para crianças cujas famílias eram pobres demais para mantê-las. Os ricos, por vezes, adotavam crianças da comunidade. Um homem norte-africano doou dinheiro suficiente para sustentar trezentos meninos e trezentas meninas por ano até que crescessem. Os diferentes valores atribuídos a crianças do sexo masculino e feminino eram evidentes nesses programas de assistência social: os meninos geralmente recebiam mais auxílio do que as meninas. No final, porém, a intervenção humana mal podia afetar esse que é um dos processos mais essenciais da vida, deixando o Império vulnerável à devastação por epidemias. Assim, não surpreende que os romanos acreditassem que o destino, em última análise, estava nas mãos dos deuses.

8

DE JESUS À CRISE NO INÍCIO DO IMPÉRIO

O Império Romano abrigava muitas formas distintas de religião, da adoração aos vários deuses do politeísmo, passando pelo culto imperial de recente importância, até o monoteísmo do judaísmo. Quase todos acreditavam no poder do divino e em que isso afetava a vida cotidiana, mas havia uma enorme diversidade de crenças e práticas religiosas específicas. Essa variedade aumentou no século I d.C., quando o cristianismo começou como um grupo dissidente do judaísmo na Judeia, onde os judeus tinham permissão de praticar a religião sob o jugo provincial romano. A emergência do cristianismo acabaria sendo a mudança de longo prazo mais significativa para a história do mundo com origem na história da Roma Antiga.

Apenas um grupo de pessoas relativamente pequeno adotou o novo movimento no começo; foram precisos séculos para que os cristãos se multiplicassem. Os crentes na nova fé enfrentavam suspeita e hostilidade constantes. Praticamente todos os livros do Novo Testamento bíblico se referem à resistência encontrada pelos cristãos. O número deles cresceu, mesmo que de modo gradual, à medida que mais pessoas obtinham inspiração das histórias da carreira carismática de Jesus, da crença dos cristãos em seu papel de salvador da humanidade, do senso de missão e dos fortes vínculos de comunidade que desenvolveram. Outra fonte de força foi a inclusão de mulheres e escravos na nova religião, o que permitia atrair

membros da população inteira.

LINHA DO TEMPO (TODAS AS DATAS D.C.)

30: Jesus é executado em Jerusalém.

64: O imperador Nero culpa os cristãos por um enorme incêndio em Roma.

65 (?): Paulo de Tarso é executado em Roma.

112 (?): O governador provincial romano Plínio executa cristãos na Ásia Menor por recusarem o sacrifício ao culto do imperador.

Meados do século II: Imperadores romanos travam guerras contra invasores bárbaros germânicos na fronteira norte do Império na Europa central.

Fim do século II: As profetizas Priscila e Maximila pregam uma mensagem apocalíptica.

193-211: Septímio Severo governa como imperador romano e drena o tesouro imperial para pagar o exército.

203: Perpétua é executada como mártir cristã em Cartago.

212: Caracalla, filho de Septímio Severo, amplia a cidadania romana a quase todos, exceto escravos, a fim de tentar aumentar a arrecadação tributária para o governo.

249 (?): Orígenes escreve *Contra Celso* para refutar as críticas ao cristianismo feitas pelo filósofo Celso.

Meados do século III: O Império está em crise com a guerra civil, invasões bárbaras, dificuldades econômicas e doenças epidêmicas.

260: O imperador Valeriano é capturado na Síria por Sapor I, governante da Pérsia Sassânida.

260-268: O imperador Galiano interrompe os ataques aos cristãos e restaura a propriedade da Igreja.

A nova religião era baseada na vida e nos ensinamentos de Jesus (4 a.C. a 30 d.C.). No entanto, o pano de fundo do cristianismo está na história judaica muito mais antiga. O domínio romano implacável na terra natal de Jesus deixou as pessoas inquietas e as autoridades provinciais ansiosas em relação a rebeliões. Sua carreira, portanto, desenvolveu-se em um ambiente inseguro, sua execução refletiu a propensão romana de eliminar qualquer ameaça percebida à paz e à ordem social. Quando, após a morte de Jesus, seguidores devotos, sobretudo Paulo de Tarso (5 a 65 d.C.), pregaram a

mensagem de que o entendimento da importância de Jesus era a fonte da salvação e disseminaram seus ensinamentos para além da comunidade judaica na extremidade oriental do mar Mediterrâneo para incluir não judeus, o cristianismo deu o primeiro passo em um mundo mais amplo e hostil.

Para os governantes de Roma, o cristianismo apresentava um problema, porque, para eles, parecia colocar o compromisso do indivíduo com a fé acima do valor romano tradicional da lealdade e do serviço público ao Estado. Quando, no século III d.C., uma grave crise política e econômica se abateu sobre o Império, os imperadores responderam da forma tradicional: foram atrás das pessoas cujas ações deviam ter, segundo acreditavam os governantes, provocado a ira dos deuses contra Roma. Os escolhidos para a punição pelos danos causados à comunidade por irritarem os deuses foram os cristãos.

ORIGENS DO CRISTIANISMO

A criação do cristianismo teve raízes profundas na história dos judeus. A experiência sofrida de opressão sob o domínio de outros suscitou a mais difícil pergunta sobre justiça divina: como um Deus justo poderia permitir que os maus prosperassem e os justos sofressem? Quase duzentos anos antes do nascimento de Jesus, a perseguição pelo rei dos selêucidas Antióquio IV (governou de 175 a.C. a 164 a.C.) instigara os judeus a uma longa e sangrenta revolta. A desesperança dessa luta motivou-os a desenvolver a sua versão do apocalipticismo (“revelar o que está escondido”). Segundo essa visão de mundo, poderes malignos, divinos e humanos, controlavam o mundo atual. Esse regime de ódio, no entanto,

logo terminaria, quando Deus e seus agentes revelassem o plano de conquistar as forças do mal enviando um salvador, um “ungido”, para vencer a grande batalha. Um julgamento final viria a seguir, para trazer punição eterna aos maus e recompensa eterna aos justos. O apocalipticismo adquiriu imensa popularidade, sobretudo entre os judeus que viviam na Judeia sob o domínio romano. Com o tempo, inspirou não apenas judeus, mas cristãos e muçulmanos.



Mapa 9. Palestina na era de Jesus.

Anseios apocalípticos estimularam a imaginação de muitos judeus na Judeia no tempo do nascimento de Jesus, por volta de 4 a.C., porque estes não estavam contentes com a situação política sob o jugo romano e discordavam entre si sobre qual forma o judaísmo deveria assumir em tempos tão conturbados. Alguns judeus preferiam se sujeitar aos soberanos, enquanto outros pregavam a rejeição ao mundo não judaico e a sua corrupção espiritual. O governante local dos judeus, instalado pelos romanos, era Herodes, o Grande (governou de 37 a.C. a 4 d.C.). O gosto

extravagante por um estilo de vida grego, que ultrajava a lei judaica, tornou-o impopular entre vários locais, apesar da reconstrução magnífica do lugar mais sagrado para os judeus, o grande templo em Jerusalém. Quando uma década de agitação seguiu-se à sua morte, Augusto puniu os judeus enviando governantes diretamente de Roma para supervisionar os líderes locais e impondo uma alta tributação. Assim, durante a vida de Jesus, sua terra natal se tornara um barril de pólvora prestes a explodir.

Jesus começou a carreira de professor curandeiro da região nativa da Galileia durante o reinado de Tibério (governou de 14 a 37 d.C.). Os evangelhos do Novo Testamento, escritos pela primeira vez entre aproximadamente 70 e 90 d.C., oferecem os relatos mais antigos de sua vida. Jesus nunca escreveu nada, e os relatos que outros fizeram de suas palavras e feitos são variados e controversos. Jesus não ensinava por instrução direta, mas contando histórias e parábolas que desafiavam as pessoas a pensar sobre o que ele queria dizer. Portanto, era cercado de discussões animadas aonde quer que fosse.

Os evangelhos começam a história de seu ministério público com o batismo de João Baptista, que pregava uma mensagem da necessidade de arrependimento antes do julgamento final de Deus sobre o mundo, que chegaria em breve. João foi executado pelo líder judaico Herodes Antipas, filho de Herodes, o Grande, que contava com o apoio dos romanos; Antipas temia que a pregação apocalíptica de João pudesse instigar tumultos.

Após a morte de João, Jesus continuou sua missão proclamando a iminência do Reino de Deus e a necessidade de se preparar espiritualmente para sua chegada. Aceitou a nomeação de messias, mas seu apocalipticismo complexo não pregava a revolta imediata contra os romanos. Em vez disso, revelou que o verdadeiro Reino de Deus não seria encontrado na Terra, e

sim no céu. Ressaltou que a salvação nesse reino era aberta a todos, sem importar o status social ou a aparente iniquidade. Ele acolhia mulheres e pobres, viajando pela zona rural local para disseminar seus ensinamentos. Sua ênfase no amor que Deus tinha pelas pessoas como filhas Dele e na responsabilidade prioritária delas de amar umas às outras era consistente com os ensinamentos religiosos do judaísmo, como na interpretação das Escrituras pelo rabino Hillel (ativo entre 30 a.C. e 9 d.C.).

Judeu instruído que talvez soubesse grego e aramaico, a língua local, Jesus percebeu que precisaria atingir a massa urbana para causar um impacto realmente considerável. Portanto, saiu das aldeias onde começara a carreira e levou a sua mensagem às principais cidades da região. As curas milagrosas e os exorcismos se combinavam a essa poderosa pregação para causar uma comoção. Sua notoriedade atraiu a atenção das autoridades, que automaticamente presumiram que ele aspirava ao poder político. Temendo que Jesus pudesse começar uma rebelião entre os judeus, o governador regional Pôncio Pilatos (governou de 26 a 36 d.C.) ordenou sua crucificação em Jerusalém em 30 d.C., a punição habitual por ameaçar a paz em território governado pelos romanos.

Em contraste ao destino de outros rebeldes suspeitos que foram executados pelos romanos, a influência de Jesus sobreviveu de modo enfático após essa punição. Seus discípulos contaram que Deus o havia milagrosamente ressuscitado entre os mortos e se dedicaram a convencer outros judeus de que ele era o Messias prometido, que logo retornaria para julgar o mundo e anunciar o Reino de Deus. Nesse momento, quem acreditava nisso nem pensava em iniciar uma nova religião. Consideravam-se judeus fiéis e continuavam a seguir os mandamentos da lei judaica.

Houve uma mudança radical com a conversão de Paulo de Tarso, um

judeu ortodoxo com cidadania romana que perseguira aqueles que aceitavam Jesus como o Messias. Após uma visão religiosa que interpretou como revelação direta de Jesus, Paulo tornou-se um crente, ou cristão (seguidor de Cristo), nome dado aos membros do novo movimento. Paulo assumiu a missão de dizer ao maior número de pessoas possível que a aceitação da morte de Jesus como o sacrifício derradeiro pelos pecados da humanidade era a única forma de ser justo perante os olhos de Deus. Os que aceitassem Jesus como divino e seguissem seus ensinamentos podiam esperar a redenção no mundo que viria. Os ensinamentos de Paulo e seu esforço extremo para disseminar essas ideias entre pessoas fora da Judeia levaram à criação do cristianismo como nova religião.

Embora tenha destacado a necessidade do comportamento ético, sobretudo evitando a imoralidade sexual e não cultuando deuses greco-romanos tradicionais, Paulo também ensinou que não havia necessidade de respeitar todas as cláusulas da lei judaica. Em uma tentativa de disseminar o cristianismo fora da comunidade judaica, direcionou os esforços para os não judeus da Síria, Ásia Menor e Grécia. Para facilitar a conversão, não exigia que os homens que entrassem no movimento fossem submetidos ao rito de iniciação judaica da circuncisão. Essa doutrina, junto com ensinamentos de que a sua congregação não precisava observar as restrições alimentares nem os festivais judaicos, levou a tensões com os seguidores de Jesus que viviam em Jerusalém, os quais ainda acreditavam que os cristãos deviam obedecer à lei judaica. Embora Paulo pregasse que os cristãos deviam seguir as regras sociais tradicionais na vida cotidiana do mundo atual, inclusive a distinção entre pessoas libertas e escravos, a controvérsia gerada por suas aparições em muitas cidades nas províncias orientais do Império levou as autoridades romanas a prendê-lo como agitador criminoso e a

executá-lo por volta de 65 d.C.

A missão de Paulo era apenas parte da confusão que afligia a comunidade judaica naquele período. O ódio ao domínio romano finalmente fez com que os judeus se revoltassem em 66, com resultados desastrosos. Depois de derrotar os rebeldes em 70 d.C. em um cerco sangrento que testemunhou a destruição do Templo de Jerusalém por um incêndio, Tito vendeu a maioria da população da cidade como escravos. Sem um templo para servir de centro de rituais ancestrais, os judeus tiveram que reinventar as práticas de sua religião. Como consequência dessa catástrofe, o distanciamento entre o cristianismo e o judaísmo que Paulo começara adquiriu força, dando nascimento a uma religião separada. O impacto que ele teve no movimento pode ser medido pelo número de suas cartas – treze – que foram incluídas na coletânea de 27 escritos cristãos que compõem o Novo Testamento. Os seguidores de Jesus vieram a igualar tais escritos à autoridade da Bíblia judaica, que agora chamavam de Antigo Testamento. Uma vez que professores como Paulo pregavam basicamente nas cidades, onde estava a massa, congregações de cristãos começaram a florescer entre homens e mulheres não judeus, urbanos e de classe média, com um punhado de membros mais ricos e mais pobres. Tanto mulheres quanto homens podiam exercer cargos nessas congregações. Em verdade, o primeiro chefe de uma congregação, conforme atestado no Novo Testamento, foi uma mulher.

DESAFIOS PARA UMA NOVA RELIGIÃO

O cristianismo precisou superar sérios desafios para se tornar uma nova religião separada do judaísmo. Para os imperadores, os cristãos eram

instáveis e irritantes. Já que, diferentemente dos judeus, os cristãos seguiam uma nova fé, em vez de uma religião tradicional transmitida pelos ancestrais, não gozavam de tratamento especial sob o Direito romano. Por tradição, os romanos respeitavam costumes e crenças diferentes se fossem antigos, mas tinham uma desconfiança enorme de qualquer credo novo. Os romanos também menosprezavam os cristãos porque Jesus, o salvador divino, fora crucificado como criminoso pelo governo. Os rituais de adoração dos cristãos também despertavam hostilidade, pois levavam a acusações de canibalismo e promiscuidade sexual, em decorrência do ritual cristão de comer o corpo e beber o sangue de Jesus durante o rito central, o qual chamavam de ágape. Em suma, pareciam ser uma ameaça perigosa à ordem social tradicional. Oficiais romanos, suspeitando da subversão política dos cristãos, podiam processá-los por traição, sobretudo por se recusarem a participar do culto imperial.

Fazia sentido aos oficiais romanos, portanto, culpar os cristãos por catástrofes públicas. Quando boa parte de Roma queimou em 64 d.C., Nero puniu-os por incêndio culposos. Conforme Tácito relata (*Anais* 15.44), Nero fez com que cristãos fossem “cobertos com a pele de animais selvagens e atacados por cães até a morte ou amarrados a cruzes e incendiados para gerar iluminação à noite”.

Por ironia, a dureza dessa punição gerou compaixão da população de Roma em relação aos cristãos. Após essa perseguição, o governo agia contra os cristãos apenas de modo intermitente. Nenhuma lei específica proibia a religião deles, mas eram presas fáceis para funcionários públicos, que podiam puni-los em nome da manutenção da ordem pública. A ação de Plínio no cargo de governador provincial na Ásia Menor ilustra a situação desagradável pela qual passaram. Por volta de 112 d.C., ele perguntou a

algumas pessoas acusadas de praticar essa nova religião se eram, de fato, cristãos, conclamando os que admitissem que sim a reconsiderar. Os que a negavam e os que afirmavam não serem mais crentes eram libertados depois de fazer um sacrifício ao culto imperial e amaldiçoar Cristo. Plínio executava quem insistia na fé.



Figura 22. Um mosaico retrata Cristo andando em uma carruagem pelo céu, com raios de luz emanando da cabeça, no estilo das representações tradicionais do deus sol. A arte primitiva cristã muitas vezes adotava modelos das tradições imagéticas da religião greco-romana. Scala/Art Resource, NY.

Do ponto de vista oficial, os cristãos não tinham direito a preservar a religião caso ela criasse transtornos. Conforme evidenciado por uma carta do imperador Trajano a Plínio, no entanto, os imperadores não tinham a política de ir ao encalço deles. Os cristãos só interessavam ao governo quando as autoridades percebiam a sua recusa em participar de sacrifícios

oficiais ou quando os não cristãos reclamavam deles. Os romanos comuns se mostravam hostis em relação aos cristãos basicamente porque temiam que a tolerância deles faria com que a ira dos deuses da religião romana tradicional se abatesse sobre todos. A recusa dos cristãos em participar do culto imperial era o maior motivo de preocupação. Porque negavam a existência dos antigos deuses e as associações divinas do imperador, parecia certo que provocariam os deuses a punir o mundo com catástrofes naturais. Tertuliano (160 a 220 d.C.), um erudito cristão da África do Norte, descreveu esse raciocínio (*Apologia* 40): “Se o rio Tibre transborda ou se o Nilo não inunda; se ocorre uma seca ou um terremoto ou uma escassez de comida ou uma peste, então todos imediatamente gritam: ‘Joguem os cristãos aos leões!’.”

Em resposta à hostilidade oficial, intelectuais como Tertuliano e Justino (100 a 165 d.C.) defendiam sua causa argumentando que os romanos nada tinham a temer dos cristãos. Longe de disseminar imoralidade e subversão, esses escritores insistiam, a religião cristã ensinava um código moral elevado e respeito pela autoridade. Não era uma superstição estrangeira, mas, pelo contrário, a verdadeira filosofia que combinava as melhores características do judaísmo e do pensamento grego e, deste modo, era uma religião adequada ao mundo diverso deles. Segundo assinalou Tertuliano (*Apologia* 30), embora os cristãos não adorassem aos imperadores, “oravam ao Deus verdadeiro por sua segurança. Oramos por uma vida afortunada a eles, um governo seguro, segurança para suas famílias, um exército corajoso, um na ‘escada de cargos’ leal, um povo virtuoso, um mundo de paz”.

A hostilidade oficial aos cristãos teve o efeito oposto ao pretendido de suprimir a nova religião; conforme observado por Tertuliano (*Apologia* 50),

“o sangue dos mártires é a semente da Igreja”. Alguns cristãos viam os julgamentos e as execuções públicos como uma oportunidade de se tornar testemunha (“mártir” em grego) da fé. A firme convicção de que a morte os levaria diretamente ao paraíso permitia enfrentar torturas dolorosas com coragem; alguns até aspiravam ao martírio. Inácio (35 a 107 d.C.), bispo da Antióquia, implorou à congregação de Roma, que estava se tornando a mais importante, para não pedir ao imperador que tivesse misericórdia dele após sua prisão (*Epístola aos Romanos* 4): “Deixai-me ser comida para as feras (na arena), por meio das quais me é possível encontrar Deus”, ele suplicou. “Sou trigo de Deus e sou moído pelos dentes das feras, para encontrar-me como pão puro de Cristo.”

Tanto mulheres quanto homens podiam demonstrar sua determinação de mártires. Em 203 d.C., Vibia Perpétua, rica e com 22 anos de idade, amamentou seu bebê em uma prisão de Cartago enquanto aguardava a execução; ela recebera a pena de morte por se recusar a sacrificar um animal aos deuses pela saúde e segurança do imperador. Uma manhã, o carcereiro a arrastou até a praça principal da cidade, onde havia se formado uma multidão. Perpétua escreveu em um diário o que aconteceu quando o governador local fez uma última tentativa pública de salvar a sua vida:

Meu pai apareceu com o meu filho nos braços, bradando: “Faça o sacrifício; tenha piedade de seu bebê!”. Então o governador disse: “Pense no seu velho pai; tenha piedade de seu filhinho! Ofereça o sacrifício pelo bem-estar da família imperial”. “Eu me recuso”, eu respondi. “Você é cristã?”, perguntou o governador. “Sim.” Quando meu pai não quis desistir de tentar me convencer, o governador ordenou que fosse lançado ao chão e chicoteado com uma vara. Senti pena de meu

pai; parecia que estavam batendo em mim. Tive piedade de sua velhice patética (*Martírio de Santa Perpétua e Felicidade* 6).

A punição de Perpétua foi, então, executada: espetada com os chifres de um touro selvagem e esfaqueada por um gladiador, morreu professando a sua fé. Mais tarde, foi reconhecida como santa. Histórias como a de Perpétua proclamavam a coragem dos mártires em inspirar outros cristãos a enfrentarem a hostilidade dos não cristãos. Ajudavam, também, a atrair novos membros e a modelar a identidade dessa nova religião como fé que dava aos crentes o poder espiritual de suportar um enorme sofrimento.

Os cristãos no século I d.C. esperavam que Jesus retornasse para conduzir o julgamento final sobre o mundo durante a vida deles. Quando essa esperança não foi atendida, por volta do século II, começaram a transformar a religião de uma seita judaica apocalíptica aguardando o fim imediato do mundo em algo que sobreviveria no longo prazo. Para tanto, tiveram que criar organizações com líderes incumbidos de construir conexões entre congregações, trabalhar pela ordem e pela união entre grupos muitas vezes rebeldes e conciliar crenças diversas sobre a nova fé, inclusive desentendimentos sobre a função das mulheres nas congregações.

Era difícil para os cristãos atingir ordem e união, porque discordavam com frequência e impetuosidade sobre aquilo em que deviam acreditar e como deviam viver. As discussões mais acaloradas eram sobre como deveriam seguir o mandamento de Deus de imitar o seu amor por eles amando uns aos outros com brandura e compaixão. Alguns insistiam em que era necessário se retirar do mundo cotidiano para escapar de sua maldade. Outros acreditavam que podiam se esforçar para viver de acordo com os ensinamentos de Cristo e, ao mesmo tempo, conservar o trabalho e a

vida costumeira. Muitos cristãos se perguntavam se podiam servir como soldados sem trair as crenças religiosas, uma vez que o exército participava com regularidade do culto ao patrono. Esse dilema suscitou o problema adicional de saber se os cristãos poderiam continuar sendo súditos fiéis do imperador. Controvérsias sobre tais questões assolavam as várias congregações que haviam surgido por volta do século II em torno do Mediterrâneo, da Gália à África e à Mesopotâmia.

A nomeação de bispos como uma hierarquia de líderes com autoridade para definir e conduzir doutrinas foi o desenvolvimento institucional mais importante para lidar com essa desunião. Tal hierarquia pretendia combater o efeito desagregador das diferentes e conflitantes versões da nova religião e promover a “comunhão” entre as congregações, um valor importante dos primórdios do cristianismo. Os bispos tinham o poder de definir o que era *ortodoxia* (doutrina verdadeira conforme determinada por conselhos deles mesmos) e o que era *heresia* (da palavra grega que significa “escolha privada”). Mais importante ainda, decidiam quem podia participar da adoração, sobretudo da eucaristia, ou ceia do Senhor, que muitos cristãos consideravam necessária para atingir a vida eterna. Exclusão significava perder a salvação. Para todos os fins práticos, as reuniões dos bispos de diferentes cidades constituíam a autoridade final na organização da Igreja. Essa organização vaga foi o início da Igreja Católica.

Os cristãos não conseguiam chegar a um acordo sobre a função que a mulher deveria exercer na Igreja e em sua hierarquia. Nas primeiras congregações, a mulher tinha posição de liderança, uma inovação que aumentou a suspeita de oficiais romanos em relação ao cristianismo. Porém, quando os bispos começaram a ser escolhidos, as mulheres eram geralmente relegadas a posições inferiores. Esse rebaixamento refletia a visão de Paulo

de que, no cristianismo, a mulher devia ser subordinada ao homem; reafirmava, também, a concepção da época de que os escravos deviam se subordinar aos mestres.

Algumas congregações demoraram muito em aceitar esse rebaixamento das fiéis do sexo feminino; as mulheres ainda comandavam posições de autoridade em alguns grupos no século II e III d.C. As profetizas do final do século II Priscila e Maximila, por exemplo, proclamavam a mensagem apocalíptica de Montano de que a Nova Jerusalém logo desceria sobre a Ásia Menor. Os cristãos do século II também podiam encontrar inspiração para mulheres líderes em relatos escritos sobre crentes devotas, como Tecla. Quando jovem, ela rompeu o noivado com um nobre eminente para se unir a Paulo na pregação e fundação de igrejas. A coragem de Tecla desconsiderou a tristeza de sua mãe com a recusa em se casar: “Minha filha, como uma aranha presa na janela pelas palavras daquele homem, é controlada por um novo desejo e uma terrível paixão” (*Atos de Paulo e Tecla* 9). Mesmo quando cargos de liderança eram barrados a elas, muitas mulheres ainda escolhiam uma vida de celibato para servir à Igreja. Esse compromisso com a castidade como prova da devoção à Cristo dava a essas mulheres o poder de controlar o próprio corpo, removendo a sexualidade do controle dos homens. Também concedia status social a elas, sendo mulheres com uma proximidade especial a Deus. Ao rejeitar os papéis tradicionais de esposa e mãe em favor da celebridade espiritual, a mulher cristã celibatária atingia uma medida de independência e autoridade geralmente negadas a ela no mundo externo.

RELIGIÃO TRADICIONAL E FILOSOFIA

Ideias e rituais diversos também caracterizavam o antigo politeísmo da religião greco-romana, assim como a nova fé do cristianismo. Mesmo dois séculos após a morte de Jesus, a grande maioria das pessoas religiosas ainda era politeísta, cultuando inúmeros deuses e deusas diferentes. Algo sobre o qual os politeístas concordavam era que o sucesso e a prosperidade do Império demonstravam que os antigos deuses favoreciam e protegiam a comunidade deles e que o culto imperial contribuía com a segurança.

As crenças e os rituais religiosos da religião tradicional na Roma Antiga serviam para oferecer veneração a todas as divindades que podiam afetar a vida humana e, com isso, conquistar o favor divino para os adoradores e sua comunidade. As deidades iam desde os deuses centrais dos cultos estatais, como Júpiter e Minerva, a espíritos locais que, segundo se acreditava, habitavam florestas, rios e fontes. No século III d.C., os imperadores imitaram os faraós antigos do Egito introduzindo oficialmente a adoração do sol como deidade suprema do Império. Diversos novos e populares cultos religiosos também emergiram, à medida que várias regiões do Império unificavam as tradições. O deus iraniano Mitra desenvolveu um grande séquito entre mercadores e soldados sendo o deus da luz matinal, um herói super-humano que exigia conduta ética e transações honestas dos seguidores. Uma vez que o mitraísmo excluía as mulheres, essa restrição o colocava em desvantagem para expandir o número de membros.

O culto à deusa egípcia Ísis revela melhor como a religião tradicional podia oferecer uma experiência religiosa aos crentes que suscitava fortes emoções pessoais e exigia um modo de vida moral. A adoração de Ísis já havia atraído os romanos na época de Augusto. Ele tentou suprimi-la porque era a religião de Cleópatra, mas a reputação bastante conhecida de Ísis como deusa bondosa e compassiva que se importava com o sofrimento

de cada seguidor fez com que o culto a ela fosse popular demais para ser reprimido. Sua imagem era a de mãe amorosa e, na arte, ela era muitas vezes representada amamentando o filho. Os egípcios até diziam que eram as lágrimas que ela derramava pelo povo faminto que causavam a inundação do Nilo a cada ano e traziam boas colheitas à terra. Uma doutrina central do culto de Ísis se relacionava à morte e ressurreição do marido, Osíris. Ísis prometia aos seguidores uma esperança semelhante de vida após a morte para eles próprios. O culto a ela era aberto a homens e mulheres. Uma pintura de parede preservada, encontrada em Pompeia na Itália, mostra pessoas de raças de pele clara e escura oficiando rituais a ela, o que reflete a diversidade da população do Egito, onde teve origem a sua adoração.

Ísis exigia um comportamento moral dos fiéis. Inscrições publicadas onde todos pudessem ver expressavam os altos padrões dela, fazendo referência às próprias realizações civilizatórias: “Reprimi o governo de tiranos; dei cabo de assassinatos; forcei as mulheres a serem amadas pelos homens; fiz com que o que é certo fosse mais poderoso do que o ouro e a prata” (Burstein, no. 112). O herói do romance de Apuleio, a quem Ísis resgatou de uma vida de dor, humilhação e imoralidade, expressou a intensa alegria após ter renascido espiritualmente pela deusa (*O asno de ouro* 11.25): “Ó guardiã sagrada e eterna da raça humana, que sempre afaga os mortais e os abençoa, preocupas-te com os problemas de míseros humanos com um amor materno doce. Nem o dia nem a noite, nem qualquer momento do tempo jamais passa sem as suas bênçãos”. Outros cultos tradicionais também exigiam que o devoto levasse uma vida justa em termos morais. Inscrições de aldeias na Ásia Menor registram confissões de pecados feitas por pessoas comuns, como transgressões sexuais, para os

quais o deus local impusera penitências severas. Desta forma, a religião politeísta orientava a vida moral deles.

A religião não era o guia exclusivo da vida no Império Romano. Muitas pessoas acreditavam que princípios filosóficos também as ajudavam a compreender a natureza da existência humana e a melhor forma de se viver. O estoicismo, derivado dos ensinamentos do filósofo grego Zenão (335 a.C. a 263 a.C.), era a filosofia mais popular entre os romanos. Os valores estoicos enfatizavam a autodisciplina acima de tudo, e o código de ética pessoal não dava margem à conduta fora de controle. Conforme o autor do século I d.C. Sêneca afirmou em um ensaio moral sobre o controle da própria raiva: “É mais fácil evitar que emoções nocivas penetrem na alma do que controlá-las depois de penetrarem” (*De ira* 1.7.2). O estoicismo ensinava que uma única força criativa incorporando razão, natureza e divindade orientava o universo. Os humanos partilhavam da essência dessa força universal e encontravam felicidade e paciência ao viver de acordo com ela. O imperador Marco Aurélio, em suas *Meditações*, escritas enquanto estava em campanha militar na fria fronteira norte do Império, expressou sem mais palavras a crença estoica de que os homens existem uns para os outros: “Instruí-os, ou então, suporta-os”, ele insistiu (*Meditações* 8.59). Além do mais, salientou repetidas vezes que as pessoas deviam obrigações à sociedade como parte da ordem natural; a conduta de toda pessoa moral precisava refletir essa verdade. O filósofo estoico Musônio Rufo insistia em que esse princípio se aplicasse tanto a mulheres quanto a homens e defendia a educação filosófica para ambos os gêneros.

Outros sistemas de filosofia, sobretudo aqueles baseados no pensamento de Platão (429 a.C. a 347 a.C.), desafiavam os intelectuais cristãos a defenderem a nova fé. Por volta de 176 d.C., por exemplo, Celso publicou

um ataque abrangente sobre o cristianismo que refletia suas ideias como seguidor de Platão. Seu ensaio *Da doutrina verdadeira* revelava o que cristãos instruídos sabiam sobre a nova fé e os diversos motivos que tinham para rejeitá-la. Como mostram seus argumentos, tinham dificuldade em entender as ideias básicas da crença cristã nesse período, sem mencionar a diversidade de versões “ortodoxas” e “heréticas” conflitantes. Na crítica que fez do cristianismo, Celso não deu atenção às acusações de conduta imoral e perversa pelos cristãos, embora esse tipo de difamação tivesse se tornado comum. Em vez disso, concentrou-se em argumentos filosóficos, como a insistência platônica na imaterialidade da alma em contraste com a crença cristã na ressurreição corporal no Dia do Julgamento. Em suma, Celso acusava os cristãos de deficiência intelectual, em vez de imoralidade.



Figura 23. Esta estátua romana retrata Ísis, a deusa egípcia cujo culto se tornou extremamente popular no Império; ela está segurando objetos utilizados em sua adoração. Os devotos a estimavam por ser fonte de salvação e proteção – uma mãe bondosa e carinhosa com poderes divinos. Marie-Lan Nguyen/Wikimedia Commons.

A obra de Celso atingiu grande notoriedade como um desafio formidável ao cristianismo em termos intelectuais e filosóficos. Sua influência foi tão forte e duradoura que mesmo setenta anos depois um conhecido professor e filósofo, Orígenes (185 a 255 d.C.), compôs uma obra intitulada *Contra Celso* (*Contra Celsum*) para refutar os argumentos de Celso. Orígenes insistia em que o cristianismo era verdadeiro e superior à filosofia tradicional como guia de uma vida correta.

Por volta da mesma época, no entanto, a crença religiosa tradicional

atingiu sua formulação mais intelectual nas obras de Plotino (205 a 270 d.C.). A filosofia espiritual de Plotino, chamada de neoplatonismo porque desenvolveu novas doutrinas com base na filosofia de Platão, influenciou muitos cristãos cultos, bem como fiéis tradicionais. As doutrinas religiosas do neoplatonismo voltaram a atenção para a ânsia humana em retornar ao Bem universal abstrato do qual derivava a existência humana. Ao se afastar da vida do corpo por meio da busca intelectual da filosofia, a alma individual podia ascender ao nível da alma universal. Desta forma, os indivíduos podiam se unir ao todo que expressava o verdadeiro significado da existência. Essa união mística com o que os cristãos viriam a chamar de Deus só podia ser atingida por meio de autodisciplina exaustiva em moralidade pessoal, assim como na vida intelectual. A ênfase do neoplatonismo na pureza espiritual concedia a ele um forte apelo.

Estoicismo, a adoração de Ísis, neoplatonismo – todas essas manifestações da filosofia e da religião tradicionais competiam com o cristianismo para oferecer orientação, conforto e esperança para as pessoas nos bons e nos maus momentos. Assim, por volta do século III d.C., a pessoa reflexiva tinha várias opções em que acreditar para ajudá-la a sobreviver às durezas da vida antiga. A seriedade da competição por partidários entre esses diferentes sistemas de crença se reflete na ênfase crescente na complexa história da religião, sobretudo do cristianismo, encontrada nas fontes que sobreviveram até hoje.

CRISE NO SÉCULO III d.C.

A vida ficou muito mais difícil para vários romanos em todo o Império no século III d.C. Algumas regiões sofreram menos do que outras, mas

inúmeros desastres se combinaram para criar uma crise para o governo e a sociedade. As invasões que estrangeiros vinham executando há muito tempo nas fronteiras norte e leste forçaram os imperadores a ampliar o exército, mas a maior necessidade de pagamento aos militares e de suprimentos prejudicou as finanças imperiais porque, sem mais conquistas bem-sucedidas, o exército se tornara uma fonte de fluxo de caixa negativo, em vez de positivo, para o tesouro. A economia não militar não se expandiu o suficiente para gerar receitas que fizessem a diferença. Em suma, a necessidade que os imperadores tinham de receita crescera com mais rapidez do que a base fiscal do Império. Essa discrepância fomentou uma crise na defesa nacional, uma vez que os esquemas desesperados dos imperadores para arrecadar dinheiro a fim de pagar e equipar as tropas danificaram a economia e erodiram a confiança pública na segurança do Império. A inquietação que se sucedeu incentivou generais ambiciosos a repetir os crimes que haviam destruído a República, levando exércitos pessoais a tomarem o poder. A guerra civil mais uma vez assolava Roma, durando décadas em meados do século e desestabilizando o sistema de governo do Principado.

Imperadores preocupados com a defesa nacional vinham conduzindo campanhas para repelir invasores desde o reinado de Domiciano no século I d.C. Os invasores mais agressivos eram bandos germânicos pouco organizados que muitas vezes atravessavam os rios Danúbio e Reno, vindos do norte, para saquear as províncias daquela região. Esses invasores começaram a realizar ataques que causaram estragos durante o reinado de Antonino Pio (138 a 161 d.C.) e, a partir de então, aumentaram a pressão no governo de Marco Aurélio (161 a 180 d.C.). Lutas constantes contra o exército romano permitiram a esses bandos de guerreiros originalmente

desorganizados desenvolver uma forte coesão militar. Essa mudança os tornou muito mais eficazes e consolidou a base para os enormes desafios militares que, mais tarde, apresentariam ao Império Romano nos séculos IV e V.

Respeitando o grande espírito combatente dos guerreiros germânicos, os imperadores começaram a contratá-los como soldados auxiliares para o exército romano, estabelecendo-os nas fronteiras para conter outros invasores. Esse recrutamento de soldados estrangeiros veio a se tornar um dos principais recursos na defesa nacional; uma das consequências indesejadas foi permitir que os alemães conhecessem o comparativo conforto e prosperidade da vida romana no dia a dia. Esse desenvolvimento, ao longo do tempo, aumentou a tendência desses “bárbaros” desejarem permanecer no território do Império para sempre. Essa tendência, por sua vez, desencadeou um padrão de mudança no longo prazo que, por fim, alteraria a forma e a estrutura do Império de modo definitivo, sendo mesmo um prenúncio dos contornos territoriais dos Estados-nação da Europa moderna.

Os imperadores tentavam conter a ameaça crescente de invasão ampliando o número de soldados regulares e auxiliares. Por volta do ano 200 d.C., o exército tinha 100 mil tropas a mais do que na época de Augusto, recrutando talvez até 350 mil a 400 mil homens. Era fundamental garantir o soldo regular para manter esses homens satisfeitos, pois a carreira deles era pedregosa. Com treinamento constante, os soldados tinham de estar em boa forma para carregar equipamentos de quase vinte quilos por até 35 quilômetros em cinco horas, atravessando rios a nado no caminho. Uma vez que, na marcha, construíam um acampamento fortificado por noite, era preciso transportar com eles para todo lugar que fossem todo o

material necessário de uma cidade cercada por um muro de madeira. Conforme relatado por um escritor depois de ver soldados romanos em ação, “a infantaria pouco diferia de mulas de carga carregadas” (Josefo, *A guerra dos judeus* 3.95). Uma quantidade enorme de suprimentos era necessária para manter o exército. Em um forte temporário de uma área fronteiriça, arqueólogos encontraram um suprimento de um milhão de pregos de ferro – equivalente a dez toneladas. O mesmo acampamento exigia 28 quilômetros de tábuas e toras para os prédios e as fortificações. Equipar uma única legião de 5 a 6 mil homens com barracas exigia o couro de 54 mil bezerros.

Para piorar ainda mais as coisas, a inflação fez os preços subirem. Uma das principais causas de inflação no início do Império pode ter sido, por ironia, o longo período de “paz romana”, que promoveu uma maior demanda da produção relativamente estática de produtos e serviços da economia. Ao longo do tempo, alguns imperadores responderam a preços inflacionados adulterando a forma mais importante de dinheiro oficial – as moedas de prata emitidas em nome do governante. A adulteração da cunhagem envolvia a utilização de menos prata em cada moeda sem reduzir o valor nominal, a fim de refletir a quantidade mais baixa de metal precioso e, portanto, o valor intrínseco menor do dinheiro. Com essa técnica, os imperadores esperavam gerar mais dinheiro a partir do mesmo volume de metal precioso. Essa tentativa de cortar os custos governamentais para a compra de bens e serviços logo se converteu em um fracasso lastimável. Os mercadores, que não foram ludibriados, simplesmente subiram os preços para compensar a perda de valor da moeda adulterada, levando à hiperinflação de preços. Por volta do final do século II d.C., essas pressões haviam imposto um déficit permanente no balanço comercial do Império.

Ainda assim, os soldados exigiam que seus patronos, os imperadores, os pagassem bem. Estava armado o palco para uma crise financeira de grandes proporções no governo imperial.

O imperador Septímio Severo (145 a 211 d.C.) e seus filhos Caracala e Geta deram o impulso final à catástrofe. Esses imperadores da família severiana drenaram os cofres públicos de forma irreversível para satisfazer ao exército. Ademais, a rivalidade sanguinária dos filhos entre si e os gastos inconsequentes desestabilizaram ainda mais o Império. Militar experiente com ancestrais púnicos na grande cidade norte-africana de Léptis Magna (no que hoje é a Líbia), Severo assumiu o poder imperial em 193 d.C. como resultado de uma crise em Roma após o assassinato de Cômodo, filho de Marco Aurélio, e derrotou pretendentes rivais ao poder nos diversos anos de guerra civil. Em uma tentativa de ganhar dinheiro para o exército e glória para a família, Severo perseguiu com vigor o sonho imperial tradicional da conquista estrangeira, lançando campanhas para além das extremidades oriental e ocidental do Império na Mesopotâmia e na Escócia, respectivamente. Infelizmente, essas expedições não trouxeram lucros suficientes para consertar o déficit orçamentário imperial.

Os soldados estavam desesperados, porque a inflação diminuía o valor do salário para praticamente nada após a dedução dos custos de suprimentos básicos e vestimentas do soldo, de acordo com antigas regulamentações do exército. As tropas, portanto, tinham por rotina esperar que os imperadores, seus patronos, fornecessem bônus regulares a elas. Severo gastou grandes quantias para providenciar esse dinheiro e também decidiu melhorar a condição dos soldados no longo prazo, aumentando a taxa regular de pagamento em um terço. O tamanho ampliado do exército fez com que esse aumento fosse maior do que o tesouro poderia suportar e aumentou ainda

mais a inflação. As consequências financeiras calamitosas dessa política militar não preocupavam Severo nem um pouco. O conselho que deu aos filhos no leito de morte em 211 d.C. foi “mantenham boas relações entre vocês, enriqueçam os soldados e não prestem atenção a mais ninguém” (Cássio Dio, *História de Roma* 77.15).

Os filhos de Severo seguiram esse conselho apenas nos últimos dois pontos. Caracala (188 a 217 d.C.) garantiu o governo único para si mesmo assassinando o irmão Geta. O reinado violento e libertino de Caracala encerrou por definitivo a paz e a prosperidade da Idade de Ouro do Império. Ele aumentou o soldo dos soldados em mais quarenta a cinquenta por cento, além de gastar quantias colossais em projetos de construção grandiosos, inclusive os maiores banhos públicos que Roma já vira, estendendo-se por diversos bairros da cidade. Os gastos extravagantes de Caracala impuseram uma pressão insustentável nos funcionários públicos locais das províncias na arrecadação de impostos e nos cidadãos que eram forçados a pagar quantias cada vez maiores. Em suma, ele devastou o orçamento imperial e pavimentou o caminho para a inflação descontrolada nas décadas vindouras.

Em 212 d.C., Caracala adotou a medida mais célebre para tentar resolver a crise do orçamento: concedeu cidadania romana a quase todos os homens e mulheres do Império, exceto os escravos. Uma vez que apenas os cidadãos pagavam impostos sobre herança e taxas para libertar os escravos, mais cidadãos equivaliam a um aumento das receitas, sendo que a maior parte delas era destinada ao exército. Porém, muito nunca era o bastante para Caracala. Pessoas próximas espalhavam o boato de que ele estava insano. Certa feita, quando sua mãe o repreendeu pelos excessos, ele respondeu, sacando a espada: “Não importa, jamais ficaremos sem dinheiro

enquanto eu tiver isto” (Cássio Dio, *História de Roma* 78.10). Em 217, o comandante dos guarda-costas de Caracala o assassinou para se tornar imperador.

Uma combinação de desastres humanos e naturais após o reinado dos imperadores severianos levou ao clímax da crise do século III no Império Romano. Primeiro, a instabilidade política acompanhou as crescentes fraquezas financeiras do governo. Por quase setenta anos em meados do século III d.C., um desfile de imperadores e pretendentes lutou pelo poder. Aproximadamente trinta homens assumiram ou reivindicaram o trono, muitas vezes vários de uma só vez, durante essas décadas de quase anarquia. A única qualificação era a capacidade de comandar tropas e recompensá-las pela lealdade a eles próprios, em vez de ao Estado.

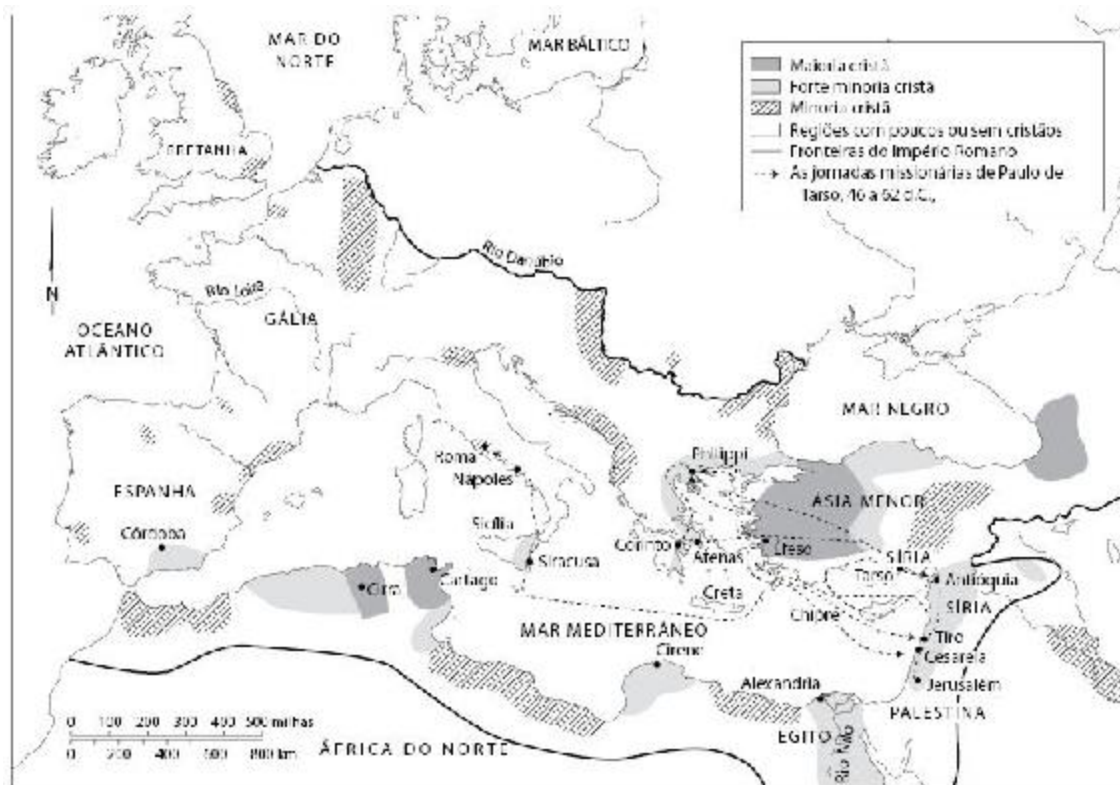
As guerras civis quase constantes de meados do século III cobraram um enorme preço da população e da economia. A insegurança uniu-se à hiperinflação para tornar a vida lamentável em boa parte do Império. A agricultura definhou, pois os agricultores estavam impossibilitados de manter a produção normal em tempo de guerra, quando exércitos combatentes danificavam as plantações em busca de alimento. Membros dos conselhos das cidades enfrentavam demandas cada vez maiores de arrecadação fiscal, exigidas por imperadores que se alternavam com celeridade. A pressão financeira constante destruiu a disposição das elites locais em apoiar as comunidades.



Figura 24. Um camaféu persa exibe Sapor I, um rei sassânida, aceitando a rendição do imperador romano Valeriano em 260 d.C. O Império Sassânida disputava com os de Roma e da China o posto de mais poderoso do mundo daquela época. Marie-Lan Nguyen/Wikimedia Commons.

Inimigos estrangeiros se aproveitavam desse período de crise para atacar, sobretudo vindos do leste e do norte. A prosperidade romana chegou ao fundo do poço quando Sapor I, rei do Império Persa Sassânida, capturou o imperador Valeriano (governou de 253 a 260 d.C.) na Síria em 260 d.C. Mesmo o vigoroso e experiente imperador Aureliano (governou de 270 a 275 d.C.) só conseguia lidar com operações de defesa, como a recuperação do Egito e da Ásia Menor de Zenóbia, a rainha guerreira de Palmira, na Síria. Aureliano também cercou Roma com uma muralha colossal com mais de dezessete quilômetros de comprimento para repelir ataques surpresa de tribos germânicas, que já vinham do norte abrindo caminho a golpes pela Itália. A Muralha Aureliana serpenteava entre as colinas de Roma, em um ponto incorporando um dos monumentos romanos mais idiossincráticos: a pirâmide revestida de mármore que o abastado oficial romano C. Céstio construiu para ser seu túmulo no fim do século I a.C. Partes da Muralha Aureliana e suas torres e portões ainda podem ser vistos pairando bem acima das ruas em vários lugares da Roma moderna, como a

Porta San Sebastiano se abrindo para a Via Ápia.



Mapa 10. Populações significativas de cristãos, fim do século III d.C.

Desastres naturais se somavam à crise quando terremotos devastadores e epidemias virulentas atingiam a região mediterrânea em meados do século. A população entrava em declínio considerável à medida que o suprimento alimentar se tornava menos confiável, a guerra civil matava tanto soldados quanto civis, e a infecção se alastrava por áreas amplas. A perda da população significava menos soldados para o exército, cuja eficiência como força defensiva e unidade militar de segurança provincial interna já se havia deteriorado muito com o caos político e financeiro. Mais áreas fronteiriças do Império, portanto, tornaram-se vulneráveis a ataques, enquanto bandos errantes de ladrões também eram algo cada vez mais comum dentro das fronteiras à medida que as condições econômicas pioravam. Essa

combinação letal de problemas levou o Império à beira do colapso. Por volta dessa época, os romanos mais uma vez tinham uma necessidade desesperada de reajustar os valores e transformar o sistema político para evitar a desintegração do governo e da sociedade.

Crentes da religião romana tradicional explicavam esses tempos terríveis seguindo a tradição: os deuses do Estado estavam zangados. Mas por quê? Uma possibilidade óbvia parecia ser a presença crescente de cristãos, que negavam a existência dos deuses de Roma e se recusavam a participar do culto a eles. Portanto, o imperador Décio (governou de 249 a 251 d.C.) conduziu perseguições violentas e, pela primeira vez, organizadas de forma sistemática para eliminar esse grupo contaminado e restaurar a boa vontade dos deuses. Décio ordenou que todos os habitantes do Império provassem a lealdade ao bem-estar do Estado participando de um sacrifício para seus deuses. Os cristãos que se recusaram foram executados. Apoiando a alegação do novo imperador de ser o defensor dos cultos de proteção de Roma e da liberdade que os politeístas acreditavam que os rituais ancestrais haviam obtido para Roma, os cidadãos de uma cidade italiana, em uma inscrição pública, louvavam a Décio como o “restaurador dos ritos sagrados e da liberdade” (Babcock 1962). Do outro lado da perseguição, Cipriano, um convertido do paganismo que se tornara bispo de Cartago, conclamava os cristãos para se prepararem ao martírio nas mãos do Anticristo (*Cartas* 55).

Essas perseguições frequentes não interromperam a guerra civil, o fracasso econômico e as doenças que haviam precipitado a crise prolongada do Império. O imperador Galiano (governou de 260 a 268 d.C.) agiu para restaurar a paz religiosa ao Império cessando os ataques aos cristãos e permitindo que os bispos recuperassem propriedades da Igreja que haviam

sido confiscadas. Essa política reduziu as tensões visíveis entre os cristãos do governo imperial pelo restante do século. Por volta da década de 280 d.C., no entanto, ninguém podia negar que o Império estava cambaleando à beira do abismo financeiro e político.

9

DA PERSEGUIÇÃO À CRISTIANIZAÇÃO NOS ANOS FINAIS DO IMPÉRIO

O notável é que o Império estava prestes a ser arrastado de volta à segurança da mesma forma que havia começado: criando uma nova forma de liderança autoritária, desta vez para substituir o Principado, que, por sua vez, havia substituído a República. Quando se tornou imperador (governou de 284 a 305 d.C.), Diocleciano resgatou o Império da crise substituindo o Principado por um sistema de governo mais abertamente autocrático. Como imperador romano, Diocleciano usou o excepcional talento para a liderança para estabelecer a autoridade política e militar centralizada. Suas reformas administrativas e financeiras mudaram a forma e as finanças do Império, enquanto a perseguição aos cristãos não evitou que a nova fé se tornasse a religião oficial do Império Romano no século IV d.C., época em que a história romana atinge o período cronológico que os historiadores modernos costumam chamar de “Império tardio”.

A conversão do imperador Constantino ao cristianismo no início do século IV d.C., de forma compreensível, é vista como um divisor de águas na história de Roma. Ele pôs o império em um caminho gradual rumo à cristianização, o que significava o reconhecimento formal da nova religião tanto como a religião oficial do Estado quanto a da maioria da população. O processo de cristianizar o Império Romano foi lento e tenso, uma vez que a

política de tolerância religiosa de Constantino não convenceu as pessoas de que era errado – e, portanto, perigoso – adorar deuses diferentes dos delas. Os cristãos pensavam que os crentes tradicionais eram idólatras ateus; os crentes tradicionais temiam que os cristãos ameaçassem a boa vontade dos deuses dos cultos oficiais do Estado, que, segundo eles, protegiam o Império.

LINHA DO TEMPO (TODAS AS DATAS D.C.)

284-306: Diocleciano, na função de imperador romano, estabelece o Dominato, encerrando a crise política do século III.

285: Antônio torna-se monge cristão e vive só no deserto egípcio.

301: Diocleciano impõe controles de preço e salário em uma tentativa fracassada de controlar a inflação.

303: Diocleciano começa a Grande Perseguição dos Cristãos para tentar restaurar a “paz dos deuses”.

306-337: Constantino governa como imperador romano.

312: Constantino vence a batalha da Ponte Mílvia em Roma e se autoproclama cristão.

313: Constantino anuncia uma política de tolerância religiosa.

321: Constantino transforma o domingo em dia do Senhor.

324-330: Constantino constrói uma nova capital, Constantinopla (atual Istambul), no local da antiga Bizâncio.

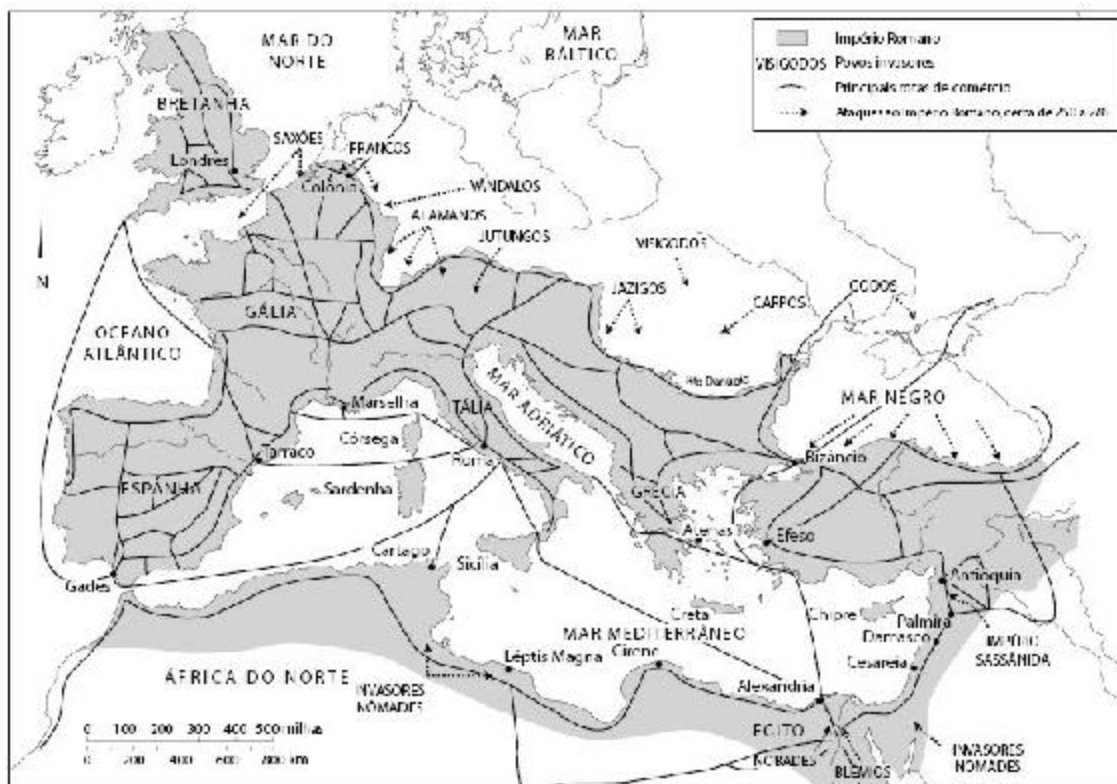
325: Constantino preside o Concílio de Niceia para tentar encerrar disputas sobre a doutrina cristã.

349: Conclusão da Basílica de São Pedro em Roma.

361-363: O imperador Juliano tenta (e não consegue) reestabelecer o politeísmo tradicional como principal religião do Estado.

382: O Altar da Vitória é removido do Senado em Roma.

386: Augustino converte-se ao cristianismo.



Mapa 11. O Império Romano na crise do século III d.C.

391: O imperador Teodósio torna o cristianismo a religião oficial, banindo os sacrifícios pagãos com sucesso.

415: O filósofo pagão Hipátia é assassinado por cristãos em Alexandria.

RESGATE DO IMPÉRIO

Ninguém poderia ter previsto a espetacular carreira imperial de Diocleciano: ele começou como militar sem instrução da região acidentada da Dalmácia, nos Bálcãs. Coragem e inteligência o propeliram pelas posições hierárquicas até que, com o apoio do exército, foi reconhecido como imperador em 284 d.C. Encerrou a crise do século III d.C. impondo o sistema de governo mais autocrático que o mundo romano já vira.

Contando com o apoio dos militares, fez com que fosse reconhecido formalmente como *dominus* (“mestre”, o termo usado pelos escravos para

se referirem aos donos), em vez de “primeiro homem”. Por esse motivo, os historiadores chamam de Dominato o sistema de governo imperial romano a partir de Diocleciano. O sistema do Dominato de autocracia escancarada – os governantes reivindicavam e exerciam poder absoluto de modo aberto – eliminava qualquer pretensão de autoridade compartilhada entre o imperador e a elite romana. Senadores, côsules e outros traços de tradições da República ainda existiam – inclusive o nome “República” para o governo –, mas esses costumes de tempos antigos foram mantidos apenas como fachada de legitimidade política tradicional ao novo sistema autocrático. Os imperadores do Dominato escolheriam cada vez mais os funcionários imperiais entre as camadas menores da sociedade, de acordo com a competência e a lealdade ao governante, em vez de empregar automaticamente administradores do alto escalão com origem na classe alta.

Sendo “mestres”, os imperadores desenvolveram novas formas de exibir a supremacia. Abandonando o precedente aberto por Augusto de vestir roupas simples e cotidianas, os governantes do Dominato usavam vestes com joias, coroas deslumbrantes e se cercavam de cortesãos e cerimônia. Para mostrar a diferença entre o “mestre” e as pessoas comuns, uma série de véus separava as salas de espera do palácio do espaço interno onde o governante realizava audiências. Os funcionários públicos marcavam o cargo na administração imperial intensamente hierárquica com títulos grandiosos, como “o mais perfeito”, e ostentavam o status com sapatos e cintos especiais. Em termos de estilo e propaganda, a corte imperial do Dominato mais se assemelhava à do Grande Rei da Pérsia mil anos antes e à do reinado sassânida contemporâneo na Pérsia do que à do primeiro imperador romano. Seguindo um antigo costume persa, as pessoas em busca de favores do “mestre” tinham de se jogar a seus pés como escravos e

beijar a bainha incrustada de pedras preciosas de suas vestes douradas. A arquitetura do Dominato também refletia a imagem dos governantes como autocratas todo-poderosos. Quando Diocleciano construiu um banho público em Roma, ofuscou seis rivais com abóbadas e domos altivos ocupando um espaço com mais de novecentos metros de comprimento em cada lado.

O Dominato também desenvolveu uma estrutura teológica para legitimar o governo. A linguagem religiosa foi utilizada para marcar o status especial do imperador acima de todos os demais. O título *et deus* (“e Deus”), por exemplo, podia ser acrescentado a “mestre” como marca de homenagem suprema. Diocleciano também adotou o título *Jovius*, proclamando-se descendente de Júpiter (Jove), o principal deus romano. Quando, duzentos anos antes, o imperador flaviano Domiciano tentou chamar a si mesmo de “Mestre e Deus”, essa exibição de orgulho ajudou a voltar a opinião pública contra ele. Agora, tais títulos eram habituais, expressando o senso de total respeito e admiração que os imperadores esperavam dos súditos e demonstrando que o governo imperial na Terra replicava a hierarquia dos deuses.

Os imperadores do Dominato reafirmavam a autocracia de modo mais agressivo no Direito e nas punições por crimes. A palavra deles tinha força de lei; as assembleias da República não mais operavam como fontes de legislação. Contando com uma equipe pessoal que os isolava do mundo externo, os imperadores poucas vezes pediam conselhos à elite, como haviam feito, por tradição, os governantes anteriores. Além do mais, a preocupação deles em manter a ordem os convenceu a aumentar a gravidade da punição por crimes a níveis brutais. Assim, o imperador Constantino, em 331 d.C., ordenou aos funcionários públicos que

“contivessem as mãos gananciosas”, senão seriam punidos tendo as mãos decepadas pela espada (*Código de Teodósio* 1.16.7). Quem cometesse um crime grave poderia ser amarrado em um saco de couro com cobras e afogado em um rio. Os guardiões de uma jovem que permitiram que um amante a seduzisse receberam a punição de ter chumbo derretido derramado pela boca. As punições eram particularmente severas para o grande segmento da população designado por lei de “pessoas mais humildes”, mas as “pessoas melhores” costumavam escapar ao tratamento mais rígido. Desta forma, a autocracia do Dominato fortaleceu as divisões entre as seções mais pobres e mais ricas da população.

Apesar do sucesso em se tornar autocrata, Diocleciano concluiu que o Império era grande demais para administrar e defender a partir de um centro único. Por conseguinte, subdividiu o governo do Império para tentar mantê-lo unido. Em uma inovação ousada, separou o território imperial em dois com eficiência, criando uma região administrativa no Oeste e outra no Leste. Isso basicamente criou um Império Romano Ocidental e um Império Romano Oriental, embora tal divisão ainda não fosse reconhecida formalmente. A seguir, subdividiu essas regiões em duas, nomeando quatro “parceiros” para um governo de cooperação, cada qual controlando um distrito separado, uma cidade capital e forças militares. Para evitar a desunião, o parceiro mais graduado – neste caso, Diocleciano – servia de imperador e deveria receber a lealdade dos outros três coimperadores. Essa tetrarquia (“governo de quatro pessoas”) pretendia evitar o isolamento do governo imperial em Roma, distante das fronteiras alongadas do Império, onde os problemas sempre estavam à espreita, e impedir a guerra civil por meio da identificação de sucessores de modo ordenado.

A criação das quatro regiões encerrou os mil anos de Roma como a

capital dos romanos. Diocleciano só voltou a visitar a cidade antiga quase vinte anos depois de se tornar imperador. Escolheu as novas capitais das regiões pela utilidade em servirem de postos de comando militar: Milão, no Norte da Itália; Sírmia, próximo à fronteira com o rio Danúbio; Tréveris, na fronteira com o rio Reno; e Nicomédia, na Ásia Menor. A Itália transformou-se em apenas mais uma seção do Império, em pé de igualdade com as outras províncias e sujeita ao mesmo sistema de tributação, exceto por Roma; essa isenção era o último resquício da primazia tradicional da cidade.



Figura 25. Esta escultura mostra os tetrarcas estabelecidos pelo imperador Diocleciano para governar o Império. O tamanho e o estilo semelhantes das representações dos coimperadores simbolizam as ligações estreitas e a harmonia que Diocleciano esperava que seus colegas exibissem.

O resgate do Império conduzido por Diocleciano requeria enormes receitas, dificultadas pela hiperinflação do século III. A maior despesa derivava da expansão do exército em 25 por cento. Ele utilizou o poder como único legislador para ditar duas reformas que pretendiam melhorar a situação financeira: controlar salários e preços e impor um novo sistema de tributação.

As restrições sobre salários e preços resultavam da culpa que Diocleciano atribuía a empresários privados, e não à ação do governo – a adulteração generalizada da cunhagem –, para o nível sem precedente de inflação em várias regiões. Preços inflados faziam as pessoas acumular o que pudessem comprar, o que só servia para empurrar os preços ainda mais para cima. “Rápido, gasta todo o meu dinheiro que tens; compra-me todo tipo de mercadoria a qualquer preço que estiver disponível”, escreveu um funcionário público ao empregado ao descobrir que mais uma desvalorização estava programada (Roberts e Turner vol. 4, p. 9.294, papiro no. 607). Em 301 d.C., Diocleciano tentou conter a inflação impondo um sistema elaborado de controle de salário e de preço nas áreas mais atingidas; a isso chamou de evitar a “injustiça no comércio”. Seu Editio Máximo, que culpava de modo explícito os altos preços pelo que o imperador considerava a ganância ilimitada de exploradores no fornecimento de alimentos, transporte e várias outras coisas, baniu o acúmulo e definia tetos sobre os valores legais que podiam ser cobrados ou pagos por aproximadamente mil produtos e serviços (Frank vol. 5, p. 305-421). O edito logo se tornou ineficaz, no entanto, porque os mercadores e trabalhadores se recusavam a cooperar, e os funcionários públicos se

mostraram incapazes de forçá-los a obedecer às novas regras, apesar da ameaça de morte ou de exílio como punição pelas violações.

A tributação tinha de ser reformada, porque a incapacidade do governo em controlar a inflação tornou praticamente sem valor a cunhagem adulterada do Império e os impostos arrecadados sobre ela. Portanto, só restava uma saída para tentar aumentar a receita: arrecadar mais impostos sobre mercadorias, bem como sobre o dinheiro. Diocleciano, seguido de Constantino, aumentou a tributação “em espécie”, o que significava que mais cidadãos agora tinham de pagar impostos sobre produtos e serviços do que apenas pagar com moeda. Os impostos pagos em moeda continuavam, mas os pagamentos em espécie se tornaram uma fonte mais relevante de receita governamental até o fim do século IV d.C., quando os pagamentos eram cada vez mais comutados por ouro e prata incorruptos, a fim de facilitar a arrecadação de impostos para os funcionários públicos imperiais.

A maior parte dos impostos em espécie servia para sustentar o número ampliado de soldados. Pagamentos em cevada, trigo, carne, sal, vinho, óleo vegetal, cavalos, camelos, mulas e assim por diante forneciam alimento e animais de transporte para o exército. As principais fontes dos pagamentos, cujas quantias variavam em diferentes regiões, eram um imposto sobre a terra, avaliado de acordo com a produtividade, e um imposto de capitação sobre cada indivíduo. Não havia regularidade nesse sistema tributário reformado, porque o Império era grande demais e a administração pequena demais para superar as variações tradicionais locais. Em algumas áreas, homens e mulheres entre doze e 65 anos pagavam o imposto integral, enquanto em outros lugares as mulheres pagavam somente metade da tributação ou eram isentas. Trabalhadores nas cidades talvez pagassem impostos sobre a propriedade e não sobre si mesmos, mas também tinham

de trabalhar sem pagamento, de tempo em tempo, em projetos de obras públicas. As tarefas iam da limpeza dos bueiros municipais ao conserto de prédios deteriorados. Proprietários de negócios urbanos, de lojistas a prostitutas, ainda pagavam imposto em dinheiro. Membros da classe senatorial eram isentos de impostos comuns, mas precisavam pagar tributos especiais.

As reformas financeiras de Diocleciano provocaram consequências sociais negativas, restringindo a liberdade e desgastando valores comunitários entre os cidadãos mais pobres e os mais ricos. Mercadores tinham de violar a lei para obterem lucros e permanecerem em atividade, enquanto o governo impunha restrições cada vez mais sufocantes para promover a arrecadação de impostos. Os imperadores podiam arrochar receitas maiores da população somente se a produção agrícola permanecesse estável, se os trabalhadores mantivessem os empregos e se a elite urbana continuasse a realizar serviços públicos. Portanto, a lei imperial agora forçava o trabalhador a permanecer onde estava e a transmitir a profissão aos filhos. Os agricultores arrendatários (*coloni*) perderam totalmente a liberdade de se mudar da fazenda de um proprietário para outra. O arrendatário, bem como a esposa nas áreas em que as mulheres pagavam impostos, agora estava confinado por lei a trabalhar em um terreno específico. Os filhos eram obrigados a continuar cultivando a terra distribuída para a família para sempre. Ao longo do tempo, várias ocupações consideradas essenciais também se tornaram obrigatórias e hereditárias, desde transportar grãos e assar pães até servir nas forças armadas. As tentativas dos imperadores de aumentar a receita também produziram descontentamento social desestabilizador entre os cidadãos mais pobres. Quando a alíquota fiscal sobre a terra agrícola finalmente

chegou a um terço da produção total, esse fardo intolerável levou a população agrícola rural a uma revolta aberta em algumas áreas, sobretudo na Espanha, no século V d.C.

Os imperadores também decretaram regulamentações opressivas para as classes que possuíam propriedades nas cidades. Por tradição, os homens e algumas mulheres desse nível socioeconômico da elite serviam de *curiais* (membros do conselho municipal não assalariados) e gastavam o próprio dinheiro para sustentar a comunidade. As responsabilidades financeiras variavam da manutenção do suprimento de água à alimentação das tropas, mas a responsabilidade mais onerosa era o pagamento do déficit de arrecadação fiscal. As demandas dos imperadores por cada vez mais receita agora faziam disso um dever opressor, agravando os danos ao bem-estar financeiro dos curiais que a crise do século III pôs em movimento.

Durante séculos, o bem-estar do Império teve, claro, de depender de um suprimento constante de membros imbuídos de espírito público da elite social que ocupavam esses cargos locais essenciais com entusiasmo nas cidades da Itália e nas províncias para conquistar a admiração dos vizinhos. Conforme a pressão financeira aumentava, essa tradição entrou em colapso à medida que as pessoas mais ricas evitavam o serviço público para não ficarem inteiramente desprovidas de meios. Tão corrompida era a situação, que o serviço obrigatório em um conselho municipal se tornou uma das punições para um crime leve. Com o tempo, a fim de impedir que os curiais fugissem às obrigações, a política imperial os proibiu de se mudarem das cidades onde haviam nascido. Precisavam pedir permissão oficial até para viajar. Essas leis deixaram os membros da elite ávidos por ganhar isenções do serviço público explorando conexões sociais para pleitear junto ao imperador, subornando funcionários do alto escalão ou assumindo uma das

ocupações que os libertavam de tais obrigações (forças armadas, administração imperial ou a Igreja). Os *curiais* mais desesperados simplesmente fugiam, abandonando o lar e as propriedades quando não mais suportavam cumprir os deveres tradicionais. Desta forma, as restrições à liberdade individual causadas pela pressão semelhante a um torno para arrecadar mais impostos erodiram os valores comunitários que haviam motivado os romanos abastados por tanto tempo.

RECUPERAÇÃO DA BOA VONTADE DIVINA

Seguindo a tradição romana de encontrar explicações religiosas para os desastres, Diocleciano concluiu que a raiva dos deuses fora a causa da grande crise do Império. Para recuperar a boa vontade divina da qual, acreditavam os romanos, dependia sua segurança e prosperidade, Diocleciano conclamou os cidadãos a seguirem a religião que havia conduzido Roma ao poder e à virtude no passado. Conforme disse em um anúncio oficial: “Por meio da providência dos deuses imortais, homens eminentes, sábios e justos estabeleceram, em sua sabedoria, princípios bons e verdadeiros. É errado opor-se a esses princípios ou abandonar a religião antiga por outra nova” (Hyamson 15.3, p. 131-133).

Esse edito referia-se especificamente aos seguidores de uma seita formada pelo profeta iraniano do século III d.C. Maniquei, mas o cristianismo como nova religião recebia o efeito integral e violento da crença de Diocleciano sobre a causa das dificuldades do Império. Culpando a hostilidade dos cristãos em relação à religião romana tradicional, Diocleciano, em 303 d.C., lançou um ataque pesado sobre eles, conhecido como a Grande Perseguição. Confiscou a propriedade dos cristãos,

expulsou-os de sua administração, destruiu igrejas, ordenou que as escrituras fossem queimadas e executou-os por se recusarem a participar de ritos religiosos oficiais. Como de costume, a política foi aplicada de maneira distinta em diferentes regiões, uma vez que não havia forma eficaz de policiar a ação ou inação de funcionários públicos locais em cumprir as ordens do imperador. No Império Ocidental, a violência cessou após cerca de um ano. No Império Oriental, prolongou-se por uma década. As execuções públicas de mártires eram tão repulsivas que despertaram a simpatia de alguns vizinhos politeístas. A Grande Perseguição, portanto, teve um efeito contrário ao propósito de Diocleciano: solapou a paz e a ordem da sociedade que ele pretendia restaurar com as reformas.

Constantino (governou de 306 a 337), sucessor de Diocleciano, mudou a história religiosa do Império para sempre ao se converter ao cristianismo. Pela primeira vez, um governante romano proclamava abertamente sua aliança com a religião que, mais à frente, acumularia o maior número de seguidores entre todas as religiões mundiais. Um século antes, Abgar VIII, governante do pequeno reino cliente de Osroene, no Norte da Mesopotâmia, se convertera ao cristianismo, mas agora o líder de todo o mundo romano se alinhara à nova fé. Constantino adotou o cristianismo pelo mesmo motivo que Diocleciano o havia perseguido: na crença de que estava obtendo proteção divina para o Império e para si mesmo. Durante a guerra civil que precisou travar para se tornar imperador após Diocleciano, Constantino teve uma visão em um sonho que prometia a ele apoio do Deus cristão. Seu biógrafo, Eusébio, relatou (*Vida de Constantino* 1.28) que Constantino também teve uma visão da cruz de Jesus no céu cercada pelas palavras “com este sinal você conquistará a vitória!”. Quando finalmente derrotou os rivais vencendo a batalha da Ponte Mílvia em Roma em 312

d.C., Constantino proclamou que o poder milagroso do Deus dos cristãos cedera essa vitória a ele. Por conseguinte, declarou-se imperador cristão. Diversos anos mais tarde, para comemorar a vitória, Constantino ergueu o famoso arco que se mantém até hoje próximo ao Coliseu. Para decorá-lo, o imperador ordenou que seções esculpidas fossem anexadas a ele, exibindo seu status supremo se elevando sobre todos os demais. A afirmação de Constantino de que o poder divino estava por trás de sua superioridade era tradicional para os imperadores romanos; a associação desse poder ao Deus cristão era nova.

Após a conversão ao cristianismo, Constantino não declarou ilegal a religião romana tradicional nem fez da fé pessoal a religião oficial. Em vez disso, decretou a tolerância religiosa. O melhor enunciado dessa política sobrevive no chamado Edito de Milão de 313 d.C. (Lactâncio, *Sobre a morte dos perseguidores* 48). Com base nas ideias proclamadas pelo imperador Galiano meio século antes, essa proclamação especificava a livre escolha de religião para todos e fazia referência à proteção do Império pela “mais alta divindade” – um termo impreciso que servia para satisfazer tanto a cristãos quanto a crentes tradicionais. Para Constantino, a tolerância religiosa era a escolha correta para recuperar a boa vontade divina para o Império e também para evitar a agitação social.

Constantino desejava evitar, se possível, a raiva dos crentes tradicionais, pois ainda eram em número muito maior do que os cristãos, mas, apesar disso, fez bastante para promover a fé recém-escolhida. Por exemplo, começou a construção da Basílica de São João de Latrão para que fosse a igreja sede do bispo de Roma, bem como uma basílica enorme dedicada a São Pedro (concluída em 349 d.C. após décadas de construção e um centro de adoração por mais de mil anos, até que fosse derrubada no século XVI

para abrir caminho ao prédio atual). Constantino também devolveu aos cristãos toda a propriedade que fora confiscada durante a perseguição de Diocleciano, mas, para acalmar os não cristãos que compraram as propriedades confiscadas em leilão, o imperador ordenou uma compensação financeira pela perda. Quando, em 321 d.C., Constantino tornou o dia do Senhor uma ocasião sagrada na qual nenhum negócio oficial nem trabalho de manufatura poderiam ser realizados, teve a sagacidade de assegurar que tal dia correspondesse ao “domingo”. Esse nome permitia que os politeístas acreditassem que um dia específico da semana também continuava a homenagear a deidade antiga deles: o sol (domingo, em inglês, é *Sunday*, literalmente o dia do sol). O arco de Constantino reconhecia a função do auxílio divino na vitória, mas não fazia menção específica ao Deus cristão. E quando, entre 324 e 330 d.C., Constantino construiu uma nova capital, Constantinopla, no lugar da antiga Bizâncio (atual Istambul, na Turquia) na foz do Mar Negro, ergueu várias estátuas dos deuses tradicionais na cidade. De forma ainda mais conspícua, respeitou a tradição romana continuando a assumir o cargo antigo de *pontifex maximus* (“pontífice máximo”), que os imperadores vinham ocupando desde Augusto. O imperador Constantino estava empenhado em um malabarismo diligente no que se referia às implicações políticas da nova fé, escolhida publicamente, pois sabia muito bem que os politeístas ainda superavam em número os cristãos na população do Império.



Figura 26. Esta moeda mostra um perfil do imperador Constantino e uma imagem de seu estandarte de batalha exibindo o monograma de Cristo (as letras gregas chi e rho combinadas). Este sinal, o cristograma, perdura como símbolo do cristianismo até os dias atuais. Foto cortesia de Classical Numismatic Group, Inc./www.cngcoins.com.

UMA NOVA RELIGIÃO OFICIAL

Por volta desse período, as evidências da história romana que sobrevivem se tornam muito mais relacionadas ao cristianismo do que antes. Elas demonstram que a cristianização do Império provocou respostas emocionais porque as pessoas comuns se preocupavam com a religião com fervor, o que oferecia a melhor esperança para a salvação pública e privada em um mundo perigoso sobre o qual tinham pouco controle. Nesse ponto,

seguidores da religião tradicional e cristãos compartilhavam algumas crenças semelhantes. Ambos, por exemplo, atribuíam uma função poderosa a espíritos e demônios como influências sempre presentes na vida. Para alguns, parecia mais seguro não rejeitar nenhuma fé. Foi encontrada uma colher de prata usada na adoração do Fauno, o espírito pagão da floresta, com a gravação de um peixe; as letras da palavra “peixe” em grego (ICHTHYS) eram um acrônimo de “Jesus Cristo filho de Deus, o Salvador” (Johns e Potter no. 67, p. 119-121).

A sobreposição de algumas crenças religiosas tradicionais e o cristianismo, no entanto, não mascarou as diferenças ainda maiores entre as crenças de politeístas e de cristãos. Havia debates acalorados sobre a existência de um Deus ou de vários e sobre qual tipo de interesse a divindade (ou divindades) tinha no mundo dos humanos. Os politeístas ainda participavam de festivais e sacrifícios frequentes para muitos deuses distintos. Por que, perguntavam-se, essas ocasiões festivas de adoração não satisfaziam aos anseios que todos tinham por contato pessoal com o poder da divindade?

Igualmente incompreensível para crentes tradicionais era um credo centrado em um salvador que não só fracassara em derrubar o governo romano, como também fora executado como criminoso comum. Os deuses tradicionais, por contraste, concederam um império mundial a seus adoradores. Ademais, apontavam eles, cultos como o da deusa Ísis e filosofias como o estoicismo insistiam em que apenas os puros de coração e mente seriam admitidos em sua irmandade. Os cristãos, por outro lado, buscavam os impuros. Por que, indagavam-se os politeístas, alguém estaria disposto a se associar a pecadores confessos? De qualquer forma, os politeístas sustentavam que os cristãos não tinham direito a alegar que

possuíam a versão exclusiva da verdade religiosa, pois jamais fora encontrada doutrina que oferecesse “um caminho universal para a liberação da alma”, como argumentava o filósofo Porfírio (234 a 305 d.C.) (Agostinho, *A cidade de Deus* 10.32).

O ritmo lento da transformação religiosa revelava como a religião tradicional permanecia forte naquele período, sobretudo nos níveis sociais mais altos. Em realidade, o imperador Juliano (governou de 361 a 363 d.C.) revoltou-se contra o cristianismo de sua família e tentou restaurar o politeísmo como principal religião. Devoto fervoroso, Juliano acreditava em uma deidade suprema correspondente às ideias filosóficas gregas: “Este universo divino e completamente belo, do arco mais alto do céu ao limite mais baixo da Terra, está unido pela providência contínua de Deus, existe sem ter um começo eternamente, e é imperecível para sempre” (*Oração* 4.132C). Porém, a política de Juliano fracassou, pois sua visão religiosa parecia abstrata demais para a maioria das pessoas e sua imagem pública era demasiado pedante. Quando palestrou para um público grande na Antióquia, a multidão zombou de sua barba de filósofo, em vez de ouvir a mensagem que trazia. Mesmo assim, o imperador “apóstata” contava com admiradores, como o oficial do exército de classe alta e historiador Amiano Marcelino, da Antióquia. Ele documentou o reinado repleto de agitação de Juliano em obra detalhada sobre a história de sua própria época, aproveitando-se da experiência pessoal no tribunal e no campo de batalha para dar uma descrição vívida daquela era turbulenta.

Os imperadores cristãos enfraqueceram a religião tradicional removendo aos poucos os privilégios oficiais do politeísmo e o suporte financeiro. Em 382 d.C. houve o gesto carregado de simbolismo de remover o altar e a estátua da antiga deidade Vitória, que permanecera no Senado em Roma por

séculos. O término do pagamento governamental por sacrifícios de animais aos deuses causou ainda mais estragos. Símaco (340 a 402 d.C.), um senador pagão que ocupava o prestigioso cargo de prefeito de Roma, opôs-se ao que considerava um ultraje à tradição romana de diversidade religiosa. Discursando em um último protesto contra a nova ordem religiosa, argumentou: “Cada um tem o próprio modo de vida e de adoração... Não se pode acercar-se de um mistério tão vasto por um único caminho” (*Relatio* 3.10).

O apoio crescente do governo imperial ao cristianismo se combinou aos valores religiosos e sociais para ajudá-lo a conquistar cada vez mais seguidores. Eram atraídos pelo forte senso de comunidade dos cristãos neste mundo, bem como pela promessa de salvação no mundo após a morte. Sempre que viajavam ou migravam nesse período, os cristãos podiam encontrar acolhida na congregação local. A fé também atraía convertidos por meio da ênfase em obras de caridade, como o cuidado aos pobres, às viúvas e aos órfãos. Por volta de meados do século III d.C., por exemplo, a congregação de Roma oferecia suporte a 1.500 viúvas e a outras pessoas em situação de pobreza. A hospitalidade, a camaradagem e a filantropia dos cristãos uns com os outros adquiriam uma importância enorme, porque as pessoas naquela época precisavam depender de amigos e de familiares para obter conselho e ajuda prática. Serviços sociais financiados pelo Estado eram raros e limitados. Para os soldados, agora era confortável se converter e continuar a servir no exército. Antes, os soldados cristãos haviam, por vezes, criado problemas disciplinares renunciando ao juramento militar. Como disse um oficial de infantaria chamado Marcelo na corte marcial em 298 d.C. por se recusar a continuar exercendo seus deveres: “Um cristão que luta por Cristo nosso Senhor não deveria lutar nos exércitos deste

mundo” (*Acts of Marcellus* 4). Assim que os imperadores se tornaram cristãos, no entanto, os soldados podiam justificar o dever militar a eles próprios por servirem aos interesses de Cristo.

O cristianismo substituiu oficialmente o politeísmo tradicional como religião estatal em 391 d.C., quando o imperador Teodósio (governou de 379 a 395 d.C.) obteve sucesso onde seus predecessores fracassaram: proibiu por lei os sacrifícios animais, mesmo que indivíduos privados pagassem por eles. Também rejeitando o título de *pontifex maximus*, tornou a adivinhação pela inspeção das entranhas de animais punível como alta traição e fechou e confiscou todos os templos. Vários altares, entre eles o célebre Partenon em Atenas, logo após foram transformados em igrejas cristãs. Teodósio, porém, não obrigou ninguém a se converter ao cristianismo nem proibiu as escolas não cristãs. A Academia que ensinava a filosofia de Platão em Atenas, por exemplo, continuou por mais 140 anos. Não cristãos competentes, como Símaco, ainda encontravam carreiras públicas sob os imperadores cristãos. Mas os crentes tradicionais agora eram os intrusos em um Império que fora oficialmente transformado em uma monarquia dedicada ao Deus cristão. Adeptos do politeísmo continuaram a existir por muito tempo e a praticar sua religião da melhor forma possível e reservadamente. Era mais fácil fazer isso em locais remotos na zona rural do que em cidades repletas de vizinhos curiosos. Por esse motivo, os cristãos passaram a se referir aos crentes tradicionais como “pagãos” (*pagani*, palavra latina para “interioranos”).

Tensões entre cristãos e pagãos podiam gerar violência, sobretudo quando havia conflito sobre influência política. Em 415 d.C., em Alexandria no Egito, por exemplo, Hipátia, a mais famosa erudita da época e pagã, foi dilacerada em uma igreja por uma turba cristã. Suas palestras

renderam-lhe uma grande reputação de matemática e especialista na filosofia de Platão. A fama concedeu influência a ela junto ao oficial romano encarregado de Alexandria (ele próprio um pagão) e despertou o ciúme de Cirilo, bispo de Alexandria. Corriam boatos de que Cirilo, em segredo, instruiu um subalterno a atizar a massa que assassinou Hipátia (Sócrates, *História eclesiástica* 7.15).

O judaísmo representava um problema especial para os imperadores em um Império oficialmente cristão. À semelhança dos pagãos, os judeus rejeitavam a nova religião do Estado. Por outro lado, os judeus pareciam ter direito a tratamento especial, porque Jesus fora judeu e porque imperadores prévios permitiram aos judeus praticarem sua religião, mesmo após a refundação de Jerusalém como colônia romana por Adriano. Portanto, os imperadores cristãos chegaram a um denominador comum, permitindo a continuação do judaísmo e, ao mesmo tempo, impondo cada vez mais restrições legais a seus seguidores. Por exemplo, decretos imperiais acabaram por proibir judeus de ocuparem cargos públicos, mas exigiam que assumissem o fardo financeiro de *curiais* sem receber o status honrável dessa posição. Além disso, cada judeu tinha de pagar um imposto especial ao tesouro imperial uma vez por ano. Por volta do fim do século VI d.C., a lei impedia judeus de fazer testamentos, receber heranças ou testemunhar no tribunal.

Embora tenham dado início ao longo processo que transformou os judeus em cidadãos de segunda classe na história europeia posterior, essas posturas não incapacitaram sua religião. Sinagogas magníficas continuaram a existir na Palestina, onde ainda viviam uns poucos judeus; a maioria da população fora dispersa entre as cidades do Império e as terras a leste. O estudo acadêmico da lei e da tradição judaicas prosperou nesse período,

culminando na produção dos textos eruditos conhecidos como os Talmuds palestino e babilônico e dos comentários das Escrituras do Midrash. Essas obras de erudição religiosa deitaram as bases da vida e da prática judaicas posteriores.

As contribuições de mulheres ainda eram um fator essencial na força crescente do cristianismo como religião oficial do Estado romano. A exclusão das mulheres da carreira pública – exceto pelas obrigações do cargo curial – as motivou a serem participantes ativas da Igreja. O célebre teólogo cristão Agostinho reconheceu com eloquência o valor da mulher no fortalecimento do cristianismo em uma carta escrita para o marido não batizado de uma mulher batizada: “Ó, vocês homens, que temem todas as responsabilidades impostas pelo batismo! Suas mulheres os superam com facilidade. Castas e dedicadas à fé, é a presença delas em grande número que faz a Igreja crescer” (*Cartas* 2). Algumas mulheres conquistavam fama e status excepcionais cedendo propriedades para a congregação ou renunciando ao casamento para se dedicarem a Cristo. Desta forma, virgens consagradas e viúvas que optavam por não casar novamente se uniam a grandes doadores como mulheres com respeito especial.

O cristianismo também se fortalecia a partir do sucesso contínuo em consolidar uma hierarquia formal de liderança. Nesse ponto, uma organização rígida com base na autoridade de bispos – todos homens – substituíra por completo a estrutura relativamente mais relaxada e mais democrática dos primórdios do cristianismo, na qual as mulheres também eram líderes. Na nova Igreja sustentada pelo Estado, a extensão do poder dos bispos cresceu tanto que veio a se assemelhar – em menor escala, evidente – à dos imperadores. Os bispos do Império tardio governavam seus rebanhos quase como monarcas, determinando a condição de membro e

controlando suas finanças.

Os bispos das cidades grandes – Roma, Constantinopla, Alexandria, Antióquia, Cartago – tornaram-se os líderes mais poderosos entre os colegas. O principal bispo de Cartago, por exemplo, supervisionava pelo menos uma centena de bispos locais nas áreas adjacentes. Conselhos regionais de bispos exerciam autoridade suprema na nomeação de novos bispos e na decisão de disputas doutrinárias que surgiam com frequência cada vez maior.

O bispo de Roma veio a emergir como o líder supremo da Igreja no Império Ocidental. Esse bispo, com o tempo, reivindicou o título de “papa” (de *pappas*, palavra grega para “pai”), que ainda designa o líder da Igreja Católica Romana. Os papas baseavam tal direito a preeminência na passagem do Novo Testamento em que Jesus fala com o apóstolo Pedro: “Tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei a minha igreja... E eu te darei as chaves do reino dos céus, e tudo o que ligares na terra será ligado nos céus, e tudo o que desligares na terra será desligado nos céus” (Mateus 16: 18-19). Como o nome de Pedro em grego e aramaico significa “pedra” e uma vez que ele era visto como o primeiro bispo de Roma, os papas posteriores alegavam que essa passagem conferia autoridade à posição superior deles.

CRENÇA E PRÁTICA NO CRISTIANISMO OFICIAL

O status oficial do cristianismo não trouxe unidade em termos de crença e prática. As disputas se centravam sobre o que constituía ortodoxia, em oposição a heresia. Os imperadores se tornaram a autoridade final para fiscalizar o cumprimento de credos ortodoxos (resumos de crenças) e podiam usar a força para impor acordos quando as disputas ficavam tão

acaloradas que resultavam em desordem ou violência.

Questões teológicas sutis sobre a natureza da Trindade Pai, Filho e Espírito Santo geravam as desavenças mais cáusticas. O arianismo, com origem em Ário de Alexandria (260 a 336 d.C.), gerou um enorme conflito insistindo em que Deus Pai criara Jesus, seu filho, a partir do nada e concedera a ele status especial. Desta forma, Jesus não era coeterno com o Pai, tendo sido criado por ele, e divino não por conta própria, mas porque Deus o tornara assim como seu filho. O arianismo tinha apelo entre as pessoas comuns, porque a subordinação entre pai e filho correspondia às normas da vida familiar. Ário utilizava canções populares para divulgar suas opiniões, e pessoas de todo lugar foram atraídas à controvérsia. “Quando se pede o troco a um comerciante”, um observador comentou ao descrever Constantinopla, “ele dá um sermão sobre o Unigênito e o Ingênito. Se se pergunta o preço do pão, a resposta é que ‘o Pai é superior e o Filho é inferior’; se, em um banho público, pergunta-se ‘A água está pronta para o meu banho?’, o atendente responde ‘o Filho é feito de nada’” (Gregório de Nissa, *Sobre a divindade do Filho e do Espírito Santo* in J.-P. Migne, *Patrologia Graeca* vol. 46, col. 557b).

Vários cristãos ficaram tão inflamados com esse aparente rebaixamento de Jesus que Constantino precisou intervir para restaurar a ordem. Em 325 d.C., ele reuniu 220 bispos para presidir o Concílio de Niceia e resolver a disputa a respeito do arianismo. Os bispos declararam que o Pai e o Filho eram, de fato, feitos “de uma substância” e coeternos. Porém, as crenças cristãs eram tão flexíveis nesse período que Constantino mais tarde mudou de ideia sobre a doutrina duas vezes, e a heresia continuou a existir; muitos dos povos germânicos que vieram depois no Império se converteram ao cristianismo ariano.

As divergências podiam ser complicadas. Nestório, por exemplo, um sírio nomeado bispo de Constantinopla em 428 d.C., insistia em afirmar que Cristo encarnava, paradoxalmente, dois seres distintos, um divino e um humano. A doutrina ortodoxa via Cristo como um ser único com natureza dupla, sendo Deus e homem ao mesmo tempo. Expulsos pela hierarquia da Igreja, os cristãos nestorianos se mudaram para a Pérsia, onde geralmente contavam com o apoio dos governantes não cristãos. Estabeleceram comunidades que ainda perduram na Arábia, na Índia e na China. Da mesma forma, os monofisitas – crentes em uma natureza divina única para Cristo – fundaram igrejas independentes no Egito, na Etiópia, na Síria e na Armênia a partir do século VI d.C.

Nenhuma heresia ilustra melhor a ferocidade das disputas cristãs do que o donatismo. Seguidores de Donato, padre norte-africano do século IV, afirmavam que não podiam readmitir às congregações qualquer membro que houvesse cooperado com autoridades imperiais para evitar o martírio durante a Grande Perseguição de Diocleciano. As sensibilidades atingiram tamanha euforia a ponto de dividir famílias com violência, como nesta ameaça de um filho contra a própria mãe: “Unir-me-ei aos seguidores de Donato e beberei o teu sangue” (Agostinho, *Cartas* 34.3).

Agostinho (354 a 430 d.C.) tornou-se o pensador mais importante no estabelecimento da ortodoxia da Igreja ocidental como verdade religiosa. Filho pagão de mãe cristã e pai pagão da África do Norte, começou a carreira lecionando retórica. Em 386 d.C., converteu-se ao cristianismo sob influência da mãe e de Ambrósio, o poderoso bispo de Milão. Em 395 d.C., Agostinho virou bispo em sua terra natal, mas a reputação adquirida não está na carreira eclesiástica, e sim nos escritos. Nos mil anos seguintes, as obras de Agostinho seriam, junto com a Bíblia, os textos de maior

influência doutrinal no cristianismo ocidental. Ele escreveu tanto sobre religião e filosofia que um erudito posterior declarou: “Mente quem disser que já leu todas as suas obras” (Isidoro de Sevilha, *Carmina* in J.-P. Migne, *Patrologia Latina* vol. 83, col. 1109a).

Agostinho, na obra *A cidade de Deus*, explicou que as pessoas eram desencaminhadas a buscar valor verdadeiro na vida cotidiana porque somente a vida na cidade celestial de Deus possuía significado. A natureza imperfeita da existência mundana exigia a lei e o governo seculares para evitar a anarquia. A doutrina do pecado original – um tópico de debate teológico desde, pelo menos, o século II d.C. – significava que as pessoas sofriam de uma doença moral hereditária que transformava a vontade em força desestabilizadora. Essa corrupção inata, argumentou Agostinho, exigia que os governos aplicassem coerção para suprimir o mal. O governo civil era necessário para impor a ordem moral sobre o caos da vida humana após a humanidade ter caído em desgraça no Jardim do Éden. O Estado, portanto, tinha o direito a obrigar o povo a permanecer unido à Igreja, por meio da força se necessário.

A ordem na sociedade era tão estimada, insistiu Agostinho, que poderia mesmo transformar a prática de natureza nociva da escravidão em fonte do Bem. A punição corporal e a escravização eram males menores do que os distúrbios violentos criados pela desordem. Os cristãos, portanto, tinham o dever de obedecer ao imperador e de participar da vida política. Os soldados, também, precisavam seguir ordens. Tortura e pena de morte, por outro lado, não tinham lugar em um governo moralmente justo. Agostinho também insistiu em que o sexo mergulhava os seres humanos automaticamente no pecado e que a única vida pura era a ascese (uma vida de negação de todos os prazeres corporais). Agostinho sabia, por

experiência pessoal, como isso era difícil: ele revelou em sua obra autobiográfica, *Confissões*, que sentia um profundo conflito entre o desejo sexual e a filosofia religiosa. Durante anos, seguiu os impulsos naturais e fez sexo frequente fora do casamento, inclusive gerando um filho em uma amante. Apenas a reflexão demorada, explicou, concedeu a ele a força interna para comprometer sua futura castidade como cristão.

Agostinho advogava a abstinência sexual como o caminho mais elevado para os cristãos, porque acreditava que a desobediência de Adão e Eva no Jardim do Éden arruinara para sempre a perfeita harmonia original criada por Deus entre a vontade e as paixões humanas. Deus puniu seus filhos desobedientes fazendo do desejo sexual uma força desestabilizadora que jamais poderiam controlar por completo por meio da vontade. Embora reafirmasse o valor do casamento no plano de Deus, Agostinho acrescentou que o intercuro sexual entre cônjuges afetuosos carregava o lembrete melancólico da queda da graça da humanidade. Um casal casado deveria “rebaixar-se com arrependimento” ao dever da procriação, única razão aceitável para o sexo (*Sermões sobre o Novo Testamento* 1.25). Casais casados não deveriam sentir prazer no intercuro, mesmo ao cumprir com a responsabilidade social de produzir crianças.

Essa doutrina elevou a castidade ao nível mais elevado de virtude moral. Nas palavras do erudito bíblico Jerônimo (348 a 420 d.C.), conduzir tal vida imaculada contava como “martírio diário” (*Cartas* 108.32). A renúncia sexual tornou-se sinal de honra, conforme ilustrado pela inscrição na lápide de uma cristã de 39 anos de Roma chamada Simplicia: “Ela não deu importância à produção de crianças, pondo sob os pés as armadilhas do corpo” (*L’Année épigraphique* 1980, no. 138, p. 40). Essa santidade voluntária conferiu à mulher o status para exigir mais privilégios, como

educação em hebraico e em grego para poder ler a Bíblia por conta própria. Por volta do fim do século IV d.C., a importância da virgindade como virtude cristã crescera tanto que as congregações começaram a convocar padres e bispos virgens. Tal demanda representou uma mudança drástica, uma vez que a virgindade fora um estado de castidade que a sociedade romana exigia somente das mulheres, antes do casamento.

A ascese cristã atingiu o ápice no monasticismo. Monges (do grego *monos*, que originalmente significava “único, solitário”) e freiras (do latim *nonna*, usado para se referir a uma mulher mais velha não casada) eram homens e mulheres que se retiravam da sociedade para levar uma vida de extrema autonegação, demonstrando a devoção a Deus. Tanto o politeísmo quanto o judaísmo tinham longas tradições de algumas pessoas vivendo em ascese, mas o que distinguiu o monasticismo cristão foi o número de pessoas que a escolheram e o status heroico que conquistaram. A reputação elevada de monges e freiras cristãos vinha do abandono dos prazeres e dos confortos comuns. Abandonavam famílias e congregações, renunciavam ao sexo, oravam a todo momento, trajavam a forma de vestimenta mais áspera, muitas vezes unissex, e – segundo eles, o mais difícil de tudo – comiam apenas o suficiente para evitar a inanição. A vida monástica era uma luta espiritual constante – esses ascetas religiosos tinham sonhos frequentes com comidas abundantes e deliciosas, mais até do que com sexo.

Os primeiros monges cristãos emergiram no Egito; entre os pioneiros a fazer essa escolha radical de estilo de vida estava um próspero agricultor chamado Antônio (251 a 356 d.C.). Um dia, por volta de 285 d.C., ele abandonou toda a propriedade de forma abrupta depois de ouvir um sermão baseado na advertência de Jesus a um jovem rico para que vendesse todas as suas posses e desse o dinheiro aos pobres (Mateus 19:21). Deixando a

irmã em uma comunidade de virgens, Antônio passou quase todo o resto da vida levando uma existência árida no deserto como ermitão para demonstrar seu heroísmo por Deus, inspirando outros a imitá-lo na escolha dessa vida exigente de privações; mais tarde, foi reconhecido como santo.

O monasticismo tinha vários motivos de apelo, mas, acima de tudo, possibilitava que uma pessoa comum se tornasse herói no sentido religioso tradicional da Grécia antiga (seres humanos com feitos extraordinários que, após a morte, retinham o poder de ajudar os vivos). Tornar-se cristão asceta servia de substituto à glória do martírio, que a conversão de Constantino tornara irrelevante. “Mulheres santas” e “homens santos” atraíam muita atenção com atos de sofrimento devoto. Simeão (390 a 459 d.C.) viveu sobre um pilar alto por trinta anos, pregando às pessoas que se reuniam ao pé de seu poleiro. Os cristãos egípcios passaram a crer que a piedade suprema dos monges e das freiras como heróis vivos garantia a enchente anual do Nilo, dever que já fora associado ao poder mágico dos antigos faraós. Ascetas cristãos com reputações de santidade excepcional exerciam influência mesmo após a morte. Seus restos mortais – partes do corpo ou vestimentas – viravam fontes estimadas de proteção e cura para os adoradores.

Os primeiros monges e freiras viviam sós ou em diminutos grupos isolados, mas, por volta de 320 d.C., comunidades maiores do mesmo sexo se proliferaram ao longo do rio Nilo, de forma que os ascetas cristãos que viviam juntos em grande número podiam incentivar uns aos outros durante a estrada inóspita rumo à santidade heroica. Algumas comunidades monásticas impunham disciplina militar, mas diferiam ao permitir contato com o mundo externo. Outras visavam à autossuficiência total para evitar a interação com o mundo externo. Basílio (“o Grande”) de Cesareia (330 a

379 d.C.), no entanto, deu início à tradição concorrente de que os monges deviam fazer o bem à sociedade. Por exemplo, exigia que os monges realizassem serviço beneficente no mundo externo, como cuidar dos doentes. Essa prática levou à fundação dos primeiros hospitais não militares, anexos aos monastérios.

O nível de asceticismo imposto nas comunidades monásticas também apresentava uma variação considerável. Os seguidores de Martinho de Tours (316 a 397 d.C.), um ex-soldado célebre pelos feitos devotos, organizavam grupos famosos pela aspereza. Um código mais moderado de conduta monástica, porém, exerceu mais influência em tradições posteriores de devoção. Chamado de Regra de São Bento em homenagem a seu criador, Bento de Núrsia, na região central da Itália (480 a 553 d.C.), prescrevia uma rotina diária de oração, leitura das escrituras e trabalho manual. A Regra dividia o dia em sete partes, cada qual com um serviço obrigatório de orações e lições, mas sem missa. O culto exigido para cada parte do dia era chamado de liturgia (literalmente, “obra pública” e, por extensão, os serviços da Igreja). Essa disposição tornou-se a prática padrão. Diferente das regulamentações rígidas do monasticismo egípcio e sírio, o código de Bento não isolava os monges do mundo externo nem os privava de sono, alimento adequado ou roupas quentes. Embora concedesse autoridade total ao abade (o monge chefe), instruía-o a escutar o que cada membro da comunidade, mesmo o monge mais jovem, tinha a dizer antes de decidir sobre assuntos importantes. Ele não tinha permissão de surrá-los por deslizos de disciplina, exceto quando se recusavam a responder à correção. Mesmo assim, o monasticismo era sempre uma existência exigente e adversa. Jerônimo, ele próprio monge em um monastério para homens localizado ao lado de outro para mulheres, certa vez deu o seguinte

conselho a uma mãe que decidiu enviar a filha jovem a uma comunidade monástica:

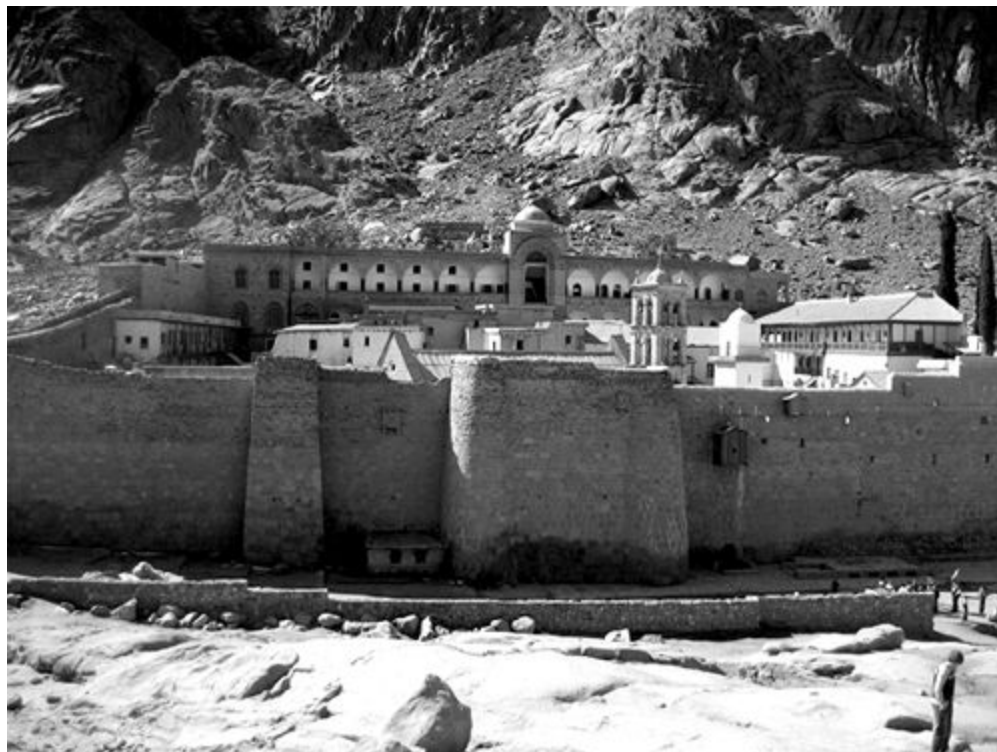


Figura 27. O monastério de Santa Catarina, no Monte Sinai, foi estabelecido no local em que se acredita que Moisés tenha visto a sarça ardente; construído no século VI d.C., ainda está operacional. ccarlstead/Wikimedia Commons.

Que seja criada em um monastério, que viva entre virgens, que aprenda a não blasfemar, que considere a mentira uma ofensa contra Deus, que seja ignorante do mundo, que viva uma vida angelical, enquanto na carne que fique sem a carne, e que suponha que todos os seres humanos são como ela (*Cartas* 107.13).

Quando a menina atingisse a fase adulta sendo virgem, adicionou, deveria evitar os banhos para que não fosse vista nua ou desse ao corpo o prazer de mergulhar em piscinas aquecidas. Jerônimo prometeu que Deus recompensaria a mãe com o nascimento de filhos, em compensação pela

dedicação de sua filha.

No início do século V d.C., muitos adultos também estavam entrando nas comunidades monásticas para fugir às obrigações e às restrições sociais. Os pais também davam os filhos às comunidades monásticas para que fossem criados como oferendas (“oblações”) a Deus e, por vezes, para escapar aos encargos práticos e às despesas da criação e educação de um filho. Homens adultos evitavam o serviço militar. Mulheres podiam se esquivar das restrições do mundo externo sobre suas ambições e liberdade. Jerônimo explicou bem essa última atração: “[Nós monges] avaliamos a virtude de uma pessoa não pelo gênero, mas pelo caráter, e consideramos merecedores da glória mais alta os que renunciam a status e a riquezas” (*Cartas* 127.5). Essa atitude receptiva ajudou o monasticismo a atrair um fluxo contínuo de adeptos adultos ávidos a servirem a Deus neste mundo de dificuldades e a atingirem a salvação no mundo de bênçãos por vir.

10

MIGRAÇÕES BÁRBARAS E O DESTINO DO IMPÉRIO

O destino político do Império Romano foi para sempre alterado no século IV d.C. Primeiro, Constantino transferiu o centro do governo e do poder imperiais da Itália para o setor oriental do Império. Depois, no fim do século IV d.C., o Império foi separado de modo permanente em duas divisões geográficas, formando um Império Ocidental e um Império Oriental. No Ocidente, migrações de povos germânicos mais tarde transformaram a região social, cultural e politicamente com a substituição do governo provincial romano pelos próprios reinos recém-criados. Esses novos habitantes dentro das fronteiras do Império viviam lado a lado com os romanos, sendo que diferentes grupos mantinham parte das tradições intactas, mas fundiam outros aspectos de suas culturas. A força crescente desses novos regimes na seção ocidental do Império e o consequente enfraquecimento da autoridade romana naquela região no século V d.C. levaram muitos historiadores a se referirem a esses eventos como a “queda do Império Romano”.

Mais recentemente, no entanto, acadêmicos reavaliaram esses desenvolvimentos como uma transformação político-social que ofereceu a base profunda para importantes divisões nacionais que vieram a caracterizar a Europa em épocas muito posteriores. Evitando, em boa parte, os

contratempos causados pelos movimentos dos bárbaros, o Império Oriental teve uma sorte diferente: governando uma população tradicionalmente diversa e que falava muitos idiomas diferentes, continuou a existir por mais mil anos como descendente autoproclamado da Roma Antiga, conservando a literatura que ajudaria a preservar as tradições da antiguidade clássica e permitiria às gerações futuras continuar a aprender com esse passado.

LINHA DO TEMPO (TODAS AS DATAS D.C.)

Fim do século IV: O Império Romano é dividido em seções oriental e ocidental, cada qual governada por um imperador diferente; os ataques dos hunos aterrorizam a Europa Central.

376: Os visigodos imploram ao imperador oriental Valente permissão para entrar no Império Romano, a fim de fugirem dos hunos.

378: Os visigodos derrotam o imperador Valente na batalha de Adrianópolis (na atual Turquia europeia).

404: Honório, imperador no Ocidente, faz de Ravena, na Itália, a capital ocidental, em vez de Roma.

406: Os vândalos invadem o Império Romano na Gália (atual França) e forçam passagem até a Espanha.

410: Os visigodos, liderados pelo comandante Alarico, capturam e saqueiam Roma.

418: O Império Ocidental permite que os visigodos estabeleçam um reino na Gália.

429: Os vândalos se apoderam da África do Norte romana.

455: Os vândalos atacam e saqueiam Roma.

476: Rômulo Augusto, o último imperador romano no Ocidente, é deposto pelo bárbaro Odoacro.

527-565: Justiniano governa como imperador romano oriental e declara guerra contra os reinos germânicos da Europa Ocidental, em uma tentativa de reunir o antigo Império.

529: A Academia de Platão em Atenas é fechada após mil anos.

532: A imperatriz Teodora convence Justiniano a não fugir durante a revolta de Nika em Constantinopla.

538: Justiniano abre a igreja da Sagrada Sabedoria (Hagia Sophia) em Constantinopla.

Década de 540: Uma epidemia dizima um terço da população no Império de Justiniano.

TRANSFORMAÇÃO DO IMPÉRIO OCIDENTAL

A tetrarquia de Diocleciano não durou, mas o princípio da divisão do governo imperial persistiu. Constantino travara uma longa guerra civil no início do reinado para se apossar do governo unificado e aboliu a tetrarquia porque temia “parceiros” desleais fora da própria família. No final de seu reinado, no entanto, ele relutou em admitir que o Império exigia mais de um

governante. Portanto, designou seus três filhos como sucessores conjuntos, na esperança de que pudessem compartilhar o poder para preservar a estabilidade atingida pelas reformas de Diocleciano. Uma rivalidade manchada de sangue entre os irmãos arruinou qualquer possibilidade de manter um império unificado. As forças deles assumiram posições que basicamente dividiram o Império em uma linha norte-sul ao longo da margem ocidental da Península Balcânica e da Grécia. Por volta do fim do século IV d.C., o Império foi, enfim, dividido formalmente em duas seções, cada qual com um imperador. Na superfície, esses governantes cooperavam, mas, em realidade, as metades ocidental e oriental do Império agora se lançavam em histórias separadas.

O distanciamento das metades era evidente, afinal cada uma tinha a própria capital. Constantinopla (“cidade de Constantinopla”), localizada próxima à foz do Mar Negro, tornou-se a capital do Império Oriental depois que Constantino, em 324 d.C., “refundou” a antiga cidade grega de Bizâncio como “Nova Roma”. A cidade foi escolhida pelas possibilidades militares e comerciais: estava em uma península facilmente fortificada, entre as principais rotas de comércio e movimentações das tropas. Para relembrar a glória de Roma e, com isso, reivindicar a legitimidade política conferida pela memória da antiga capital, Constantino agraciou a cidade refundada com um fórum, um palácio imperial, um hipódromo para corridas de bigas e numerosas estátuas dos deuses tradicionais. Os imperadores orientais herdaram a “nova” cidade de Constantino como moradia.

A geografia também determinou o local da capital do Império Ocidental. Em 404 d.C., o imperador Honório (governou de 395 a 423) fez de Ravena, um porto na costa nordeste da Itália, a capital permanente do Ocidente.

Muros e charcos a protegiam contra ataques por terra, enquanto o acesso para o mar evitava que fosse privada de alimentos em um cerco. O novo status de Ravena resultou na construção de igrejas formidáveis com mosaicos multicoloridos deslumbrantes, mas como cidade ela nunca se equiparou a Constantinopla em tamanho ou esplendor. A própria Roma estava agora em um longo declínio que, por fim, a reduziria quase à condição do vilarejo empobrecido em que o antigo lar dos romanos começara tantos séculos antes.

Medo e pobreza motivaram as migrações para o Império Romano dos “bárbaros” do Norte (assim se pareciam aos romanos, em função de idioma, vestimentas e costumes diferentes). Alguns historiadores se recusam a chamar tais movimentos de “migrações”, reservando esse termo para designar movimentos organizados em grande escala de povos que se consideram grupos etnicamente unidos. Os bárbaros germânicos do século IV d.C. que viviam além das fronteiras do Império Romano sem dúvida eram etnicamente diversos e variáveis nos agrupamentos político-sociais, mas, apesar disso, parece razoável se referir à transferência permanente desses grupos de pessoas de uma região para outra como “migrações”. Tais povos migraram pela primeira vez para o território romano na condição de refugiados em busca de outro lugar por estarem amedrontados com os ataques incessantes dos hunos. Ávidos por melhorarem de vida tomando parte da relativa prosperidade do Império, queriam viver na comparativa segurança e conforto que viam predominar nas províncias romanas do outro lado das fronteiras de suas próprias terras. Por volta do fim do século IV d.C., no entanto, o influxo de bárbaros se tornara quase uma inundação, pelo menos aos olhos da administração imperial.

Os imperadores romanos, de modo não intencional, ajudaram a provocar

as migrações bárbaras para o território imperial recrutando um grande número de guerreiros do Norte para ocupar os cargos reduzidos do exército romano em resposta à crise do século III d.C. Mais para o fim do século IV, várias mulheres e crianças se uniram a esses homens nas migrações. Não fizeram invasões planejadas nos mínimos detalhes; em vez disso, fugiam para salvar a vida. Ataques dos hunos forçaram esse povo germânico a abandonar a terra natal tradicional no que hoje é o Leste Europeu, a norte do rio Danúbio. Bandos de homens, mulheres e crianças atravessaram a fronteira romana para o Império em hordas de ocupantes de terras. A perspectiva de sobrevivência deles era baixa, pois não tinham união política ou militar, nenhum plano claro do que fazer e nem mesmo um senso compartilhado de identidade. Contando, na melhor das hipóteses, com uma organização imprecisa, a única ligação possível que eles (ou, pelo menos, alguns deles) tinham em comum era a origem germânica dos diversos idiomas.



Figura 28. O crânio de um bárbaro germânico preserva o estilo de cabelo com topete que servia de marcador de identidade para esse bando. Na sociedade antiga, assim como na atual, o modo como as pessoas se vestiam e penteavam o cabelo era tão importante quanto as vestimentas para manifestar o status social. Bullenwächter/Wikimedia Commons.

Todos esses povos se horrorizaram com a chegada dos hunos, guerreiros célebres pela ferocidade que apareceram pela primeira vez na história alguns séculos antes como saqueadores promovendo ataques por toda a Ásia Central. Hoje, não há consenso entre os pesquisadores sobre se os hunos posteriores descendiam, como já se acreditou, de grupos invasores chamados de Xiongnu que agitaram as fronteiras do Império Chinês por vários anos antes de serem finalmente expulsos para o Oeste (Sima Qian, Shiji 110). Qualquer que seja a origem exata dos hunos, em meados do século IV d.C. eles chegaram à região da Europa Central ao norte do rio Danúbio e a leste do rio Reno. Aprofundando-se na planície húngara por volta da década de 390, começaram a fazer incursões na direção sul, para os

para criar um império fora do território romano, ao norte do Danúbio. Subjugavam agricultores locais e drenavam o excedente agrícola. O líder mais ambicioso dos hunos, Átila (governou de 440 a 453), ampliou o domínio dos Alpes ao mar Cáspio. Em 452 d.C., Átila conduziu suas forças até os portões de Roma, antes que o papa Leão I pagasse o resgate pela cidade. À época da morte de Átila, em 453 d.C., os hunos perderam a frágil coesão política e logo desapareceram da história como Estado reconhecível. Porém, quando isso aconteceu, os danos já estavam feitos: haviam desencadeado as migrações bárbaras que transformaram o Império Romano Ocidental.

Os primeiros bárbaros germânicos a fugir pela fronteira até o Império Romano vieram a ser chamados de visigodos (“godos do Oeste”). Fragmentados pelos ataques dos hunos, em 376 d.C. imploraram ao imperador oriental, Valente (governou de 364 a 378), que permitisse a eles migrar para os Bálcãs. Os visigodos receberam permissão com a condição de que seus guerreiros se alistassem ao exército romano na defesa contra os hunos. Quando funcionários públicos romanos gananciosos e incompetentes encarregados de ajudar os refugiados acabaram explorando-os para obter lucro, os bárbaros foram enfraquecidos pela fome. Os funcionários até os forçavam a vender alguns de seu próprio povo para a escravidão em troca de cães para comer. Forçados além do limite de tolerância, os visigodos se revoltaram. Em 378 d.C., derrotaram e mataram Valente em Adrianópolis (atual Turquia europeia). Mataram dois terços da força romana, inclusive o imperador, cujo corpo jamais foi encontrado entre as pilhas gigantescas de cadáveres. O sucessor de Valente, o imperador oriental Teodósio I (governou de 379 a 395 d.C.), precisou renegociar o acordo com os visigodos. Suas concessões estabeleceram os termos que outros bandos

migratórios buscariam para si mesmos no futuro: permissão para se assentar de modo permanente no Império, liberdade para estabelecer um reino sob suas próprias leis, pagamentos anuais volumosos do tesouro imperial e – para que os imperadores pudessem salvar as aparências – uma designação de “federados” (aliados) comprometidos em ajudar na proteção do Império.

Percebendo logo que não conseguiriam cobrir os custos desse acordo, os imperadores orientais decidiram salvar a si próprios forçando os recém-chegados rumo ao oeste. Essa se tornou a estratégia permanente do Império Oriental: forçar os bárbaros na direção do Império Ocidental. Os imperadores orientais, portanto, cortavam os subsídios aos refugiados e ameaçavam guerra total a menos que fossem embora. Os visigodos indignados aquiesceram, e nem o Império Ocidental nem os visigodos jamais seriam os mesmos. Em 410 d.C., esses bárbaros abalaram o mundo com a captura de Roma. Aterrorizaram a população. Quando Alarico, comandante dos visigodos, exigiu o ouro, a prata, os bens móveis e os escravos estrangeiros da cidade, os romanos perguntaram: “O que ficará para nós?”. “Suas vidas”, respondeu o general bárbaro (Zósimo, *História nova* 5.40).

Fraco demais para derrotar os invasores, o governo do Império Ocidental, em 418 d.C., concordou com relutância em assentá-los no Sudoeste da Gália (atual França), novamente salvando o orgulho do imperador chamando-os de federados. Lá, para se adaptar às novas circunstâncias, fizeram o que nenhum grupo germânico havia feito: organizaram um Estado. Aos poucos, os visigodos se transformaram de uma sociedade tribal vagamente democrática e etnicamente diversa de invasores e pequenos agricultores em um reino que ocupava o ex-território romano mas com a própria noção de identidade característica, leis escritas e

economia diversificada.

O modelo político que seguiam era o único disponível, a saber, o do governo do Império Romano: monarquia com ênfase em relações de benefício mútuo com a elite social. Os visigodos financiaram o Estado novo assumindo a arrecadação fiscal que o governo romano coletara antes deles. Também forçaram os latifundiários da Gália a pagar aluguel sobre a propriedade privada. Percebendo que o novo sistema era rentável, em um século os visigodos haviam se expandido para a Espanha.

Os romanos podiam ser membros da elite visigótica, embora tivessem que demonstrar respeito pelos patronos bárbaros. Sidônio Apolinário, por exemplo, um nobre da cidade de Lyon (430 a 479 d.C.), certa vez perdeu um jogo de gamão de propósito para o rei visigodo como forma de obter dele um favor. O contato dos visigodos com os romanos ajudou os bárbaros a desenvolver um senso forte de sua própria identidade étnica. Como de costume em afirmações de identidade, vestimentas e cosméticos promoviam essa meta: os visigodos usavam calças e adornavam o cabelo com adereços aromáticos feitos de gordura animal para se distinguirem dos romanos, que vestiam túnicas e usavam loções de azeite de oliva.

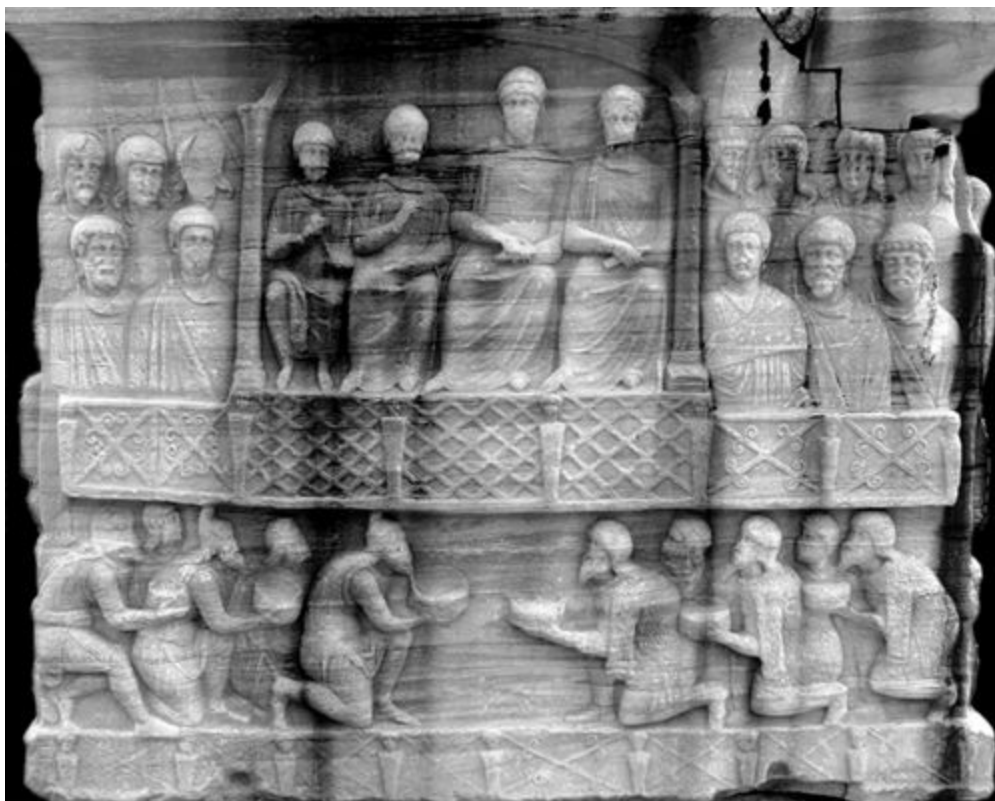


Figura 29. O imperador Teodósio mandou que o representassem nesta coluna entre companheiros da elite, abaixo dos quais suplicam bárbaros bajuladores. Assim como o camafeu exibido na Figura 17, este monumento expressava o status exaltado do imperador e o poder sobre os estrangeiros que ele reivindicava para seus compatriotas romanos. Marsyas/Wikimedia Commons.

As concessões do Império Ocidental aos visigodos incentivaram outros grupos bárbaros a se valerem da força para conquistar território romano e criar novas identidades para si próprios. O mais violento desses episódios começou em 406 d.C., quando o bando conhecido como vândalos, que também fugia dos hunos, atravessou o rio Reno para adentrar em território romano. Esse grupo volumoso abriu caminho pela Gália até chegar à costa espanhola. (A palavra moderna *vândalo*, que significa “destruidor de propriedade”, perpetua a memória da destruição causada.) Em 429 d.C., 80 mil vândalos navegaram até a África do Norte, onde capturaram a província romana, rompendo o acordo de permanecerem federados. Os vândalos causaram privações tremendas para os africanos locais por meio do

confisco de propriedades, em vez de permitir que os proprietários originais pagassem aluguel regular e continuassem trabalhando nas propriedades. Enfraqueceram ainda mais os imperadores ocidentais ao se apropriarem do pagamento de tributos na África, em grão e óleo vegetal, para o governo central. Em 455 d.C., destruíram o símbolo central da glória passada do Império Ocidental com o saque de Roma. Os vândalos também enfraqueceram o Império Oriental quando operaram uma marinha para romper o comércio no Mediterrâneo, sobretudo de suprimentos alimentares.

Pequenos grupos se aproveitaram da desordem causada pelos bandos maiores para se apossarem de partes do Império Ocidental mutilado. Um bando pequeno, porém significativo para a história europeia posterior eram os anglo-saxões. Composto de anglos vindos da atual Dinamarca e de saxões do Noroeste da Alemanha, esse grupo invadiu a Bretanha na década de 440 d.C., depois que o exército romano fora convocado novamente para defender a Itália contra os visigodos. Estabeleceram um reinado na Bretanha arrancando território à força dos povos celtas indígenas e dos habitantes romanos remanescentes. Aos poucos, a cultura anglo-saxã substituiu as tradições locais das regiões orientais da ilha. Os celtas dessa parte da ilha perderam a maioria do idioma e do cristianismo, que sobreviveu apenas no País de Gales e na Irlanda.

Quando os ostrogodos (“godos do Leste”) estabeleceram um reinado na Itália no fim do século V d.C., concluiu-se o processo pelo qual os novos regimes germânicos dividiram o antigo Império Ocidental. A falta de liderança dos imperadores ocidentais ajudou os ostrogodos a dominarem a Itália. Os imperadores do início do século V d.C., como seus predecessores, contrataram inúmeros comandantes do exército germânico para ajudar na defesa da área central romana. Em meados do século V, generais

germânicos, aproveitando-se das lutas pelo poder entre os romanos que concorriam à função de imperador, tornaram-se mediadores com influência política na decisão sobre quem seria imperador. Uma vez que escolhiam o imperador, também podiam destituí-lo, reduzindo o imperador ocidental a um mero fantoche sob controle deles. O último desses romanos desafortunados no trono do Império Ocidental foi um menino chamado Rômulo Augusto, cujo nome lembrava com estranheza tanto o fundador de Roma quanto seu primeiro imperador. Em 476 d.C., após uma disputa a respeito de pagamento, o comandante germânico Odoacro depôs Rômulo Augusto, mas, apiedando-se de sua juventude, deu a ele uma pensão para viver em exílio próximo a Nápoles. Odoacro nomeou a si mesmo rei independente, encerrando formalmente o período de cinco séculos de imperadores de etnia romana no Império Ocidental. Portanto, ocorrera, por fim, a “queda” do Império Romano (Ocidental) no sentido político. Apesar disso, Odoacro cultivou o ainda existente Senado de Roma e os cônsules para demonstrar amor pela tradição e esperança pelo prestígio. No mesmo espírito, enviou uma embaixada a Constantinopla para reconhecer o respeito ao imperador oriental e a disposição em cooperar. Suspeitando de um embuste, o imperador oriental contratou Teodorico, o Grande, rei dos ostrogodos, para suprimir Odoacro. Depois de assassinar o usurpador, Teodorico traiu seu empregador criando o próprio reino germânico na Itália e dirigindo o regime ostrogodo a partir da agora tradicional capital ocidental em Ravena até a morte em 526 d.C.

Assim como Odoacro, Teodorico e seus nobres ostrogodos queriam gozar da vida luxuosa da elite social do Império, e não destruí-la. Embora o Império Oriental tenha se recusado a aceitar o reinado de Teodorico, ele, assim como outros governantes germânicos, tentou se apropriar do passado

romano em apoio ao próprio governo. Ele queria preservar as tradições prestigiosas do Império para dar status ao novo reino. O Senado e o cargo de cônsul, portanto, permaneciam ilesos. Ele próprio um cristão ariano, Teodorico seguiu o exemplo de Constantino adotando uma política de tolerância religiosa, apesar do pleno desacordo com quem proclamava outra religião, neste caso os judeus na cidade italiana de Gênova: “Certamente concedo-lhe permissão [para consertar sua sinagoga], mas, em meu louvor, condeno as orações de homens pecadores. Não posso comandar a vossa fé, pois ninguém é forçado a acreditar contra a própria vontade” (Cassiodoro, *Variae* 2.27).

COMBINAÇÃO DE TRADIÇÕES NO OCIDENTE

A substituição do governo imperial ocidental por reinos bárbaros – que equivaleu à transformação política da Europa – gerou transformações socioculturais igualmente significativas. Os recém-chegados bárbaros e os ex-provinciais romanos criaram novas formas de vida com base em uma combinação de tradições. Algumas das mudanças ocorreram de modo inesperado, mas outras foram intencionais. O rei visigodo Ataulfo (governou de 410 a 415 d.C.), por exemplo, casou-se com uma nobre romana e declarou francamente seu objetivo de integrar as tradições diversas:

No início, eu queria apagar o nome dos romanos e transformar a terra deles em um império gótico, fazendo a mim mesmo o que Augusto fizera. Mas aprendi que a selvageria desregrada dos godos jamais aceitaria o governo da lei, e que Estado sem lei não é Estado. Sendo assim, escolhi com mais sabedoria outro caminho para a glória: renovar

o nome romano com o vigor gótico. Rezo para que as gerações futuras se lembrem de mim como o fundador de uma restauração romana (Orósio, *Sete livros de história contra os pagãos* 7.43.4-6).

Como demonstrava o caso dos visigodos, os recém-chegados tinham de desenvolver uma sociedade estruturada de forma mais coesa para que fosse possível governar as novas terras e os novos súditos. As tradições socioculturais trazidas originalmente da terra natal no Nordeste da Europa os prepararam mal para governar os outros. Lá, viviam em pequenos assentamentos cujas economias dependiam do cultivo de lotes diminutos, do pastoreio e do trabalho com o ferro. Não tinham experiência no governo de reinos. Na sociedade original, linhas de autoridade e identidade tinham definição vaga além daquelas da família patriarcal. As famílias eram agrupadas em clãs em linhas de parentesco baseadas em descendência materna e paterna. Os membros de um clã deviam manter a paz entre si; a violência contra um membro do clã era o pior delito possível. Os clãs, por sua vez, agrupavam-se em tribos maiores e, mais tarde, em confederações multiétnicas ainda maiores, porém bastante vagas e flutuantes, das quais não germânicos também podiam participar. Grupos distintos identificavam-se basicamente pelas vestimentas, estilo de cabelo, joias, armas, cultos religiosos e histórias orais.

Assembleias de guerreiros livres eram a única forma tradicional de organização política dos bárbaros. As funções dos líderes, na maioria das vezes, se restringiam a deveres religiosos e militares. Clãs, tribos e confederações costumavam sofrer conflitos internos e também, com frequência, hostilizavam uns aos outros com bastante violência. Rejeitando essas tradições organizacionais, grupos germânicos conseguiram criar

reinos com uma estrutura hierárquica e uma administração funcional porque seguiam os modelos romanos na ordenação dos novos regimes. No fim, no entanto, nenhum desses reinos bárbaros jamais se equiparou em termos de escopo ou serviços ao antigo governo provincial romano na Idade de Ouro do Império. Os reinos germânicos permaneceram muito menores e mais locais, e boa parte do território das ex-províncias romanas continuou fora do controle deles ou de qualquer outra autoridade central.

O Direito romano era a jurisprudência mais influente para os reis germânicos em seus esforços de construir sociedades estáveis. Na existência prévia fora do território romano, os bárbaros jamais desenvolveram leis escritas. Agora que haviam se transformado em monarquias que governavam tanto romanos quanto eles próprios, os governantes criaram códigos legais para um sistema de justiça para ajudar a manter a ordem. Os reis visigodos desenvolveram o primeiro código de lei escrito da história germânica. Escrito em latim e sofrendo forte influência das tradições legais romanas, fazia das multas e da compensação o método primário de solucionar disputas.

Um passo importante no desenvolvimento dos códigos de lei bárbaros foi dado quando os francos se apoderaram da Gália, destronando os visigodos. Os guerreiros francos serviam ao exército romano desde o início do século IV d.C., quando o governo imperial assentou esse grupo em uma acidentada área fronteiriça ao norte (atual Holanda). O rei Clóvis (governou de 485 a 511 d.C.) destronou o rei visigodo em 507 d.C., com apoio do imperador romano oriental, que nomeou Clóvis cônsul honorário. Clóvis estabilizou seu reino seguindo os modelos romanos. De modo meticuloso, nutriu boas relações com a elite romana e os bispos da Gália para que servissem de intermediários com a população. Clóvis também enfatizou a lei escrita. Seu

código, publicado em latim, promovia a ordem social por meio de penalidades claras para crimes específicos. Em especial, formalizou um sistema de multas que pretendia neutralizar rixas e vinganças entre pessoas e entre clãs.

O componente mais proeminente desse sistema era o *wergild*: o pagamento que um assassino deveria fazer para compensar o crime. A maior parte do dinheiro era dada aos parentes da vítima, mas o rei recebia cerca de um terço do valor. As compensações distintas impostas revelam os valores relativos de diferentes categorias de pessoas no reino dos francos. O assassinato de uma mulher em idade reprodutiva, de um menino com menos de doze anos ou de um homem do círculo interno do rei acarretava uma multa colossal de seiscentas moedas de ouro, suficiente para comprar seiscentas cabeças de gado. Uma mulher além da idade de procriar (especificada em sessenta anos), uma jovem ou um homem nascido liberto eram avaliados em duzentas moedas. Escravos comuns valiam 35 moedas.

O novo Estado de Clóvis, que os historiadores chamam de Dinastia Merovíngia, em memória a Meroveu, o lendário ancestral dos francos, renunciou o reino que emergiria muito mais tarde como precursor da França moderna. A dinastia perdurou por mais duzentos anos, bem além do que a maioria dos outros reinos germânicos no Ocidente. Os merovíngios sobreviveram por tanto tempo porque criaram uma combinação viável de poderio militar germânico e tradições sociais e legais romanas.

As migrações que transformaram o Império Ocidental política e culturalmente também trouxeram mudanças à economia, mas de formas que não a fortaleceram. A passagem violenta dos vândalos causou danos graves a muitas cidades da Gália, e as comunidades urbanas daquela região murcharam. A atividade econômica cada vez mais se deslocava para o

campo, tornando-se mais isolada no processo. Romanos ricos construía vilas campestres esparramadas em terrenos amplos, ocupadas por inquilinos presos à terra como escravos. Essas propriedades visavam operar como unidades autossustentáveis produzindo tudo o que precisavam, defendendo-se contra ataques e mantendo distância de qualquer autoridade. Na ânsia de isolamento, os proprietários evitavam o serviço nos cargos municipais e a arrecadação de impostos, os serviços públicos pela elite social que fornecera a força vital tradicional da administração romana. Quando desapareceram os últimos traços da administração provincial, os novos reinos jamais se desenvolveram o suficiente para substituir na íntegra as estruturas internas de governo e de serviços.

A situação só piorou à medida que os efeitos dessas mudanças se multiplicaram. A infraestrutura do comércio – estradas e pontes – estava em mau estado de conservação sem o apoio da elite com sentido cívico para bancar a manutenção. Nobres autossuficientes escondidos em suas propriedades não mais tinham interesse em ajudar a autoridade central, romana ou germânica, pagando ou arrecadando impostos. Podiam cuidar de si próprios e de seus domicílios à semelhança de fortalezas, porque podiam ter uma riqueza espantosa. Os mais abastados jactavam-se de uma receita anual equivalente à de uma região inteira no antigo Império Ocidental. É natural que tenham enfrentado grandes perigos, pois eram alvos óbvios para invasores. Alguns fracassaram, outros sobreviveram por gerações. Seriam necessários outros quinhentos anos, no entanto, antes que a Europa Ocidental novamente desenvolvesse uma civilização baseada em cidades ligadas pelo comércio. Esse fato isolado revela como eram significativas as transformações naquela metade do Império Romano.

O DESTINO DO IMPÉRIO ORIENTAL

O Império Romano Oriental evitou as transformações em massa que remodelaram a metade ocidental e continuou tendo integridade econômica e união política por muito mais tempo do que o Ocidental. Historiadores modernos por vezes se referem ao Império Oriental como o Império Bizantino, um termo derivado do antigo nome da capital, Constantinopla, mas os contemporâneos jamais usaram esse nome. Valendo-se de força, diplomacia e subornos com astúcia, os imperadores em Constantinopla rechaçaram as migrações e as enviaram para o Ocidente, distante de seus territórios, além de bloquearem a agressão do reino sassânida na Pérsia ao Leste, usando árabes gassânidas como federados na defesa de vastas áreas do rio Eufrates à península do Sinai e protegendo as rotas de caravanas no sentido leste-oeste da rota das especiarias, ao longo da qual havia comércio constante de longa distância. Desta forma, os governantes do Império Oriental mantiveram, em grande medida, as tradições antigas e a população da região. A partir do século VII, os imperadores perderam vastas áreas de território no ataque violento de exércitos islâmicos, mas governaram na capital oriental por outros 850 anos.

Os imperadores orientais tinham a confiança de ver a si mesmos como os continuadores do Império Romano original e os guardiões de sua cultura contra os costumes bárbaros. Ao longo do tempo, cada vez mais falavam grego como primeira língua, mas, apesar disso, continuavam a se referir explicitamente a si mesmos e a seus súditos como “romanos”. O Império Oriental do século VI d.C. gozava de uma vitalidade econômica que desaparecera no Ocidente. Sua elite social esbanjava sem limites em bens de luxo importados da Ásia Oriental em caravanas de camelos e navios

oceânicos: seda, pedras preciosas e especiarias valorizadas, como a pimenta. Os mercados das cidades grandes, como Constantinopla, Antióquia e Alexandria, fervilhavam de mercadores do Oriente e do Ocidente. Igrejas ativas afirmavam a autoconfiança na devoção a Deus, seu protetor divino. Como os predecessores haviam feito no início do Império Romano, os imperadores orientais patrocinavam festivais religiosos e entretenimentos em grande escala para conquistar suporte público ao governo. Tanto ricos quanto pobres se aglomeravam nas praças da cidade e lotavam anfiteatros nessas ocasiões animadas. A corrida de bigas despertava as paixões mais quentes. Os residentes de Constantinopla, por exemplo, dividiam-se em facções competitivas chamadas de Azuis ou Verdes, de acordo com a cor dos cocheiros preferidos. Acredita-se até que esses fãs de alta energia alimentavam as disputas com a mistura de diferenças religiosas e rivalidade esportiva: os Azuis defendiam as doutrinas cristãs ortodoxas, e os Verdes apoiavam as crenças monofisitas.

Os imperadores orientais acreditavam de forma veemente que precisavam manter a tradição de apoiar a saúde e a longevidade da civilização romana. Portanto, faziam todo o possível para preservar a “romanidade”, temendo, em especial, que o contato com os povos germânicos pudesse “barbarizar” o Império deles, assim como ocorrera com o Império Ocidental. À semelhança dos imperadores ocidentais, contrataram vários mercenários germânicos e hunos, mas tentaram evitar que os costumes desses guerreiros influenciassem os residentes do Império. Estilos de vestuário eram símbolos importantes nessa luta para manter a identidade étnica. Por esse motivo, regulamentações imperiais proibiam que os residentes da capital vestissem trajes no estilo germânico (calças, botas pesadas e roupas feitas da pele de animais), em vez do traje romano

tradicional (pernas desnudas, sandálias ou sapatos leves e vestes).

A preservação de qualquer tipo de “romanidade” era, em realidade, uma busca infrutífera, porque o Império Oriental era inteiramente multilíngue e multiétnico, como sempre fora essa parte do mundo mediterrâneo. Viajantes pelo Império Oriental ouviam muitos idiomas diferentes, observavam diversos estilos de vestuário e encontravam vários grupos étnicos. A língua comum do dia a dia para essa região diversa era o grego, mas o latim continuava sendo usado em documentos governamentais e na comunicação militar. Muitos súditos bizantinos retinham os costumes locais de origem, mas alguns também remodelaram as identidades étnicas. Os árabes do clã dos gassânidas, por exemplo, tornaram-se cristãos monofisitas ardorosos, bebiam vinho em simpósios como os gregos antigos e trajavam os soldados no estilo militar romano, enquanto retinham os costumes antigos de desfiles em cavalos, banquetes e recitais de poesia.

A “romanidade” sem dúvida incluía o cristianismo, mas controvérsias frequentes e amargas a respeito da doutrina continuavam a dividir os cristãos e a prejudicar a sociedade. Os imperadores uniam as forças com funcionários a serviço da Igreja na tentativa de impor ortodoxia, apenas com sucesso limitado. Em alguns casos, crentes não ortodoxos se esquivavam da opressão abandonando o Império. Entre palavras e espadas, os imperadores preferiam aquelas sempre que possível para convencer o herege a retornar à teologia ortodoxa e à hierarquia da Igreja, mas se valiam de violência quando a persuasão falhava. Precisavam recorrer a tais medidas extremas, segundo acreditavam, para salvar almas perdidas e preservar a pureza religiosa e a boa vontade divina do Império. A perseguição de súditos cristãos por imperadores cristãos simbolizava as possíveis consequências perturbadoras da iniciativa por uma identidade

unitária.

A sociedade no Império Oriental continuou a exibir o patriarcado característico dos romanos no Ocidente, com algumas tradições adicionais oriundas dos modos do Mediterrâneo Oriental. A maioria das mulheres minimizava o contato com os homens fora do arranjo doméstico. O Direito as impedia de exercer muitas funções públicas, como testemunhar um testamento. Sujeita à autoridade do pai e do marido, a mulher cobria a cabeça (mas não o rosto) com um véu para demonstrar modéstia. Uma vez que os teólogos cristãos geralmente iam além da tradição romana na restrição da sexualidade e da reprodução, o divórcio ficou mais difícil, e o segundo casamento era visto com desdém, mesmo para as viúvas. Sanções legais mais rígidas para crimes sexuais também eram costumeiras. Todavia, prostitutas, geralmente mulheres pobres desesperadas por dinheiro, continuavam a abundar nas ruas e estalagens das cidades orientais, assim como nos primeiros dias. Era preciso violar a lei ou morrer de fome.

As mulheres da família real eram a exceção à regra: podiam, por vezes, atingir uma proeminência inatingível pelas contemporâneas mais pobres. Teodora, esposa do imperador Justiniano, mostrou de maneira dramática a influência que a mulher podia atingir na dinastia dominante. Desinibida pela origem humilde (era filha de um adestrador de ursos e fora atriz de reputação escandalosa), ela não tinha iguais em termos de influência e riqueza. Um contemporâneo que a conhecia bem julgou que ela era “superior em inteligência a qualquer um de seus contemporâneos” (João, o Lídio, *De magistratibus reipublicae romanae* 3.69).

Até a morte prematura em 548 d.C., Teodora, ao que tudo indica, esteve metida em todos os aspectos do governo de seu marido, desde a determinação da política governamental até o fortalecimento da coragem

em tempos de crise. Sua distinção e influência incomodavam homens inclinados à tradição, sobretudo o funcionário imperial e historiador Procópio. Ele escreveu a polêmica obra hoje intitulada *A história secreta* em parte para acusá-la de comportamento ultrajante, de promiscuidade e exibicionismo sexual no palco como artista paga; a verdade dessas alegações é irrecuperável. Culpando-a (além de Justiniano) pelo que via como a crueldade e a injustiça do reinado, o relato mordaz de Procópio sobre supostos delitos e comportamento pessoal escandaloso entre os oficiais de alto escalão do governo provocou disputas acaloradas a respeito da exatidão dos fatos que persistem até hoje.

O governo do Império Oriental agravou as divisões sociais entre os ricos e os pobres, porque fornecia serviços de acordo com a riqueza das pessoas. A hierarquia complicada exigia maços de papelada e taxas para inúmeros aspectos da vida diária, de permissões comerciais a reclamações jurídicas. Todas as coisas exigiam permissão oficial; para obter tal permissão, era preciso atrair a atenção do funcionário certo. Para alguém com dinheiro e status, esse processo era fácil: contava com conexões sociais para obter uma audiência e com a riqueza para pagar propinas e acelerar o caso. Seja em busca de tratamento preferencial ou apenas incitando os administradores a fazerem o que era necessário, os ricos podiam fazer o sistema funcionar.

Quem dispunha de fundos limitados, por contraste, sabia que a pobreza os deixava em grave desvantagem, porque tinham dificuldade em pagar as propinas generosas que os funcionários públicos esperavam por rotina para motivá-los a realizar seus deveres. Sem propinas, não se fazia nada. Visto que as taxas de juros eram altas, as pessoas podiam incorrer em dívidas pesadas na tentativa de angariar os fundos necessários para pagar funcionários do alto escalão a fim de que agissem em relação a assuntos

importantes. Esse sistema existia porque economizava dinheiro aos imperadores para que gastassem nos próprios projetos. Podiam pagar aos funcionários públicos salários baixíssimos, pois o povo complementava a renda deles com esse reconhecido sistema de extorsão. João, o Lídio, administrador do século VI, por exemplo, relatou que ganhou trinta vezes mais do que o salário anual em pagamentos de requerentes durante o primeiro ano no cargo. Para evitar a autodestruição do sistema pela ganância ilimitada, os imperadores publicavam uma lista oficial das propinas máximas que os funcionários podiam cobrar. No geral, porém, essa abordagem ao serviço governamental gerou hostilidade entre os súditos mais pobres e nada fez para incentivar o apoio público aos ambiciosos planos dos imperadores de buscar conquista e glória.



Figura 30. Mosaicos resplandecentes mostram o imperador Justiniano e a imperatriz Teodora acompanhados da corte enquanto fazem oferendas a Deus. Instaladas no alto das paredes da Igreja de São Vital em Ravena, essas imagens enfatizavam que a família real era dotada de uma riqueza suprema e também de uma generosidade suprema na adoração a Deus em agradecimento à proteção

dos romanos. Wikimedia Commons.

O REINADO DE JUSTINIANO

O último imperador a tentar ressuscitar o antigo Império foi Justiniano (cerca de 482 a 565), o mais famoso imperador oriental entre todos pela obra erudita que patrocinou para organizar e documentar o Direito romano e pelos prédios magníficos que construiu em Constantinopla. Nascido em uma família falante de latim em uma pequena cidade balcânica, ele galgou os degraus do serviço imperial com rapidez até que, em 527 d.C., sucedeu o tio na função de imperador. Durante seu reinado, Justiniano lançou expedições romanas para tentar suprimir os reinos germânicos do Ocidente e ressuscitar o antigo Império como fora na época de Augusto. Seu objetivo, acima de tudo, era conquistar fama revertendo a maré da história e recapturando o ex-território romano no Ocidente. Assim como Augusto, Justiniano almejava “restaurar” o poder e a glória romanos. Esperava, também, recapturar as arrecadações fiscais dos reinos germânicos e reviver as remessas marítimas de alimento para o Império Oriental que a marinha dos vândalos interrompera nas bases da África do Norte. No início, tentou concretizar a reconquista com uma força menor e mais barata, mas, por volta da última parte do reinado, estava financiando um esforço militar substancial no Ocidente. Seus comandantes finalmente recapturaram dos ocupadores bárbaros a Itália, a costa da Dalmácia, a Sicília, a Sardenha, a Córsega, parte do Sul da Espanha e a África do Norte ocidental. Essas vitórias, de fato, reuniram de modo temporário a maioria do antigo território imperial. (A maior parte da Espanha e da Gália continuou sob controle bárbaro.) O território de Justiniano estendia-se do oceano Atlântico para o

leste até a fronteira da Mesopotâmia.



Figura 30. *Continuação*

Infelizmente, as vitórias militares de Justiniano acabaram se revelando desastrosas no longo prazo: causaram danos graves à infraestrutura e à população do Império Oriental, e o custo delas esvaziou os cofres do Império Oriental. A Itália foi a mais danificada. A guerra naquele país contra os godos disseminou morte e destruição em grande escala. O Oriente sofreu porque Justiniano impôs ainda mais impostos sobre a população já sobrecarregada para financiar as guerras no Ocidente e subornar os sassânidas na Mesopotâmia para não atacarem enquanto as defesas em casa estivessem exauridas. A carga fiscal mutilou a economia, levando ao banditismo constante na zona rural. Multidões afluíam do interior para a capital em busca de alívio contra a pobreza e os ladrões.

Essas tensões se combinaram para provocar violência social. Tão

pesados e impopulares eram os impostos do regime e tão notória a brutalidade com que os funcionários públicos os cobravam que eclodiu uma enorme rebelião na capital em 532 d.C. Durante os nove dias da revolta de Nika (assim chamada pelos gritos da massa de “Vitória!” em grego), houve batalhas e saques constantes nas ruas que deixaram boa parte de Constantinopla em cinzas. A catástrofe causou pânico em Justiniano, que se preparou para fugir da cidade e abandonar o governo. Quando estava prestes a sair, Teodora (segundo Procópio) repreendeu-o com severidade da seguinte forma:

Ao nascer, ninguém foge à morte, mas para quem deteve o poder imperial seria insuportável ser um fugitivo. Que eu jamais dispa minhas vestes imperiais púrpuras nem viva para ver o dia em que aqueles que me encontrarem não se dirijam a mim como mestre (Procópio, *História das guerras* 1.24.36).

Envergonhado pelas palavras da esposa, Justiniano interrompeu a fuga e ordenou que as tropas tomassem as ruas. Encerraram a agitação matando 30 mil manifestantes que foram cercados na pista de corridas.

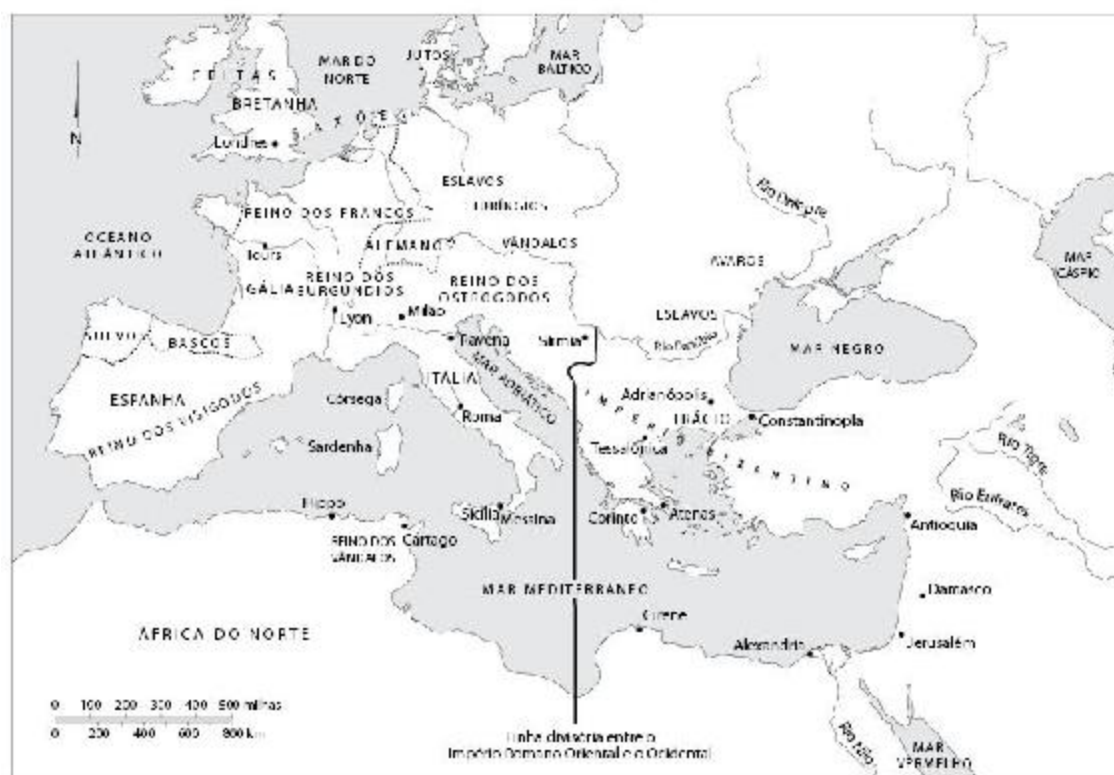
Desastres naturais somaram-se aos problemas do Império Bizantino nesse período. Na década de 540 d.C., uma epidemia terrível disseminada por picadas de pulgas dizimou um terço da população. Duzentos e cinquenta mil morreram só em Constantinopla, metade da população da capital. A perda de tanta gente criou uma escassez no recrutamento militar, exigindo a contratação de mercenários de alto custo. Também resultou em inúmeras fazendas desocupadas, reduzindo o suprimento alimentar e a arrecadação fiscal. Essa combinação de desastres demográficos e financeiros enfraqueceu em muito o Império no longo prazo. Imperadores

bizantinos posteriores não contavam com os recursos para manter as conquistas de Justiniano, novos reinos germânicos emergiram no Ocidente e o antigo Império Romano foi dividido pela última vez.

A pressão financeira sobre a população no reino de Justiniano contribuiu com a agitação social. O imperador, portanto, impôs reformas jurídicas e religiosas com o mesmo objetivo dos predecessores politeístas e cristãos no trono imperial: defender a ordem social com base em hierarquia e recuperar o favor divino para si mesmo e para os súditos. Os vários problemas que ameaçavam seu regime geraram uma ânsia por estabilidade em Justiniano e, em resposta, ele aumentou a natureza abertamente autocrática do governo e enfatizou a sua proximidade a Deus. Para promover o primeiro objetivo, por exemplo, obrigava os senadores a se ajoelharem e beijarem seu calçado, e o de Teodora, quando compareciam perante os governantes. Para endossar a segunda meta, mandou que os artistas imperiais recriassem de modo brilhante os símbolos do governo estável em um contexto cristão. Um mosaico resplandecente na Igreja de São Vital em Ravena, por exemplo, exibia uma visão dramática do papel do imperador: Justiniano no centro do cosmos, lado a lado com mosaicos do antigo patriarca hebraico Abraão e de Cristo. Ademais, Justiniano proclamou o imperador como “lei viva”, reavivando uma filosofia do Direito que datava dos reinos da região antes da chegada dos romanos.

O programa de construção de Justiniano na capital comunicava de maneira concreta uma imagem de sua supremacia e religiosidade avassaladoras. O mais espetacular de tudo foi a reconstrução magnífica da Igreja da Sagrada Sabedoria (Hagia Sophia) em Constantinopla. De frente para o palácio, o local da Igreja anunciava a intercalação entre a autoridade imperial e cristã de Justiniano. Criando um novo estilo para igrejas, os

arquitetos ergueram um prédio enorme em um plano quadrado, coberto por um domo com diâmetro de 32 metros, elevando-se a 48 metros de altura. As paredes internas reluziam como o sol com o reflexo da luz nos quatro acres de mosaicos dourados. Mármore importado de todas as cores ampliava o efeito cintilante. Segundo uma tradição posterior, quando entrou pela primeira vez nessa obra de arte, inaugurada em 538 d.C., Justiniano anunciou: “Glória a Deus, que me considerou digno de concluir esta obra. Conquistei-te, Salomão!” (*Anonymi Narratio de aedificatione Templi S. Sophiae* 28). O imperador estava alegando ter superado o esplendor do templo de Jerusalém, construído por aquele célebre rei antigo dos hebreus. Seu programa de construção veio a ser o lembrete mais visível para eras posteriores da glória que Justiniano se esforçou tanto para conquistar.



Mapa 13. Povos e reinos do mundo romano, início do século VI d.C.

A maior autocracia do governo central concentrava cada vez mais atenção na capital, em detrimento das províncias. O que era mais grave é que reduzia a autonomia das cidades do Império. Os conselhos locais não mais governavam. Em seu lugar, assumiam funcionários imperiais. A elite provincial ainda precisava assegurar o pagamento integral dos impostos sobre as áreas, mas perdera a recompensa compensatória de decisão sobre assuntos locais. Agora, o governo imperial determinava todos os aspectos da tomada de decisão e do status social. Homens de posses das províncias que aspiravam ao poder e ao prestígio sabiam que só poderiam satisfazer as ambições participando da administração imperial no centro.

Para solidificar ainda mais a autoridade, Justiniano codificou as leis do Império para trazer mais uniformidade ao emaranhado muitas vezes confuso de decisões legais que os primeiros imperadores promulgaram ao longo dos séculos. Uma equipe de estudiosos condensou milhões de palavras de regulamentações para produzir o *Digesto*. Essa coletânea de leis influenciou especialistas jurídicos europeus por séculos. Os peritos dele também compilaram um livro-texto para estudantes, as *Institutas*, que continuou a aparecer em listas de leitura de faculdades de Direito até os tempos modernos. O apoio de Justiniano à produção dessas obras de conhecimento jurídico sobre os princípios e os estatutos do Direito passou a ser o seu legado mais duradouro na Europa Ocidental.

Para cumprir o dever sagrado de proteger o bem-estar do Império, Justiniano agiu para garantir a pureza religiosa. Assim como os imperadores politeístas e cristãos antes dele, ele acreditava que o seu mundo não poderia prosperar se o poder divino que o protegia se zangasse pela presença de pecadores religiosos. Sendo imperador, Justiniano decidia quem eram os pecadores. Por meio do cumprimento zeloso das leis contra os pagãos,

obrigava-os a serem batizados ou abrirem mão de terras e cargos oficiais. Com disposição máxima, eliminava cristãos com os quais não conseguia conciliar sua versão de ortodoxia. Em uma busca adicional de pureza, suas leis tornaram ilegais as relações homossexuais entre homens pela primeira vez na história romana e puseram em vigor a pena de morte na fogueira para quem não se arrependesse e mudasse de atitude. O casamento homossexual, que talvez não fosse desconhecido antes, fora proibido oficialmente em 342 d.C., mas jamais haviam sido impostas sanções civis a homens que se envolviam em atividade homossexual. Todos os imperadores anteriores apenas tributavam a prostituição masculina. O status jurídico da atividade homossexual entre mulheres é menos claro. É provável que fosse considerado adultério quando mulheres casadas se envolviam e, portanto, era crime por esse motivo.

O uso de sanções legais e da força contra pagãos, hereges cristãos e pessoas condenadas por relações homossexuais expressava a devoção oficial do imperador a Deus e a preocupação com a futura reputação de governante piedoso e bem-sucedido. Essa motivação tinha raízes que se estendiam até a história antiga, mas um efeito acidental viria a erodir ainda mais o sentimento popular de união. Ainda assim, os imperadores após Justiniano seguiram lutando para manter o que viam como a missão de Roma de buscar o “Império sem limite”. Simplesmente não contavam com os recursos para terem êxito. Quando, nos séculos VII e VIII d.C., outra nova fé, o islamismo, motivou exércitos a perseguirem a mesma meta, o Império Romano Oriental começou a perder território para os invasores, o qual, por fim, jamais pôde recuperar.

PRESERVAÇÃO DA LITERATURA CLÁSSICA

Como se constatou mais tarde, a contribuição mais duradoura do Império Oriental para o futuro não veio dessa tentativa de reviver o antigo Império Romano em termos territoriais. Em vez disso, veio da preservação para épocas muito posteriores do conhecimento da literatura de tempos primordiais e de muitos dos textos físicos do qual dependia a continuidade desse conhecimento. Se intencional ou não, o efeito dessas ações perdurou por muito tempo.

A cristianização do Império colocou em risco a sobrevivência da literatura grega clássica – de peças e histórias a obras filosóficas e romances –, afinal essa literatura era pagã. O perigo não estava tanto na censura ativa quanto na potencial negligência. Conforme os cristãos se tornavam autores, algo que fizeram em abundância e com paixão, as obras deles deslocavam os textos antigos da Grécia e de Roma como a literatura mais importante da época. Sob tais circunstâncias, um dos motivos centrais no incentivo à sobrevivência de textos clássicos foi que a educação e a literatura cristãs da elite seguiam modelos pagãos célebres, tanto em latim quanto em grego. No Império Oriental, a cultura grega original da região permaneceu sendo a influência dominante, mas a literatura latina continuava a ser lida, porque a administração era bilíngue, com documentos e leis oficiais publicados na língua antiga de Roma (junto com traduções em grego). O imperador Constâncio II, filho de Constantino, decretara que qualquer homem em busca de emprego no governo deveria ser bem-instruído em literatura clássica. Esse requisito para um cargo confortável no funcionalismo público induziu as famílias a introduzirem o estudo de ilustres autores pagãos antigos o quanto antes na educação dos filhos: no vilarejo de Nessana, no deserto de Negev (atual Israel, próximo à fronteira com o Egito), arqueólogos escavaram uma cópia da lista de vocabulário de latim de um

estudante para a *Eneida* de Virgílio. É provável que tenha pertencido a um garoto árabe local que pretendia se candidatar a um emprego no governo romano no Império Oriental.

Os estudos latinos no Oriente receberam um impulso quando as guerras italianas de Justiniano impeliram estudiosos falantes de latim a fugirem em busca de segurança para Constantinopla. A obra deles ajudou a conservar vários trabalhos que poderiam, do contrário, ter desaparecido, uma vez que as condições no Ocidente não eram nada propícias à preservação do conhecimento antigo, exceto em casos raros como o de Cassiodoro (490 a 585 d.C.). Ele oferecia apoio a monges da Itália na tarefa de copiar manuscritos e manter seu conteúdo vivo à medida que os antigos se desintegravam. Sua própria obra, *Instituições*, encapsulava o respeito à tradição que mantinha o aprendizado clássico vivo: ao prescrever as obras que alguém de escolaridade superior deveria ler, o guia de Cassiodoro incluía textos seculares antigos, bem como as escrituras e a literatura cristã.

Boa parte da literatura clássica disponível hoje sobreviveu porque serviu de trabalho escolar para cristãos instruídos. Recebiam, no mínimo, um conhecimento rudimentar de alguns clássicos pré-cristãos como requisito para uma boa carreira no serviço público, meta de qualquer estudante ambicioso. Nas palavras de um decreto oficial datado de 360 d.C., “só deverá obter cargo de primeiro escalão quem comprovar que se distingue na prática extensa de estudos liberais, e que é tão versado em assuntos literários que as palavras fluem de sua pena de maneira impecável” (*Código de Teodósio* 14.1). Outro fator que promovia a preservação do conhecimento da literatura clássica era que os princípios de retórica clássica ofereciam as diretrizes para a apresentação mais eficaz da teologia cristã. Quando Ambrósio, bispo de Milão no século IV d.C., compôs a primeira

descrição sistemática da ética cristã para jovens padres, imitou de modo intencional o grande orador clássico Cícero. Teólogos empregavam a forma do diálogo criada por Platão para refutar doutrinas cristãs hereges, e tradições pagãs de biografia laudatória sobreviveram no campo das vidas dos santos, que gozava de imensa popularidade. Da mesma forma, artistas cristãos incorporavam as tradições pagãs na comunicação de suas crenças e emoções em pinturas, mosaicos e esculturas em alto-relevo. Um famoso mosaico de Cristo com um raio de sol em torno da cabeça, por exemplo, teve por inspiração retratos pagãos do sol radiante como um deus (ver Figura 22, p. 208).

A explosão da literatura cristã promoveu uma inovação tecnológica cujos efeitos também ajudaram na preservação física de textos clássicos. Por tradição, escribas haviam escrito livros em folhas feitas de pele de animal fina ou em papel feito de fibras de papiro. A seguir, colavam as folhas e prendiam varas nas duas extremidades para formar pergaminhos. Os leitores enfrentavam uma tarefa inconveniente para desenrolá-los antes da leitura. Para facilidade de uso, os cristãos seguiam a tendência crescente em produzir textos na forma do códice – um livro com páginas amarradas. Com o tempo, o códice se tornou a forma padrão de produção de livros no mundo romano. Porque era menos suscetível a danos e podia conter textos longos com mais eficiência do que os pergaminhos, que eram de difícil manejo para a leitura de obras longas, o códice auxiliou a preservar a literatura. Essa inovação tecnológica aumentou em muito as chances de sobrevivência de textos clássicos que eram copiados nessa forma mais eficiente.

Apesar da importância contínua de textos clássicos greco-latinos para educação e treinamento retórico no Império Oriental, a sobrevivência desse conhecimento do passado permanecia ameaçada em um mundo devastado

por guerras. O conhecimento do grego no Ocidente repleto de violência desvaneceu de modo tão drástico que quase ninguém mais tinha condições de ler as versões originais da *Ilíada* e da *Odisseia* de Homero, obras que, por séculos e séculos, formaram a base tradicional da educação literária superior. O latim clássico saía-se melhor, e eruditos como Agostinho e Jerônimo conheciam muito bem a literatura latina antiga. Mas também viam os clássicos da literatura greco-latina como uma potencial sedução ao cristão devoto. Jerônimo, certa vez, teve um pesadelo em que era condenado no Dia do Julgamento por ter sido ciceroniano, em vez de cristão.

O encerramento, em 529 d.C., da Academia fundada originalmente em Atenas por Platão mil anos antes demonstrava de modo vívido os riscos à sobrevivência do conhecimento clássico naquele momento. Não está claro se Justiniano foi diretamente responsável pelo fechamento da Academia, que ensinava ideias da filosofia neoplatônica que, para alguns cristãos, eram intrigantes e úteis. É certo, no entanto, que o imperador ficou ultrajado pelos comentários do reitor Damáscio, anticristão fervoroso, enviando-o para um exílio temporário na Pérsia. Podia ser perigoso aparentar ligação muito próxima ao passado pré-cristão do antigo Império Romano.

Como sempre, a execução da política imperial – embora “política” talvez seja uma caracterização exagerada do que se reduzia aos desejos do imperador – era irregular em diferentes regiões do Império. Nenhuma ação foi tomada contra a escola neoplatônica em Alexandria. Talvez contasse o fato de que o reitor dessa instituição de ensino superior, João Filopono (“amante do trabalho”), era cristão. Apesar disso, ideias do passado pagão ainda eram centrais ao trabalho da escola: Filopono escreveu comentários sobre as obras de Aristóteles, além de livros sobre a teologia cristã.

Algumas ideias de Filopono sobre o conceito de espaço e perspectiva anteciparam as de Galileu mil anos depois. Com essa pesquisa intelectual, Filopono atingiu o tipo de síntese de antigo e novo que era uma das possibilidades frutíferas na fermentação do mundo romano tardio: ele era súdito cristão do Império Romano no Egito no século VI d.C., dirigindo uma escola fundada muito antes por pagãos, estudando as obras de um antigo filósofo grego para servir de inspiração à erudição progressiva. O exemplo de Filopono oferece um fim adequado a este panorama da história romana antiga porque esclarece o valor – sem falar na satisfação pessoal – que se pode acrescentar em qualquer tempo e lugar com o aprendizado do conhecimento codificado no passado da experiência humana.

LEITURAS RECOMENDADAS

Os itens a seguir foram selecionados entre a vasta e internacional bibliografia sobre história romana para se ajustar, espera-se, às necessidades e aos interesses do leitor novo ao tema. As listas incluem, em primeiro lugar, fontes primárias (“Textos antigos” e “Coletâneas de fontes antigas”) e, em seguida, fontes secundárias (“Estudos modernos”). Alguns dos estudos modernos presumem que o leitor tenha um conhecimento consideravelmente além do introdutório à história romana, mas são incluídos porque as principais conclusões interpretativas deverão ser acessíveis ao leitor disposto a perseverar.

Os textos antigos disponíveis e as obras modernas citadas entre parênteses no texto também são incluídos.

TEXTOS ANTIGOS

Acts of Paul and Thecla. In J. K. Elliott, *The Apocryphal New Testament: A Collection of Apocryphal Christian Literature in English Translation.* Oxford: Clarendon Press, 1993.

AMMIANUS MARCELLINUS. *The Later Roman Empire: A.D. 354-378.* Trad. Walter Hamilton. Nova York: Penguin, 1986.

APICIUS. *Cookery and Dining in Imperial Rome.* Trad. Joseph Dommers Vehling. Mineola: Dover, 1977.

APPIAN. *The Civil Wars.* Trad. John Carter. Nova York: Penguin, 1996.

APULEIO. *O asno de ouro.* Rio de Janeiro: Ediouro, 1998.

ATHANASIUS. *The Life of Antony and the Letter to Marcellinus.* Trad. Robert C. Gregg. Nova York: Paulist Press, 1980.

ATHENAEUS. *The Learned Banqueters.* Trad. S. Douglas Olson. 7 vols. Cambridge: Harvard University Press, 2006-2010.

- SANTO AGOSTINHO. *A cidade de Deus contra os pagãos*. Trad. Oscar Paes Leme. Petrópolis: Vozes, 1990.
- _____. *Confissões*. Trad. J. Oliveira Santos, A. Ambrosio. Coleção Folha: Livros que mudaram o mundo V. 12. São Paulo: Folha de São Paulo, 2010.
- _____. *Letters*. The Works of St. Augustine: A Translation for the 21st Century. Vol. 4. Letters 211-270, 1*-29*. Brooklyn: New City Press, 2005.
- _____. *Sermons on Selected Lessons of the New Testament*. In *A Select Library of Nicene and Post-Nicene Fathers of the Christian Church*. Vol. 6. Nova York: The Christian Literature Co., 1888.
- AUGUSTUS. *Res Gestae Divi Augusti: Text, Translation, and Commentary*. Trad. Alison E. Cooley. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- BABCOCK, Charles L. "An Inscription of Trajan Decius from Cosa." *American Journal of Philology* 83 (1962): 147-158.
- CASSIODORUS. *Variae*. Trad. S.J.B. Barnish. Liverpool: Liverpool University Press, 1992.
- CASSIUS DIO. *The Reign of Augustus*. Trad. Ian Scott-Kilvert. Nova York: Penguin, 1987.
- _____. *Roman History*. Trad. Earnest Cary. 9 vols. Cambridge: Harvard University Press, 1914-1927.
- CATULLUS. *The Complete Poems*. Trad. Guy Lee. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- CELSO. *Discurso contra os cristãos*. São Paulo: Bira Câmara, 2010.
- CÉSAR, JÚLIO. *A guerra civil*. Trad. Antonio da Silveira Mendonça. São Paulo: Estação Liberdade, 1999.
- _____. *Comentários sobre a Guerra Gálica (De Bello Gallico)*. Trad. Francisco Sotero dos Reis. Rio de Janeiro: Ediouro, 1941.
- CICERO. *Letters to Quintus and Brutus; Letter Fragments; Letter to Octavian; Invectives; Handbook of Electioneering*. Trad. D.R. Shackleton Bailey. Cambridge: Harvard University Press, 2002.
- _____. *The Nature of the Gods*. Trad. P.G. Walsh. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- _____. *On the Good Life*. Trad. Michael Grant. Nova York: Penguin, 1971.
- _____. *On Government (Against Verres II. 5, For Murena, For Balbus, On the State III, On Laws III, Brutus, Philippics IV, V, X)*. Trad. Michael Grant. Nova York: Penguin, 1993.
- _____. *On Obligations: De Officiis*. Trad. P.G. Walsh. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- _____. *Political Speeches*. Trad. D.H. Berry. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- _____. *The Republic and The Laws*. Trad. Niall Rudd. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- _____. *Selected Letters*. Trad. P.G. Walsh. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- CYPRIAN. *On the Church: Select Letters*. *St. Cyprian of Carthage*. Trad. Allen Brent. Crestwood: St. Vladimir's Seminary Press, 2006.
- DIONYSIUS OF HALICARNASSUS. *Roman Antiquities*. Trad. Earnest Cary. 7 vols. Cambridge: Harvard

- University Press, 1937-1950.
- EUSEBIUS. *The Church History*. Trad. Paul L. Maier. Grand Rapids: Kregel, 2007.
- _____. *Life of Constantine*. Trad. Averil Cameron and Stuart G. Hall. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- GAIUS. *Institutes*. Trad. W. M. Gordon and O.F. Robinson. Londres: Duckworth, 1997.
- HERODIAN. *History of the Roman Empire since Marcus Aurelius*. Trad. Edward C. Echols. Berkeley: University of California Press, 1961.
- HORACE. *The Complete Odes and Epodes*. Trad. David West. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- _____. *The Satires of Horace and Persius*. Trad. Niall Rudd. Nova York: Penguin, 2005.
- IGNATIUS OF ANTIOCH. *The Epistles of St. Clement of Rome and St. Ignatius of Antioch*. Trad. James A. Kleist, S.J. Westminster, MD.: The Newman Bookshop, 1946.
- JEROME. *Letters and Select Works. A Select Library of Nicene and Post-Nicene Fathers of the Christian Church*. Second series, vol. 6. Nova York: The Christian Literature Co., 1893.
- JOHN THE LYDIAN. *De Magistratibus: On the Magistracies of the Roman Constitution*. Trad. T.F. Carney. Lawrence: Coronado, 1971.
- JOHN PHILOPONUS. *Against Aristotle, on the Eternity of the World*. Trad. Christian Wildberg. Londres: Duckworth, 1987.
- JOSEFO, FLÁVIO. *A guerra dos judeus*. Trad. A.C. Godoy. Curitiba: Juruá, 2002.
- JULIAN. *The Works of the Emperor Julian*. Trad. Wilmer Cave Wright. 3 vols. Cambridge: Harvard University Press, 1962-1980.
- JUSTINIAN. *The Digest of Justinian*. Ed. Alan Watson. Rev. ed. 4 vols. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2009.
- _____. *Justinian's Institutes*. Trad. Peter Birks and Grant McLeod. Ithaca: Cornell University Press, 1987.
- JUVENAL. *Sátiras*. Trad. Francisco Antônio Martins Bastos. São Paulo: Ediouro, 1990.
- LACTANTIUS. *Divine Institutes*. Trad. Anthony Bowen and Peter Garnsey. Liverpool: Liverpool University Press, 2003.
- Lives of the Later Caesars: The First Part of the Augustan History, with Newly Compiled Lives of Nerva and Trajan*. Trad. Anthony Birley. Nova York: Penguin, 1976.
- LUCAN. *Civil War*. Trad. Susan Braund. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- MACROBIUS. *Saturnalia*. Trad. Robert A. Kaster. Cambridge: Harvard University Press, 2011.
- MARCO AURÉLIO. *Meditações*. São Paulo: Martin Claret, 2008.
- ORIGEN. *Contra Celsum*. Trad. Henry Chadwick. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.
- OROSIUS. *Seven Books of History Against the Pagans*. Trad. A.T. Fear. Liverpool: Liverpool University Press, 2010.
- OVID. *The Erotic Poems*. Trad. Peter Green. Nova York: Penguin, 1982.

- _____. *Metamorfoses*. São Paulo: Madras, 2003.
- PERPETUA. *What Would You Die For? Perpetua's Passion*. Ed. Joseph J. Walsh. Baltimore: Apprentice House, 2006.
- PETRÔNIO. *Satiricon*. São Paulo: Escala, 2005.
- PLINY THE YOUNGER. *Complete Letters*. Trad. P.G. Walsh. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- PLOTINUS. *The Essential Plotinus: Representative Treatises from the Enneads*. Trad. Elmer O'Brien. Indianapolis: Hackett, 1964.
- PLUTARCH. *The Fall of the Roman Republic*. Trad. Rex Warner. Nova York: Penguin, 2006.
- _____. *The Makers of Rome*. Trad. Ian Scott-Kilvert. Nova York: Penguin, 2004.
- _____. *Roman Lives*. Trad. Robin Waterfield. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- POLYBIUS. *The Histories*. Trad. Robin Waterfield. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- PROCOPIUS. *History of the Wars, Secret History, and Buildings*. Trad. H.B. Dewing. 7 vols. Cambridge: Harvard University Press, 1914-1940.
- _____. *The Secret History*. Trad. G.A. Williamson and Peter Sarris. Rev. ed. Nova York: Penguin, 2007.
- SALÚSTIO, Caio Crispo. *Obras / Guerra Catilinária / Guerra Jugurtina*. São Paulo: Ediouro, 1990.
- SENECA. *Moral and Political Essays*. Trad. J.F. Procopé and John M. Cooper. Oxford: Oxford University Press, 1995.
- SIMA QIAN. *Records of the Grand Historian: Han Dynasty II*. Trad. Burton Watson. Rev. ed. Hong Kong: Columbia University Press, 1993.
- SOCRATES. *Church History*. A Select Library of Nicene and Post-Nicene Fathers of the Christian Church. Second series, vol. 2. Nova York: The Christian Literature Co., 1890.
- SUETÔNIO. *As vidas dos doze césaes*. São Paulo: Martin Claret, 2010.
- SYMMACHUS. *Prefect and Emperor: The Relations of Symmachus, A.D. 384*. Trad. R. H. Barrow. Oxford: Clarendon Press, 1973.
- TACITUS. *Agricola and Germany*. Trad. Anthony Birley. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- _____. *Agricola, Germany, and the Dialogue on Orators*. Trad. Herbert W. Benario. Norman: University of Oklahoma Press, 1991.
- _____. *The Annals: The Reigns of Tiberius, Claudius, and Nero*. Trad. J.C. Yardley. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- _____. *The Histories*. Trad. W.H. Fyfe and D. S. Levene. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- TERTULLIAN. *Apology, De spectaculis*. Trad. T.R. Glover. Cambridge: Harvard University Press, 1931.
- The Theodosian Code and Novels, and the Sirmondian Constitutions*. Trad. Clyde Pharr. Princeton: Princeton University Press, 1952.
- TITO LÍVIO. *História de Roma, A*. Trad. Monica Costa Vitorino. Belo Horizonte: Crisálida, 2008.
- _____. *Hannibal's War (Books Twenty-One to Thirty of From the Foundation of the City)*. Trad.

- J.C. Yardley. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- _____. *Rome and Italy, Books VI-X of From the Foundation of the City*. Trad. Betty Radice. Nova York: Penguin, 1982.
- _____. *Rome and the Mediterranean, Books XXXI-XLV of From the Foundation of the City*. Trad. Henry Bettenson. Nova York: Penguin, 1976.
- VALERIUS MAXIMUS. *Memorable Deeds and Sayings: A Thousand Tales from Ancient Rome*. Trad. Henry John Walker. Indianapolis: Hackett, 2004.
- VEGETIUS. *Epitome of Military Science*. Trad. N.P. Milner. 2d. ed. Liverpool: Liverpool University Press, 1996.
- VELLEIUS PATERCULUS. *The Roman History: From Romulus and the Foundation of Rome to the Reign of the Emperor Tiberius*. Trad. J.C. Yardley and Anthony A. Barrett. Indianapolis: Hackett, 2011.
- VIRGÍLIO. *Eneida*. Trad. Domingos Paschoal Cegalla. São Paulo: Difel, 2009.
- ZOSIMUS. *New History*. Trad. Ronald T. Ridley. Canberra: Australian Association for Byzantine Studies, 1982.

COLETÂNEAS DE FONTES ANTIGAS

- BEARD, Mary, NORTH, John e PRICE, Simon, eds. *Religions of Rome*. Vol. 2. Oxford: Oxford University Press, 1998.
- BURSTEIN, Stanley M., trad. *The Hellenistic Age from the Battle of Ipsos to the Death of Kleopatra VII*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- CAMPBELL, Brian, ed. *The Roman Army 31 BC-AD 337: A Sourcebook*. Londres: Routledge, 1994.
- CHERRY, David, ed. *The Roman World: A Sourcebook*. Malden: Blackwell, 2001.
- DILLON, Matthew e GARLAND, Lynda, eds. *Ancient Rome: From the Early Republic to the Assassination of Julius Caesar*. Londres: Routledge, 2005.
- DREW, Katherine Fischer, trad. *The Laws of the Salian Franks*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1991.
- FRIER, Bruce W. e THOMAS, A.J. McGinn, eds. *A Casebook on Roman Family Law*. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- GRUBBS, Judith Evans, ed. *Women and the Law in the Roman Empire: A Sourcebook on Marriage, Divorce and Widowhood*. Londres: Routledge, 2002.
- FUTRELL, Alison, ed. *The Roman Games: A Sourcebook*. Malden: Blackwell, 2006.
- HOPE, Valerie M., ed. *Death in Ancient Rome: A Sourcebook*. Londres: Routledge, 2007.
- HYAMSON, H. *Mosaicarum et romanarum legum collatio*. Londres: Oxford University Press, 1913.
- KRAEMER, Ross Shepard, ed. *Women's Religions in the Greco-Roman World: A Sourcebook*. Oxford: Oxford University Press, 2004.

- LEE, A.D., ed. *Pagans and Christians in Late Antiquity: A Sourcebook*. Londres: Routledge, 2000.
- LEVICK, Barbara, ed. *The Government of the Roman Empire: A Sourcebook*. Londres: Routledge, 2000.
- LEWIS, Naphtali e REINHOLD, Meyer eds. *Roman Civilization: Selected Readings*. 3d. ed. Vol. 1: *The Republic and The Augustan Age*. Vol. 2: *The Empire*. Nova York: Columbia University Press, 1990.
- MAAS, Michael, ed. *Readings in Late Antiquity: A Sourcebook*. 2d. ed. Londres: Routledge, 2010.
- MACMULLEN, Ramsay e LANE, Eugene N., eds. *Paganism and Christianity, 100-425 C.E.: A Sourcebook*. Minneapolis: Fortress, 1992.
- MAHONEY, Anne, ed. *Roman Sports and Spectacles: A Sourcebook*. Newburyport: Focus, 2001.
- MUSURILLO, Herbert, Trad. *The Acts of the Christian Martyrs*. Oxford: Clarendon Press, 1972.
- POLLITT, J.J., ed. *The Art of Rome, c. 753 B.C.-A.D. 337*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- RIDLEY, Ronald T. *History of Rome: A Documented Analysis*. Roma: L'Erma di Bretschneider, 1987.
- ROBERTS, C.H. e TURNER, E.G., eds. *Catalogue of the Greek and Latin Papyri in the John Rylands Library, Manchester*. 4 vols. Manchester: Manchester University Press, 1911-1952.
- SAGE, Michael M., ed. *The Republican Roman Army: A Sourcebook*. Londres: Routledge, 2008.
- SHELTON, Jo-Ann, ed. *As The Romans Did: A Sourcebook in Roman Social History*. 2d. ed. Oxford: Oxford University Press, 1998.
- WARMINGTON, E.H., Trad. *Remains of Old Latin*. 4 vols. Cambridge: Harvard University Press, 1956-1961.

ESTUDOS MODERNOS

- ADKINS, Lesley e ADKINS, Roy A.. *Handbook to Life in Ancient Rome*. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- ANDO, Clifford. *Imperial Ideology and Provincial Loyalty in the Roman Empire*. Berkeley: University of California Press, 2000.
- _____. *The Matter of the Gods: Religion and the Roman Empire*. Berkeley: University of California Press, 2008.
- BADIAN, Ernst. *Foreign Clientelae (264-70 B.C.)*. Oxford: Oxford University Press, 1958; reprint with corrections, 1984.
- BARRETT, Anthony. *Caligula: The Corruption of Power*. Nova York: Simon and Schuster, 1990.
- BEARD, Mary. *The Roman Triumph*. Cambridge: Harvard University Press, 2007.
- BENNETT, Julian. *Trajan: Optimus Princeps*. Londres: Routledge, 2001.
- BIRLEY, Anthony R. *Marcus Aurelius, A Biography*. New Haven: Yale University Press, 1987.

- _____. *Hadrian: The Restless Emperor*. Londres: Routledge, 1997.
- _____. *Septimius Severus: The African Emperor*. Londres: Routledge, 1999.
- BISHOP, M.C. e COULSON, J.C.N. *Roman Military Equipment: From the Punic Wars to the Fall of Rome*. Oxford: Oxbow Books, 2006.
- BONFANTE, Larissa, ed. *Etruscan Life and Afterlife: A Handbook of Etruscan Studies*. Detroit: Wayne State University Press, 1986.
- BOSWELL, John. *Same-Sex Unions in Premodern Europe*. Nova York: Villard Books, 1994.
- BOWERSOCK, G.W., BROWN, Peter, e GRABAR, Oleg, eds. *Late Antiquity: A Guide to the Postclassical World*. Cambridge: Harvard University Press, 1999.
- BRADLEY, Keith. *Slavery and Society at Rome*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- BROWN, Peter. *The World of Late Antiquity: AD 150-750*. Nova York: W. W. Norton, 1971.
- _____. *The Body and Society: Men, Women, and Sexual Renunciation in Early Christianity*. Nova York: Columbia University Press, 1988.
- BROWNING, Robert. *Justinian and Theodora*. Rev. ed. Londres: Thames and Hudson, 1987.
- BRUNT, P.A. *The Fall of the Roman Republic and Related Essays*. Oxford: Oxford University Press, 1988.
- CAMERON, Alan. *The Last Pagans of Rome*. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- CHAMPLIN, Edward. *Nero*. Cambridge: Harvard University Press, 2003.
- CLARKE, John R. *Roman Life 100 B.C. to A.D. 200*. Nova York: Harry H. Abrams, 2007.
- CONTE, Gian Biagio. *Latin Literature: A History*. Trad. Joseph B. Solodow, rev. Don Fowler and Glenn W. Most. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1994.
- CORNELL, Tim. *The Beginnings of Rome: Italy and Rome from the Bronze Age to the Punic Wars (c. 1000-264 B.C.)*. Londres: Routledge, 1995.
- CRAWFORD, Michael H. *Roman Republican Coinage*. 2 vols. Cambridge: Cambridge University Press, 1974; reprint with corrections, 2001.
- CROSSAN, Dominic e REED, Jonathan L. *In Search of Paul: How Jesus' Apostle Opposed Rome's Empire with God's Kingdom*. Nova York: Harper, 2005.
- CRUSE, Audrey. *Roman Medicine*. Stroud: Tempus, 2004.
- DE JONG, Mayke. *In Samuel's Image: Child Oblation in the Early Medieval West*. Leiden: Brill, 1996.
- DENNISON, Matthew. *Livia, Empress of Rome: A Biography*. Nova York: St. Martin's, 2011.
- DIMAIO, Michael, Jr. e WEIGEL, Richard, eds. *De Imperatoribus Romanis: An Online Encyclopedia of Roman Emperors*: <http://www.roman-emperors.org/>.
- DODGE, Hazel. *Spectacle in the Roman World*. Londres: Duckworth, 2011.
- DUPONT, Florence. *Daily Life in Ancient Rome*. Trad. Christopher Woodall. Malden: Blackwell, 1989.
- DYSON, Stephen L. *Rome: A Living Portrait of an Ancient City*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2010.

- EARL, Donald C. *The Moral and Political Tradition of Rome*. Ithaca: Cornell University Press, 1967.
- ECKSTEIN, Arthur M. *Rome Enters the Greek East: From Anarchy to Hierarchy in the Hellenistic Mediterranean, 230-170 B.C.*. Malden: Blackwell, 2008.
- EDMONDSON, Jonathan, ed. *Augustus: Edinburgh Readings on the Ancient World*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2009.
- ELSNER, Jas. *Imperial Rome and Christian Triumph: The Art of the Roman Empire, A.D. 100-450*. Oxford: Oxford University Press, 1998.
- ERDKAMP, Paul, ed. *A Companion to the Roman Army*. Malden: Blackwell, 2007.
- EVANS, J.A.S. *The Empress Theodora: Partner of Justinian*. Austin: University of Texas Press, 2002.
- _____. *The Emperor Justinian and the Byzantine Empire*. Westport: Greenwood, 2005.
- FAGAN, Garrett G. *Bathing in Public in the Roman World*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1999.
- _____. *The Lure of the Arena: Social Psychology and the Crowd at the Roman Games*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.
- FLOWER, Harriet I., ed. *The Cambridge Companion to the Roman Republic*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- _____. *Roman Republics*. Princeton: Princeton University Press, 2010.
- FORSYTHE, Gary. *A Critical History of Early Rome: From Prehistory to the First Punic War*. Berkeley: University of California Press, 2005.
- FRANK, Tenney, ed. *An Economic Survey of Ancient Rome*. 6 vols. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1933-1940.
- FREISENBRUCH, Annelise. *Caesars' Wives: Sex, Power, and Politics in the Roman Empire*. Nova York: Free Press, 2010.
- FREND, W.H.C. *The Rise of Christianity*. Philadelphia: Fortress, 1986.
- FUTRELL, Allison. *Blood in the Arena: The Spectacle of Roman Power*. Austin: University of Texas Press, 1997.
- GALINSKY, Karl. *Augustan Culture*. Princeton: Princeton University Press, 1996.
- _____, ed. *The Cambridge Companion to the Age of Augustus*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- GARDNER, Jane. *Women in Roman Law and Society*. Londres: Routledge, 1986.
- GARLAND, Robert. *Hannibal*. Londres: Duckworth, 2010.
- GARNSEY, Peter e SALLER, Richard. *The Roman Empire: Economy, Society, and Culture*. Berkeley: University of California Press, 1987.
- GELZER, Matthias. *The Roman Nobility*. Trad. Robin Seager. Oxford: Blackwell, 1969.
- GOLDSWORTHY, Adrian. *The Complete Roman Army*. Londres: Thames and Hudson, 2003.
- _____. *César – a vida de um soberano*. São Paulo: Record, 2006.

- _____. *How Rome Fell: Death of a Superpower*. New Haven: Yale University Press, 2009.
- GREEN, Bernard. *Christianity in Ancient Rome: The First Three Centuries*. Londres: T. and T. Clark, 2010.
- GREENE, Kevin. *The Archaeology of the Roman Economy*. Berkeley: University of California Press, 1986.
- GRUBS, Judith Evans. *Law and Family in Late Antiquity: The Emperor Constantine's Marriage Legislation*. Oxford: Clarendon Press, 1995.
- GRUEN, Erich S. *The Last Generation of the Roman Republic*. Berkeley: University of California Press, 1974.
- HARL, Kenneth W. *Coinage in the Roman Economy, 300 B. C. to A.D. 700*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1996.
- HARRIS, William V. *War and Imperialism in Republican Rome*. Oxford: Clarendon Press, 1985.
- _____. *Rome's Imperial Economy: Twelve Essays*. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- HEATHER, P.J. *The Goths*. Oxford: Blackwell, 1996.
- _____. *Empires and Barbarians: The Fall of Rome and the Birth of Europe*. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- HEZSER, Catherine. *The Oxford Handbook of Jewish Daily Life in Roman Palestine*. Nova York: Oxford University Press, 2010.
- HOPKINS, Keith e BEARD, Mary. *The Colosseum*. Londres: Profile, 2005.
- ISAAC, Benjamin H. *The Limits of Empire: The Roman Army in the East*. Rev. ed. Oxford: Clarendon Press, 2000.
- JOHNS, Catherine e POTTER, Timothy. *The Thetford Treasure: Roman Jewellery and Silver*. Londres: Trustees of the British Museum, 1983.
- JOSHEL, Sandra R. *Slavery in the Roman World*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- KELLY, Christopher. *The End of Empire: Attila the Hun and the Fall of Rome*. Nova York: W.W. Norton, 2009.
- KÖHNE, Eckart e EWIGLEBEN, Cornelia, eds.; Ralph Jackson, ed. English edition. *Gladiators and Caesars: The Power of Spectacle in Ancient Rome*. Berkeley: University of California Press, 2000.
- KRAEMER, Ross Shepard. *Her Share of the Blessings: Women's Religions among Pagans, Jews, and Christians in the Greco-Roman World*. Nova York: Oxford University Press, 1992.
- KULIKOWSKI, Michael. *Rome's Gothic Wars: From the Third Century to Alaric*. Nova York: Cambridge University Press, 2007.
- LAES, Christian. *Children in the Roman Empire: Outsiders Within*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.
- LANCIANI, R.A. *Ancient Rome in the Light of Recent Discoveries*. Boston: Houghton Mifflin, 1888.

- LENSKI, Noel, ed. *The Cambridge Companion to the Age of Constantine*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- LEVICK, Barbara. *Claudius*. New Haven: Yale University Press, 1990.
- _____. *Tiberius the Politician*. Londres: Routledge, 1999.
- _____. *Vespasian*. Londres: Routledge, 1999.
- _____. *Augustus: Image and Substance*. Harlow: Longman, 2010.
- LINTOTT, A.W. *The Constitution of the Roman Republic*. Oxford: Clarendon Press, 1999.
- _____. *Violence in Republican Rome*. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- MAAS, Michael, ed. *The Cambridge Companion to the Age of Justinian*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- MACMULLEN, Ramsay. *Christianizing the Roman Empire (A.D. 100-400)*. New Haven: Yale University Press, 1984.
- _____. *The Second Church: Popular Christianity A.D. 200-400*. Atlanta: Society of Biblical Literature, 2009.
- MARINCOLA, John. *Greek and Roman Historiography*. Oxford: Oxford University Press, 2011.
- MATTHEWS, John. *Laying Down the Law: A Study of the Theodosian Code*. New Haven: Yale University Press, 2000.
- _____. *Roman Perspectives: Studies in the Social, Political and Cultural History of the First to Fifth Centuries*. Swansea: Classical Press of Wales, 2010.
- MATTINGLY, David J. *Imperialism, Power, and Identity: Experiencing the Roman Empire*. Princeton: Princeton University Press, 2010.
- MATYSZAK, Philip. *Chronicle of the Roman Republic: The Rulers of Ancient Rome from Romulus to Augustus*. Londres: Thames and Hudson, 2003.
- MILLAR, Fergus. *The Emperor in the Roman World*. 2d ed. Ithaca: Cornell University Press, 1992.
- MITCHELL, Stephen. *A History of the Later Roman Empire, AD 284-641: The Transformation of the Ancient World*. Malden: Blackwell, 2007.
- _____. *One God: Pagan Monotheism in the Roman Empire*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- MORGAN, Gwyn. *69 A.D.: The Year of Four Emperors*. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- MURPHY, Frederick. *An Introduction to Jesus and the Gospels*. Nashville: Abingdon, 2005.
- NICOLET, Claude. *The World of the Citizen in Republican Rome*. Trad. P.S. Falla. Berkeley: University of California Press, 1980.
- NORTH, J.A. e PRICE, S.R.F., eds. *The Religious History of the Roman Empire: Pagans, Jews, and Christians*. Oxford: Oxford University Press, 2011.
- ODAHL, Charles M. *Constantine and the Christian Empire*. 2d ed. Londres: Routledge, 2010.
- O'DONNELL, James J. *Augustine: A New Biography*. Nova York: Echo, 2005.

- PAVKOVIC, Michael F. *The Army of Imperial Rome*. Aldershot: Ashgate, 2008.
- _____. *The Army of the Roman Republic*. Aldershot: Ashgate, 2011.
- PEACHIN, Michael, ed. *The Oxford Handbook of Social Relations in the Roman World*. Oxford: Oxford University Press, 2011.
- POTTER, David. S. *The Roman Empire at Bay*. Londres: Routledge, 2004.
- _____, ed. *A Companion to the Roman Empire*. Malden: Blackwell, 2006.
- POTTER, David S. e MATTINGLY, David J., eds. *Life, Death, and Entertainment in the Roman Empire*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2010.
- PULLEYBLANK, E.G. "The Roman Empire as Known to Han China." *Journal of the American Oriental Society* 119 (1999): 71-79.
- RAWSON, Elizabeth. *Cicero: A Portrait*. Rev. ed. Bristol: Bristol Classical, 1983.
- ROLLER, Duane W. *Cleopatra: A Biography*. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- ROSEN, William. *Justinian's Flea: Plague, Empire, and the Birth of Europe*. Nova York: Viking, 2007.
- ROSENSTEIN, Nathan. *Rome at War: Farms, Families, and Death in the Middle Republic*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2004.
- ROSENSTEIN, Nathan e MORSTEIN-MARX, Robert, eds. *A Companion to the Roman Republic*. Malden: Blackwell, 2006.
- ROTH, Jonathan P. *Roman Warfare*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- ROUSSEAU, Philip. *Ascetics, Authority, and the Church in the Age of Jerome and Cassian*. 2d ed. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 2010.
- SALLER, Richard P. *Patriarchy, Property, and Death in the Roman Family*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- SCARRE, Christopher. *Chronicle of the Roman Emperors: The Reign-by-Reign Record of the Rulers of Imperial Rome*. Londres: Thames and Hudson, 1995.
- SCHEID, John. *An Introduction to Roman Religion*. Trad. Janet Lloyd. Bloomington: Indiana University Press, 2003.
- SCHOFF, Wilfred H. *The Periplus of Hanno: A Voyage of Discovery Down the West African Coast, by a Carthaginian Admiral of the Fifth Century B.C.* Philadelphia: Commercial Museum, 1912.
- SEAGER, Robin. *Pompey the Great: A Political Biography*. Oxford: Blackwell, 2002.
- SHAHÎD, Irfan. *Byzantium and the Arabs in the Sixth Century*. 4 vols. Washington: Dumbarton Oaks Research Library and Collection, 1995-2009.
- SMITH, Christopher John. *Early Rome and Latium: Economy and Society c. 1000 to 500 BC*. Oxford: Oxford University Press, 1996.
- SOREK, Susan. *The Jews Against Rome*. Londres: Continuum, 2008.
- SOUTHERN, Pat. *Domitian: Tragic Tyrant*. Londres: Routledge, 1997.

- _____. *Empress Zenobia: Palmyra's Rebel Queen*. Londres: Hambledon Continuum, 2008.
- SOUTHERN, Pat e DIXON, Karen R. *The Late Roman Army*. Londres: B.T. Batsford, 1996.
- STARK, Rodney. *The Rise of Christianity: A Sociologist Reconsiders History*. Princeton: Princeton University Press, 1996.
- STEPHENSON, Paul. *Constantine: Unconquered Emperor, Christian Victor*. Londres: Quercus, 2009.
- STEWART, Peter. *The Social History of Roman Art*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- STEWART, Roberta. *Public Office in Early Rome: Ritual Procedure and Political Practice*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1998.
- STOCKTON, D.L. *The Gracchi*. Oxford: Clarendon Press, 1979.
- STRAUSS, Barry S. *The Spartacus War*. Nova York: Simon and Schuster, 2009.
- STRONG, Donald. *Roman Art*. 2nd ed. New Haven: Yale University Press, 1995.
- SYME, Ronald. *The Roman Revolution*. Oxford: Clarendon Press, 1939; reprint with corrections, 1952 and later.
- TONER, Jerry. *Popular Culture in Ancient Rome*. Cambridge: Polity, 2009.
- TOUGHER, Shaun. *Julian the Apostate*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2007.
- TREGGIARI, Susan. *Roman Marriage: Iusti Coniuges from the Time of Cicero to the Time of Ulpian*. Oxford: Clarendon Press, 1991.
- TSAFIR, Yoran. "Nessana." In Bowersock et al., *Late Antiquity*, p. 601-602.
- WALLACE-HADRILL, Andrew. *Herculaneum: Past and Future*. Londres: Frances Lincoln, 2011.
- WELLS, Peter. *The Battle That Stopped Rome: Emperor Augustus, Arminius, and the Slaughter of the Legions in the Teutoburg Forest*. Nova York: W.W. Norton, 2004.
- WICKHAM, Chris. *Framing the Early Middle Ages: Europe and the Mediterranean, 400-800*. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- WILLIAMS, Stephen. *Diocletian and the Roman Recovery*. Nova York: Routledge, 1997.
- WILLIAMSON, Callie. *The Laws of the Roman People: Public Law in the Expansion and Decline of the Roman Republic*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2005.
- WISEMAN, T.P. *The Myths of Rome*. Exeter: University of Exeter Press, 2004.
- WOOLF, Greg. *Tales of the Barbarians: Ethnography and Empire in the Roman West*. Malden: Wiley-Blackwell, 2011.
- ZANKER, Paul. *The Power of Images in the Age of Augustus*. Trad. by Alan Shapiro. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1988.
- _____. *Pompeii: Public and Private Life*. Trad. Deborah Lucas Schneider. Cambridge: Harvard University Press, 1998.

Texto de acordo com a nova ortografia.

Título original: *Ancient Rome: From Romulus to Justinian*

Capa: Ivan Pinheiro Machado

Ilustração: Antony McAulay / Shutterstock

Tradução: Iuri Abreu

Preparação: Jó Saldanha

Revisão: Patrícia Yurgel

Cip-Brasil. Catalogação na Fonte

Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

M334r

Martin, Thomas R.,

Roma Antiga: de Rômulo a Justiniano / Thomas R. Martin; tradução Iuri Abreu. – Porto Alegre, RS: L&PM, 2015.

Tradução de: *Ancient Rome: From Romulus to Justinian*

Inclui índice

ISBN 978-85-254-3612-2

1. Roma - História. 2. Roma - Política e governo. I. Título.

14-09960 CDD: 937

CDU: 94(37)

Ancient Rome: From Romulus to Justinian © 2012 by Yale University

Originally published by Yale University Press

Todos os direitos desta edição reservados a L&PM Editores

Rua Comendador Coruja, 326 – Floresta – 90220-180

Porto Alegre – RS – Brasil / Fone: 51.3225.5777 – Fax: 51.3221.5380

Pedidos & Depto. comercial: vendas@lpm.com.br

Fale conosco: info@lpm.com.br

www.lpm.com.br

Table of Contents

[Agradecimentos](#)

[Nota sobre citações de fontes](#)

[Capítulo 1. Introdução e antecedentes](#)

[Capítulo 2. Valores romanos, família e religião](#)

[Capítulo 3. Da fundação de Roma à República](#)

[Capítulo 4. Guerra e expansão durante a República](#)

[Capítulo 5. A destruição da República](#)

[Capítulo 6. Da República ao Império](#)

[Capítulo 7. Dos júlio-claudianos à Idade de Ouro do Império](#)

[Capítulo 8. De Jesus à crise no início do Império](#)

[Capítulo 9. Da perseguição à cristianização nos anos finais do Império](#)

[Capítulo 10. Migrações bárbaras e o destino do Império](#)

[Leituras recomendadas](#)